OBRA COMPLETA

MONSENHOR CHÁVES

Digitação
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Karine Belarmino

Revisão
Magnólia Belarmino de Sousa Barbosa
Maria Elisabeth Paiva Sousa Medeiros

Programação Visual, Paginação e Arte-final
Eclética!

Capa
ALG publicidade

Ilustração capa
Gabriel Archanjo

Impressão
Gráfica Cidade Verde

Monsenhor Chaves.

Obra Completa; Prefácio de Teresinha Queiroz - Teresina: Fundação Municipal de Cultura Mons. Chaves, 2013.

639 p.

1. HISTORIOGRAFIA PIAUIENSE - COLETÂNEA. I - Título.

CDD - PI 869.908

ISBN - 85-86510-03-3

Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves
Rua Félix Pachêco, 1430, Centro/Sul
Teresina - PI. CEP: 64001-160
Fone: (086) 3215-7815

Sumário

Prefácio – *11*

Teresina - Subsídios para a história do Piauí

TERESINA

Mudanças da Capital – *23*
Edifícios Públicos Primitivos – *27*
Festas no Passado – *30*
Instrução Primária (1852 a 1872) – *33*
Instrução Secundária (1852 a 1872) – *35*
Posturas Municipais de 1867 – *37*
Ruas e Portos da Cidade – *39*
Comércio – *42*
Problemas de Saúde Pública – *44*
Representações Teatrais – *47*
Vida Cultural – *50*
Vida Religiosa – *53*
Teresina Pitoresca – *55*

FASES HISTÓRICAS NA VIDA DA CIDADE

Primeiros Passos – *60*
Coluna do Saraiva – *62*
Imagens Antigas – *64*
Companhia de Navegação do Rio Parnaíba – *66*
Primeiro Barco a Vapor – *68*
Primeira Visita Pastoral – *70*
Eleição em 1860 – *72*
Questão Christie – *74*
Seca de 1877 – *76*
Telégrafo – *78*
Fábrica de Fiação e Tecidos Piauienses – *81*

Libertação dos Escravos – *84*
Proclamação da República – *86*
Primícias da Intervenção Republicana – *88*
Guarda Republicana – *92*
Crise Político-Partidária de 1890 a 1892 – *95*

GUERRA DO PARAGUAI – 100

Embarque dos Corpos de Guarnição e de Polícia – *100*
1º de Voluntários da Pátria – *102*
2º de Voluntários da Pátria – *104*
Valor Piauiense na Guerra – *106*
Problemas de Guerra – *109*
Festas da Vitória – *111*
Volta dos Heróis – *113*

35º BATALHÃO DE INFANTARIA

Campanha Federalista – *116*
Campanha de Canudos – *118*

O índio no solo piauiense

O Piauí no Século XVII – *125*

Piauí, corredor de migração – *126*

Índios do Solo Piauiense – *127*

Hostilidades de Domingos Jorge Velho – *129*

As Guerras da Conquista – *136*

Última fase da conquista – *139*

Conclusão – *145*

Bibliografia – *146*

Cadernos Históricos

CAMPO MAIOR LUTA PELA INDEPENDÊNCIA - A BATALHA DO JENIPAPO

Antecedentes da Batalha – *149*
Batalha do Jenipapo – *152*
Depois da Batalha – *154*
Fontes consultadas – *160*

COMO NASCEU TERESINA

Primórdios – *161*
Vila Nova do Poti – *163*
Teresina – *177*

A ESCRAVIDÃO NO PIAUÍ

O escravo no Brasil – *182*
O escravo no Piauí – *190*

O PIAUÍ NA GUERRA DO PARAGUAI

Causa imediata da guerra – *203*
Seguem os contingentes – *206*
Nos campos avançados do exército – *227*
Os que se sacrificaram ou se distinguiram – *228*
Recepção aos voluntários – *232*
Dissolução do corpo – *236*
Frustração – *237*
O voluntário antes e depois da campanha – *238*
Jovita Alves Feitosa – *240*

EVANGELIZAÇÃO NO PIAUÍ

(Perspectiva histórica de sua implantação e estruturação) – *244*

O Piauí nas lutas da independência do Brasil

Situação no Brasil às vésperas da Independência – *257*
Situação no Piauí às vésperas da Independência – *264*
Parnaíba abre caminho para a independência no Piauí – *270*
Fidié marcha sobre Campo Maior – *274*
Debandada em Parnaíba – *278*
Levanta-se Oeiras – *283*
Entram os cearenses – *290*
Preocupação de Oeiras com as Passagens do Parnaíba – *294*

Começam as desordens – *298*
Vai começar a luta – *302*
O combate do Jenipapo – *306*
Depois do combate – *313*
Marcha para Campo Maior o Tenente Simplício – *321*
Ação do Tenente Simplício no Estanhado – *326*
Aclamação em Manga e Pastos Bons – *330*
A Junta da Comissão Militar do Poti – *336*
Repressão ao banditismo – *341*
Queda de Repartição e do Brejo – *347*
A Junta Militar do Poti passa para o Maranhão – *352*
Alecrim, o herói aloucado – *366*
Cai Carnaubeira e fecha-se o cerco de Caxias – *372*
Capitulação do Itapecuru-Mirim – *377*
Chega Filgueiras à Capital do Piauí – *384*
Recrudesce a luta em torno de Caxias – *392*
A Capitulação – *396*
Após a luta, a restauração da Província – *405*
Conclusão – *411*

Apontamentos Biográficos e Outros

Jesuítas no Piauí – *415*
Miguel de Carvalho – *418*
João Pereira Caldas – *422*
João do Amorim Pereira (dom) – *427*
Leonardo de Carvalho Castelo Branco – *432*
Manuel de Sousa Martins – *435*
Marcos de Araújo Costa – *438*
João da Costa Alecrim – *442*
Simplício José da Silva – *447*
José Francisco de Miranda Osório – *451*
Francisco de Sousa Martins – *456*
Lívio Lopes Castelo Branco e Silva – *461*
Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco – *466*
David Moreira Caldas – *469*
Francisco Parentes – *473*
Deolindo Mendes da Silva Moura – *477*
Licurgo José Henrique de Paiva – *480*
Napoleão Ribeiro Soares – *485*
João do Rego Monteiro – *489*
Francisco José Furtado – *493*
Raimundo de Arêa Leão – *498*
José Antônio Saraiva – *504*
Simplício de Sousa Mendes – *513*
Franklin Américo de Menezes Dória – *516*
José Lustosa da Cunha – *521*
Antônio Coelho Rodrigues – *524*
Amélia de Freitas Bevilácqua – 527
Augusto da Cunha Castelo Branco – *531*
Firmino Pires Ferreira – *534*
Luísa Amélia de Queirós Brandão – *538*
Hermínio Castelo Branco – *540*
Gervásio de Brito Passos – *545*
Álvaro de Assis Osório Mendes – *548*
Clodoaldo Severo Conrado de Freitas – *552*
Anísio Auto de Abreu – *556*
Lisandro Francisco Nogueira – *560*
Coriolano de Carvalho e Silva – *563*
Gregório Taumaturgo de Azevedo – *567*
Leônidas Benício Mariz e Sá – *571*
Arlindo Francisco Nogueira – *575*
Raimundo Artur de Vasconcelos – *577*
Antonino Freire – *581*
João Luís Ferreira – *591*
Higino Cícero da Cunha – *594*
Lucídio Freitas – *600*
Abdias da Costa Neves – *607*
Miguel de Paiva Rosa – *614*
João Pinheiro – *622*
João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra – *627*
Joaquim de Oliveira Lopes – *631*
Vaqueiros e Roceiros – *634*

Apontamentos Biográficos e outros

Jesuítas no Piauí

Os primeiros jesuítas que pisaram o solo piauiense vinham do Maranhão na fase da exploração fluvial ou de trânsito para o Ceará. Além da viagem do Padre Antônio Vieira passando pelas areias do nosso litoral, tivemos a visita do Padre Pier Luigi Consalvi e do irmão Antônio Ribeiro, que faziam parte da expedição comandada pelo Capitão Afonso Rui. Esta expedição foi enviada em 1676 para explorar o rio Paraguaçu (Parnaíba). Subiram o rio durante muito tempo e entraram em contato com uma tribo que lhes deu noticia de "homens brancos que andavam sobre cavalos".

Este mesmo Padre Luigi Consalvi e mais o Padre Gonçalo Veras tomaram parte numa segunda exploração do rio Paraguaçu em abril de 1679. A expedição era comandada pelo Capitão-mor Vital Maciel Parente. Subiram o rio até 6 graus de latitude Sul onde, por causa de um acidente, foram impedidos de ir mais longe. Se seus cálculos estavam certos, eles devem ter parado em Araçás, 15 quilômetros ao norte de Palmeirais. Lá receberam novamente notícias de homens brancos que andavam a cavalo pelas campinas dos belos pastos. Estes homens seriam certamente os de Domingos Afonso Sertão. Em agosto do mesmo ano a expedição já estava de volta a São Luís.

Em 1694 o Padre Felipe Bourel abandonou a cadeira de Matemática da Universidade de Coimbra para se entregar a uma missão no rio de S. Francisco e no Piauí. Ele penetrou cerca de 1.200 quilômetros pregando aos vaqueiros das fazendas dessa imensa região e administrando-lhes os sacramentos da Igreja. Pelo seu relato sabe-se que esteve nos rios Canindé, Piauí, Parnaíba e Gurguéia. Acompanhava-o nessa viagem um outro padre, que não era jesuíta, o Padre Miguel de Carvalho, nosso primeiro cronista, que, três anos após a excursão, escreveu a célebre "Descrição do Sertão do Piauí". Nela ele nos conta que tomaram parte na excursão 42 pessoas. Enquanto caminharam, durante 16 dias, pelas margens do Gurguéia, foi-lhes fácil conseguir alimentação. Quando porém dele se afastaram, quase morriam todos de fome, salvando-os uma grande quantidade de ananases que encontraram no vale do rio Curimatá.

No Natal de 1696 desceram a Serra da Ibiapaba os padres Ascenso Gago e Manoel Pedroso. Percorreram "povoações" de gado além da Serra.

Em 1722 o Padre João Tavares conseguiu aldear os Tremembés do delta do Parnaíba.

Em setembro de 1728 o Padre Mestre Simão Henrique, acompanhando o Governador João da Maia Gama, penetrou em terras do Piauí, de passagem para Pernambuco. Aquele Governador, depois da viagem, fez uma sugestão ao poder central, incrível de se pensar que pudesse ser feita naquela época: ele preconizou nada mais nada menos que a fundação de uma vila, que fosse capital, precisamente no lugar onde está, hoje, Teresina: "Aqui tornei a observar o sítio, comodidade e conveniências que já em dois lugares tenho acima referido para se fazer aqui uma boa povoação por ter águas,

lenha, madeiras, peixe e terras para todos os mantimentos, e fica no meio das freguesias, para a parte da costa as de Surubim, Longases e Piracuruca; para a parte do sertão as do Gurguéia e Parnaguá; para o sul o próprio rio Piauí; para o norte todas as nossas povoações da parte do Maranhão. A nova vila e igreja, quando se haja de fundar, deve ser na beirada do Parnaíba e Barra do Poti, *e me dizem os práticos que aqui não chegam as inundações de um e outro rio". (Maia da Gama – Diário de Viagem, 35).*

Do Maranhão nos veio o Padre Gabriel Malagrida que, em 1735, percorreu os rios Marataoã e Surubim, esteve em Piracuruca e Mocha, passando depois à Bahia pelo S. Francisco.

Todos estes padres e mais outros que vieram ao Piauí, ou passaram por ele, pregavam o Evangelho e ensinavam a moral cristã nas fazendas e nos raros e insignificantes ajuntamentos populacionais que existiam aqui. Nada mais podiam fazer, de vez que a dispersão dos habitantes pelo imenso território não permitia a fundação de escolas e colégios. Mesmo assim, é certo que tentaram a fundação de um estabelecimento de ensino secundário. A coisa não funcionou "em razão de viverem (os povos) todos ignorantes da doutrina, sem outro reparo para o que lhes ditam as suas inclinações mais que o de executarem os impulsos de seus maus ânimos, de que procede serem excessivas as mortes, em tal forma que, das que tem havido em toda a Capitania, apenas se achará uma que procedesse de doença". Como se vê, a pregação dos missionários serviria como um freio humanizando um ambiente assim tão violento e tão destituído de bons costumes.

Em 1749 os jesuítas do Maranhão fundaram o Seminário do Rio Parnaíba. Documentos de 1753 dão a localização desse Seminário: o lugar chama-se Sambaíba. É quase impossível sabermos hoje sua exata localização. Por causa do nome, supomos que ficava à margem do rio Parnaíba. O Seminário foi depois transferido para Aldeias Altas, hoje Caxias.

Domingos Afonso Sertão (ou Domingos Afonso Mafrense) descobriu o rio Piauí, que deu nome ao Estado. Plantou nas suas margens fazendas de gado que se multiplicaram depois mais para o interior. Tais fazendas constituíram o primeiro esforço de colonização do nosso solo. Quando Domingos Afonso morreu, em 1711, deixou, por testamento, suas fazendas do Piauí para um morgado ou capela em benefício do Noviciado de Giquitaia, na Bahia. Por vontade sua, também consignada em testamento, deveria administrar estes bens o Superior Colégio da Bahia. Foi esta disposição do velho colonizador que vinculou os jesuítas à cultura pecuária no Piauí, por cerca de 50 anos. Com o correr do tempo, os jesuítas adquiriram outras fazendas, de sorte que em 1760 elas já se achavam divididas em quatro grupos: a capela grande, a capela pequena, as fazendas do Colégio da Bahia e os bens do Noviciado.

A fazenda Torre foi a primeira residência dos jesuítas no Piauí. Para fazer as vezes do Superior do Colégio da Bahia na administração das fazendas foi enviado ao Piauí, como primeiro Superior, o Padre Manoel Gonzaga, que viveu muitos anos, aqui, não só à frente daquela administração como também

prestando grandes serviços à nossa rarefeita população nas terras da Capela. Ele foi a primeira vítima da perseguição do Marquês de Pombal, findando seus dias na prisão de S. Julião da Barra, em Lisboa.

Em 1759 já eram três as residências dos jesuítas aqui, a saber: Brejo de Santo Inácio, Nazaré e Brejo de São João. O número de padres havia aumentado.

A presença dos jesuítas no Piauí tinha uma dupla finalidade: assegurar o compromisso administrativo da Capela e prover a que não faltassem os sacramentos e a catequese ao pessoal, relativamente numeroso, disperso pelas fazendas que eram visitadas com regularidade. Tais visitas eram verdadeiras missões, nas quais se pregava o Evangelho, isto é, o amor a Deus e ao próximo, o respeito à pessoa humana, seus direitos, o combate aos vícios prejudiciais à vida comunitária, a benevolência e o perdão. Era esta uma tarefa hercúlea para ser realizada em benefício de um povo violento e desregrado. Os jesuítas com suas missões pelas nossas fazendas de gado contribuíram para domesticar aquele povo, civilizando-o. E o que faziam com os brancos, negros e mamelucos, procuravam também fazer com os índios, atraindo-os para aldeamentos, onde era mais fácil amansá-los.

Os últimos padres jesuítas que estiveram na direção das fazendas foram os seguintes: Francisco de Sampaio, João de Sampaio, José de Figueiredo, Manuel Cardoso e Irmão Jacinto Fernandes, que era excelente curraleiro. Todos eles foram expulsos na perseguição de Pombal, quando as fazendas foram confiscadas para a Coroa. Um deles, o Padre José de Figueiredo, morreu em caminho, no lugar Santo Antônio das Queimadas, quando era levado preso para a Bahia.

"A obra administrativa das fazendas parece ter sido útil à criação, mais tarde, da Província e Estado do Piauí, conglutinação do território, num todo homogêneo próprio, impediu que as fazendas dispersas por pequenos donos flutuantes sofressem a atração das regiões ou Estados vizinhos. E foi, sem dúvida, a maior benemerência de Domingos Afonso Sertão e da Companhia de Jesus na formação do Piauí, preparando-o para se erigir em Capitania e tudo o mais que depois veio a ser, e é".

- História da Companhia de Jesus no Brasil – Vol. V – Serafim Leite.
- Pesquisas para a História do Piauí – Vol. I – Odilon Nunes.

Miguel de Carvalho

No terceiro quartel do século XVII, a última paróquia do Bispado de Pernambuco, para as bandas do S. Francisco, era a de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó. Dali para o norte estendia-se o sertão de Rodelas, região imensa, quase desconhecida, na qual já se aventuravam algumas pessoas interessadas na criação de gado. Nem se sabia bem como viviam aqueles pioneiros audazes.

Naquele fim de século, Dom Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, dirigiu-se a Roque Monteiro Paim, Secretário do Conselho Ultramarino, sugerindo ao dito Conselho a criação de duas paróquias naquela região: uma que seria a do Seráfico São Francisco, no sertão de Rodelas, e outra, mais adiante, no chamado sertão do Piaguí. Para instalar estas duas freguesias, o Bispo delegou poderes ao Padre Miguel de Carvalho, que também se assinava Miguel do Couto. Interessa-nos a última fundação, isto é, a do sertão do Piaguí.

Para cumprir a segunda parte de sua missão, Padre Miguel de Carvalho fez uma penosa e perigosíssima viagem percorrendo todas as fazendas então aqui existentes, tomando conhecimento com seus moradores e propondo-lhes a criação da nova paróquia, que seria a de Nossa Senhora da Vitória. Depois de percorridas todas as fazendas, o Padre Miguel reuniu na fazenda *Tranqueira*, de propriedade de Antônio Soares Touguia, os principais moradores para uma tomada de posição a respeito do problema. Estiveram presentes àquela reunião Antônio Soares Touguia, José Garcia, Antônio da Cunha Souto Maior, Francisco Bezerra Correia, João Alves de Oliveira, Francisco Machado, Cristóvão de Brito de São Paulo, Francisco Cardoso da Rosa, Pedro Nunes Pinheiro, Alonso de Oliveira, Antônio Dantas de Azevedo, Francisco Dias de Siqueira e Antônio Nunes Barreto. Por esta relação de nomes vê-se que esteve presente à reunião o poderoso Capitão-mor Francisco Dias de Siqueira, chefe do Arraial dos Paulistas, mas nenhum representante da Casa da Torre ou de Domingos Afonso Mafrense. É que as terras pertenciam a estes dois superlatifundiários e a criação da paróquia significaria a desapropriação de alguns hectares para sua instalação. E isto seria apenas o começo. Depois viriam a Vila, a Justiça, a organização militar, enfim, a diminuição do poder quase absoluto que eles tinham sobre aqueles imensos domínios. E a vocação do latifundiário, ontem como hoje, é sempre a mesma: obstar o progresso, o desenvolvimento, contanto que perdure o seu estéril domínio da terra

Naquela reunião foi lida aos presentes a pastoral de Dom Francisco, que recomendava a criação da nova paróquia e lhes pedia parecer sobre sua localização e seu compromisso de fazê-la funcionar depois de instalada. Discutiram o assunto, escolheram o local, que seria o *Brejo do Mocha*, e determinaram o lugar da igreja e da casa do pároco, que seria "o tabuleiro que

se acha pegado à passagem do Jatobá para a parte do Canindé". A reunião teve lugar no dia 11 de fevereiro de 1697. Os moradores assumiram ainda o compromisso de prover a paróquia do necessário e defendê-la, se fosse preciso.

No dia 2 de março daquele mesmo ano de 1697, no *Brejo do Mocha*, sertão do Piauí, com a presença da maior parte dos moradores, foi instalada a freguesia e benzida a capelinha de Nossa Senhora da Vitória. O Padre Miguel, representante de Dom Francisco de Lima, deu posse ao vigário da nova paróquia, Padre Tomé de Carvalho e Silva. O termo de instalação foi assinado pelos moradores que sabiam escrever.

Concluída sua missão, o Padre Miguel nos dá o precioso documento "Descrição do Sertão do Piauí", cujo conteúdo, retrato fiel do que era o Piauí no fim do século XVII, passo a apresentar-vos, resumidamente.

Tem o sertão do Piauí 4 rios correntes, 20 riachos, 5 riachinhos, 2 olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão situadas 129 fazendas de gado. Foi o que ele encontrou na sua longa viagem pelos lugares então habitados.

Nas fazendas moravam 441 pessoas entre brancos, negros, mulatos e mestiços. Dá o nome de todos os brancos e apenas o de 2 negros: o negro Francisco, que tomava conta da fazenda de éguas do Capitão Domingos Afonso Sertão, no riacho Buriti, e o negro Domingos Afonso, que tomava conta da fazenda Saco, no mesmo riacho. Só dá o nome de uma mulher branca, Mariana Cabral, que morava com o marido na fazenda *Belo Jardim de Santa Cruz*, no rio Sambito.

Havia mais lagoas e olhos d'água em cujas proximidades moravam outras 605 pessoas. Provavelmente eram os tapuias batizados do Arraial dos Paulistas.

Cerca de 1.046 batizados nesta imensa vastidão que era o Piauí de então.

Agricultura nenhuma, a não ser no Arraial dos Paulistas, que era governado, como já disse, pelo Capitão-mor Francisco Dias de Siqueira. Nas suas terras plantava-se mandioca, arroz, milho e feijão.

Todas as terras do Piauí pertenciam a Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, da Casa da Torre, que as partiam de meia. Nelas os dois tinham algumas fazendas e arrendavam o restante a quem lhes quisesse meter gado, pagando-lhes 10 réis de foro por cada sítio. Estes arrendatários eram os sesmeiros.

Possuía o Piauí dois caminhos: um que ia ao Maranhão e outro à Serra da Ibiapaba, ambos abertos no ano de 1695.

Os limites eram imprecisos. Para o poente, o Piauí confinava com os matos desertos que corriam para as Índias de Espanha, para os quais não havia caminho nem se sabia de seu fim. Para a parte do sul confinava com o

vale do São Francisco. Para lá havia 2 caminhos paralelos com cerca de 40 léguas de um para o outro. Estes caminhos varavam terras desertas nas quais, no tempo da seca, não se encontrava água. O primeiro destes caminhos partia do rio chamado Piauí, que deu nome à região, por ter sido o primeiro a ser povoado.

Toda a região se compunha de fazendas de gado, sem mais moradores. As fazendas estavam situadas nos vales dos rios e riachos e à margem de lagoas e olhos d'água. Distavam uma das outras cerca de 2 léguas. Em cada fazenda moravam um branco e um negro. Nalgumas delas podia-se encontrar mais de um branco, o que era raríssimo, e mais de um negro, o que era mais comum.

Viviam estes moradores do arrendamento das ditas fazendas. O sistema era o seguinte: na hora da partilha do gado cada arrendatário tinha que entregar ao dono da fazenda tantas cabeças de gado quantas ali achara na hora do arrendamento. O que sobrava era então assim dividido: de cada quatro cabeças uma pertencia ao arrendatário e as outras três ao dono da fazenda.

Comiam aqueles homens só carne de vaca com laticínios e algum mel silvestre que colhiam no mato. A carne era assada no espeto, pois não possuíam panelas para cozinhá-la. Bebiam a água dos poços e lagoas, água turva, muito salitrada.

Vestiam-se de couro e no aspecto físico mais pareciam tapuias bravos que gente civilizada.

As fazendas estavam assim distribuídas:

Na extensão do rio Canindé, na parte sul até ele se meter no rio Parnaíba, estavam situadas 20 fazendas, e na parte norte, 7; no riacho das Guaribas, 6; no riacho do Frade, 1; no riacho da Serra, 1; no riacho Corrente, 1; no riacho Mocambo 1; no rio Itaim-açu (Poti), 9; no riacho do Caiz, 2; no riacho Cabeça de Tapuia, 3; no riacho da Cana Brava, 2; no riacho São Nicolau, 4; no riacho Vitória, 1; no Sambito, 4; no riacho Santa Catarina, 2.

Entre estas duas últimas fazendas há uns olhos d'água que chamam Brejos nos quais está situado o Capitão-mor dos paulistas, Francisco Dias de Siqueira, com um arraial de tapuias.

No riacho São Vicente, acham-se 4 fazendas; no Berlengas, 3; no Santo Antônio, 1; no Marataoã, 4; no riacho das Cobras, 2; no Bitorocara, 3,

Do Canindé para o São Francisco ficam as seguintes fazendas:

1, de éguas, no Riachinho; 2 no riacho Tranqueira. Entre este riacho e o do Buriti fica o *Brejo do Mocha*.

O rio Piauí, que corre do sul para o norte e entra no Canindé, foi o primeiro a ser povoado no ano de 1682, quando foi descoberto, e dele a região tomou o nome. Nele acham-se 20 fazendas. No riacho Moicatã, 3; no Itagoera, 4; no Guaribas, 3. Nas cabeceiras deste riacho há umas lagoas muito grandes com 2 fazendas. Entre estas fazendas ficam 7 a 8 lagoas grandes, das quais se tira sal semelhante ao do Reino. Suas águas são mais salgadas que as do mar. As fazendas, porém, estão na margem de lagoas de água doce.

No rio Gurguéia, que é caudaloso, ficam 7 fazendas. A última destas fazendas encontra-se na barra do Gurguéia com o Parnaíba. Este rio, que é muito grande, tem suas margens habitadas por muitos gentios bravos. Alguns moradores meteram gados ali mas tiveram que se retirar, com medo. Nas fazendas que lhe ficam próximas seus moradores estão em guerra contínua com os índios. Muitos já perderam a vida na mão daqueles bárbaros.

Todas estas informações foram assinadas pelo Padre Miguel de Carvalho e datadas do Piauí, 2 de março de 1697.

Como vêem, o Piauí naquele ano, era um mundão quase desconhecido, sem fronteiras definidas, habitado por poucos homens civilizados de brava energia e violenta audácia, que se aventuravam aos mistérios tenebrosos de terras indevassadas, varando matas e chapadões infindos, sempre em luta com índios e feras, para a instalação e manutenção das fazendas de gado aqui disseminadas. Não eram santos e nem podiam sê-lo. Eram homens sem lembrança de outra vida, que agiam com soltura e liberdade como se não houvesse justiça, pois a de Deus não a temiam e a dos homens não lhes chegava.

O Padre Miguel de Carvalho em 1700 já está fazendo missões na terra dos Palmares, que fora reconquistada por Domingos Jorge Velho.

A reação dos latifundiários à instalação da paróquia do Mocha não se fez esperar. Em 1700, Julião Afonso Sertão, sobrinho de Domingos Afonso, entrou em choque com o Padre Tomé. Com seus homens invadiu Mocha e destruiu as instalações da freguesia. Mas veio logo o contragolpe dos moradores restaurando todas as obras destruídas e a ameaça do Capitão-mor Francisco Dias de Siqueira de repelir pela força qualquer outra provocação de Julião ou de quem quer que fosse.

Mais tarde, a terra para a instalação da freguesia foi indenizada aos seus legítimos donos.

A última notícia que temos do Padre Miguel de Carvalho é a de que em 1704 ele está em Lisboa tratando de problemas relacionados com os índios Tremembés.

- "A Guerra nos Palmares", de Ernesto Ennes, Doc. 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 e 73.
- "Os primeiros currais", de Odilon Nunes.

João Pereira Caldas

Corria o ano de 1758. No território do Piauí a luta pela posse da terra, que a princípio fora entre os indígenas e, depois, entre colonos e indígenas, assumia agora aspecto diferente: era a luta burocrática entre posseiros e sesmeiros, entre autoridades e usufrutuários. De um lado estão os procuradores da Casa da Torre e dos ricos sesmeiros do litoral que, no Piauí, são homens poderosos, com cargos de capitão-mor, déspotas e truculentos; eles são, aqui, a própria lei e a autoridade a serviço dos proprietários. Do outro lado estão os posseiros que ocupam e trabalham a terra, mas nada valem e nada podem contra aqueles. Claro que havia a lei escrita, mas quem obedecia à lei? Neste imenso vazio, que é a Capitania do Piauí, as mais próximas autoridades estão a centenas de léguas de distância e não têm força para coibir os abusos, por causa dos privilégios dos potentados. Um clamor geral se levantara mais de uma vez contra este estado de coisas e acabou por chegar aos ouvidos de el-rei que resolveu tomar providências nomeando um governador, o primeiro, para esta Capitania. Outras autoridades viriam com ele para imprimir um pouco de ordem neste imenso caos que é a Capitania naquela hora.

A escolha real recai na pessoa de João Pereira Caldas, Ajudante-de-Ordens do Governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

João Pereira Caldas nascera na Paróquia de São Salvador do Cambori, termo da Monção, da Comarca de Valença, em Portugal, no dia 4 de agosto de 1720. Eram seus pais o Brigadeiro Gonçalo Pereira Lobão e Sousa e Da. Joana Maria Pereira. Veio para o Brasil ainda pequeno, acompanhando o pai, que fora nomeado comandante de um regimento militar sediado em Belém. Quando o Brigadeiro Gonçalo Pereira foi transferido para o Maranhão, como Governador, João Pereira Caldas ficou em Belém, naquele mesmo Regimento onde subira, em poucos anos, de simples praça a major. Neste posto o surpreendeu a Carta Régia de 29 de julho de 1758 e a patente de 21 de agosto do mesmo ano nomeando-o Governador da Capitania do Piauí.

Chegou à Vila do Mocha, no Piauí, a 17 de setembro de 1759, e a 20 do mesmo mês e ano assumiu a governança.

José Martins Pereira d'Alencastre afirma que seu primeiro ato foi ordenar ao Dr. Luís José Duarte Freire o sequestro dos bens dos jesuítas, há pouco começado por ordem do Vice-rei, Marquês de Lavradio, – e remeter presos para a Bahia os filhos da Ordem que residiam na Capela instituída por Domingos Afonso. Odilon Nunes contesta Alencastre ao afirmar que "a Carta Régia de 10 de abril de 1760, que autorizou João Pereira Caldas a efetuar o sequestro dos bens administrados pelos jesuítas e a prisão destes, quando chega ao Piauí, já eles tinham sido mandados para a Bahia. Tudo correra sob

a orientação do Ouvidor que, em longo ofício, ao transferir ao Governador a incumbência, como decorrência dessa Carta Régia, relata a execução das ordens que recebera de Salvador".

Nas instruções da Carta Régia de 29 de julho de 1759 está escrito que Pereira Caídas deveria criar vilas, organizar um Regimento de Cavalaria Auxiliar, do qual seria o Coronel, e restituir aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e comércio.

Logo que assumiu, o Governador percebeu que a metrópole desconhecia quase por completo a real situação na Capitania; a legislação que deveria ser executada, aqui, por falta de apoio no concreto, ameaçava cair no vazio. Assim é que das paróquias em que se achava dividida a Capitania nos papéis reais, duas apenas tinham condições para serem elevadas a vilas: eram Parnaguá e Santo Antônio do Surubim. As condições demográficas eram extremamente deficientes. O Piauí possuía pequena densidade demográfica, baixo nível cultural e nenhum povoado de significação social.

Assim mesmo, Pereira Caldas tratou de dar execução às ordens recebidas, criando órgãos indispensáveis à administração, tais como a Secretaria do Governo e o Almoxarifado. Cuidou também de regulamentar a Provedoria da Fazenda e iniciar a organização das forças da Capitania, indispensáveis à manutenção da ordem. Estas forças compor-se-iam de 10 Companhias de Cavalaria, de 60 praças cada uma, com efetivo de 600 praças, inclusive os oficiais, e 5 Batalhões e 2 Companhias de Ordenanças, com 1.574 praças e oficiais. O total das forças seria de 2.174 homens entre cavalarianos e infantes.

Para preenchimento do quadro de oficiais Pereira Caldas publicou um edital de concorrência para os postos de furriel e tenente-coronel. Grande foi a sua surpresa quando verificou que ninguém se apresentara. "...quando eu esperava que fossem muitos os apositores, vejo não haver até agora nenhuns; considerando-me na precisão de convidar a estes brutos para entrarem naqueles postos, com que Sua Majestade os quer honrar; asseguro a V. Excia. que estou com isto muito descontente, inferindo V. Excia. desta ridicularia o que é esta terra". Mas a ordem tinha que ser cumprida e acabou apresentando nomes para preenchimento dos postos de capitão para baixo, não sem tornar o cuidado de frisar: "As pessoas neles propostas são sem dúvida as mais capazes que achei para os sobreditos postos, mas não as que desejava para eles, pois são próprios para vaqueiros, que é o exercício ordinário destes sertanejos".

Também, para honra nossa, não pôde, como desejava, constituir companhias separadas de brancos e de pretos. "Neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação tem brancos, mulatos e pretos, e todos uns e outros, se tratam com recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema".

Nossas tropas tiveram que ser organizadas sem discriminação racial, sem distinção de cor.

A criação de vilas deu mais trabalho a João Pereira Caldas. Em maio de 1761 ele empreendeu penosa viagem por grande parte da Capitania para conhecer *de visu* a situação e poder tomar certas medidas de caráter administrativo que se faziam mister para a implantação de um sistema de governo que, baseado em dados reais, pudesse ser eficiente. Deve ter sofrido muito naquela viagem a cavalo, naqueles ermos, trilhando precários caminhos de gado infestados de tribos indígenas, algumas delas ainda bem belicosas. Voltando à povoação do Mocha, ele recebeu a Carta Régia de 17 de junho de 1761 que renovava a ordem para imediata criação das vilas, a qualquer preço.

Apressou-se o Governador em dar cumprimento às determinações da Corte. Começou os preparativos. Mocha deveria ser elevada à categoria de cidade para ser a capital. Teria todos os privilégios e prerrogativas que usufruía a cidade de S. Luís do Maranhão. Urgia portanto que se pensasse logo na escolha e preparação dos oficiais da Câmara, bem como se providenciasse todo o material necessário ao bom funcionamento de uma edilidade. A mesma coisa se deveria pensar para as outras vilas que iam ser criadas.

Foi apresentada uma Companhia de Dragões, sob o comando de Clemente Pereira, para escoltar a comitiva governamental na longa viagem. Foram requisitados 200 cavalos para a condução do pessoal e da matalotagem. Era preciso levar tudo, pois nalgumas travessias não encontrariam o que comer.

Antes de partir, Pereira Caldas deu à Capitania o nome de Capitania de São José do Piauí, em homenagem a El-Rei Dom José. Mudou o nome de Mocha para Oeiras, em homenagem ao Marquês de Pombal.

No fim do inverno de 1762, a comitiva governamental saiu de Oeiras na direção da barra do Gurguéia. Depois de percorrer 120 léguas atingiu Parnaguá, que a 3 de junho de 1762 foi erigida em vila com o nome de N. Senhora do Livramento de Parnaguá.

Para impressionar a matutada que para ali acorrera vinda de um raio de várias léguas ao redor, Pereira Caldas, antes do ato solene da instalação, fez uma demonstração com o batalhão ali organizado. Este batalhão estava formado por matutos de 12 a 70 anos de idade, recrutados na população masculina, num raio de dezenas de quilômetros quadrados. Devem ter constituído um espetáculo muito interessante aqueles matutos, a cavalo e a pé, sem nenhum preparo militar, sem farda, sem armas, metamorfoseados de soldados por uma simples penada do Governador, estendidos em linha em frente à casa onde se hospedava o chefão. Esta cena se repetiria em todas as outras povoações. "Após a solenidade, o Governador oficiava ao Ouvidor para proceder à eleição das juntas, isto é, da Câmara Municipal, que deveria governar pelo tempo de 3 anos, conforme o disposto na ordenação do Reino e na Carta

Régia de 19 de junho de 1761, o que teria um patrimônio de uma légua quadrada, que competia ao Provedor da Fazenda Real demarcar, tendo como base a igreja paroquial".

Saindo de Parnaguá, a comitiva rumou para o curso inferior do Gurguéia e, a poucas léguas de sua confluência com o Parnaíba, encontrou a povoação de Jerumenha, que a 22 foi solenemente elevada à categoria de vila, "na sede da paróquia que se presumia fora primitivamente o Arraial dos Ávilas".

Estava assim terminada a missão de João Pereira Caldas no sul da Capitania. Regressou ele a Oeiras.

Alguns dias depois viajou para o norte. A 8 de agosto está em Santo Antônio do Surubim, na bacia do Longá, que vai elevado à categoria de vila com o nome de Campo Maior. A 18 está na Matriz de Piracuruca, onde instala a Vila de São João da Parnaíba, que tem como sede Testa Branca, uma légua distante da atual Parnaíba. Visitando alguns dias depois Testa Branca, não se agrada do lugar, que contava apenas 4 casas, e ordena que se levante o pelourinho, símbolo da autoridade, no porto das Barcas. Este, desenvolvendo-se posteriormente, veio a ser a sede municipal em 1770. Por causa do porto, Parnaíba foi a única vila criada que teve imediatamente uma fonte orçamentária de renda efetiva, proveniente das taxas que as embarcações pagavam ao senhorio das terras e que, com a criação da vila, passaram a pagá-las à Câmara Municipal.

Voltando de Parnaíba, o Governador passou novamente por Campo Maior no rumo da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Poti, ou do Rancho do Pato, onde a 13 de setembro erige a Vila de Marvão do Piauí. A 20 do mesmo mês está na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroás, onde instala a Vila de Valença do Piauí, no lugar que se supõe tenha sido o Arraial dos Paulistas.

A 24 de setembro está novamente em Oeiras, onde lavra o bando, erigindo-a em cidade e capital da Capitania.

A população de Oeiras e das novas municipalidades, englobando livres e escravos, era a seguinte:

Oeiras	3.615	habitantes
Valença	1.485	"
Marvão	1.059	"
Campo Maior	1.867	"
Parnaíba	2.335	"
Jerumenha	647	"
Parnaguá	902	"
TOTAL	11.910	habitantes

Foi criada uma Companhia de Polícia entregue ao comando de Clemente Pereira. Criou-se também uma Companhia de Dragões. Foi organizado um pequeno hospital em Oeiras.

Com a chegada da notícia de que Portugal estava em guerra contra a França e a Espanha, Pereira Caldas despachou para o litoral João do Rego Castelo Branco com a missão de guardar o delta do Parnaíba. Levando pólvora e munição, João do Rego ocupou o delta com forças da Cavalaria Auxiliar e Ordenanças de Campo Maior e Piracuruca.

O Governador manchou seu governo com uma perseguição tenaz e injusta que moveu, durante toda a sua gestão, contra os restos de tribos que vagueavam pela Capitania. É responsável indireto pelos massacres de indígenas perpetrados por João do Rego Castelo Branco.

A 3 de agosto de 1769, o Governador passou o governo do Piauí ao seu substituto – Cel. Gonçalo Botelho de Castro – e viajou para o Pará a fim de assumir a governança, ali. Em 1775 foi transferido para o governo da Capitania do Rio Negro, onde ficou até 1778, quando foi nomeado Plenipotenciário e Chefe da Expedição Encarregada da demarcação de limites das possessões portuguesas e holandesas do norte e oeste do Brasil. Exerceu esta missão durante 5 anos.

Morreu em Lisboa, no posto de general do Exército português, membro do Conselho Ultramarino, com honras e proventos da Alcaidaria-mor e Comenda de São Mamede de Trovisco.

- Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí, de José Martins Pereira d'Alencastre.
- Pesquisas para a História do Piauí, Vol. I – Cap. IV – de Odilon Nunes.
- O Índio no Solo Piauiense – de Pe. Joaquim Chaves.
- Fragmentos da História do Piauí (artigos de jornal) de G. Benício de Melo.

Dom João do Amorim Pereira

Dom João do Amorim Pereira veio de Portugal como governador da Capitania do Piauí em 1797.

Foi probo, justiceiro e eficiente na sua administração.

Vivendo conosco, aprendeu, com inteligência e lucidez, todos os problemas de base da incipiente Capitania que lhe fora confiada, e se não os resolveu foi porque as circunstâncias não lho permitiram.

Imprimiu à administração pública um cunho de austeridade, honestidade e trabalho duro que sacudiu a rotina até então dominante por estas bandas do domínio português. O que se conhecia aqui, antes dele, em matéria de governo, era a prepotência, o relaxamento, sobretudo a venalidade e o suborno campeando livres ao longo da hierarquia dos poderes. Venalidade e suborno apresentavam-se entre nós sob a forma blandiciosa do *chaleirismo* que amaciava as resistências e comprava favores das autoridades.

Com Dom João do Amorim Pereira a coisa foi diferente. Funcionário público que exorbitasse do poder, não cumprisse o dever e se deixasse subornar, era funcionário liquidado. O castigo se abatia inexorável sobre o culpado e sua punição servia de escarmento para quantos ainda estivessem pensando em prevaricar.

Citemos fatos, entre muitos outros do seu governo, que nos revelam toda a lisura daquele Governador.

Um vereador da Câmara de Parnaíba, certo dia, mandou-lhe de presente um par de fivelas de ouro, muito usadas outrora nos sapatos masculinos. Não se pode saber a sua intenção, mas, se atentarmos para a época, tudo indica que ele estava preparando terreno para solicitar alguma mercê do governante. Assim o entendeu Dom João do Amorim, que aproveitou a oportunidade para dar-lhe uma lição em regra, que servisse de exemplo a todos quantos alimentassem a seu respeito as mesmas esperanças. Ao infeliz presenteante escreveu uma carta nos seguintes termos:

"Na carta escrita a 26 de agosto me avisa vmcê. que remeteu-me, como na verdade remeteu, umas fivelas de ouro de que fico entregue. E como eu não fiz a vmcê. encomenda delas, devo infalivelmente entender que vmcê. me fez presente das ditas. A este assunto eu responderei em outro lugar a vmcê. Agora só me resta recomendar-lhe o cuidado que deve ter na satisfação de suas obrigações, e isentá-lo de tudo que não for esse exercício".

Mas a coisa não ficou só nisso. Numa outra carta dirigida ao Juiz Presidente daquela Câmara, Caetano da Silva Lopes, e datada de 19 de setembro de 1798, dizia o seguinte:

"Logo que vmcê. receber esta minha ordem, fará avisar aos vereadores e mais oficiais dessa Câmara para que se ajuntem, no dia e hora que lhes determinar, na Casa da mesma Câmara, e quando estiverem juntos vmcê. entregará ao vereador Joaquim Barroso de Veras as fivelas de ouro que vão neste embrulho, que deve vmcê. abrir para que se veja, e realize a sua entrega. E o repreenderá severa e asperamente do temerário e atrevido arrôjo que ele teve de fazer-me semelhante presente, atacando por um modo tão escandaloso a minha independência, a minha honra e inteireza, devendo fazer um termo de entrega em que o mesmo se assine e que remeterá para esta Secretaria, deixando no mesmo Senado, por cópia, nos livros de registro, para que em todo tempo conste da atitude daquele e do meu proceder.

"E finalizando que seja o ato, vmcê. deixará preso à minha ordem, até eu não mandar o contrário, ao mesmo Joaquim Barroso de Veras, na Casa da mesma Câmara; e não tendo esta comodidade para ele estar preso, fará buscar uma casa para esse fim, avisando depois à mesma Câmara da dita prisão, para que nomeiem outro vereador que deve substituir o seu lugar".

De outra feita, ainda na Parnaíba, um cidadão foi preso arbitrariamente. Tomando conhecimento daquela prisão e dos motivos que levaram a ela, o Governador mandou relaxá-la e dirigiu-se ao Juiz Vereador Presidente da Câmara:

"É preciso que vmcês. todos entrem no verdadeiro conhecimento que devem ter das minhas intenções. Eu não tenho protegidos. O que quero é que não haja despotismos, nem vexames: que os ricos não persigam os pobres e que os maiores não pisem os mais pequenos: paz, quietação, amizade entre todos, e sossego, é o objeto dos meus cuidados, para que floresça a agricultura e cresça com abundância a felicidade dos povos.

"Estimarei que vmcê. passe bem e que tenha felicidades".

Verificando um dia que o Juiz de Jerumenha fora parcial num julgamento e faltara com a verdade para com o Governador, quando este o interpelara a respeito, escreveu-lhe:

"Recebi sua carta e vejo o que vmcê. nela me diz.

"É preciso, Sr. Juiz, que vmcê., fazendo o que deve, não dê motivo aos seus superiores de não acreditarem no que vmcê. disser Eu lhe tenho dito, e geralmente o mostro, que nem a jurisdição, nem a riqueza, nem o ser mais nobre, hão de prevalecer à razão e à justiça.

"Vmcê. deveria ser um bom Juiz, um homem de quem se pudesse confiar alguma coisa, porque é inteligente; mas tem desmanchos pelos quais já tem sido, como vmcê. sabe, castigado, e o deveria ser exemplarmente.

"Vmcê. procede só seguindo os seus sentimentos, e o que faz é a

bem dos particulares desejos. Lembre-se, só lhe digo pela última vez, que o meu espírito é o de maior retidão e imparcialidade; que prepotências, injustiças e despotismos para mim são crimes que não dispensarei absolutamente a ninguém.

"Eu tenho já queixas de vmcê. imensas, e, a ter feito a minha obrigação, eu teria inabilitado vmcê. para sempre do cargo e de todo o mando na sociedade".

Dom João do Amorim iniciou entre nós a difusão das publicações que um grupo de brasileiros, em Lisboa, preparava com o objetivo de fazer progredir o Brasil no campo da agricultura, da indústria extrativa e da preservação de nossas riquezas naturais. Tais publicações orientavam os interessados no cultivo do algodão, do arroz, do cacau, do café, da cana-de-açúcar, do cacto, da cochonilheira, do anil, das madeiras para tintas, bem como na industrialização desses produtos.

Dedicou especial cuidado à pesquisa mineral no Piauí.

Foi ele quem introduziu o arado entre nós, em 1783. É pena que a iniciativa daquele Governador não tenha vingado. Se desde aquela época estivéssemos empregando, no campo, as técnicas adequadas, nossa agricultura não seria hoje rotineira, atrasada, deficiente.

A propósito da iniciativa de Dom João do Amorim de introduzir o arado no Piauí, Pereira d'Alencastre escreveu o seguinte, em 1855:

"Os lavradores o receberam, porém pouco tempo depois o abandonaram por impraticável o seu uso, segundo disseram, e impraticável pela natureza do solo quase todo composto de matas, chapadas e caatingas e muito mais ainda por variarem os agricultores a cada instante de terreno.

"Aqueles, porém, que possuem excelentes terras de brejo, onde não se encontram muitos tocos e abundância de raízes, e por onde o arado pode passar livremente, continuaram a usá-lo até que voltaram à velha rotina e inteiramente o abandonaram, e por tal modo que não há no Piauí hoje quem possua um desses instrumentos e raro será aquele que o conhece". Mais uma vez prevaleciam, entre nós, os direitos espúrios da preguiça e da rotina.

Foi a agricultura que levou Dom João do Amorim a pensar na mudança da capital e a propô-la ao Conselho Ultramarino. Oeiras, naquele sertão bravio, sem meios de comunicação, nunca proporcionaria ao Piauí qualquer esperança de desenvolvimento. De fato, por onde escoar-se nossa produção agrícola para exportação? Ali estava, bem perto, a estrada líquida, que era o Parnaíba, inaproveitada. Ela levava diretamente ao litoral. Por que não mudar a capital para a margem do rio? Além disso, não possuíamos ainda uma alfândega que facilitasse nosso comércio diretamente com Portugal.

Foi pensando nisso tudo que Dom João escolheu Parnaíba como sendo o local mais apropriado para a capital da Capitania. A 8 de abril de 1798 escreveu a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos:

"... A situação desta Capitania é diametralmente oposta não só ao seu adiantamento mas ainda mesmo à sua conservação: a experiência o tem demonstrado e as razões seguintes o manifestam.

"Em primeiro lugar, o terreno da Capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação de seus habitantes; pois todos gêneros que se consomem nesta cidade (Oeiras) vêm daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que apenas carregam 5 arrobas e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com que sejam mais caros do que em Portugal, sendo por mar conduzidos dos portos deste continente; esta razão unida à grande preguiça quase universal destes povos os reduz muitas vezes a padecer muitas fomes, o que não sucederia se fosse situada a capital nas margens do excelente rio Parnaíba, navegável algumas 200 léguas, abundantíssimo de peixe, sendo suas margens susceptíveis de mais e melhor produção. De todos os efeitos que fazem o principal objeto de transporte para os portos de Portugal, o melhor é certamente o que se vai colhendo, o algodão, que podia e até devia produzir-se em grande abundância. O açúcar, o arroz, o tabaco e todas as mais produções da América progrediriam se tivessem tido um braço que animasse a sua produção e um gênio que buscasse os meios de seu aumento.

"Em todas as partes do mundo o que faz a abundância é o comércio, e o que o promove são as facilidades que a natureza ou a arte lhe administram: – o transporte pelo rio é sempre cômodo, muito mais quando as suas mencionadas margens lhes oferecem produções interessantes. O que fez aumentar o comércio do Maranhão foi a produção das matas do rio Itapecuru, que sendo muito extensas e abundantes não excedem às do Parnaíba na barra de cujo rio está situada a Vila de S. João da Parnaíba que, apesar de não ter tido uma pessoa vigilante para seu aumento e comércio, está muito mais melhorada que esta cidade, não só na construção de seus edifícios, e regularidade de interior, mas na sua abundância que sempre há nela, tanto pelo seu termo como pelos contínuos socorros que lhe entram pela barra, como pelo interior no mencionado rio. Ali tem havido e há comerciantes que transportam para o porto de Lisboa e cidade do Porto muitos gêneros dos que produz este clima; o que presentemente não fazem por terem tido bastantes perdas nas embarcações tomadas pelos corsários franceses, navegando daquele para os portos do Maranhão, Pará, Bahia e Pernambuco.

"Das vilas de que se compõe esta Capitania, só uma está no lugar em que devia estar indispensavelmente situada que é a de Parnaguá, aonde ela faz extrema com as Capitanias de Pernambuco e Bahia. A Vila de Jerumenha, distante 6 léguas do Parnaíba, aonde deveria ter-se estabelecido

e aonde pelas comodidades já expressadas seria sumamente abundante, é falta de todo o preciso, pobre e miserável. Valença ainda mais pobre, devendo ser formada junto do dito rio. Marvão é a mais pobre, e que precisa ser mudada para dali 30 léguas, para o lugar das Piranhas, que é muito mais abundante e cheio de gente e que por sua situação na raia da Capitania do Ceará é mais própria para assistir ali o Juiz.

"Esta capital que pelo seu ponto central dista da Vila de Campo Maior 80 léguas, sendo mudada para S. João da Parnaíba ficaria distante 40, e de todas as mais com pouca diferença.

"O meu parecer, Exmo. Sr., é que V. Excia. proponha a S. Majestade a mudança da cidade para aquela excelente vila, dentro em pouco tempo virá a ser uma boa cidade.

"O rio Parnaíba é tão próprio para uma grande navegação, produção e cultura que espontaneamente na barra que nele faz um dos muitos rios que se lhe ajuntam, e que são navegáveis até certa distância, principalmente no tempo das chuvas, chamado Poti, um dos ditos de maior produção se formou uma povoação tal com negócio, capela e um cura desta freguesia que não só é melhor que quase todas as vilas, como que não precisa mais nada do que a criação de um Juiz".

Dom João do Amorim Pereira governou o Piauí duas vezes. Deixou o governo como havia entrado: pobre e honrado. Ao contrário do que fizeram muitos outros que vieram pobres e regressaram ricos deixando muita lágrima, muita miséria e corrupção como únicas lembranças.

A Historia, porém, é inexorável. Ela se encarrega de premiar a virtude e castigar o vício. Enquanto louva e engrandece a memória de Dom João do Amorim Pereira, cobre de opróbrio os nomes execrandos dos ladrões e corruptos que se aproveitaram da coisa pública para enriquecer.

- O Piauí - 21 de agosto de 1921.
- Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí - José Martins Pereira d'Alencastre.
- Pesquisas para a História do Piauí, Vol. 1 - Odilon Nunes.

Leonardo de Carvalho Castelo Branco

Nasceu Leonardo em 1788, em Tabocas, uma fazenda de gado à margem esquerda do rio Longá, num distrito que então pertencia ao município de Parnaíba. Era filho de Miguel de Carvalho Castelo Branco e de Dona Ana Rosa Claro Castelo Branco.

No ambiente rude em que viveu seus primeiros anos, fez, em casa, os estudos primários. O que pôde avançar além disso fê-lo por esforço próprio, sob a orientação de seu pai. Era inteligentíssimo e muito dado a leituras sérias.

Casou-se ainda jovem, sobrecarregando-se muito cedo com os pesados encargos de chefe de família.

Homem de relativa cultura para o meio em que vivia, fazendeiro, de família importante, figurou entre os eleitores da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Parnaíba, na primeira eleição para deputados à Corte de Lisboa, que se realizou em Oeiras, em 1821. Nessa eleição foram eleitos representantes do povo piauiense o Dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e o poeta Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Este último não aceitou o mandato, assumindo-o o Padre Domingos da Conceição, na qualidade de suplente.

O movimento da independência se alastrava por Parnaíba, Campo Maior e Oeiras, naqueles dias. Leonardo foi dos primeiros que aderiram ao grupo de Parnaíba, chefiado pelo Dr. João Cândido de Deus e Silva. Arrebatado por temperamento, não sabia fazer nada por metade. Após sua adesão, abandona a fazenda e a família e se transfere para Parnaíba pronto para o que desse e viesse.

Acontece que o negócio da independência em Parnaíba era mais um movimento de idéias. Os parnaibanos haviam, certo, proclamado a adesão de Parnaíba, mas não dispunham de armas, nem de soldados, nem de fortificações para garantir o ato, e não aliciaram o povo para uma luta armada, se tal se fizesse preciso. Quando Fidié para lá se deslocou à frente de uma força armada para cobrar-lhes o arrojo, o movimento independente de Parnaíba esvaziou-se como um balão furado e seus chefes fugiram às pressas para o Ceará. Entre eles ia o nosso Leonardo.

Ele tinha a palavra fácil e sabia comunicar aos outros, como ninguém, suas próprias idéias, entusiasmando-os. O que não conseguira no Piauí, talvez porque não lhe cabia, aqui, o comando, conseguiu no Ceará. Em Sobral, convenceu um grupo de cearenses a invadirem o Piauí para o libertarem do jugo português. Organizado o corpo expedicionário, ele o dividiu em dois grupos que chamou de 1ª e 2ª Divisões. Assumiu o comando da primeira. A outra ficou sob o comando do capitão piauiense José Francisco de Miranda Osório.

O grupo de Leonardo invadiu o Piauí e no dia 22 de janeiro de 1823 entrou em Piracuruca, surpreendendo e aprisionando a guarnição que Fidié ali deixara para garantir-lhe a retaguarda. Foi lá que redigiu, dia 24, a carta de exortação aos povos piauienses e maranhenses.

Esta exortação mais tarde serviria de peça principal no processo que lhe moveriam em São Luís, depois de ser preso no lugar Repartição.

De Piracuruca marchou célere sobre Campo Maior, que já encontrou rebelada, ali entrando, sem dar um tiro, no dia 1º de fevereiro de 1823. No dia 5 proclamou a adesão da vila ao movimento da Independência. Fez algumas prisões. No dia 6 dirigiu correspondência à Câmara Municipal e ao Comando Militar de Caxias conclamando-os a aderirem também à causa brasílica.

Incompreensivelmente, poucos dias depois, abandonou Campo Maior e foi estabelecer o seu quartel na fazenda Melancias, à margem do rio Parnaíba, defronte do porto maranhense da Repartição. Ali caiu numa armadilha e foi aprisionado no dia 1º de março, quando distribuía sua proclamação ao povo de Repartição. Transportado para São Luís, encerraram-no na Fortaleza de Santo Antônio da Barra, enquanto lhe arrumavam um processo. A bordo do brigue *Sociedade Feliz*, enviaram-no para Lisboa, lá chegando em fins de maio, sendo logo recolhido à cadeia do Limoeiro.

Foi esta a sua participação no movimento da independência, no Piauí.

Enquanto esteve preso em Lisboa, recebeu assistência do representante piauiense Deputado Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco.

Um decreto de 6 de junho daquele ano indultou todos os prisioneiros políticos. Da prisão Leonardo dirigiu-se ao Rei pedindo para ser solto, o que lhe foi concedido no dia 22 de julho, por acórdão da Relação de Lisboa.

Uma vez solto, Leonardo embarcou de volta para o Brasil, desembarcando em Pernambuco. De lá foi para a Bahia, onde teve notícia da rendição de Fidié, em Caxias.

Em 1824 está no Piauí. A independência que possuíamos não era a que ele sonhara. Homem resoluto e destemido, injustiçado pelo Governo Imperial, que não reconhecera sequer com uma condecoração seus feitos e sacrifício em prol da independência, não é de admirar que ele se envolva novamente em barulho, uma segunda vez, para alcançar o que não conseguira na primeira. Quando teve conhecimento de que rebentara, em Pernambuco, uma revolução com o objetivo de criar uma república que teria o nome de Confederação do Equador, largou novamente seus afazeres e começou a aliciar gente para aderir àquele movimento. O Governo da Província estava atento e Leonardo foi preso e conduzido a Oeiras. De lá enviaram-no para São Luís, onde foi solto. Já então ele havia modificado o seu nome, dizem que em

cumprimento de um voto que fizera quando de sua prisão em Lisboa. Assina-se agora como Leonardo de Nossa Senhora das Dores Castelo Branco.

Voltando ao lar, desiludido da política, passa a dedicar-se inteiramente a uma idéia que já o empolgava há muito tempo: enveredar pelo terreno da ciência, principalmente da mecânica, e poder assim ajudar os outros com suas descobertas. É um sonho e uma ilusão ao mesmo tempo.

Inteligente, mas autodidata, não tem base intelectual para lograr êxito. No entanto, vai tentá-lo Não encontrando apoio no Brasil, viajou, em 1833, para Lisboa, a fim de estudar e trabalhar na realização de seu ideal. Em 1850, volta ao Brasil e, fazendo experiências sempre fracassadas, está algum tempo no Maranhão e na Bahia. Sua obsessão agora é descobrir o motu-contínuo. Da Bahia viaja para o Rio de Janeiro, se encontra com o Conselheiro José Antônio Saraiva, o fundador de Teresina, que se interessa por suas idéias e se prontifica a ajudá-lo. Saraiva consegue para ele o apoio do Imperador. Como ele precisasse de um laboratório, põem à sua disposição, no Arsenal da Marinha, os meios necessários para a construção de sua máquina grandiosa e inexequível. Mas não vai além disso. Verba só consegue uma, de 5 contos de réis, para construir uma barca de sua invenção, que não deu resultado prático.

Nada deu certo. Tudo fracassou. E nessa faina improdutiva ele morreu, na maior penúria, com 85 anos de idade, no dia 12 de julho de 1873.

Deixou algumas obras. Um poema – *A Criação Universal,* com 4.247 versos soltos; *O Santíssimo Milagre,* "canção em que resumidamente descreve o santo milagre de Santarém", e *Astronomia e Mecânica Leonardinas,* que, segundo João Pinheiro, não chegou a ser publicada. Esta última é volumosa, dividida em 2.422 números, na qual abordou os mais graves problemas geográficos e astronômicos, de acordo sempre com sua visão bíblica, que ele julgava inteiramente científica.

Para a ciência propriamente dita, sua obra não trouxe qualquer contribuição. Mas, por ser obra de um homem nascido e criado numa das mais rústicas Províncias do Norte do Império, é de reconhecer-se que ele se superou a si próprio e honrou a terra natal.

Sua memória como patriota que trabalhou e sofreu denodadamente pela nossa independência, cumpridor que foi de seus deveres em meio a padecimentos físicos e morais, sem jamais receber a mais mínima recompensa, sua memória, digo, merece ser honrada pelos piauienses.

– Vultos Piauienses – Clodoaldo Freitas.
– Doc. nº 4 – 17.02.1823.
– Doc. nº 5 – 17.02.1823.
– Doc. nº 6 – 14.02.1823.
– Doc. nº 7 – 14.02.1823.

Manuel de Sousa Martins

Manuel de Sousa Martins é a figura mais discutida da história piauiense. Situado, porém, no seu meio, na época em que viveu e com o grau de cultura que possuía, não poderia ter sido melhor o Visconde da Parnaíba. Achamos mesmo que ele rendeu muito além de suas capacidades. E uma coisa ninguém pode contestar nele: o seu amor acendrado ao Piauí e a sua disposição de defendê-lo e servi-lo, quaisquer que fossem as circunstâncias. Mesmo que não tivéssemos outros motivos para respeitá-lo, somente este já seria bastante para lhe cultuarmos a memória.

Nasceu em Oeiras, na fazenda Serra Vermelha, a 8 de dezembro de 1767. Era filho de Manuel de Sousa Martins e de Ana Rodrigues de Santana. Sua única instrução consistiu em saber ler e contar. Dizem que aprendeu um pouco de latim com seu tio, o Sargento-mor Marcos Francisco de Araújo Costa. Se isto é verdade, foi um luxo, pois do latim ele nunca precisou na sua longa vida.

Com a morte de seu pai assumiu, aos 16 anos, o encargo dos negócios da família. O que aprendeu depois disso foi diretamente no livro da vida, no trato com os homens, pois era inteligente e atilado. Piauiense da gema, tinha forçosamente que ser um produto do ciclo do gado. E o foi, começando como vaqueiro, passando a boiadeiro, tornando-se fazendeiro e chegando a *príncipe de pastores*, no ápice de sua carreira. Que se poderia esperar mais dele?

Possuía uma grande fortuna quando se meteu na política.

Durante 20 anos, de 24 de janeiro de 1823 a 30 de dezembro de 1843, com pequenos interregnos (de 9 de dezembro de 1828 a 13 de fevereiro de 1829 e de 15 de fevereiro do mesmo ano a 17 de fevereiro de 1831), Manuel de Sousa Martins esteve na direção da Província, enfeixando em suas mãos um poder e um prestígio que nenhum outro governante piauiense possuiu até hoje.

Foi ele o homem que a 24 de janeiro de 1823 levantou Oeiras contra o Major João José da Cunha Fidié, verdadeiro representante do governo português no Piauí. Depois de algumas hesitações, foi ele o comandante supremo das tropas piauienses nas lutas da independência, até a rendição de Fidié, em Caxias.

Foi ele que mobilizou, armou e levou o Piauí a enfrentar a Balaiada, no princípio sem nenhum apoio do poder central e também pouco apoiado pelos governos do Maranhão, Bahia e Ceará durante todo o desenrolar da guerra. Nessa luta ele se revelou o homem resoluto, que sabe o que quer e toma desassombradamente a medida acertada na hora exata. Quando os soldados piauienses já se batiam no Maranhão contra os rebeldes, antes da

chegada de Luís Alves de Lima e Silva, da Metrópole nada nos vinha, nem armas, nem munições nem dinheiro, nem combatentes. De lá, naquela hora, nos viera simplesmente uma ordem do Ministro da Fazenda, Martim Francisco de Andrade, para que não se retivessem, sob pretexto algum, quaisquer quantias dos Cofres Gerais, e se fosse parcimonioso nas despesas. Consignava-se para a Guarda Nacional, no Piauí, nosso mais poderoso corpo militar, para enfrentar os rebeldes, a verba ridícula de 800$000, justamente naquele ano de 1839. Curvar-se àquelas determinações seria o mesmo que pear a Província de mãos e pés e entregá-la, de mão beijada, aos rebeldes. Manuel de Sousa Martins não tergiversou. Para o diabo aquelas ordens imperiais. Em frontal contradição com elas, o que ele fez foi autorizar a suspensão da remessa para o Rio de Janeiro do saldo existente no Piauí nos Cofres Gerais e determinou a emissão de 50 contos de réis das cédulas gerais que havia em depósito. Mais tarde sacaria ordens contra a Tesouraria do Maranhão. Guerra é guerra e para o Visconde da Parnaíba a salvação é a lei suprema. Assim ele agia sempre que era preciso para salvar o Piauí. E teve razão porque, no fim de tudo, em vez de castigo, recebeu honrarias: o hábito e depois a comenda da Ordem de Cristo, o oficialato e depois a dignitaria do Cruzeiro, o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, o título de Barão e depois o de Visconde da Parnaíba, com honras de grandeza.

Combateu também os partidários de Pinto Madeira. Não podia tolerar desordens e rebeldias. Para ele a ordem era garantia do progresso.

Quando sua estrela política se apagou, ele continuou aferrado ao seu partido, mas sem evoluir para as mudanças que se faziam necessárias. Foi contra a mudança da capital.

Na Câmara de Deputados, no Rio, alguns deputados abriram um tremendo fogo de barragem acusatória contra ele, desmoralizando-o. Foi acusado de quase todos os crimes, sem se levantar uma única voz em seu favor. Acusaram-no de nepotismo, de assassinatos, de negociatas com a coisa pública, de enriquecimento ilícito. Claro que ele não era um santo, mas também não era o demônio que seus adversários políticos pintaram. Queriam alijá-lo a qualquer preço, pois seu governo já durava 20 anos: esta é que era a razão última de toda aquela guerra contra o velho fazendeiro.

Como Presidente não fez somente guerras para a preservação da ordem pública. Pugnou pela anexação do delta do Parnaíba ao Piauí. Promoveu os recenseamentos de 1826 e 1831. Presidiu eleições. Organizou o Conselho Geral da Província com pessoas probas e independentes. Quando a Província foi dividida em quatro comarcas e foi executado o Código do Processo Criminal, ele aproveitou todos os juristas habilitados. Até jornal imprimiu, "O Telégrafo", que começou a circular em novembro de 1839.

Na defesa dos interesses do Piauí sua linguagem é direta, incisiva, sem artifícios. Como amostra, vejamos esta diatribe contra o Ceará, que abocanhara uma parte do nosso território: "A perda deste legítimo terreno no Piauí muito tem concorrido para a diminuição de seus réditos e de população da Vila da Parnaíba e, portanto, de nenhum modo devo deixar de pedir a V. Majestade Imperial a reivindicação do sobredito terreno, que o Ceará há usurpado ao Piauí, o qual é (contando pela costa, desde a Barra do Igaraçu à Barra do Timonha, na tromba da Serra da Ibiapaba), que forma a linha de divisão destas duas Províncias, pelo centro. Quem pensaria que o Ceará, não contente de ser o flagelo desta Província, pela profusão de sua gente que derrama sobre ela, que inquietam os seus habitantes pelos roubos, assassínios e todas as qualidades de maldades com que se nutrem, por serem vagantes e ociosos, também queira tirar ao Piauí o terreno que lhe pertence!"

Iniciou Manuel de Sousa Martins sua carreira militar no verdor dos anos. Sentou praça como soldado raso e passou a furriel da 5ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Milícias, comandado por Abreu Bacelar. Em 1804 era alferes. Já em 1812 era coronel agregado, efetivando-se no posto em 1815. Depois foi promovido a brigadeiro e neste ponto reformou-se sem soldo, em 1820.

Morreu o Visconde da Parnaíba em Oeiras a 20 de fevereiro de 1856, na avançada idade de 89 anos.

- O Visconde da Parnaíba – Esmaragdo de Freitas.
- Pesquisas para a História do Piauí - Vol. III – Odilon Nunes.
- Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí – Pereira d'Alencastre.
- Província do Piauí – Registro de Ofícios 1822-1834, pg. 20 CAB.

Marcos de Araújo Costa

Nasceu o Padre Marcos de Araújo Costa no Arraial do Paulista, hoje cidade de Paulistana, no ano de 1780. Era filho de Marcos Francisco e de Maria Rodrigues de Santana.

Seu pai, homem letrado, ocupou cargos importantes na Capitania. Foi Sargento-mor, Ouvidor-Geral de Oeiras durante muitos anos e participou da Junta Governativa de 1784 e 1796.

Seu primeiro professor foi o próprio pai, que lhe ensinou letras, boas maneiras e um pouco de latim. De posse deste pequeno cabedal de conhecimentos, viajou para a Vila do Açu, no Rio Grande do Norte, matriculando-se, ali, no célebre colégio do Dr. Manoel Antônio de Andrade. Fez os preparatórios naquele estabelecimento de ensino. Dividem-se as opiniões a respeito do lugar onde fez o curso superior para o sacerdócio. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco afirma que em Lisboa; outros dizem que foi no Seminário de Olinda. Os que sustentam este último ponto de vista baseiam-se no fato de que o espírito cívico e nacionalista do Padre Marcos reflete um tipo de formação que não era dado em Lisboa naquela época, e sim em Olinda, onde pontificava o célebre Padre João Ribeiro, um dos líderes da revolução de 1817. Também não se pode duvidar de Miguel Borges, sempre muito seguro em suas informações. É bem possível que o Padre Marcos tenha iniciado os estudos de Teologia em Lisboa e terminado em Olinda, ou vice-versa.

São imprecisas as notícias logo após sua ordenação sacerdotal. Sabe-se que voltou ao Piauí estabelecendo-se na sua fazenda de Boa Esperança, dali saindo, vez por outra, para Oeiras, sempre no desempenho das funções de seu ministério sacerdotal. Recusou convites para o Maranhão e para outras localidades do Piauí. É que ele já estava executando um plano que há muito absorvia o seu pensamento: adaptar a casa-grande da fazenda Boa Esperança para um colégio de internato e dedicar-se inteiramente à instrução e educação da juventude piauiense. Não esqueçamos que isto se passava no ano de 1820, quando nenhum colégio, quer público quer particular, existia em todo o território do Piauí. Algumas escolas públicas primárias, que foram criadas pouco depois, existiram apenas nos decretos de sua criação, mas não funcionaram.

O colégio do Padre Marcos honrou o Piauí, não só pela ousadia do empreendimento, naquela época e naquelas brenhas, como também pela capacidade intelectual e pedagógica do grande mestre, que o dirigiu até sua morte. Morreram os dois no mesmo dia, o Padre e o colégio. Gerações de piauienses foram ali buscar conhecimentos seguros para poderem ingressar, alguns deles, nos estudos superiores fora do Piauí. Os que não tiveram este privilégio, e foram a maioria, transformaram-se, por sua capacitação intelectual ali adquirida, em líderes das comunidades onde viveram e atuaram.

Boa Esperança era uma colméia onde se estudava, trabalhava e orava. O Padre presidia todas estas atividades. Quando não estava nas salas de aula ou no desempenho de seu ministério sacerdotal, encontrava-se nas roças ou no campo orientando os escravos no amanho da terra ou os vaqueiros no cuidado do gado da fazenda, donde se tirava o necessário para o abastecimento do internato. Os alunos pobres estudavam e recebiam alimentação gratuitamente.

Inteiramente dedicado aos seus múltiplos afazeres o Padre Marcos estava atento, no entanto, ao que se passava no Brasil. Sua alma ardente de patriota ansiava pelo dia em que pudéssemos sacudir o jugo português. Quando soube que Dom João VI havia deixado o Brasil, percebeu que a hora se aproximava e ele devia estar preparado para ela. O plano português de jungir o Piauí ao Maranhão para a formação de uma província ultramarina portuguesa, depois da independência, tinha que ser frustrado a qualquer preço, mesmo com o emprego da força, se isto se tornasse necessário. Claro que a sua condição de Ministro de Cristo o impedia de pegar em armas, mas não o impedia de levar os outros a fazê-lo mediante a sua pregação e o seu prestígio. E foi o que ele fez.

Quando Fidié marchou sobre Parnaíba para sufocar a rebelião ali, abandonando Oeiras com poucas forças, a ocasião se apresentou para o levante de capital e posteriormente de toda a Capitania. Perdê-la seria arriscar irremediavelmente a causa da independência no Piauí. Os patriotas procuraram agir com rapidez. Mas esbarraram logo num obstáculo que parecia intransponível: o único chefe com prestígio e capacidade militar para liderar a ação, o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, estava indeciso e temeroso das consequências que teria de arrostar. Sem ele à frente nada se poderia fazer com perspectiva de êxito. A única pessoa que poderia demovê-lo de suas indecisões era seu primo, o Padre Marcos, a quem ele devotava muita estima e absoluta consideração. Sabedor do que se passava com o Brigadeiro, Padre Marcos não hesitou: deixou Boa Esperança e galopou para Oeiras. Ali chegando, trancou-se com o primo numa conferência que varou a noite. Quando o dia foi clareando a sorte da independência no Piauí estava lançada. Na madrugada de 24 de janeiro de 1823 levantou-se Oeiras, à frente o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, proclamando a adesão do Piauí à independência do Brasil. O que se seguiu depois foi, em parte, consequência daquele dia e daquela decisão do Brigadeiro aliciado pelo Padre Marcos.

Dali por diante, enquanto ele viveu, nada de sério e importante se fez na Província sem que ele fosse ouvido. Mas não aceitava cargos. Renunciou a todos.

Na revolução de 1824, optou pelo Império e, para apoiar o Brigadeiro, que ficou quase sozinho naquela encruzilhada, Padre Marcos consentiu em figurar na Junta Defensiva que se constituía em 20 de setembro daquele ano.

Sua presença nela foi um freio de moderação, impedindo violências desnecessárias. Assim é que, sozinho e desarmado, apenas acompanhado do Tenente-Coronel Inácio Francisco, conseguiu apaziguar Valença, tirando-a do âmbito de influência da rebelião.

Foi eleito, algumas vezes, Deputado à Assembléia Provincial, quase à sua revelia. Sistematicamente, porém, excogitava pretextos para não comparecer às sessões. Aceitou a Vice-Presidência da Província, como aceitaria também alguns títulos e honrarias. Mas cargo de mando nunca os exerceu. Fugia deles não por irresponsabilidade mas porque achava que sua missão era outra e os cargos deviam ficar para os civis e os militares mais preparados do que ele para exercê-los. Aliás, nem cargos eclesiásticos aceitou. Convidado pelo Bispo Dom Marcos Antonio de Sousa para ser o Vigário Geral Forense do Piauí, recusou.

Construiu a Casa da Câmara e a Matriz de Jaicós. Restaurou o Hospital de Caridade de Oeiras.

Todos os presidentes que passaram pelo Governo do Piauí o consideraram e elogiaram. Zacarias de Góis e Vasconcelos, quando deixou a Presidência, fez questão de despedir-se dele pessoalmente, indo até Boa Esperança antes de viajar para Feira de Santana.

Boa Esperança era um oásis naquele deserto de desentendimentos e contendas políticas que assinalaram a época em que ele viveu. Além de alimento, conforto, dinheiro, instrução, até justiça ele distribuiu gratuitamente. Sim, porque muitas contendas foram por ele dirimidas sem precisão de recursos a tribunais. Quem o diz, aliás, sem nenhum ressaibo de despeito ou prevenção, é o próprio Juiz Municipal de Jaicós, o Dr. Antonio de Sousa Martins, num folheto publicado em 1855. "Enquanto viveu o Padre Marcos, exerceu este um domínio quase absoluto, domínio por certo suportável, porque, varão ilustrado e naturalmente beneficente e reto, procurava conciliar os homens e decidir suas questões pela maneira que lhe parecia razoável".

Uma interessante informação a respeito do Padre Marcos e de sua obra nos é dada por um estrangeiro que visitou o Piauí e esteve em Boa Esperança em 1839, o cientista inglês George Gardner, no seu livro "Viagens no Brasil":

"É o Padre Marcos de Araújo Costa bem conhecido em todo o Norte do Brasil, não só por sua inteligência e saber, como por seu excelente caráter moral e benévola disposição, qualidades que vi amplamente confirmadas durante os 8 dias que em sua fazenda me hospedei. Se todos os sacerdotes do país tivessem metade de sua cultura, bem como de sua atividade e zelo pela difusão do ensino, a condição do Brasil se tornaria bem diferente do que é e do que receio continue a ser por longo tempo, dada a presente situação. É surpreendente a atividade deste ancião de mais de sessenta anos e não o é menor a sua filantropia.

"Como os meios de educação só estão ao alcance de muito pouca gente neste vasto país de tão escassa população, tem este velho mantido por anos o hábito de sustentar e educar em sua casa, livre de despesas, vinte meninos, até que adquiram sofrível conhecimento de latim, filosofia e matemática. Ele próprio é um erudito possuidor de vasta biblioteca de clássicos e filósofos; de botânica e história natural possui suficiente conhecimento para que estes assuntos se lhe tornem agradável distração. Entre os seus livros encontrei quase todas as obras de Lineu, as de Brotero, e uma de Vandelli, muito rara, sobre as plantas de Portugal e do Brasil, obra que ele acabou por me oferecer de presente.

"Não fez da Igreja meio de vida, contentando-se com viver no sossegado retiro de criador de gado e dedicando os seus lazeres à educação dos discípulos.

"Durante a minha estada em Boa Esperança, fiz ligeiras excursões pelos arredores, acompanhado pelo velho Padre e o Dr. Marcos de Macedo, acrescentando muitas novidades às minhas coleções". (Viagens no Brasil - George Gardner, pg. 200).

Morreu no dia 4 de novembro de 1850.

Comunicando sua morte aos Deputados da Assembléia Provincial, o Presidente José Antonio Saraiva assim se expressou:

"A morte do reverendíssimo Padre Marcos, que encheu de dor todos os corações piauienses, fechou as portas da única casa de educação que esta Província possuía".

Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres – *Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco*.

- Esmaragdo de Freitas, *homens e episódios* – **Antologia organizada e comentada por A.. Tito Filho, 1973.**

João da Costa Alecrim

Figura das mais discutidas na história das lutas da independência no Piauí, o Capitão João da Costa Alecrim, com sua bravura desvairada, não deixa de despertar simpatia em quem estuda mais de perto sua atuação, aqui, apesar das dores de cabeça que deu ao comando da Barra do Poti.

Não era filho do Ceará, como supõem alguns historiadores. Nasceu em Pedras de Fogo, povoação da então Capitania de Pernambuco. Não sabemos a data do seu nascimento. Mas é certo que no ano de 1808, em companhia de seu tio, Padre Manoel Pacheco Pimentel, vigário da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, Alecrim mudou-se para o Ceará. Fixou residência em Vila Nova d'El-Rei, hoje Guaraciaba.

Quando o ideal da independência inflamou a Terra da Luz, Alecrim apresentou-se como voluntário. Queria estar onde houvesse luta. Como não se lutava no Ceará, associou-se ao Capitão Luís Rodrigues Chaves, que partia para o Piauí com uma força armada, a fim de ajudar os piauienses a se desfazerem do major João José da Cunha Fidié. Parecia que a coisa aqui ia ferver e ele queria estar onde houvesse barulho.

Chegou a Campo Maior a 12 de fevereiro de 1823 com o Capitão Rodrigues Chaves. É dali que ele se dirige às autoridades de Oeiras, em ofício de 18 de fevereiro, primeiro documento que traz sua assinatura em terras de Mafrense:

"Conduzindo-me a sorte no suave trabalho da causa brasileira a esta Vila de Campo Maior em socorro de meus compatriotas e irmãos piauienses que esbulhados de seus sagrados direitos clamavam pelo nosso auxílio, aqui me acho debaixo das ordens de meu Comandante, o Ilmo. Sr. Capitão Luís Rodrigues Chaves, para em tudo sacrificar-me na defesa de todos aqueles sobre quem ainda tem poder o despotismo.

"Beijo as mãos de V. Excias. e lhes dou alegres parabéns pela resolução que hão tomado a favor da dita causa, terminando desta maneira os incalculáveis males que tão desorientadoramente eram perpetrados pelo ex-Governador de Armas desta Província, cujo passo, tão acertado como político é digno do maior aplauso. Protesto a V. Excias toda obediência. Os céus prosperem a preciosa vida de V. Excias. como é mister por muitos anos. Campo Maior, 18 de fevereiro de 1823. João da Costa Alecrim".

Não podiam ser melhores as suas intenções. Vinha no posto de Capitão da Cavalaria de Milícias.

Nesse mesmo dia 18 de fevereiro, por ordem do Capitão Rodrigues Chaves, deixa Campo Maior e vai ocupar o porto de Estanhado. "A 18 do corrente mandei o Capitão da Legião Imperial, João da Costa Alecrim, ocupar o porto do Estanhado".

Estava ele agora como queria, mais perto do inimigo, na fronteira do Maranhão. E foi lá que ele recebeu o apelo do Capitão Rodrigues Chaves para vir ajudá-lo a combater Fidié, que se aproximava de Campo Maior em marcha acelerada.

Abdias Neves diz que "sabendo o Capitão Luís Rodrigues Chaves que o oficial cearense Capitão João da Costa Alecrim, após o abandono de Piracuruca, viera aquartelar-se no Estanhado, onde reunia pessoal para fazer uma sortida além do Parnaíba, enviou-lhe um emissário". Não é verdade. João da Costa Alecrim não esteve em Piracuruca. Entrou no Piauí pela estrada de Matões, com o Capitão Luís Rodrigues Chaves, e, pelos documentos acima citados, estava em Campo Maior no dia 12 de fevereiro e logo no dia 18 do referido mês fora mandado para o porto do Estanhado. Se ele tivesse estado em Piracuruca, os acontecimentos naquela frente teriam sido bem diferentes. Teria havido luta séria e não aquela debandada vergonhosa que conhecemos.

Foi no Estanhado que ele recebeu, no dia 12 de março, o convite de Rodrigues Chaves para vir ajudá-lo a combater Fidié na sua passagem por Campo Maior. Não vacilou um instante. Voltou o "positivo" com a resposta de que o aguardasse no dia seguinte. Reuniu a força e, duas horas depois, estava em marcha. Caminhou toda a noite e, pela madrugada, penetrou em Campo Maior. Sua tropa estava fatigadíssima pelo longo trajeto feito em poucas horas a marchas forçadas. Não importa. Às 9 horas da manhã do dia 13 entrou em combate, no Jenipapo, com a bravura, o dasassombro e a temeridade que lhe eram peculiares. Impôs-se aos demais pela sua atuação. Foi um herói.

Depois da derrota, vamos encontrá-lo na fazenda São Pedro, onde se estavam reunindo os remanescentes da batalha do Jenipapo. Ao escurecer do dia 25 ele entra em Oeiras com os outros chefes.

No dia 30 de março Alecrim já está de volta ao teatro da luta. Parte com o Capitão Rodrigues Chaves, que leva a missão de ocupar a Barra do Poti. Nas instruções à Junta de Comissão Militar da Barra do Poti, criada pelo Governo de Oeiras a 30 de março de 1823, já consta o nome do Capitão João da Costa Alecrim no comando da 2ª Divisão, naquela frente.

Quando o Tenente Roberto José de Moura, do Regimento de Milícias de Caxias, pediu socorro para defender a povoação de São José dos Matões (MA) de uma investida dos soldados de Fidié, já aquartelados em Caxias, o oficial escolhido pelo Comando do Poti para aquela arriscada missão foi o Capitão Alecrim. Recebeu ele ordem para atravessar o Parnaíba com 400 homens e, a marchas forçadas, chegar a São José a tempo de socorrer a guarnição independente do Tenente Roberto. Alecrim chegou com os seus homens ao teatro da luta, além de São José, a tempo de completar o desbarato do inimigo que já havia começado com o ataque fulminante e temerário do tenente maranhense. Dando conta ao Comando da Barra do Poti do resultado daquela missão, assim se expressou o Capitão Alecrim na sua parte de combate:

"Cumprindo com o que me ordenou a Junta de Comissão da Barra do Poti em seu ofício de 28 terminante, marchei para este ponto com 400 homens em socorro dos nossos irmãos brasileiros que, por terem assentido ao sistema político do Brasil, se viam com o inimigo à testa na distância de duas léguas e meia; essa força inimiga constava de setenta soldados e tendo certeza de que neste ponto se achava força superior aí se abarrancou dando parte a Caxias e pedindo socorro; mas o Tenente Roberto José de Moura, antes que chegasse o pedido de socorro, os foi atacar e certamente os destroçou morrendo inimigos 45 e prisioneiros 13, mas estes no princípio do ataque se vieram entregar trazendo as armas e carregadas, e por isso não se mostrando inimigos achavam-se soltos; nossos morreram seis. Amanhã, 2 do corrente, faço a aclamação neste lugar prestando todos os juramentos ao Sr. Dom Pedro I Imperador do Brasil e a sua independência política. De Caxias marchavam, em consequência à requisição que a tropa destroçada fez, 200 soldados e 2 peças, mas apenas atravessei o rio e eles tiveram notícia voltaram; entanto eu os espero a cada momento. Nesta povoação acham-se armados 650 homens e bem municiados. É quanto por hora tenho de participar a V. Excias. Quartel de São José, na Província do Maranhão, 1º de maio de 1823 – João da Costa Alecrim – Capitão Comandante Auxiliar".

Bem modesto, aqui, o Capitão Alecrim não avocou a si os louros daquela vitória, se bem que sua participação nela tenha sido marcante. Só fez uma tolice: uma segunda aclamação da independência em São José, perfeitamente desnecessária, pois o Tenente Roberto já havia feito isto com os habitantes da povoação.

Ali ele ficou, por ordem da Comissão Militar da Barra do Poti, comandando aquela guarnição. Não permaneceu inativo. Enviava patrulhas todos os dias para fustigar o inimigo.

Ali começaram suas desavenças com o Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, Presidente da Junta de Comissão Militar do Poti. É o seu maior acusador.

Alecrim era de uma impulsividade inaudita. Não admitia meios termos, nem procurava atender às circunstâncias especialíssimas provocadas pela guerra. Ardoroso e valente, jamais se conformara com as determinações ponderadas do Comando Militar do Poti. Com ele viveu em constantes atritos. Só lhe comunicava suas indisciplinas depois de as ter cometido.

Ainda em São José ele tentou articular um golpe para a criação de um governo maranhense, inteiramente desligado do Comando do Poti, que dirigiria as operações ali até a tomada da capital. Chegou mesmo a aconselhar os oficiais a escolherem por voto os membros desse governo. Quando viu porém que seu nome não constava da lista dos eleitos deu uma guinada de 180 graus, acusando os oficiais de tramarem uma traição imperdoável. Por pouco não os prendeu e castigou.

Vendo que os dias se passavam, a guerra se arrastava e não se dava um passo à frente, ele, sem ordem, avançou e ocupou Buriti Cortado. Apenas se soube no Poti desta indisciplina, já ele havia avançado mais e ocupado Sucuriú, a 10 léguas de Caxias. Depois avançou mais, ocupando Pindoba. Levou uma reprimenda do Comando, mas não lhe deu bola.

Tendo o inimigo espalhado o boato de que uma pequena força de independentes, a 23, havia avançado até Bonfim, a 4 quilômetros de Caxias, e ia ser esmagada pelos portugueses, Alecrim saiu açodadamente em seu socorro, com toda a tropa de que dispunha. Mas era uma cilada e ele caiu nela. Atacados por forças superiores, os independentes sofreram graves perdas. Recuando, além dos mortos, deixaram 23 prisioneiros e mais de 40 armas. O inimigo perdeu apenas 6 soldados e 1 oficial mortos. Todos eles eram da tropa do Pará.

Como se isso não bastasse, de volta da derrota, Alecrim, por causa da ciumeira de um sargento, chegou a formar sua divisão para atacar a divisão de seu colega o Capitão-mor Luís Rodrigues Chaves.

Positivamente, Alecrim tinha perdido totalmente a cabeça. Não era mais possível contemporizar com ele. Foi demitido do comando da 2ª Divisão e recebeu ordem de se apresentar em Oeiras para ser julgado por seus crimes de ordem militar.

Era um homem de atitudes desconcertantes. Ele próprio quis levar pessoalmente o ofício de sua acusação.

A notícia da demissão de Alecrim não foi bem recebida nalguns setores militares da Província. Em Campo Maior, por exemplo, outro herói do Jenipapo, o Tenente Simplício José da Silva, sabendo do ocorrido, desabafa para a Junta de Comissão Militar:

"Agora tenho notícias que suspenderam a comandância do Capitão João da Costa Alecrim; o motivo ignoro, e só tenho presenciado que esta notícia tem esmorecido a muita gente que já concentrava em si tanta fé no dito Capitão que supõem só ele ser capaz de conquistar Fidié".

Alecrim chegou a Oeiras com o ofício acusatório justamente na hora em que lá entravam o General Filgueiras e a Força Auxiliadora do Ceará.

Parece que nossa Junta de Governo quis descartar-se do caso Alecrim entregando sua solução ao Comando cearense. Este porem lhe devolveu a luva, não aceitando o abacaxi, e, o que é pior, considerando louvores a Alecrim as acusações que lhe fizera a Junta do Poti.

Voltou ao cerco de Caxias integrando o exército cearense, comandando uma divisão de cavalaria.

Assinou documento da capitulação de Caxias no posto de Tenente-Coronel de Cavalaria.

Após a vitória, é ele quem comanda a tropa que ocupa o quartel do Morro das Tabocas que, hoje, em sua homenagem, tem o nome de Morro do Alecrim.

Dissolvida a Junta Expedicionária do Ceará, Piauí e Maranhão, a 24 de outubro de 1823, o Tenente-Coronel João da Costa Alecrim voltou ao Ceará.

No movimento da Confederação do Equador, em 1824, reaparece ao lado dos rebeldes. Foi eleito deputado para representar o Ceará no governo salvador a ser instalado em Pernambuco. Sobrevindo o malogro do movimento, Alecrim não fugiu às responsabilidades assumidas, nem procurou escusar-se pela porta falsa da covardia. Figurou em primeiro lugar na relação dos que deviam ser presos como implicados. Felizmente, não chegou a ser julgado pela Comissão Militar, que o teria enviado ao pelotão de fuzilamento.

Toda sua vida foi um rosário de lutas e agitações.

No fim da vida, Alecrim voltou ao Maranhão e veio a falecer em Caxias, no ano de 1847, deixando a família na mais completa pobreza.

- MC 98 – Doc. 8 – CAB.
- MC 98 – Doc. II – CAB.
- A Guerra do Fidié – Abdias Neves
- MC 96 – Doc. 23 – CAB.
- MC 98 – Doc. 39 – CAB.
- História do Cariri – Vol. II – J. de Figueiredo Filho

Simplício José da Silva

Simplício José da Silva é um autêntico herói piauiense nas lutas da independência. Infelizmente, foi relegado a total esquecimento, mesmo em Campo Maior, onde viveu e onde se fez sentir com maior intensidade sua atuação militar em prol da causa de nossa libertação e da pacificação da vila convulsionada pelas vicissitudes da guerra. Abdias Neves fez ligeiras alusões ao nosso herói, em "A Guerra do Fidié", muito pouco, porém, para a enormidade de sua atuação bélica naquela hora difícil de nossa história.

A primeira notícia do Tenente Simplício se prende àqueles dias de anarquia que Campo Maior atravessou, logo após a passagem, por ali, do Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco. Campo Maior, sem autoridades, transformara-se em presa fácil de celerados e sediciosos. A Vila fervilhava de soldados indisciplinados, sem comando, passando grandes aperturas. Alguns ladrões infiltraram-se no meio deles, e é fácil saber-se o que aconteceu depois. Surgiram bandos que saíam pelas fazendas e sítios dos europeus ricos extorquindo dinheiro, incendiando propriedades, violando. Não havia para quem apelar.

O mais insolente desses bandos e também o mais poderoso estava comandado por um bandido de alta periculosidade – Vicente Bezerra da Costa. Era furriel da 1ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria de Milícias da Província. Arranjou uma farda de capitão e ele próprio, assim fantasiado, à frente de seu bando, apresentava-se nas fazendas dizendo-se autoridade e representante do governo revolucionário. Prendia os donos das fazendas e logo exigia resgate em dinheiro para soltá-los.

Com a chegada do Capitão Luís Rodrigues Chaves tudo continuou na mesma. O comandante cearense não ligou a mínima importância para aquele problema. Nem poderia fazê-lo, talvez. Sua força era pequena. Tinha que engrossá-la quanto antes a fim de combater Fidié quando ele descesse da Parnaíba. A mobilização a toque de caixa tomava toda a sua atenção e todo o seu tempo.

Já no fim de fevereiro (1823), o Governo de Oeiras nomeou comandante interino da Vila e seu termo o nosso Tenente Simplício José da Silva, que era também vereador da Câmara. Mas que poderia ele fazer sem força, sem o apoio militar do Capitão Rodrigues Chaves e contra um grupo armado de cerca de 80 homens?

Mesmo assim, o Tenente Simplício procurou agir. Expediu uma ordem para que Vicente Bezerra se apresentasse em Campo Maior, o mais breve possível. Os acontecimentos, porém, se precipitaram. No dia 13 de março o Tenente entrou em combate no Jenipapo, sob o comando do Capitão Rodrigues Chaves.

Alguns dias depois vamos encontrá-lo com os outros chefes na fazenda São Pedro, onde se estavam reunindo os remanescentes da batalha. Quando o grupo de remanescentes se dirigiu para Oeiras, o Tenente Simplício dali mesmo de São Pedro, voltou para o teatro da luta, no dia 22 de março, por ordem do Coronel Joaquim de Sousa Martins. Sua missão era assumir o comando no distrito de Campo Maior, reunir os remanescentes do Regimento nº 1 dispersados pelas redondezas e levantar mais tropas para fustigar o inimigo com guerrilhas. Supunha-se que Fidié ainda estava aquartelado em Campo Maior.

Saindo com seus homens de São Pedro para cumprimento da missão, o Tenente Simplício no dia 27 já escrevia de Lajes (Monsenhor Gil) dando notícias:

"Até esta fazenda não tenho encontrado notícia digna de contar; por fim aqui me contou o portador desta de terem desertado vários soldados e que um destes desertores dissera que o Major Fidié tinha tido outro combate pelos tiros que ouviu na ocasião que desertara. Pretendo puxar o mais que me for possível para saber a marcha do dito Fidié. Pretendo logo que chegar ao meu distrito espalhar todos os meus companheiros e tratar do dia da chegada na Serra, ver se com este espalho posso reunir porção de gente na entrada da Vila posta em cerco". A serra de que ele fala aqui é a de São Sebastião, que passa a 18 quilômetros de Campo Maior. No dia 28 já escreve de Tapera dizendo que encontrara e enviava para Oeiras dois desertores de Fidié e que agregara à sua tropa o Alferes Antônio Lopes, que se achava na Malhada, e o Alferes Manoel Rodrigues de Carvalho, que adoecera em Tapera.

Quando entrou em Campo Maior no dia 2 de abril já Fidié se retirara para o Estanhado. Encontrou a Vila ocupada pelos soldados indisciplinados do cearense Capitão Alexandre Pereira Nereu e os índios ladrões da Ibiapaba. Eram cerca de 1.400 homens. O Tenente Simplício foi chegando e foi agindo: soltou logo uma porção de animais que os índios haviam roubado das fazendas e conservavam peados a fim de levá-los para a serra. Vendo aquela atitude desassombrada do tenente piauiense, os índios se acovardaram e, no outro dia, alegando doenças, retiraram-se para sua Serra.

Naquele mesmo dia 22 reuniram-se em conselho militar o Tenente-Coronel piauiense Francisco Narciso Félix Castelo Branco, que havia reassumido o comando de Campo Maior, do qual se afastara por doença, e o Capitão Alexandre Nereu. Nesse conselho ficou decidido que o Tenente Simplício devia seguir para o Estanhado a fim de ocupar aquele porto e obstar a ação dos homens de Fidié que arrebanhavam gado nas redondezas. Em caminho, o tenente teve notícia de que uma tropa de Fidié havia atravessado o rio e se dirigia para a Capela do Livramento. O Tenente Simplício torceu caminho e saiu no encalço da força inimiga. Encontraram-se na fazenda São Pedro, de propriedade de Francisco Gil Castelo Branco. No combate que se feriu entre as duas forças venceu o tenente, que desbaratou o inimigo tomando-lhe os 109 bois que ele conduzia. A gente de Fidié deixou no campo 12 mortos e 7 prisioneiros, três dos quais gravemente feridos.

No Estanhado, o Tenente Simplício começou a hostilizar as patrulhas de Fidié que teimavam em arrebanhar gado do lado do Piauí. Incursionava vez por outra do outro lado do rio. Uma destas incursões foi comandada pelo Tenente Joaquim Carvalho de Almeida que, com 100 homens, por ordem do Tenente Simplício, foi enviado ao Boqueirão para bater uma tropa de Fidié que seguira para lá. O Tenente Carvalho prendeu uma patrulha de portugueses que havia atravessado o rio num cocho e, durante a noite, levou sua força para o lado do Maranhão. Pela madrugada surpreendeu o inimigo, desbaratando-o. Apoderou-se de grande quantidade de armamento, de pólvora e de sal. Ao amanhecer, transportou-se para o lado do Piauí trazendo tudo o que apreendera, inclusive 20 prisioneiros.

Do Estanhado o tenente foi chamado ao Poti pela Junta de Comissão Militar da Barra do Poti. A Junta confiou-lhe o comando geral de Campo Maior com carta branca para impor a ordem, ali, recrutar tropas para dar apoio às operações que se iam desenrolar do lado maranhense e ajudar Parnaíba quando dali lhe fosse pedido qualquer reforço por parte do Tenente-Coronel Simplício Dias da Silva. Antes de assumir o comando em Campo Maior, Simplício foi promovido a capitão de granadeiros..

Na vila dos carnaubais a situação era realmente calamitosa. O Juiz José Marques Freire revelara-se incompetente. Os crimes passados continuavam impunes e outros eram cometidos quase diariamente. O Tenente-Coronel Raimundo de Sousa Martins, presidente da Comissão Militar da Barra do Poti, perdeu a paciência e deu carta branca ao Capitão Simplício para agir, com o máximo rigor, fuzilando até se fosse preciso. Não houve fuzilamento, mas o capitão aplicou em muitos celerados a tortura da "roda de pau", que era uma verdadeira morte.

A posse de Simplício em Campo Maior se deu no dia 6 de maio. Em seguida, a repressão foi tão violenta que em pouco tempo a vila e seus arredores estavam completamente pacificados. A normalidade voltara e podia-se trabalhar com segurança.

O Capitão Simplício cuidou de enterrar muitos mortos da batalha que ficaram insepultos no local da luta. Fez duas expedições ali para este fim.

Cuidou também de organizar uma enfermaria para recolher os feridos do combate que estavam morrendo à mingua de recursos pelos arredores da Vila.

Abasteceu o comando do Poti com novas tropas recrutadas, com cavalhada e mantimentos.

Em dezembro (1823) foi reeleito vereador de Campo Maior e promovido a tenente-coronel. Organizou o Batalhão de Milícia nº 5, cujo comando lhe foi confiado.

Que ele lutou no Jenipapo não resta a menor dúvida. Um documento, datado de 22 de janeiro de 1824 e assinado pelo Alferes de Cavalaria de Parnaíba Manoel José Teixeira, diz o seguinte:

"Tenho a honra de participar a V. Excia. que no dia 19 do corrente seguiu para Parnaíba o Tenente-Coronel Simplício José da Silva por não poder mais esperar os correios e se estar aproximando o tempo aprovado em que deveriam achar-se naquela vila os eleitores; na sua retirada me deixou entregue o comando desta Vila (Campo Maior). Me deixou o Tenente-Coronel Simplício por eu ter estado a serviço nesta sobredita Vila desde que marchei para a batalha de 13 de março e andei sempre debaixo do comando do mesmo senhor".

Se até os civis válidos de Campo Maior estiveram na batalha, não é razoável supor-se que nela deixassem de tomar parte os militares ali sediados, e Simplício era militar. Além disso, no documento acima citado, o Alferes Teixeira, que esteve na batalha, diz que andou sempre, em Campo Maior, sob o comando de Simplício, donde se pode concluir que também esteve sob seu comando no combate de 13 de março. Se no documento de sua promoção a tenente-coronel só se faz alusão ao combate de São Pedro é porque na batalha do Jenipapo Simplício era apenas um combatente, como centenas de outros; a vitória (ou derrota) não lhe podia ser creditada; ao passo que no combate de São Pedro era ele o comandante dos independentes, o artífice portanto da vitória. Para justificar sua promoção era mais importante citar aquela vitória por ele alcançada.

- MC. 98 - Doc. 13 - CAB.
- L. 114 - Pg. 1 - CAB.
- MC. 96 - Doc. 7 - CAB.
- MC. 96 - Doc. 8 - CAB.
- MC. 98 - Doc. 17 - CAB.
- L. 112 - Of. 264 - CAB.
- MC. 96 - Doc. 16 - CAB.
- MC. 96 - Doc. 18 - CAB.
- MC. 72 - Doc. 24 - CAB.

José Francisco de Miranda Osório

José Francisco de Miranda Osório nasceu em Oeiras a 19 de março de 1800. Era filho do Capitão de 1ª Linha Francisco Xavier de Miranda Machado e de Maria Bárbara da Anunciação.

Pequenino ainda, perdeu a mãe e foi morar na casa de sua avó materna.

Seu pai o encaminhou para a carreira das armas. Quando não tinha ainda 14 anos de idade, fê-lo sentar praça no 1º Regimento de Cavalaria de 2ª Linha. Foi engajado na 7ª Companhia como soldado privilegiado, cadete, como se dizia naquele tempo, por ser filho de oficial militar e "ter feito prova de nobreza de seus antepassados". Dois anos depois passou a Alferes da 1ª Companhia do mesmo Regimento. A 12 de outubro de 1820 foi promovido a Tenente da 2ª Companhia, e a 8 de março de 1823 a Capitão da IIª Companhia do referido Regimento de Cavalaria.

Quando as duas últimas promoções lhe chegaram, ele já havia abandonado a carreira das armas e se mudado para a Vila da Parnaíba. Empregara-se, ali, como caixeiro do abastado comerciante Manoel Antonio da Silva Henriques, seu tio materno, homem de costumes muito severos, mas muito afeiçoado ao sobrinho. A vida comercial não lhe apetecia; houve-se tão bem nela, porém, que acabou por conquistar a plena confiança do tio patrão. Mais tarde veio a se tornar seu genro.

Os interesses comerciais não lhe desviaram a atenção dos problemas políticos do Brasil. Aquela elite portuguesa insaciável que não só sugava nossas riquezas, mas também não permitia que os filhos da terra obtivessem qualquer posição superior, nos negócios civis e militares, visto como a preferência na ocupação de cargos sempre se inclinava para filhos de portugueses, enchia seu coração de raiva e infundia-lhe intenso desejo de quebrar, quanto antes, aquele jugo ignominioso.

O que acontecera em Pernambuco em 1817, quando o Conde dos Arcos cometeu toda sorte de barbaridades contra os prisioneiros do referido movimento, fez transbordar a cota da paciência dos brasileiros. O eco do fuzilamento daqueles patriotas, cujo único crime tinha sido sonhar com a liberdade da Pátria, se fez ouvir em toda parte, também em Parnaíba, chegando ao conhecimento de Miranda Osório.

Quando a 19 de outubro de 1822 os patriotas piauienses ali iniciaram a rebelião, ele estava entre eles, novamente fardado. E estava no seu elemento.

Entretanto, não figura entre os principais cabecilhas do movimento. Quando este fracassou, ele correu para o Ceará, escapando de ser preso pelas tropas de Fidié.

Agora começa um período confuso na sua vida. A documentação é muito escassa a respeito da sua atuação naqueles dias. A única fonte que me caiu nas mãos, aliás, muito precária porque se trata de um panegírico, foi um discurso que o Dr. Martins Pereira pronunciou, por ocasião de sua morte, na Matriz de Parnaíba, quando se celebrava ali um sufrágio pelo repouso eterno de sua alma. Naquele discurso, Martins Pereira diz que José Francisco de Miranda Osório, com a aproximação de Fidié, retirou-se para Granja. Dali, "à sua custa", seguiu para Sobral e depois para Crato. No Crato levantou uma divisão (um grupo de homens armados), que ele denominou de "divisão da direita". Com ela penetrou no Piauí e veio colocar-se "em frente a Parnaíba". Ora, nós sabemos, hoje, que no Crato, naquela primeira hora, os piauienses não conseguiram nada. Fazia-se sentir, ali, intensamente, a influência do comandante Leandro Bezerra, inteiramente infensa a qualquer ajuda aos piauienses. Também é duvidosa a colocação daquela tropa "em frente a Parnaíba", se isto significa perto da vila, porque então infalivelmente ela teria sido desbaratada pelas tropas de Fidié, que estavam atentas. Em frente onde? Em que local? O Dr. Martins Pereira não diz. Devia ser Piracuruca.

Leonardo de Carvalho Castelo Branco invadiu o Piauí com dois grupos de cearenses. Um ficou em Piracuruca e o outro chegou a Campo Maior. O grupo se juntou depois ao Capitão Luís Rodrigues Chaves. O de Piracuruca, que chegou a possuir quase mil homens, esteve sob o comando do cearense Capitão José Francisco de Sousa. É certo que nosso biografado veio com esse grupo do Ceará, que obedecia ao seu comando até sua chegada a Piracuruca. Depois seu nome desaparece da documentação constando desta apenas o do cearense Capitão José Francisco. É possível que ele tenha se deslocado para Campo Maior.

Seja como for, o certo é que o Capitão José Francisco de Miranda Osório estava em Campo Maior no dia 13 de março de 1823 e tomou parte na batalha do Jenipapo. Seu nome consta na lista de oficiais que deviam ser promovidos e a causa da promoção é ter ele tomado parte naquela batalha. Diz Martins Pereira que, após a derrota, ele se retirou para Oeiras, onde ficou até depois da guerra. De fato, seu nome não aparece mais nos documentos. Não esteve em S. Pedro, onde se reuniram os remanescentes da batalha. Não esteve nas guarnições dos portos do Parnaíba, nem nas tropas que invadiram o Maranhão por Manga e Pastos Bons, nem no comando militar da Barra do Poti, nem no cerco de Caxias.

Depois da guerra, ele volta a Parnaíba no posto de major, que lhe fora conferido por nomeação da Junta do Governo Temporário, a 23 de outubro de 1823. Não tendo sido confirmado neste posto por decreto imperial, a 17 de fevereiro de 1827 ele tem passagem, no posto de capitão, para a 6ª Companhia de Batalhão de Caçadores nº 84, visto ter sido extinto o 6º Regimento de Infantaria do qual havia sido major. Por patente imperial de 1º de fevereiro de 1832, foi nomeado tenente-coronel do mesmo Batalhão 84.

Em atenção aos bons serviços que prestou a bem da ordem pública, contra os balaios, foi nomeado coronel honorário do Exército por decreto de 28 de junho de 1840 e patente imperial de 20 de junho de 1844.

Mas vamos voltar um pouco e acompanhar José Francisco de Miranda Osório logo após 1º de agosto de 1823. Ele voltou a Parnaíba e parece que logo também à vida civil.

Em 1824 aparece-lhe o nome nos documentos que falam da conspiração, em Parnaíba, para a adesão da vila ao movimento da República da Confederação do Equador proclamada, em Pernambuco, por Paes de Andrade. Assinou com o Dr. João Cândido e outros a adesão da vila àquele movimento. Está inteiramente empolgado pelo ideal republicano. Como emissário da vila, segue para Oeiras. Ali chegando, o movimento já havia fracassado nas outras Províncias e ele foi preso por ordem do Governador das Armas, Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins. Portou-se com muita dignidade na prisão, não delatando ninguém.

Solto, voltou a Parnaíba e à vida civil. Homem rico e de prestígio, exerceu vários cargos importantes. Foi vereador, juiz de paz e suplente de juiz municipal.

Quando estoura a rebelião dos balaios, José Francisco de Miranda Osório é prefeito de Parnaíba. Agora sim, sua atuação nos acontecimentos será clara, precisa, lastreada em documentação abundante e rica.

Sabemos como começou no Maranhão aquele movimento rebelde das classes mais desfavorecidas da sociedade, mormente dos trabalhadores do campo. Estas classes viviam muito descontentes com o recrutamento forçado para o serviço militar. As pobres vítimas de tal recrutamento eram apanhadas à força e enviadas para o sul do país. Comumente nunca mais se tinha notícias delas.

O boiadeiro piauiense Raimundo Gomes passava pela vila da Manga conduzindo gado. Uma escolta militar prendeu alguns dos seus tangerinos e os levou para a prisão da vila. Os prisioneiros se destinavam ao serviço militar. Raimundo Gomes, não se conformando com aquela arbitrariedade, foi parlamentar com as autoridades locais; pediu-lhes a libertação dos homens, pois seu afastamento do serviço já estava causando sérios prejuízos ao seu patrão, o dono do gado. Não foi atendido. No dia seguinte ele entrou na vila com 10 homens armados e atacou a cadeia pública, que era defendida por 42 guardas nacionais. Aos primeiros tiros os guardas fugiram. Os homens que estavam presos foram libertados. Raimundo Gomes, vitorioso, lançou o seu protesto contra o recrutamento abusivo, contra os prefeitos e subprefeitos e, em tom veemente, exigiu a volta dos juízes de paz. Aquele gesto violento do boiadeiro foi a faísca no rastilho de pólvora. Em poucos dias a rebelião irrompeu em várias partes da Província do Maranhão.

Em Parnaíba o Prefeito José Francisco de Miranda Osório recebeu uma carta do encarregado do recrutamento de Enjeitado, município de Tutóia, contando-lhe o caso de Manga e lhe pedindo que guardasse na cadeia, ali, sete homens que ele havia apreendido para o serviço militar. Soube, pouco depois, que o recrutador de Enjeitado havia sido atacado por homens armados de João Cardoso, que lhe tomaram quatro homens recentemente recrutados.

Chega-lhe então a notícia de que Tutóia já havia caído e os amotinados já estavam em Mariquita, a quatro léguas de Parnaíba, ameaçando a vila já de muito perto. O próprio Raimundo Gomes estava à frente daqueles rebeldes. Miranda Osório não perde mais tempo. Convoca a Guarda Nacional e, à frente de 120 homens, vai ao encontro dos balaios. O chefe rebelde evita o embate e se retira para Barra do Longá. Miranda Osório sai-lhe no encalço e o ataca, ali, desbaratando os revoltosos, que fogem deixando no campo toda a bagagem, 20 cavalos, 21 armas, 6 mortos e 18 prisioneiros.

De volta a Parnaíba, ele suspende o recrutamento no município.

De vários pontos do Maranhão e do Piauí começam a chegar notícias do alastramento da rebelião. Uma delas enche a todos de horror e raiva: o Tenente-Coronel Pedro Alexandrino, que havia saído de São Luís com força numerosa para combater os balaios, fora por eles cercado em Angicos. Após a rendição, todos os oficiais, inclusive o comandante, tinham sido friamente assassinados à vista de seus comandados.

Afluíam, então, para Parnaíba, muitas famílias abastadas fugindo de Brejo, Iguará, Tutóia e outros municípios maranhenses.

Miranda Osório conclama seus munícipes para a luta que se prenuncia áspera e prolongada. Poucos atendem ao apelo, pois a repugnância pelo recrutamento já havia contaminado também o Piauí. Quando ele estava a braços com esta dificuldade, passa por Amarração, então pertencente ao Ceará, o presidente daquela Província. O prefeito de Parnaíba vai visitá-lo e o convida a ir até a vila piauiense. O presidente aceita o convite. Ali, Miranda Osório lhe expõe a precariedade de sua situação e lhe pede ajuda de força militar e munição. O presidente cearense acede ao seu pedido. Enquanto não chega esta força, o prefeito organiza a "Brigada dos Bravos Legalistas da Parnaíba". Quando chegam os cearenses, Miranda Osório começa sua ofensiva. Em junho, à frente de 100 homens, segue para Beiru e ali desbarata uma força de 300 rebeldes que obedeciam aos cabecilhas Pedregulho e Suçuarana. Este último foi morto naquele combate. Pacificada Beiru, ele envia tropa para Marruás, Melancias e Estreito e segue com o restante da força para Campo Maior, em cujas extremidades derrota um grupo rebelde de cerca de 120 homens comandados por Carlos Antônio e João da Mata Castelo Branco. Carlos Antônio morre no combate.

Voltando de Campo Maior, Miranda Osório passa por Piracuruca e convida aquele povo para a luta. Os piracuruquenses aceitam o convite e se organizam militarmente sob as ordens de Roberto Vieira Passos. Pouco depois esta força inflige séria derrota aos balaios.

De Parnaíba nosso tenente-coronel, sempre vigilante e ativo, continua enviando tropas a vários pontos para baterem os amotinados. Sofre alguns reveses, mas acaba triunfando, inclusive em Freixeiras, que foi a localidade que deu mais trabalho às forças legais.

Depois da refrega de Campo Maior, Miranda Osório não aparece mais nos combates. Outros afazeres o prendem em Parnaíba, entre eles o recrutamento e o abastecimento das tropas em ação. Neste serviço de guerra ele se empenha a fundo de 1º de janeiro de 1839 até os últimos dias de fevereiro de 1841.

Não resta dúvida que José Francisco de Miranda Osório foi um benemérito. Com seu entusiasmo levantou o ânimo das populações contra os rebeldes, arriscou sua vida nos combates e, durante toda a guerra, de seu próprio bolso, manteve em dia o pagamento dos soldos, o abastecimento das tropas em operação, a compra de munições, gastando nisto tudo a respeitável soma de 50:159$949 réis, importância que lhe foi posteriormente paga pelo governo em letras contra o Tesouro Nacional.

Por seus relevantes serviços foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional do município de Parnaíba, decreto de 12 e patente imperial de 19 de dezembro de 1862. Foi condecorado com a insígnia de Oficial da Ordem da Rosa por decreto de 2 de dezembro de 1844; com a dignitaria da mesma Ordem, por decreto de 2 de dezembro de 1845; com a Comenda da Ordem de Cristo por decreto de 14 de setembro de 1866.

Por ocasião da Guerra do Paraguai ofereceu-se para marchar, mas não foi aceito por ser sexagenário. Trabalhou, entretanto, no recrutamento.

Foi eleitor de paróquia e deputado na Assembléia Provincial.

Como vice-presidente, administrou a Província, durante poucos dias, de 19-3-1872 a 18-4-1872 e de 1-2-1873 a 22-2-1873.

Morreu em Parnaíba a 15 de dezembro de 1877.

Militou sempre no Partido Liberal.

- A Imprensa – 7/1/1878.
- A Imprensa – 17/1/1878.
- Pesquisas para a História do Piauí – Vol. III – Odilon Nunes.
- A Guerra do Fidié – Abdias Neves.
- A Imprensa – 13/2/1873.

Francisco de Sousa Martins

Francisco de Sousa Martins nasceu no dia 5 de janeiro de 1805, na freguesia de N. Senhora das Mercês de Jaicós. Era filho do Coronel Joaquim de Sousa Martins e de Teresa de Jesus Maria.

Seu pai, Comandante das Armas do Piauí durante a guerra da Independência, era irmão do Visconde da Parnaíba.

Naquele tempo eram os pais que escolhiam a carreira para os filhos Seus pais o haviam destinado para a carreira eclesiástica. O menino foi mandado para o colégio de um parente, o grande educador piauiense Padre Marcos de Araújo Costa, na fazenda Boa Esperança, onde fez humanidades.

Naqueles dias, as desavenças entre os dois irmãos, o Coronel Joaquim e o Visconde, já haviam atingido o rompimento, a ponto de o último pedir ao Imperador a demissão pura e simples do Comandante das Armas. E conseguiu-a. Vejamos este ofício do Coronel Joaquim acusando o recebimento de sua demissão:

"Ontem, à noite, chegou o correio da Bahia e por ele recebi a imperial Portaria de 6 de abril do corrente ano dirigida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, participando-me que V. M. Imperial, atendendo as minhas súplicas, houvera por bem, por Decreto de 23 de março, conceder-me demissão do Comando das Armas desta Província e mandando passá-lo interinamente ao Presidente dela. Eu beijo respeitosamente a augusta mão de V. Majestade por tão grande mercê que me facilita o poder-me afastar para mais longe desta cidade, hoje o foco da mais encarniçada intriga. Eu, amanhã, pretendo fazer entrega do dito Comando, como está destinado para o mesmo Presidente, o que feito darei imediatamente parte a V. M. Imperial, por intermédio do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Entretanto, permita-me V. M. I. que leve ao seu augusto conhecimento que os que lhe foram fiéis e me ajudaram a defender os imperiais direitos e o imperial trono contra o sistema democrático são estes os que hoje aqui se consideram expostos à mais cruel vingança, pois que eu era o único obstáculo a que eles não fossem espezinhados. Seus cruéis opositores são os que foram amantes do sistema republicano e estes vão ganhando gás por meio de seus ardis para os aterrar e suplantar. Eu, não duvidando da horrível cena que os espera, tenciono retirar-me para a Vila de Caxias da Província do Maranhão, para não ser testemunha das opressões daqueles homens que não têm outro crime mais do que terem sido acérrimos defensores do trono de V. M. Imperial.

"Tenho uma pesada família de mulher e 12 filhos e sou morador estabelecido nesta Província, mas julgo forçoso retirar-me, deixar família e bens ali até que V M. Imperial se digne acudir com paternais providências a seus fiéis súditos". Este documento é datado de Oeiras, 5 de junho de 1825.

Mas o Coronel, que saíra dizendo que ia para Caxias, de fato seguiu para o Rio de Janeiro para, de viva voz, fazer acusações ao irmão na própria Corte. Aproveitando a viagem, levou consigo o filho Francisco, que tinha então 20 anos, a fim de que, no Rio, recebesse as ordens sacras. Naquele tempo era assim: terminados os preparatórios, o candidato ao sacerdócio recebia ligeiras noções de teologia e liturgia e ordenava-se logo, sem mais delongas para estudos.

Acontece, porém, que Francisco ainda não tinha a idade exigida para ser padre. Teve que demorar-se na capital do Império, prosseguindo com seus estudos no Seminário de São José. Ali travou relações de amizade com alguns jovens portugueses de Lisboa que faziam o mesmo curso que ele. Esta amizade fê-lo abandonar a pretensão de ser padre e lhe suscitou o desejo de cursar a Universidade de Coimbra.

Obtido o consentimento dos pais, partiu para Portugal. Em 1827 já está matriculado naquela Universidade. Um ano depois a situação política em Portugal piorou tanto que as autoridades acabaram fechando a Universidade.

Francisco voltou para o Brasil. Por felicidade, no ano de 1828 fundava-se, em Olinda, Pernambuco, a primeira faculdade brasileira de Direito. Ele foi diretamente para ela. Recebeu o grau de bacharel em 1832, regressando imediatamente ao Piauí.

Seu pai já se havia novamente composto com o irmão, o poderosíssimo Visconde da Parnaíba, que governava a Província quase como donatário. Foi-lhe pois fácil ingressar na vida pública com o pé direito, como se diz.

Começou como advogado, em Oeiras, mas logo em 1833 foi nomeado Juiz de Direito da mesma cidade.

Em 1834 era eleito Deputado Geral pelo Piauí, seguindo para o Rio. Ali desincumbiu-se com brilhantismo do múnus parlamentar. Revelou-se consumado entendido em matéria de finanças. Falava bem e com eloquência. De 1834 a 1847 foi constantemente reeleito Deputado Geral, por 5 vezes sucessivas, ora pelo Piauí, ora pelo Ceará.

Nesse tempo exerceu, também por curtos períodos, funções administrativas. Assim é que em 1834 foi mandado para a Bahia como Presidente. Tomou posse a 10 de dezembro daquele ano. Nem sabia que lhe estava reservada uma desagradável surpresa: pouco mais de um mês depois teve que enfrentar uma violenta rebelião de negros em Salvador. As coisas se passaram assim:

Devido à revolução dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, as Províncias do Norte, a Bahia entre elas, estavam desguarnecidas de tropas. Os negros ou malês planejaram um golpe de surpresa para tomarem Salvador, chacinarem

os brancos e proclamarem uma rainha negra, a escrava Sabrina, que eles diziam ser uma princesa de sua terra. Tudo fora minuciosamente preparado em segredo nas suas associações religiosas, sob a orientação da sociedade secreta *Ohgbo*. As armas, munições e dinheiro tinham sido fornecidos por escravos libertos enriquecidos. No comércio e na pequena indústria. Os malês, que eram milhares, estavam organizados em grupos militares muito bem armados.

O movimento devia eclodir na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, durante os festejos do Senhor do Bonfim, que atraíam para aquele arrabalde quase toda a população da cidade. Os escravos marchariam de vários pontos sobre a cidade semideserta e atacariam os quartéis e os pontos estratégicos, semeando o terror e a morte por onde passassem.

O plano foi seguido à risca. Uma coluna de pretos atacou o Palácio do Governo, outra o Quartel de Polícia, uma terceira o Forte de S. Pedro e uma quarta o Quartel de Infantaria de Linha.

No Palácio do Governo, o Dr. Francisco de Sousa Martins, de armas na mão, resistiu bravamente com os poucos soldados que ali estavam de guarda naquela madrugada. O mesmo aconteceu nos outros pontos atacados. Repelidos de todas as partes, os negros se espalharam pelas ruas circunvizinhas, saqueando e matando. O Presidente então saiu às ruas para dar combate aos rebeldes onde eles estivessem. Tropas de Águas de Meninos e dos navios de guerra juntaram-se às da cidade e dominaram o movimento antes que o sol do dia 25 brilhasse sobre Salvador. Grande número de cadáveres juncava as ruas e as praias. Inúmeros feridos gritavam por socorro. Centenas de escravos vencidos encheram as prisões. Estava dominada a revolta dos malês, a guerra maometana, como a chamaram depois alguns historiadores.

Escrevendo no "Diário de Pernambuco", em maio de 1857, noticiando a morte do Dr. Sousa Martins, assim se expressou o Dr. José Manuel de Freitas: "A presidência do Dr. Francisco de Sousa Martins na Bahia é um de seus momentos de glória. Ainda hoje os baianos agradecidos referem-na com mostras de júbilo, de satisfação, e nossa história contemporânea não poderá deixar de registrá-la.

"Foi ele, sim, quem conseguiu destruir a mais formidável das insurreições que tem havido no Brasil, a insurreição de 1835, na Bahia, que semelhante a um vulcão ameaçava com suas lavas a ruína de toda a cidade. No dia do cataclismo o Sr. Sousa Martins não era somente o Presidente enérgico e resoluto; ele era também o soldado destemido e valoroso que peito a peito se debatia com os insurgentes; a insurreição sucumbiu de repente em presença de tão porfiada resistência".

Mesmo pondo de parte o exagero do Dr. José Manuel de Freitas quando qualifica aquela revolução de negros de "a mais formidável das insurreições que tem havido no Brasil", mesmo assim, digo, não resta dúvida que nosso conterrâneo agiu com bravura naquela hora difícil de sua vida.

Em 1839, durante 8 meses, ele ocupou a presidência do Ceará. Também ali se defrontou com os problemas de uma revolução, a Balaiada, que assolava as Províncias do Piauí e do Maranhão. Foi demitido do posto em virtude de uma mudança ministerial.

Voltou então ao Piauí e reassumiu o seu cargo de Juiz de Direito de Oeiras. Por pouco tempo, porém. Em 1842 foi removido para igual emprego no Rio de Janeiro. Três anos depois é nomeado Juiz de Direito na capital de Minas Gerais. Não chegou a assumir este último cargo em virtude de achar-se ocupado na Corte como Deputado Geral pelo Piauí.

Em 1847 ocupou o lugar de Juiz dos Feitos da Fazenda, na capital do Império, somente por 4 meses, em razão de se ter agravado uma doença que há um ano lhe vinha minando o organismo.

Esta doença começou por ocasião de seu casamento com uma jovem fluminense. Não sabemos o que houve, mas o fato é que a partir do dia do casamento a vida de Francisco mudou radicalmente. A alegria afugentou-se de seu coração. Uma febre abrasadora como que lhe devorava o cérebro, e os homens que o conheceram ávido de glória, intrépido nos combates da tribuna e refletido nas suas resoluções, passaram a considerá-lo um doente mental, sempre triste, abatido, indiferente a todas aquelas grandezas que há pouco disputava. Ele não estava louco. Era apenas um homem que sofria muito e queria ocultar ao mundo o que se passava no íntimo de seu coração.

Aconselhado por amigos, viajou para a França, onde esperava encontrar lenitivo para os seus males. Alguns meses depois de sua chegada, convulsionava-se o país com os acontecimentos de 1848. Naquele ano a situação da França era de calamidade. Uma praga destruíra totalmente a produção de batatas. E a fome se abateu sobre os lares mais humildes. Bandos de camponeses famintos percorriam as estradas saqueando armazéns e hospedarias, investindo contra castelos e contra todos quantos tivessem algo para comer nas suas despensas. Em poucos meses a crise atingiu as cidades. Fábricas fechavam-se lançando na rua milhares de operários desempregados. Multiplicavam-se as falências no comércio.

Aproveitando aquela situação, os republicanos, liderados por Lamartine, Ledru Rollin e Louis Blanc, incitavam o povo à revolução. Uma passeata em Paris, dissolvida a bala pela polícia, foi o estopim para a revolta popular que, em poucos dias, dominou a capital e se estendeu para o interior. O Rei fugiu para a Inglaterra.

Naquele ambiente de terror e insegurança, os sofrimentos de Francisco se agravaram mais ainda. Deixando a França, ele percorreu alguns outros países europeus, sem resultado. Em 1850 escrevia de Lisboa:

"Naquele tempo, achando-me gravemente enfermo da doença que ainda agora padeço, estando quase cego, além de outros achaques, os meus facultativos me aconselharam uma viagem à Europa. E, obtida para isso dispensa dos poderes Legislativo e Executivo, parti para a França. É inútil aqui mencionar tudo quanto tenho sofrido nestes últimos 3 anos. Posso, porém, dizer, em geral, que durante esse espaço de tempo um só dia não tenho vivido

com humor contente e espírito livre e satisfeito. Aos males físicos, que diariamente me oprimem, acrescem noites contínuas de completas vigílias, anuviadas com as mais lúgubres e funestas meditações. A sociedade humana tem-se tornado como um flagelo e a minha vida converteu-se em uma agreste e selvática misantropia. A única satisfação que ainda experimento é a que me confere a solitária leitura de meus livros: estes são hoje os meus únicos amigos, os companheiros dos meus momentos de infortúnio, os consoladores de minhas tristezas, o único conforto que neste vale de lágrimas da vida humana não pode ser roubado ao infeliz, ainda que desamparado de toda a natureza.

"Mas, esse mesmo derradeiro refrigério duma existência amargurada, em grande parte me tem sido impedido e contrariado pelo sofrimento de meus olhos; pois que, ainda que agora possa ler e escrever, contudo não o posso fazer sem fadiga, cansado da vista e exaltação do cérebro, o que me acarreta peníveis incômodos nas maldormidas noites".

Aí está por ele confessado o mal que o levará ao fim: a misantropia que depois degenerou em loucura.

Lembrou-se então de sua terra natal e tomou uma resolução:

"Sim, é lá que o meu corpo deve descansar; ao menos repousaria a fronte no túmulo de meus pais, depois de ter ainda uma vez respirado o ar livre dos meus sertões".

Voltou em 1851. Oeiras em peso, esquecida de suas dissensões políticas, recebeu-o com festas e carinho. Naquela hora desapareceram, como por encanto, as rivalidades e os ódios, e todos os cidadãos, unidos num só pensamento, prestaram homenagem ao talentoso financista, ao deputado eloquente, ao honrado administrador, ao sábio piauiense que regressava aos seus e à sua terra.

Mas foi tudo embalde. Ele continuou triste, abatido, olhando indiferente para tudo o que o cercava. Poucos dias depois de sua chegada, retirou-se para sua fazenda Canabrava e cortou as suas relações.

Passou a viver enfurnado num quarto da casa da fazenda, dedicado exclusivamente à leitura de Xavier de Maistre, uma de cujas obras – "Viagem ao redor do meu quarto" – traduziu para o português.

Em 1853 tentou o suicídio. Recuperando-se, ainda viveu 3 anos.

Morreu ali na fazenda, com 52 anos de idade, em 1857.

Francisco de Sousa Martins possuiu grande talento, raras virtudes e prestou relevantes serviços ao Piauí e ao Brasil. Sua memória deve continuar viva numa página de honra da história de nossa terra.

- Diário de Pernambuco – ano 36º nº 280.
- A Imprensa – 7 de dezembro de 1878.
- Segredos e revelações da História do Brasil – Gustavo Barroso, 2ª edição.

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva nasceu na vila de Santo Antônio de Campo Maior a 11 de setembro de 1813. Havia dois anos que o Brasil tinha sido elevado à categoria de Reino. Foram seus pais o Coronel Antônio Lopes Castelo Branco e Ana Rosa de São José

Estudou em Barras, na escola de Frei Antônio de Jesus Maria Faya.

Desde cedo iniciou-se na agricultura e no comércio. Como filho de família importante exerceu, desde a juventude, cargos púbicos, quer de nomeação do governo, quer de eleição popular: foi vereador, eleitor de paróquia, juiz de paz e promotor público de Campo Maior.

Entrou para a vida militar no posto de alferes da 4ª Companhia do Batalhão 83 de Caçadores de 2ª Linha do Exército, quando tinha apenas 15 anos de idade. Também muito jovem ainda foi nomeado comandante efetivo do destacamento da vila.

Muito conceituado por sua honradez e seriedade na administração da coisa pública, em 1836, por ato da Inspetoria da Fazenda Pública, foi nomeado para tomar parte em importante comissão que, na vila, teve de proceder ao exame nos livros das notas de tabeliães, autos e outros documentos autênticos. Esta devassa, determinada por ordem do Tesouro Público Nacional, de 30 de maio de 1834, tinha por finalidade investigar qualquer fraude que porventura se houvesse praticado contra o Estado.

Lívio era rico, inteligente, dado a leituras sérias, muito estimado e respeitado do povo por causa das excelentes qualidades que possuía. Espírito profundamente liberal, repugnava-lhe toda injustiça, principalmente se cometida contra os mais desfavorecidos da sociedade. Tais injustiças, especialmente a do recrutamento forçado para o serviço militar, haviam criado profundo mal-estar nas camadas mais humildes da população. Há muito que Lívio havia percebido isto.

Também o fato de o governo ficar perpetuamente nas mãos do Visconde da Parnaíba, cujo prestígio desmesurado impedia o rodízio dos partidos na administração da província, causava-lhe irritação e frustração.

Tudo isto, aliado ao temperamento impulsivo que possuía, o levou a meter-se numa aventura pela qual amargou durante o resto de sua vida. As coisas se passaram mais ou menos assim. Em 1839, rebentou no Maranhão a revolta dos balaios. Era a revolta do povo pobre e abandonado contra as oligarquias. Pareceu a Lívio que aquele era o momento apropriado para ele pôr um ponto final nas frustrações que o vinham fazendo sofrer ultimamente. Arriscando a vida e a fortuna, colocar-se-ia a serviço dos mais humildes que se rebelavam naquela hora; eles o ajudariam depois a acabar com o infindo governo de Manuel de Sousa Martins na Província.

Entrou então em contato com os rebeldes maranhenses. Um de seus chefes, o vaqueiro Raimundo Gomes, esteve em Campo Maior confabulando com ele.

Acertados os pontos de vista, Lívio se atirou à ação, de corpo e alma, mobilizando gente na vila e seu termo, num desafio aberto às autoridades. Em virtude do grande prestígio que possuía e da confiança que nele depositava grande parte da comunidade campomaiorense, as autoridades locais nem se atreveram a embargar-lhe os passos. Foi-lhe fácil levantar para a luta e armar cerca de 600 homens. Em vão seus parentes, amigos e correligionários procuraram demovê-lo da aventura insensata e perigosa.

À frente daqueles homens deslocou-se para Caxias, já cercada pelos rebeldes, sob o pretexto de que iria retirar dali uma irmã e duas cunhadas suas que residiam naquela vila. Lá chegando, fez junção de sua tropa com cerca de 5.000 balaios que já ali se encontravam sitiando-a.

Entre os chefes rebeldes era ele o mais letrado e o único que tinha conhecimentos militares. Isto e sua alta procedência na escala social lhe permitiram impor aos outros chefes sua absoluta liderança.

Àquela altura dos acontecimentos, ele já havia caído em si e percebido a enormidade do erro cometido. Era tarde para recuar. Para não perder tudo, procurou, então, tirar o máximo proveito da ascendência que exercia sobre os demais, no sentido de conter as desordens e impedir os saques e as violências, na hora em que a vila caiu. Muitas famílias escaparam de ser trucidadas graças à sua proteção.

Homem de visão mais larga, ele previu que aquela revolta, mais dias menos dias, seria esmagada. Quis, então, encontrar uma saída honrosa para ambos os lados, por meio de negociações diretas entre o governo e os revolucionários.

Estes deporiam as armas se lhes fossem garantidas a supressão de certas injustiças e uma anistia ampla para todos. Em compensação não haveria mais derramamento de sangue na luta fratricida nem tropelias contra a propriedade privada.

Sob a orientação de Lívio foi constituída uma comissão de alto nível, composta de elementos influentes de Caxias e representantes dos rebeldes, para ir a S. Luís negociar com o Governo do Maranhão o término da luta. O Governador chegou a receber a comissão mas, depois de algumas reuniões, deu marcha à ré nas negociações e endureceu nas exigências. Os esforços de Lívio para pôr um ponto final no conflito fracassaram. Em consequência, seu prestígio junto aos chefes rebeldes caiu a zero.

Vendo que nada mais de útil poderia fazer ali, resolveu abandonar a revolução e fugir. Não o faria, porém, sem antes recambiar para o Piauí os

homens que dali trouxera. A pretexto de alastrar a revolução no território piauiense, retirou-se de Caxias com os comandados que, àquela altura dos acontecimentos, já estavam acrescidos de mais algumas centenas. Eram quase mil os combatentes que o acompanharam de volta.

Quando tentou atravessar o Parnaíba foi impedido de fazê-lo pelas forças legais que obedeciam ao comando do Major Manuel Clementino de Sousa Martins. Lívio tentou entendimentos com o chefe legalista mas não conseguiu. Procurou outros pontos de travessia mas foi sempre repelido. Ele não queria mais derramamento de sangue.

Já desiludido, uma noite chamou o seu imediato e lhe comunicou que ia atravessar o rio sozinho e fugir para o Ceará. Deu-lhe ordens para que na manhã seguinte dispersasse os homens: ser-lhes-ia mais fácil atravessar o Parnaíba em pequenos grupos e se internar na Província.

Desencadeou-se, então, implacável operação militar para capturá-lo. As patrulhas piauienses o seguiram até Sobral, no Ceará. De marcha batida, sempre perseguido, ele atravessou aquela Província e se internou no Rio Grande do Norte.

Enquanto isso, sem a sua influência moderadora, em Caxias os chefes rebeldes se desmandaram e cometeram as maiores atrocidades na vila quando dela se apoderaram pela segunda vez.

O que Lívio pretendera impedir com sua fuga, isto é, que a guerra se alastrasse em nossa Província, não o conseguiu. Os balaios atravessaram o rio em vários pontos e desencadearam uma guerrilha que muito prejuízo causou ao Piauí. Num dos combates, nas matas do Estanhado, foi morto o Major Manuel Clementino de Sousa Martins.

A perseguição a Lívio continuou inexorável. A 30 de outubro de 1839, no interior do Rio Grande do Norte, ele foi preso por uma patrulha volante de 16 praças. Na noite daquele mesmo dia, porém, conseguiu fugir e se internou nos sertões da Paraíba. Chegando à capital daquela Província, casualmente se encontrou com Antônio Joaquim da Silva, que tinha sido seu caixeiro em Campo Maior. Este o escondeu em sua casa e, depois de ele ter descansado bastante, facilitou-lhe a fuga para Pernambuco.

Em Recife, Lívio pensou em tomar um vapor para Londres e lá ficar algum tempo até que as coisas melhorassem no Brasil. Falava-se numa anistia que estava para vir. Aconselhado por amigos e protetores, desistiu daquela viagem ao estrangeiro. Foi ocultar-se no interior de Pernambuco.

Ali o alcançou a anistia de 22 de agosto de 1840. O decreto foi publicado no "Diário de Pernambuco" de 14 de setembro daquele mesmo ano. De posse de um número daquele jornal, Lívio apresentou-se ao Major

Francisco Antônio de Mendonça, subprefeito da vila de Pedra do Fogo, que lhe passou o atestado de apresentação dentro do prazo marcado pelo referido decreto, com data de 25 daquele mesmo mês e ano.

Anistiado, voltou ao Recife e se apresentou ao próprio Presidente da Província, que o recebeu muito bem e mandou tornar pública a sua apresentação, para todos os efeitos legais.

Voltando à vida normal, Lívio se dedicou ao comércio no Recife. Porém as saudades da família e da terra o atormentavam. Sabia que no Piauí, mesmo anistiado, ele não teria nenhuma segurança.

Em março de 1841 não suportou mais. Escreveu à sua mulher pedindo-lhe que viajasse para Sobral, onde se encontrariam por alguns dias. Assim aconteceu. Quando, porém, já se dispunha a voltar ao Recife, apareceu-lhe um amigo que o aconselhou a fazer a viagem por Fortaleza; por aquela via lhe seriam mais cômodos e menos dispendiosos os meios de transporte. Ofereceu-se para acompanhá-lo até ali. Em Fortaleza o prendeu e o entregou ao Presidente da Província. Este, quando Lívio lhe apresentou os documentos, viu que havia feito uma prisão ilegal, mas não quis dar o braço a torcer: propôs-lhe, em troca da liberdade, que ele assinasse um documento afirmando que nunca mais poria os pés no Piauí. Lívio recusou-se a fazê-lo, pelo que foi arbitrariamente embarcado, sob escolta, num vapor que seguia para o Recife. Ali saltou em liberdade e foi recebido com alegria pelos amigos que já tinham sabido das injustiças que ele sofrera no Ceará.

Ficou em Pernambuco, dedicando-se ao comércio, até março de 1843, quando soube que o Visconde da Parnaíba havia caído. Apressou-se, então, a voltar ao Piauí, onde se atirou de corpo e alma na vida político-partidária para impedir a volta da influência do Visconde. Para tanto, teve que lutar contra o próprio Presidente, o Conde do Rio Pardo, que, desprovido de força política na Província e querendo eleger-se Deputado Geral, apoiava-se nos partidários do Visconde, cuja influência procurava reabilitar em favor de sua eleição. Os liberais, com Lívio, sufragaram o nome do ex-Presidente Ildefonso de Sousa Ramos, elegendo-o.

De então por diante, até sua morte, nosso biografado não perdeu mais seu grande prestígio.

Além da política e dos negócios, dedicou-se à advocacia, com provisões que lhe eram concedidas, à vista das provas de sua habilitação, ora pela Relação do Distrito, ora pela Presidência da Província.

Paladino da liberdade, esteve sempre presente na imprensa, escrevendo nos jornais de Caxias, Oeiras e Teresina.

Na guerra do Paraguai foi recrutador-geral nos municípios de Teresina, Campo Maior e União, cargo espinhoso que exerceu com inexcedível moderação.

Por mais de uma vez foi eleito Deputado para a Assembléia Legislativa Provincial. Como Deputado votou a lei de 23 de agosto de 1849, que, substituindo a Resolução Provincial de 23 de agosto de 1844, determinou que a mudança da capital da Província fosse feita da cidade de Oeiras para o município do Poti.

Morreu a 5 de dezembro de 1869, na vila da Parnaíba, no posto de Coronel-Chefe reformado da 10ª Legião da Guarda Nacional da Província.

Foi casado com Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco.

Até sua morte esteve sempre na estacada, rebatendo infâmias e calúnias de seus adversários políticos que nunca lhe perdoaram a aventura de 1839 com os balaios. Vez por outra lê-se na imprensa da época suas respostas a esses ataques. Assim, por exemplo, tendo sido acusado de haver cometido arbitrariedades e violências contra pessoas físicas e seus bens, na vila de Caxias, ele publicou em "O Propagador", de 1858, um documento assinado por 44 cidadãos dos mais grados daquela vila maranhense redigido nos seguintes termos:

"A todos os senhores a quem o conhecimento desta pertencer e tocar fazemos certo que o Sr. Lívio Lopes Castelo Branco em todo o tempo, e de todas as vezes que tem vindo a esta vila e nela se tem demorado, tem tido uma conduta irrepreensível, e muito honrada, mostrando em todas as suas ações a qualidade de homem de bem de que é ornado, e que nunca aqui desmentiu, cativando por isso os corações e geral estima de todos os moradores desta vila que com muito gosto lhe franqueavam a sua amizade e os seus capitais se ele tivesse querido utilizar-se deles; e ainda hoje que ele venha a esta vila achará nos abaixo-assinados o mesmo agrado e acolhimento de que ele se fez credor quando aqui esteve; e tudo o que se disser em contrário é mentira, calúnia e intriga. Caxias, 16 de setembro de 1854".

Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, grande lutador pela causa do povo, incansável defensor das liberdades públicas, merece o nosso respeito e a nossa admiração.

- O Propagador - 28/08/1858.
- A Imprensa - 08/04/1879.
- A Imprensa - 16/04/1879.
- Pesquisas para a História do Piauí - Vol. III - Odilon Nunes.

Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco

Este ilustre piauiense não foi propriamente um literato, mas foi um jornalista de fôlego e um historiador. Homem simples e bom, extremamente amigo de sua terra, prestou-lhe tão assinalados serviços que merece ser relembrado com simpatia.

Nasceu em Campo Maior a 15 de junho de 1836. Era filho do Coronel Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e de Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco.

Teve sua infância e juventude marcadas por desagradáveis acontecimentos que fizeram sua família sofrer durante muito tempo. Seu pai meteu-se numa aventura que praticamente inutilizou sua própria vida. O coronel Lívio era comerciante, do Partido Liberal, adversário político de Manuel de Sousa Martins, o Visconde da Parnaíba. O prolongado e quase ditatorial Governo deste último enervava-o a tal ponto que ele já não podia mais tolerar pacientemente aquela situação. Foi quando estourou no Maranhão a Balaiada. Perspicaz, Lívio percebeu logo que a camada mais pobre do Piauí simpatizava com aquele movimento. Aí estava um filão que podia e devia ser explorado. Já havia muita inquietação deste lado do Parnaíba. Quem sabe? Talvez fosse aquela a chance tão almejada para apear do poder o odiado Visconde, mesmo que fosse com o emprego das armas, visto como outros meios haviam falhado. Quando o chefe balaio, Raimundo Gomes, derrotado na Barra do Longá por Miranda Osório, passou em fuga por Campo Maior, Lívio fez um pacto com ele: iria ajudar os rebeldes do lado do Maranhão e eles o ajudariam depois a depor Manuel de Sousa Martins no Piauí. Este ponto não está claro nos documentos mas pode-se subentendê-lo.

Com seu prestígio e seu dinheiro, Lívio aliciou e armou 600 homens e seguiu com eles para Caxias, que já estava sitiada. Ali chegando, percebeu logo que havia entrado numa fria. E já era tarde demais para recuar. Ficou algum tempo entre os rebeldes imaginando poder impedir desmandos com a ascendência que exercia sobre aquela malta. Quando percebeu que nem mais isto poderia fazer, retirou-se, já agora com cerca de mil homens, alegando que viria operar, em território piauiense, pela causa bentevi. Mas de fato seu propósito era outro. Tentou várias vezes atravessar com os homens para o lado piauiense mas foi obstado pelas forças do Major Manuel Clementino de Sousa Martins. Não suportando mais aquela delonga, uma noite, abandonou seus homens e fugiu para o Ceará.

A perseguição que se desencadeou contra ele durante muitos anos atingiu sua família, como não poderia deixar de ser. Devido a esta situação, somente com onze anos foi que Miguel Borges pôde começar a frequentar a aula pública de primeiras letras de Campo Maior.

Em 1855 seu tio, o Dr. Antônio Borges Leal Castelo Branco, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Oeiras. Levou o sobrinho em sua companhia. De lá o menino viajou para a Bahia a fim de estudar escrituração mercantil e empregar-se no comércio. Mas teve que voltar de Jacobina com a notícia de que a peste da cólera assolava na cidade da Bahia. Dois anos depois viajou para o Recife, matriculando-se no Colégio das Artes. Sua meta era conquistar o grau de bacharel. No ano em que deveria ingressar na Faculdade apanhou uma congestão pulmonar que quase o mata. Teve que abandonar os estudos e voltar para o Piauí. Em Campo Maior nova moléstia fá-lo perder o olho esquerdo. Diante de tanta adversidade, ele renuncia ao plano de prosseguir com os estudos e formar-se em Direito. Seria preciso, agora, enfrentar a vida por outra forma.

Em 1860 casou-se com Da. Cassiana Ferreira de Araújo e Silva Castelo Branco, que faleceu três anos depois, deixando-o desolado.

Em 1862 mudou-se para Teresina. Para começar, abriu uma aula de primeiras letras. Pouco depois, mediante concurso, conseguiu um lugar de contador e partidor. Daí por diante sua atividade se desdobra em vários sentidos.

Em 1864 casa-se com Da. Emília Henriqueta Vieira de Noronha. Já então está trabalhando como amanuense na Secretaria de Polícia.

Nesse mesmo ano de 64 o chefe liberal e Vice-Presidente, Dr. Antônio Sampaio de Almendra, entrega-lhe a cadeira de francês do Liceu Piauiense. Exonera-se do cargo de amanuense da Polícia para assumir o de escrivão da Coletoria de Teresina.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Teresina e, depois, Deputado Provincial no biênio 1866-1867. Sempre subindo, chegou a Gerente da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba e Procurador dos Feitos da Fazenda.

Na vida jornalística fundou e dirigiu a "Aurora Teresinense", foi redator e diretor do jornal "Liga e Progresso" e trabalhou também na redação de "A Imprensa". Publicou em 1884 a "Revista Mensal", dedicada exclusivamente a assuntos do comércio e distribuída gratuitamente.

Publicado por ele e sob sua competente direção apareceu em 1878 o 1º volume do "Almanaque Piauiense", com interessantes estudos sobre os nossos problemas estaduais. O 2º volume do "Almanaque" apareceu em 1880, contendo instruções para a livre execução da Lei Hipotecária e respectivo Regulamento, um grande número de documentos históricos relativos à Província do Piauí e muitas biografias de piauienses ilustres. Cada exemplar continha cerca de 300 páginas e era vendido a 1$000 na Livraria Econômica, na Rua Paissandu, nº 47.

Em 1879 já havia publicado "Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres". Toda esta atividade nos leva a considerar Miguel Borges um dos pioneiros da nossa pesquisa histórica.

Ainda em 1880, em decorrência da terrível seca de 77, ele assinou com o Governo um contrato para a instalação de um núcleo de imigrantes em propriedade sua, o sítio Guandu. Este núcleo chegou a abrigar 800 pessoas. Em virtude da experiência que ele adquiriu ali, o Governo o contratou, depois, para gerir a enfermaria de imigrantes em Teresina.

Foi Delegado de Polícia da capital.

Em 1881 publicou o 3º volume do "Almanaque Piauiense", o "Manual da Guarda Nacional" e um volume sobre a nova Lei Eleitoral.

Agora vai dedicar-se exclusivamente à formação da mocidade piauiense. Em 1882 fundou em Teresina o Colégio Nossa Senhora das Dores, estabelecimento que teve grande influência na instrução e formação da juventude naquela época. Assim, depois de ter sido comerciante, funcionário público, político, jornalista, publicista e historiador, ia fechar o ciclo de sua vida como começou, isto é, dedicando-se à educação. Foi dura sua vida na direção do Colégio Nossa Senhora das Dores, mas foi igualmente profícua.

Algum tempo depois, atacado por glaucoma, perdeu o olho direito, ficando inteiramente cego. Com a cegueira sobreveio a decadência do Colégio e sua imediata consequência – a pobreza, ou, para ser mais claro, a quase miséria para Miguel Borges e sua família. Ele tudo suportou com calma e dignidade, sem choradeiras nem desespero, impressionando vivamente os poucos amigos que ainda o frequentavam.

Morreu em Teresina, a 22 de abril de 1887.

"Renovo de uma raça de homens ilustres pelos talentos, pelo sangue, pela fortuna e pelos grandes serviços prestados à pátria, Miguel Borges conservou precisamente a pesada herança legada, ilustrando o seu nome por trabalhos de inestimável valor para nós outros piauienses.

"O seu amor por esta terra, em que nasceu, levou-o, com sacrifícios penosos, a empreender uma obra puramente piauiense, em que levantasse do abismo do injusto esquecimento aqueles varões ilustres que fazem a glória do nosso panteon. Seu trabalho capital é a coleção de biografias, apontamentos valiosos para o estudo dos nossos ilustres antepassados, cuja memória feneceria sem o seu monumento. Suas biografias, escritas com a paixão com que escreve as coisas piauienses, são um pecúlio de informações precisas, de dados verídicos. O trabalho ficou em meio, mas a idéia tem frutificado e outros lhe seguem os passos, movidos por igual amor à terra piauiense".

– A Época – 84 – 12/11/1879.
– Pesquisas para a História do Piauí – Vol. III, Odilon Nunes.
– Vultos Piauienses, Clodoaldo Freitas.

David Moreira Caldas

Estrela de primeira grandeza entre os vultos piauienses do passado é sem dúvida alguma David Moreira Caldas. Quanto mais avançamos no tempo, tanto mais avulta a figura impressionante deste homem íntegro, coerente, que tudo sacrificou às idéias que avassalavam o seu espírito.

Nasceu a 22 de maio de 1836, na fazenda Morrinho, muito perto da antiga Capela das Barras. Foram seus pais o Capitão Manuel Joaquim da Costa Caldas e Manuela Francisca Caldas.

Quando veio ao mundo a fortuna dos pais já estava muito diminuída. As calamitosas secas de 1823 e 1826 tinham arruinado o patrimônio agrário daquela família piauiense. As tropelias dos Balaios, no município, em 1839, prejudicaram-na ainda mais. Talvez fosse David a única esperança paterna para uma restauração e recuperação do que se havia perdido se ele, moço e voluntarioso, tivesse querido dedicar sua vida aos trabalhos do campo. Mas aquela existência rústica que o cercava na fazenda não lhe apetecia. Seus pendores naturais eram para as letras. Seu talento precoce já havia impressionado vivamente o Juiz de Direito da comarca, Dr. Francisco Xavier de Cerqueira, que lhe ministrou aulas de português, latim, francês e aritmética.

Vendo os rápidos progressos que o menino fazia no terreno das letras, seu pai resolveu sacrificar o pouco que ainda possuía para lhe dar uma educação aprimorada. Mandou-o para o Recife, onde ele devia terminar os preparatórios e ingressar na Faculdade de Direito de Olinda.

Saiu de Barras a 27 de janeiro de 1860. Diz ele que na véspera da viagem compôs uma oração a São João Crisóstomo, que constituiu patrono de seus projetados estudos. Partiu com um sincero entusiasmo e um ânimo verdadeiro de fazer valer o seu talento, coroando-o com sua formatura em Direito.

Cedo porém a adversidade bateu-lhe às portas. A 1º de agosto daquele mesmo ano, combalido por antigos padecimentos, desaparecia seu pai, deixando a viúva e uma filha em situação financeira precaríssima. A infausta notícia lhe chegou no Recife no dia 13 de agosto. David não titubeou. No dia seguinte partia um vapor para São Luís. Nosso pobre rapaz embarcou nele de regresso ao lar paterno para ajudar sua mãe e sua irmã naquela conjuntura difícil. Sacrificava, assim, todos os seus sonhos, aspirações e esperanças.

Em Fortaleza embarcou com destino ao Maranhão o poeta Gonçalves Dias. Ambos sofredores, fizeram-se amigos na viagem. Nas longas conversas que tiveram, o moço piauiense confidenciou ao grande vate nordestino que também ele já fizera suas perigosas incursões no país da inspiração poética.

Sua vida, até então despreocupada e descuidosa, mudou radicalmente. Agora os múltiplos encargos da fazenda tomavam-lhe as horas que costumava dedicar à cultura e às pesquisas sobre o Piauí.

Mas, apesar de toda a sua boa vontade, positivamente ele não fora feito para a vida do campo. Arranjou o emprego de professor de letras em Barras. Ali se casou, a 12 de dezembro de 1862, com Benvinda de Queirós Caldas, filha de importante fazendeiro de União.

Em 1863 vamos encontrá-lo em Teresina, ao lado de Deolindo Moura, trabalhando como co-redator do jornal "Liga e Progresso". Aqui iniciou brilhante carreira burocrática. Professor da Escola Normal em 1864. No mesmo ano passou a oficial da Secretaria da Presidência. Em 1867 foi promovido a Oficial-Maior da Secretaria do Governo, por merecimento. Naquele mesmo ano conquistou, por concurso, uma cadeira no Liceu. Desde 1865 que colaborava no jornal "A Imprensa", de propriedade de Deolindo Moura.

Tudo ia para ele de vento em popa, quando se ferem as eleições de 1867 para a Assembléia Provincial. Devido à sua grande popularidade, foi o Deputado mais votado para o biênio 1868-1869. Agora, porém, na vida política, vão começar suas grandes desventuras. Sua atuação na Câmara, sempre a favor do povo mais desprotegido, vai carrear para ele a antipatia de certos grupos sociais que se sentem ameaçados com sua pregação populista. Entre seus projetos em benefício da coletividade, o que mais celeuma causou foi o que dispunha que o imposto da décima urbana fosse aplicado na construção de casas de telha populares, que seriam entregues ao povo mediante contribuições módicas. Ao mesmo tempo que favorecia aos mais desprotegidos, o projeto visava evitar que se continuasse a construção de palhoças em Teresina.

Positivamente David Caldas havia nascido antes do tempo. Todos os rancores e ódios dos bem situados na vida, e que não admitiam mudanças, começaram a convergir sobre sua pessoa. Prevendo o rumo que as coisas iam tomar, ele se desligou do Partido Liberal a que pertencia, despediu-se da redação do jornal "A Imprensa" e fundou o seu próprio jornal, "O Amigo do Povo", que se transformou em baluarte dos seus ideais.

Em novembro de 1870 foi fundado no Rio o Clube Republicano e a 3 de dezembro aparecia, ali, o primeiro número do jornal "A República", com o famoso manifesto republicano assinado por 58 políticos importantes do país. A 14 de janeiro de 1871 "O Amigo do Povo" circulou em Teresina trazendo no cabeçalho o subtítulo – Órgão Republicano da Província do Piauí. No artigo de fundo David Caldas pedia ao Clube que lançasse também o seu nome no grande rol dos culpados por crime de lesa-majestade. Aliás, suas idéias republicanas já vinham do ano de 1849, quando ele ainda era um rapazinho.

Daí por diante recrudesceram as perseguições contra ele. Perdeu todos os empregos que possuía. Não puderam demiti-lo da cadeira do Liceu

porque ele a conquistara por concurso. Mas David era homem demais. Ele mesmo se demitiu daquele cargo por julgar sua consciência que não devia receber dinheiro de um Governo que ele combatia.

Para sobreviver com a família, passou a dar aulas particulares. Sim, porque do jornal não podia viver. Como ele atacava o próprio regime, seu jornal não recebia matéria paga do Governo e os particulares, por medo dos poderosos, abstinham-se de lhe dar assinaturas e anúncios. Quase não havia artigos literários ou doutrinários no jornalzinho. Ele se dedicava inteiramente a criticar o Governo e a publicar os desmandos políticos do interior da Província. Para escapar ao Código Criminal do Império, na parte relativa à imprensa, "O Amigo do Povo" contava os fatos do dia "como se tivessem acontecido na China ou na Turquia, tratando as personagens por paxás ou mandarins, utilizando conhecida figura de retórica".

A última edição de "O Amigo do Povo" que foi publicada trazia o número 89.

A 1º de janeiro de 1873 apareceu um outro jornal de David Caldas, que se chamava "Oitenta e Nove". Tinha este nome justamente porque 89 havia sido o último número do jornal anterior.

O nome do jornal e alguns tópicos do artigo de fundo do no seu 1º número, e escrito por David, têm suscitado até hoje muita discussão. Profetizou ou não profetizou David Caldas o advento da República em 1889? Alguns, como Abdias Neves, negam a profecia porque se cingem obstinadamente ao sentido religioso da palavra, e nesse caso têm razão. Outros, entre os quais me situo, admitem que houve profecia, sim, no sentido de conjectura. Dois tópicos daquele artigo insinuam claramente que David esperava a República para o ano de 1889. Vejamo-los:

"...(os patriotas mineiros) acabaram por ser outros tantos mártires da liberdade, outras tantas vítimas imoladas ante o altar druídico, em forma de trono, onde se achava exposta à veneração dos fiéis a mentecapta Maria, digna bisavó do atual imperador do Brasil, a quem Deus guarde, quando muito, até 1889...".

"...seja-nos permitido ter a fé robusta de ver a República Federativa estabelecida no Brasil, pelo menos daqui a 17 anos, ou em 1889, tempo assaz suficiente, segundo pensamos, para a educação livre de uma geração, para a qual ousamos apelar, cheios da maior confiança".

Quando já vivia nas maiores aperturas financeiras morre-lhe o cunhado, em 1874, e ele chama sua irmã com 4 filhas para morarem em sua casa. Não tinha limite o desprendimento daquele grande homem.

Militou na imprensa durante a maior parte de sua vida. Ainda rapazinho, fundou um jornal literário-científico, "O Arrebol", de vida muito

curta. A partir de 1863 vamos encontrá-lo colaborando ativamente, em Teresina, nos jornais "Liga e Progresso" e "A Imprensa". Fundou e dirigiu "O Amigo do Povo", o "Oitenta e Nove", "O Papiro" e o "Ferro em Brasa". João Pinheiro fala em outro jornalzinho – "O Bom Menino".

Deixou inéditos alguns trabalhos de ordem científica, pedagógica e literária, entre os quais podemos mencionar "Tímidos Acentos" (poesia), "Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí" e "A Musa Triforme" (poesia). Tentou escrever uma "Corografia do Piauí". É pena que todo este valioso espólio se tenha perdido.

A seca de 1877 e os dramas pungentes que ela suscitou foram a gotinha d'água no cálice de sofrimento de nosso grande biografado. Minado pelas decepções, pelas privações, pelas injustiças, David Caldas entrou num período de profunda abstração interior. O que se passava ao seu redor já quase não lhe interessava mais. Dedicava-se exclusivamente à descoberta das leis de uma nova ciência que ele próprio engendrara, a conscienciologia.

Licurgo de Paiva, que lhe assistiu os últimos instantes, diz que ele morreu balbuciando os versos do hino litúrgico – Glória in excelsis Deo. Poucas horas antes exclamava: "É chegado o dia de vos dar minhas contas... Sábaoth... Sábaoth... Sábaoth... três vezes sábio... três vezes santo..." .

- A Pátria - 66 - 24/1/1904.
- História da Imprensa no Piauí - Celso Pinheiro Filho.
- Revista da Academia Piauiense de Letras - Edição do Cinquentenário - 2º volume.
- Literatura Piauiense - João Pinheiro.

Francisco Parentes

Corria o ano de 1839. A guerra dos Balaios, que havia começado no Maranhão, estendia-se agora pelo território piauiense.

A 10 de junho daquele mesmo ano, numa casinha humilde do termo de Barras nascia uma criança que tomou o nome de Francisco Parentes. Seu pai estava longe do lar, naquela hora, engajado na tropa legalista que combatia os rebeldes e lutava para expulsá-los do solo piauiense.

Poucos anos depois seus pais se mudaram para Buriti de Inácia Vaz, no Maranhão. Ali, Francisco Parentes fez o curso primário. Mocinho ainda, chegou a Teresina, onde se empregou como caixeiro num armazém.

O trabalho era pesado e lhe tomava todas as horas, impedindo-lhe a continuação dos estudos. Mas Francisco tinha uma sede imensa de aprender e progredir. Fazendo quase o impossível, conseguiu achar tempo para avançar um pouquinho mais na aquisição de conhecimentos gerais.

Foi então que arranjou um emprego no Liceu Piauiense e chegou a ser secretário do estabelecimento.

Em 1857 empregou-se como Secretário da Câmara Municipal de Teresina. Possuindo boas relações, deram-lhe uma adição do Tesouro Nacional e foi nomeado 4º Escriturário por portaria de 6 de março de 1862. Em função do emprego, viajou para o Rio de Janeiro.

Na capital do Império eram maiores as facilidades para continuar os estudos e ele as aproveitou com afinco e seriedade. Já então uma idéia se instalara em sua mente e se apossara de seu coração: formar-se em Agronomia, no estrangeiro, para melhor servir o Piauí. Vejam que estávamos no ano de 1863, às vésperas da Guerra do Paraguai. Francisco Parentes só contava com o ordenado e falava apenas o português. Mas sua vontade era inquebrantável e ele tinha uma vocação irresistível para a Agronomia. Naquela conjuntura difícil lembrou-se de apelar para sua terra. Obteve uma comissão e veio ao Piauí. Já havia arquitetado um plano: pedir à Assembléia Legislativa uma subvenção, em forma de bolsa.

Em Teresina ele conquistou para sua causa o Dr. Antônio Sampaio Almendra, que era Deputado. Este desenvolveu intensa atividade entre seus pares; uma lei foi votada concedendo a Francisco Parentes a pensão que ele pleiteava para seus estudos na Europa. Mas as atribulações do pobre rapaz estavam apenas começando. Depois que a lei foi votada favoravelmente, o Dr. Almendra, por questões políticas, rompeu com o Governador, Dr. Meneses Britto, e a vingança deste foi vetá-la pura e simplesmente. Tudo voltou novamente à estaca zero.

Francisco, porém, não era homem para esmorecer. Não podendo contar com o Governo, apelou para os particulares. Abriu-se uma subscrição. Três apenas a assinaram: o Dr. Almendra, que lhe garantiu uma mensalidade de 80$000, o pai de Francisco, que subscreveu 20$000, e o irmão, Honório Parentes, que começava a vida, mas mesmo assim lhe garantiu 10$000 por mês. Claro que 110$000 não dariam. Mas eram alguma coisa.

Àquela altura, a tenacidade, a humanidade e o entusiasmo de Francisco já haviam contagiado outras pessoas, que se dispuseram a ajudá-lo sob outra forma, sob a forma de empréstimo. Juntaram-se o Vigário do Amparo, Pe. Mamede Antônio de Lima, José F. Alves Pacheco, Antônio José Araújo Bacelar, José Ferreira de Vasconcelos. Entre eles levantaram uma importância bem alta e a colocaram à sua disposição. Agora o problema financeiro estava resolvido.

A 7 de março de 1864, Francisco Parentes embarcou para a França. Algum tempo depois já estava em Paris. Não conhecia ninguém e não sabia uma palavra de francês. Procurou então a Legação brasileira. Foi bem recebido. O pessoal da Embaixada o ajudou. Aprendeu rapidamente a nova língua. Alguns meses depois, está matriculado no Instituto Neully para concluir os preparatórios. Inteligente e tenaz, ele os concluiu com boas notas, tornando-se apto para frequentar uma escola superior de Agronomia.

Matriculou-se na Escola de Agricultura de Grand Joyan. Deveria terminar o curso no fim de 1870.

Em fins de agosto daquele mesmo ano as tropas alemãs invadiram a França. A guerra foi rápida. O Marechal Bazain, quase sem luta, rendeu-se, à frente de 170.000 homens. Poucas horas depois o próprio Imperador, Napoleão, e o Marechal Mac-Mahon são vencidos na batalha de Sedan, a 2 de setembro. Milhares de soldados alemães ocupam rapidamente o país para ditar os termos da rendição. A França parou. Fecham-se as escolas. Estrangeiro, sem ter nada com aquela briga, Francisco Parentes foge para a Bélgica e lá consegue sobreviver com a ajuda de um grego, seu colega.

Terminada a guerra, ele volta à França. Mas não recomeça os estudos pois logo rebenta a guerra civil em Paris. Desta vez ele não pôde sair. Liderada pelos socialistas, a Guarda Republicana ocupa a capital. Comandado por Mac-Mahon, o Exército contra-ataca e retoma a cidade, depois de sangrenta luta.

Voltando a paz, o estudante brasileiro consegue terminar seu curso e recebe o diploma a 19 de junho de 1871.

Vem agora a batalha da volta. Francisco procura um patrício, que morava em Paris, Francisco Marques Rodrigues, e este lhe empresta 1.405 francos.

A 10 de agosto, o Dr. Parentes está em Teresina. Seu pai já havia morrido. Também estava morto seu grande protetor, o Dr. Antônio Sampaio Almendra. O jovem procurou logo os herdeiros de seu protetor para o reembolso das importâncias que dele recebera. Recusaram.

Governava o Piauí naqueles dias o Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão. O Dr. Parentes o procurou para lhe pedir uma orientação. O Governador aconselhou-o a ir ao Rio. Fez mais. Deu-lhe uma recomendação para o Ministro Rio Branco.

Na Casa Linhares e Couto, de Teresina, Parentes conseguiu empréstimo e viajou para o Rio. Lá, foi muito bem recebido por Rio Branco, que o encaminhou ao Ministro da Agricultura, Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva.

A obsessão do Dr. Parentes é servir o Piauí. Já havia bolado a fundação, aqui, de uma colônia agrícola modelo, para incentivar a modernização da agricultura em sua terra. Apresenta o plano ao Ministro da Agricultura, que o aceita, em tese, e o contrata para estudá-lo melhor e lhe apresentar um projeto. O jovem agrônomo receberá uma ajuda de custo de 1:000$000 e um ordenado de 300$000 para vir ao Piauí escolher o local, levantar as plantas e orçar a instalação de uma colônia que teria o nome de Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara. Este contrato foi homologado em Aviso de 11 de janeiro de 1872.

Chegando ao Piauí, põe mãos à obra sem descanso. Viaja para o termo de Amarante e lá escolhe o local para a implantação da colônia. O lugar chamava-se Onça.

Feitos todos os levantamentos e orçamentos, o engenheiro volta ao Rio para apresentar o projeto ao Ministro, que o aprova prontamente. Um Decreto imperial, nº 5.392, de 10 de setembro de 1872, cria o Estabelecimento e contrata, por 15 anos, pata fundá-lo e dirigi-lo, o único agrônomo que o Piauí possuía, o Dr. Francisco Parentes.

Novamente no Piauí, agora definitivamente, Parentes apressa-se em iniciar os trabalhos. Manda destocar toda a área destinada aos edifícios. No dia 4 de agosto de 1874 sai de Teresina, a bordo do vapor "Piauí", acompanhado de numerosa comitiva, o Governador do Estado, Dr. Lamenha Lins, para o local da fundação. Ali, no dia 10 do mesmo mês e ano, lança a pedra fundamental do edifício principal. A pedra continha a seguinte inscrição: "São Pedro de Alcântara. Estabelecimento Rural. Fundado por Decreto nº 5.392. Pelo Agrônomo Piauiense, Dr. Francisco Parentes. Na presidência do Exmo. Sr. Dr. Adolfo Lamenha Lins, 1874".

Foram logo iniciadas as construções. Além do grande prédio para a sede, muitos outros serviços foram executados com presteza.

Quando as obras já estavam quase concluídas, o Dr. Francisco Parentes contraiu uma febre de mau caráter. Transportado às pressas para Amarante, em busca de recursos médicos, ali faleceu com 37 anos de idade, no dia 16 de junho de 1876.

É assim a vida. Francisco Parentes havia lutado tanto para chegar ao que era e, quando já vislumbrava a realização do grande sonho, vem a morte e o ceifa impiedosamente.

Mas não foram inúteis seus trabalhos e seu sacrifício. Sua grande obra ficou e frutificou. O Estabelecimento Agrícola de Francisco Parentes é hoje a Princesa do Médio-Parnaíba, nossa rica e progressista cidade de Floriano.

- A Semana nº 7 - 25/10/1901
- A Semana nº 8 - 31/10/1901
- A Província do Piauí - 27/3/1872

Deolindo Mendes da Silva Moura

Jornalista, advogado e grande tribuno popular. Na época em que viveu em Teresina não se podia compreender a vida da cidade sem a sua presença, de tão marcante que foi a sua atuação no seio da comunidade.

Nasceu em Oeiras a 5 de fevereiro de 1835. Era filho do Dr. José Luís da Silva e de Da. Raimunda Ferreira do Nascimento. Seu avô materno, José Antônio Ferreira, pertenceu ao exército português, tendo vindo servir na guarnição da Bahia. Ali abandonou a vida militar para se dedicar ao comércio. Espírito aventureiro, com forte ambição de enriquecer, José Antônio ouviu falar que o Piauí tinha sido descoberto e era a terra da promissão para quem quisesse ganhar a vida e ficar rico criando gado. Incorporou-se a uma das bandeiras que naquele tempo demandavam os nossos sertões e veio dar com os costados na povoação do Mocha, onde se casou e fez fortuna.

Deolindo fez o primário em Oeiras, transferindo-se depois para o Colégio do Padre Marcos de Araújo Costa, na fazenda Boa Esperança. Ali estudou até novembro de 1850. Em 1851 seguiu para Olinda (Pernambuco), matriculando-se na Academia de Direito, que funcionava no Mosteiro dos Beneditinos. Muito bem dotado e inteligente, não era entretanto um aluno aplicado, dedicando-se mais às patuscadas estudantis. Formou-se em ciências jurídicas e sociais em 3 de dezembro de 1859.

Quando voltou, Oeiras não era mais a capital da Província, e sim Teresina, que contava apenas 7 anos de vida quando ele aqui chegou para morar, em 1859.

Em 1862, Deolindo já é redator-chefe do grande jornal político "Liga e Progresso", passando-se depois para a direção do jornal "Imprensa", órgão do Partido Liberal. Foi neste último que ele se revelou o jornalista de pulso que era, polemista terrível que não deixava sem resposta a mais mínima provocação dos conservadores.

Absolutamente desprendido, militava na política esgrimindo a pena pelo simples prazer de esgrimi-la, sem qualquer pretensão pessoal. Possuindo imenso prestígio, nunca se candidatou a qualquer posto eletivo.

Inimigo acérrimo da injustiça e da prepotência, estava sempre na estacada em defesa dos desvalidos e dos injustiçados, na imprensa ou na tribuna do fórum.

Não quis ser magistrado. A advocacia independente e nobre era sua profissão predileta. Réu defendido por Deolindo era réu solto, pois em cada causa ele se jogava por inteiro. "No júri, diante desse enternecedor e lúgubre aparato de que se rodeia a justiça, sua imaginação acendia-se em lampejos e

sua palavra trovejante, os conceitos fluíam abundantes na discussão das provas pelo lado moral, timbrando por levar à convicção os juízes e o auditório. Quando em face das provas esmagadoras dos autos, não podia produzir esse almejado convencimento, não recuava esmorecido: lançava mão de meios artificiais de defesa, sempre eficazes, empregados como ele os empregava coloridos pela sua eloquência fascinadora".

Contam casos. Certa vez defendia um indivíduo que era processado por crime de defloramento. As provas contra ele eram irrefutáveis; inclusive havia uma confissão do próprio réu. Deolindo, perorando em favor de seu constituinte, parou de repente, meteu a mão no bolso, de onde sacou uma carta. Brandindo-a, dirigiu-se aos jurados, afirmando que aquela carta era a confissão do verdadeiro criminoso, amigo do réu. Este, porém, embora inocente, não estava disposto a entregar o amigo à Justiça. Preferia mil vezes ser condenado. Deolindo dramaticamente tirou a carta do envelope e quando parecia que ia iniciar sua leitura, exclamou: "Não, eu não virei conturbar tua grande alma generosa: não virei amargurar tua peregrina dedicação, infeliz, que aqui te sentas neste banco maldito por culpa de outrem. Cumpre o teu fadário, leva até o cume de teu calvário a tua cruz de sofrimento, na certeza de que eu, mesmo em tua defesa, no uso de um direito que é meu, não te abriria as portas do cárcere. Não declinarei esse nome, um nome que te abriria as portas do cárcere. Entretanto, há aí entre os senhores jurados um que sabe do fato em reserva e confiança e para sua generosidade apelo na impossibilidade de quebrar o meu mortificante segredo". Olhou a assistência, dobrou a carta, pô-la no envelope, desceu da tribuna e sentou-se. Uma onda de incerteza envolveu a sala do júri. Quando os jurados voltaram do recinto secreto e o veredicto foi lido o réu tinha sido absolvido por unanimidade, sem qualquer possibilidade para apelação. E não havia carta nem coisa nenhuma. Aquilo tinha sido um truque, um recurso de defesa de Deolindo, que a promotoria engoliu sem protestar.

Nos entreveros políticos não recuava, não se intimidava. Duas vezes tentaram assassiná-lo. De uma feita, numa eleição dentro da igreja do Amparo, para escapar a um punhal assassino, teve que pular uma janela; dentro ficara morto um seu correligionário e amigo, o Capitão Raimundo Dias de Macedo. Noutra ocasião foi assaltado dentro de uma quinta. Como o assaltante estivesse sozinho, Deolindo o enfrentou e desarmou, mas recusou-se a entregá-lo à polícia.

Para vencer uma eleição, Deolindo não se pejava de empregar o vale-tudo useiro e vezeiro naqueles tempos. Certa feita, ia ferir-se, em Teresina, numa eleição indireta muito discutida, que os conservadores já consideravam garantida para eles. Na véspera, Deolindo roubou os livros eleitorais que estavam guardados na sede do Partido Conservador. No dia da eleição, como os livros não aparecessem, Deolindo armou um tremendo escândalo dentro da igreja, acusando o Governo daquele roubo. Sua eloquência na acusação foi

tão arrebatadora que os conservadores, desorientados, propuseram-lhe uma barganha: dar-lhe-iam a metade do eleitorado se a eleição se processasse sem mais complicações. Deolindo aceitou-a, com relutância, a pedido dos amigos...

Ele foi sobretudo um orador. "Sua palavra vibrante, fluente, inspirada, tomava todas as modulações quando, diante de numerosos auditórios, defendia questões de direito ou política, ou quando se ocupava dos grandes assuntos da pátria. Em certos momentos de cólera, quando inflamada, sua palavra tomava o tom épico, tinha a escala cromática da paixão, a doçura da caridade, a sedução do amor. Sua voz, que traduzia todas as inflexões do pensamento, soava em ondas de harmonia, como um clarim, quando saíam de seus lábios de poderoso lutador. Tinha nos gestos, nos modos, no todo esse selo divino dos atletas, desses lutadores sempre em atitude bélica e a gente, vendo-os, fica desde logo convencida de que se enfrenta com um dos privilegiados da natureza".

Marcou época um discurso que ele fez na igreja de N. Senhora do Amparo no dia em que os Voluntários da Pátria, de volta do Paraguai ali depositaram, crivada de balas, a bandeira sagrada que os conduziu aos campos de batalha.

Morreu em Teresina, em plena mocidade, na maior irradiação de seu talento, no dia 22 de outubro de 1872. Seu corpo foi levado ao cemitério de São José praticamente por toda a cidade, que sentia, contristada, sua grande perda.

- Vultos Piauienses - de Clodoaldo Freitas.
- "O Amigo do Povo" - 15/10/1870.

Licurgo José Henrique de Paiva

"A vida do homem sobre a terra é uma luta; seus dias são como os dias de um mercenário. Como um escravo suspirando pela sombra, e o assalariado que espera seu soldo, assim também eu tive por quinhão meses de sofrimento, e noites de dor me couberam por partilha. Apenas me deito, digo: *Quando chegará o dia?* Logo que me levanto: *Quando chegará a noite?* E até à noite me farto de angústia". (Jó 7, 1-4).

Estas palavras do velho Jó, às vezes, agarram-se a certas vidas marcando-as com ferro em brasa. Pensando nelas, lembrei-me de Licurgo de Paiva, o grande, angustiado e infeliz poeta piauiense, cuja memória apagou-se totalmente no cenário cultural de nossa terra. E ele bem que merecia uma outra sorte.

Nasceu Licurgo em Oeiras, a 18 de março de 1842. Era filho do Tenente-Coronel Miguel Henrique de Paiva e de sua amásia Carolina Joaquina Bento. Quando veio ao mundo, o Piauí acabava de emergir de um período violento, – a Balaiada, que ensanguentara o solo do Estanhado, da Capela de Barras, do Poti e de outras partes do sul da Província. As feridas abertas ainda sangravam e nossa economia, drenada pelo esforço de guerra, lançava o espectro de sua esqualidez sobre grande número de lares piauienses.

Na política, a estrela do Visconde da Parnaíba apagava-se a olhos vistos, prenunciando insegurança e bruscas transformações.

Quando Licurgo tinha apenas 8 anos, toma conta da Presidência, na Província, o Dr. José Antônio Saraiva. Com ele no Governo, a luta pela mudança da capital acirrou os ânimos e se transformou num divisor de águas, levando o sofrimento a muitas famílias.

Vencendo Saraiva, fez-se a mudança. Este fato teve influência decisiva na vida do menino. Seu pai foi contratado pelo Presidente para transportar para Teresina os objetos das repartições públicas gerais e provinciais. Rezava o contrato que por cada cavalgadura empregada ele receberia 4$000 até o Porto de São Francisco, e 10$000 até Teresina. Pagaria entretanto uma multa de 5$000 por cada cavalgadura que lhe fosse pedida com antecedência de 15 dias ao marcado para sua entrega, e que ele não pudesse entregar. Cada carga deveria ter 6 arrobas. Miguel Henrique deixa Oeiras, onde era comerciante, e se transporta para Teresina com o filho Licurgo.

A mudança da capital, como era de esperar, trouxe grave crise para o comércio de Oeiras, abandonada pelo Governo. Em setembro de 1852, Miguel Henrique dirige-se a Saraiva pedindo-lhe a reforma de suas letras, bem como que pudesse saldar seus débitos com a Fazenda em prazos mais dilatados. Saraiva acede ao pedido. Parece porém que a situação comercial do Tenente-

Coronel já estava seriamente comprometida, pois a 19 de abril de 1853 o Secretário do Governo, Luís Carlos de Paiva Teixeira, comunica ao Inspetor da Tesouraria Geral que os bens de Miguel Henrique de Paiva, devedor da Fazenda Pública, haviam sido sequestrados. Estas dificuldades paternas devem ter causado profunda impressão no ânimo de Licurgo.

Aqui, em Teresina, Licurgo fez o curso primário e entrou para o Liceu.

Melhorando as condições financeiras do pai, ele foi mandado para o Recife, em 1861, para ultimar os preparatórios e matricular-se na Faculdade de Direito.

Na capital de Pernambuco, ainda preparatoriano, publica um livro de poesias – "Flores da Noite", em 1866. O livrinho chama a atenção de Tobias Barreto que, em artigo publicado no "Jornal do Recife", de 30 de abril daquele ano, apresentando-o ao público pernambucano, entre outras coisas, diz o seguinte: "Voltemos ao autor de *Flores da Noite*. É um moço que tem a nobre ousadia de querer produzir. Em nossa terra isto é um crime de lesa-inveja para os que, preguiçosos e pusilânimes, nem sequer ousam ousar.

"O Sr. Licurgo principia agora a estudar, a dedicar-se aos livros; sua alma escaldou-se ao contacto de alguma página ardente e sentiu-se capaz de exprimir os seus sentimentos na linguagem dos versos. Outros dir-lhe-iam: deixa isto que não é para ti: nós dir-lhe-emos: estuda, pensa e prossegue.

"Vejamos alguma coisa. O poemeto *Dina* é engraçado e florido das flores simples que têm as selvas e os campos da pátria do autor". E logo adiante: "...só quem brincou menino mais perto da natureza, entretendo relações de ingênua amizade com velhas árvores, deitado no regaço da sombra; só quem tem por companheiro de seus brinquedos uma linda filha dos campos, que fosse o seu primeiro amor, a sua noiva, de quem recebesse como emblema do coração algum fruto mordido, alguma flor machucada, poderá compreender, adivinhar quem é Dina.

"Oh! Como o ruído das cidades é prosaico diante do silêncio ameno da vida rústica!

"É essa amenidade que eu folgo de encontrar mais ou menos expressa no poemeto *Dina*. É, ao mesmo tempo, um idílio e uma elegia".

Como se vê, tratava-se apenas de um estímulo ao moço poeta para que prosseguisse, aperfeiçoando-se. Assim não entendeu Licurgo. O elogio do velho Tobias subiu-lhe à cabeça. E como uma palavra de Tobias consagrava tudo, viu-se o jovem poeta piauiense, da noite para o dia, elevado aos píncaros da fama literária num meio cultural avançado. Perdeu a cabeça.

A vida literária do Recife o empolga. A boemia de grandes expressões culturais da época o fascina. E ele continua a esbanjar inteligência e talento

nas rodas boêmias e nas *repúblicas* da Veneza Brasileira. Acabou por abandonar os estudos para se dedicar de corpo e alma à literatura. O barco já está sem mastro e balança ao sabor dos ventos.

Tendo conhecimento da vida que o filho levava no Recife e do abandono que votara ao estudo, o pai o traz para o Piauí.

Aqui chegou em 1867. Já era um homem feito. "Alto, magro, rosto oval, barba negra, olhos inteligentes e vivos, palavra fácil: um tipo insinuante e alegre. Muito simples de maneiras, um pouco descuidado na roupa, despreocupado e *filósofo*, atacava a sociedade por seus preconceitos, insurgia-se contra suas exigências, batendo-se pela palavra e pelo exemplo". Já era um corpo estranho no ambiente que o cercava.

Para ganhar a vida fez-se funcionário público, Secretário da Câmara Municipal. Mas o que ele é mesmo é um literato. Seu estro sublima-se na terra nativa. Produz belíssimas poesias que são publicadas nos jornais da terra. Escreve para a imprensa, distribuindo bordoadas para todos os lados com sua crítica zombeteira, impiedosa. Cria desafetos.

É uma figura importante e respeitada na Cidade Verde. Estávamos em plena guerra do Paraguai. As vitórias de nossas tropas sacudiam a vida da população. A cada uma delas corresponde uma passeata monstro pelas ruas da cidade. Então Licurgo de Paiva declamava suas poesias patrióticas que, ao lado dos discursos de Deolindo Couto, empolgavam as multidões.

Por essa época ele vivia com a atriz Maria Henriqueta, filha do Polka. Na noite de 31 de outubro de 1869, no Teatro Santa Teresa, ela recitou o que alguns consideram a mais bela poesia de Licurgo – "Consequências do Baile". Foi um sucesso. Mas o Chefe da Polícia, Dr. Domingos Monteiro Peixoto, considerou imoral a poesia e impediu, pela força, que a atriz a recitasse novamente na noite de 20 de novembro, no mesmo local. E não ficou só nisso. Um mês depois, sob pretexto fútil, o poeta foi demitido do cargo que ocupava na Secretaria da Câmara Municipal. Já então o vício da embriaguez o dominava.

Desempregado, sem dinheiro para seu sustento e sua boêmia, tentou viver de aulas particulares de português e aritmética. Não deu. Desgostoso, a 18 de fevereiro de 1870 embarcou para Parnaíba. Seu destino era o Rio de Janeiro. Em princípios de 1871 já está novamente em Teresina.

Os ventos da propaganda republicana começavam a soprar entre nós. Licurgo foi dos primeiros que aderiram ao movimento. A 18 de janeiro de 1871 ele se despediu do Diretório do Partido Liberal e aderiu a David Caldas, publicando uma profissão de fé em poesia intitulada "A República". O movimento o empolgou inteiramente. Passou a se dedicar à imprensa, que ele julgava poder converter em arma poderosa em favor da propaganda republicana.

A 16 de novembro de 1872, sob sua direção, apareceu em Teresina o primeiro número de "A Província do Piauí", jornal político. Neste jornal Licurgo desencadeou uma série de violentos ataques contra o Presidente, Dr. Pedro Afonso Ferreira. A princípio o governante quis contornar a questão subornando-o com um emprego. Nomeou-o Promotor Público de São Raimundo Nonato. Como resposta, Licurgo publicou em "A Província", de 31 de dezembro, uma verrina intitulada "Canto da Sereia Fusca". Foi a gota d'água no copo do Presidente. Na madrugada de 14 de janeiro de 1872, quando Licurgo, voltando da redação, passava em frente ao Palácio, foi agarrado por dois soldados, que estavam a paisano, e impiedosamente espancado, ficando estendido como morto. Quem o apanhou naquele estado, para os primeiros curativos, foi David Caldas.

Depois disso, o poeta desapareceu de Teresina. Até 1880 perambulou por União, Campo Maior, Amarante e outras localidades, sem rumo certo, sem se demorar muito em parte alguma. O vício da embriaguez, que o desacreditara na capital, progredia tirando-lhe a lucidez intelectual.

Clodoaldo Freitas o conheceu de perto, já quase no fim, e esboçou para os pósteros a imagem física e intelectual do poeta, que é uma verdadeira ruína:

"Conheci-o de perto já no declínio de sua vida, quando era um simples arremedo de homem cuja mocidade fora tão auspiciosa e brilhante.

"Alcijado e pobre, doente dessa terrível consumpção que o levou ao túmulo, Licurgo de Paiva vegetava na mais crassa miséria, estiolado pelo álcool. O vício o ensandecera e oblitera-lhe a poderosa intelectualidade, que irradiara em versos de elevado mérito e que serão sempre a sua glória e tábua que há de soerguê-lo do naufrágio do esquecimento.

"Suas faculdades estavam tão embotadas que já não ligava duas idéias em um período. Vi-o uma vez no Amarante em uma modesta reunião de família, em casa de pessoa que me é muito conjunta pelo sangue, erguer um brinde a uma gentil criança, a heroína da festa, em termos que me penalizaram. As palavras saíam fluentes de seus lábios, mas em desordem, sem nexo, as mais das vezes empregadas em sentido contrário à significação natural.

"As poesias que ainda compunha e publicava são uma lástima. Tudo isto indicava que o vinho lhe toldava a inteligência, uma das mais belas que nasceram neste ridente solo piauiense".

Mas apesar dessa sua decadência é preciso que os piauienses de hoje saibam que Licurgo de Paiva foi "um homem de mérito, um dos poucos que trabalharam pelo nosso engrandecimento e morreu lutando com heróica tenacidade pela nossa glória".

Ainda voltou a Teresina em maio de 1880, chamado como colaborador para a Assembléia. Demorou pouco, porém. Seu estado de espírito não permitia que ele se prendesse mais a nada. Viajou, novamente, para o sul do Estado, estacionando durante alguns meses na Fazenda Santo Antônio, de propriedade do Capitão Dario Pereira da Silva. Esteve depois em Santa Filomena, onde recebeu convite para trabalhar na Secretaria do Governo com o ordenado de 40$000 mensais, o que não era pouco para aquele tempo. Não pôde aceitar o convite por causa de seu precaríssimo estado de saúde.

Veio a morrer no mato, em 1887, no termo de Jerumenha, e foi enterrado em cova rasa, à beira de uma estrada, ninguém sabe, hoje, precisamente onde.

- Vultos Piauienses - de Clodoaldo Freitas.
- Almanaque do Piauí - 1904.

Napoleão Ribeiro Soares

Já disse alguém que todo homem deve ser ao mesmo tempo operário e poeta: operário para ganhar o pão cotidiano; poeta para misturar no cálice da vida o vinho da idealidade e do sentimento. Isto porém é coisa impossível de se verificar porque os poetas, seres marcados, não se fazem, já nascem feitos.

Poetas são seres privilegiados a quem o gênio sagrou com sua mão inexorável para a missão sublime de dar expressão a todos os sentimentos que tumultuam confusos no coração do homem e plasmar no mármore da palavra as belezas da natureza, a bondade e grandeza dos sentimentos humanos.

Os poetas são instrumentos delicados que vibram à mais branda aragem: são as harpas eólias que gemem ao sopro imperecível da inspiração. Eles traduzem todo o fundo encanto inefável dos que sentem e não podem dizer o que vai na alma, emparedados dentro de seu cárcere verbal.

Só eles são capazes de aprender a beleza peculiar dos ocasos na lenta degradação das tintas moribundas. Ficarão horas esquecidos a contemplar a massa líquida que desce na cascata, a ouvir o marulho das águas nas pedras do riacho, olhos perdidos nos longes do horizonte azulado, naquela curva onde a terra acaba e começa o céu.

Amam a flor, a estrela, a gota de orvalho, o palpitar das asas, a brisa ciciante, a solidão dos campos, o silêncio rumorejante da caatinga.

Infeliz do povo que não possui poetas. O que os tem já é grande só por isso.

O Piauí possui centenas deles, mercê de Deus, expressões de elevada cultura ou incultos, pouco importa, pois "o espírito sopra onde quer".

Graças à pesquisa de meu querido amigo e grande poeta piauiense Oliveira Neto, escrevo a pequena biografia de um destes poetas anônimos piauienses, que não tiveram suas poesias enfeixadas em livros ou publicadas nos jornais, mas, rabiscadas em simples tiras de papel, passaram de mão em mão, no meio inculto em que viveram, deleitando as almas. Tais poesias são hoje jóias preciosas, perdidas no fundo de velhos baús familiares, e que estão precisando de quem as vá buscar, ali, onde se encontram e trazê-las novamente a lume para maior grandeza de nosso patrimônio cultural. Oliveira Neto bem que poderia ser o portentoso garimpeiro que, dando no riquíssimo veio dos nossos aedos anônimos, trouxesse para a imprensa este tesouro incalculável que jaz perdido por aí, não enriquecendo ninguém e nos empobrecendo a todos.

Nasceu Napoleão Ribeiro Soares por volta de 1882, não se sabendo sequer a data de seu nascimento, no município de São Raimundo Nonato.

Paupérrimo, em terra abandonada, sem meios de deixá-la para procurar luz e cultura fora dali, como fazem os filhos das famílias abastadas, Napoleão, embora sentisse pendor para as letras, teve que se resignar à sorte que lhe era adversa.

Já grandinho, conseguiu frequentar a aula do Professor José Leandro Deusdará, um desses espécimes raros que, possuindo certo grau de cultura, se adentravam nos sertões incultos, alfabetizando, espargindo luz. José Leandro conhecia bem o português, o latim e o francês. Curioso no estudo do Direito, sem o canudo de bacharel, pois não cursara escola superior, era um grande rábula, respeitado nos foros onde atuava como advogado. Era também versado em teorias filosóficas.

Napoleão, porém, só frequentou 28 aulas do Professor Deusdará. Inteligentíssimo, com este curto cabedal, aos 17 anos já lia Camões e Castro Alves. Dizem que tinha quase todo de cor o "Dicionário da Língua Portuguesa", de João de Deus. Poeta e dos melhores, largou-se a fazer poesias e sonetos, belos e inspirados.

Como se trata de um poeta desconhecido, que não publicou nenhuma de suas produções, peço vênia para transcrever-lhes uma delas, intitulada "Serra Branca".

A história desta poesia é a seguinte: certo dia, Napoleão, premido pela necessidade de adquirir alguns níqueis, foi colher látex num seringal distante da cidade cerca de 10 léguas. Lá deparou com a Serra Branca. Sua alma extasiou-se com a beleza do lugar e a poesia brotou-lhe, então, espontânea e rica:

Serra branca

Rochedo, gruta e caverna,
Linda, mimosa e franca
E tudo quanto é beleza
Existe na Serra Branca.

Para mostrar os encantos
Que a nossa vista fascina,
Vê-se por todos os cantos
Penedo, gruta e colina.

Parece que a natureza
Esmerou toda a beleza
Formando esta obra eterna,
Além da bela paisagem,
Existe nesta paragem
Rochedo, gruta e caverna.

Do cimo verde da serra
Se avista a doce miragem,
E a brisa cá sobre a terra
Balança a densa folhagem.
Enquanto o tigre na mata
Por entre rocha e cascata
Oculta a enorme carranca,
Embora viva na frágua
Mas bebe no olho-d'água
Linfa, mimosa e franca.
Parece mesmo um degredo
Que o coração martiriza,
Nas frondes do arvoredo
Só ouço o canto da brisa.
Se tudo produz saudade
E a vida torna-se presa,
Não é a falta de lume,
Aragem fresca e perfume
E tudo quanto é beleza.

Vicejam plantas frondentes
Na transparência dos ares,
Rasga-se o véu do ambiente
Na languidez dos luares.
Surgindo idéia suprema
Um belo e rico poema
Destas montanhas se arranca
Entre os primores que tem,
Até poeta também
Existe na Serra Branca.

E vejam o aprumo e a precisão desta sextilha, que diz dos amores não correspondidos do poeta:

Quem ama sem ser amado
E que tem dissimulado
O arcano do ideal,
Tem no peito carcinoma
Perfurante como broma,
Ardente como fanal.

Morreu ainda moço.

João do Rego Monteiro

Agricultor, filho de agricultores, João do Rego Monteiro nasceu no lugar chamado Barra do Riacho dos Cavalos, no Estanhado, a 12 de maio de 1809. Foram seus pais Tomé do Rego Monteiro e Silvéria Joaquina de Oliveira.

Muito cedo o infortúnio bateu à sua porta. Quando ele tinha apenas 4 anos de idade, por questões de terra, seu pai foi assassinado, dizem que a mandado do Padre Silvestre Martins Afonso, grande proprietário que ambicionava a terra de Tomé. Sua mãe enfrentou a vida, sem o marido, com toda a hombridade e coragem, defendendo o que lhe pertencia, apesar da perseguição que se lhe moveu.

Com 14 anos, João assumiu a direção dos bens da família. Aos 18, casou-se com sua sobrinha, Cantídia Joaquina Rego.

Trabalhando sempre com tenacidade, grande tino comercial e espírito econômico, em pouco tempo era dono de considerável fortuna.

Entrou na política militando no Partido Conservador. Possuía as três qualidades para ser chefe político naquela época: fortuna, honorabilidade e o prestígio que lhe conferia o título de oficial da Guarda Nacional.

Para entendermos nossa história e nossos homens públicos do tempo do Império mister se faz que saibamos como funcionava nosso organismo social e político, naquele tempo. A formação das classes dirigentes constituiu um processo material de peneiramento social. A divisão do trabalho e a sucessão hereditária das posições adquiridas estabeleciam automaticamente as condições necessárias para o aparecimento entre nós de uma classe dirigente política. Mesmo onde não se encontra a sucessão hereditária das posições adquiridas, assiste-se, como no caso do Piauí, à formação de um escol, de um grupo que se considera escolhido e que assume a direção do poder e dirige a marcha dos acontecimentos.

É fato comprovado que nenhum sistema político pode sobreviver se não possui uma categoria de auxiliares que lhe sejam ao mesmo tempo sustentáculo social, político e econômico.

Entre nós existiram muitas espécies de aristocracia: a militar, a econômica, a política e a social. E muitos tipos de organização: o feudalismo, isto é, a organização do poder privado, combinado com a ordem militar e o patrimonialismo; a burocracia; o partido político e outros.

No que diz respeito à organização da sociedade imperial, tivemos os seguintes tipos de aristocracia: a Guarda Nacional, as ordens honoríficas; os títulos; o Conselho de Estado e o Senado.

É fora de dúvida que a classe dominante política, social e econômica era organizada em forma de feudalismo, isto é, a estruturação do poder privado se fazia em função da propriedade territorial e da ordem militar. A rarefação do poder público, em certas regiões, determinava o aparecimento e a ascendência dos "coronéis", que estavam em condições de exercer, extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes.

Eram elementos essenciais do *coronelismo:* a rarefação do poder público, permitindo o aparecimento do poder privado; a organização primitiva da propriedade territorial em bases econômicas frágeis, com a formação das condições próprias do feudalismo, isto é, o paternalismo do senhor de terras mais poderoso e a submissão dos dependentes; o controle dos centros de ação política local pelos senhores das terras que, por sua vez, controlavam também os homens.

A essa sociedade feudal em seus aspectos econômicos e em suas consequências a Guarda Nacional veio dar configuração militar adequada. As câmaras municipais ofereceram o meio empregado para o seu florescimento e a sua vontade de dominação.

Repitamos: o *coronelismo* surgiu de um estado de rarefação do poder público, permitindo a formação de um poder privado destinado a exercer ampla ação política, por vários motivos, entre os quais podemos apontar a pobreza e a indiferença dos dependentes. Trata-se de um sistema essencialmente "governista" e fundava-se numa relação de compromissos entre os líderes políticos, que necessitavam de votos, e votos da massa rural que seguia os coronéis, pois não possuía meios e vontade de votar por si, e os "coronéis" que necessitavam do apoio do governo para manterem a sua posição, o seu prestígio, isto é, as boas graças dos senhores da situação.

Ressalte-se, porém, que no império o coronelismo não adquirira a solidez que a República Velha depois lhe ofereceu, pois no Império as alternativas de situações provocadas pela "gangorra" imperial tornavam muito precária a estabilidade das facções políticas, impedindo as oligarquias que prosperaram livremente depois de 1889, em virtude da eletividade dos governos. Sejamos mais claros. Na República Velha a "gangorra" funcionava assim: os coronéis apoiavam os Governadores e estes apoiavam o Presidente que, por sua vez, garantia os Governadores e, estes, os "coronéis".

No Império, os "coronéis" se dividiam em duas facções que se entrosavam nos quadros dos dois partidos tradicionais e não havia monopólio da política. O mesmo já não se pode dizer da República Velha quando os quadros políticos, sem o controle do Imperador, tornaram-se invariáveis, ocasionando o monopólio de um dos grupos, no caso o grupo do Governo.

No Império, os postos de oficiais da Guarda Nacional eram dignidades locais muito altas. Constituíam uma nobreza local da mais subida

qualificação. O título de *coronel* ou *tenente-coronel* era a mais alta distinção conferida a um fazendeiro do município. Até o modesto título de alferes só era dado a homens de peso e autoridades locais. Toda essa massa de gente mais ou menos influente arregimentava-se no partido do comandante e ia acrescer o "clã eleitoral" deste com toda a soma de seus dependentes. Era esta justamente a função política da Guarda Nacional: permitir ao senhor mais rico ou mais poderoso impor-se aos demais clãs feudais ou senhoriais pelo princípio da disciplina e obediência militar e também por esse aliciamento espontâneo que o comando militarizado naturalmente suscitava.

A rotatividade das situações políticas dava força aos clãs políticos rivais pela certeza de que o ostracismo seria limitado. Não fora isso, toda a massa se agruparia em torno de um dos chefes que passaria a dono inconteste da situação.

É neste contexto político e social do *coronelismo* no Império que devemos estudar o prestígio político e a atuação do Coronel João do Rego Monteiro e o de todos os outros nossos "coronéis" daquela época.

Quando se tratou de elevar a povoação do Estanhado (hoje União) a Vila, quem doou o terreno para o seu patrimônio foi João do Rego. Fez mais: ofereceu uma boa casa, gratuitamente, por 8 anos, para que nela se instalassem a Câmara, a cadeia e o quartel.

Além de construções em União e Campo Maior, o Barão de Gurguéia coadjuvou Saraiva na edificação de Teresina. Por contrato construiu alguns dos edifícios públicos da cidade e por conta própria edificou muitas casas, na capital.

Chefe de grande prestígio do Partido Conservador em União, João do Rego foi Juiz de Paz, Deputado Provincial em quatro legislaturas, Tenente-Coronel e depois Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional em Campo Maior e União, Oficial da Ordem da Rosa e Barão de Gurguéia. Este último título lhe foi outorgado por haver construído e doado ao Governo um prédio para uma escola pública, na Praça Saraiva.

Agricultor, o Barão de Gurguéia tinha uma fortuna em escravos, que trabalhavam em suas terras, principalmente no sítio Gameleira, onde está localizada, hoje, a Colônia David Caldas.

João do Rego, depois de exercer incrível atividade, quer como construtor, quer como agricultor, sempre com muito êxito, teve no fim de sua vida uma série de reveses. Gastando muito na política partidária para manter o prestígio, foi, aos poucos, desfazendo-se dos bens que, por venda, passaram a outras mãos. Ficava-lhe ainda uma grande fortuna em escravos. Por incrível que pareça, ele não se apercebeu, em tempo, de que a escravidão no Brasil tinha os seus dias contados. Foi surpreendido com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Perdendo todos os escravos, da noite para o dia,

perdeu o que ainda lhe restava de fortuna. Empobrecido e cego, retirou-se da vida pública e, com muita dignidade, foi curtir sua pobreza e sua velhice na cidade de União, que ele fundara com a sua benemerência.

Morreu no dia 8 de dezembro de 1897.

Não resta dúvida de que foi um homem de bem, útil à sua terra, ativo e empreendedor.

- Correio de Teresina – nº 211 – 10/3/1917.
- República – nº 202 – 31/1/1899.
- A Democracia Coroada – de João Camilo de Oliveira Torres.

Francisco José Furtado

Este ilustre piauiense era filho de um médico cirurgião que se chamava também Francisco José Furtado e de Rosa da Costa Alvarenga. Sua mãe pertencia a uma das mais distintas famílias de nossa Província. Nasceu em Oeiras a 3 de agosto de 1818.

Com apenas 2 anos de idade perdeu o pai. Sua mãe contraiu segundas núpcias, em 1826, com o Tenente-Coronel Raimundo Teixeira Mendes, que foi um ótimo padrasto para ele.

Em 1827, Teixeira Mendes muda-se para Caxias (MA) com toda a família. É ali naquela cidade maranhense que Francisco aprende as primeiras letras e também um pouco de latim e francês.

Em 1833 está em Pernambuco prosseguindo com os estudos. Em 1835 matricula-se na Academia Jurídica de Olinda.

Terminando o 3º ano de Direito, volta a Caxias para férias com a família. Aproveitando a ocasião, viajou até o alto sertão maranhense para passar uns dias com a sua avó materna, Matilde Efigênia de Santana Alvarenga, em Pastos Bons. Nessa sua ausência aconteceu um fato doloroso que cobriu de luto sua família. Por motivos políticos, o Tenente-Coronel Teixeira Mendes foi assassinado por pistoleiros, em plena praça principal de Caxias, no dia 25 de novembro de 1837. Todo mundo sabia que os mandantes daquele crime eram influentes personalidades da vila. Por causa disso, nem ao menos foram presos os assassinos.

Recebendo a infausta notícia, Francisco voltou às pressas para Caxias, para consolar sua mãe. Alguns dias depois viajou para Pernambuco a fim de concluir o curso. Aproveitando sua passagem por São Luís, conseguiu uma audiência com o Presidente da Província e lhe comunicou os lutuosos acontecimentos, pedindo-lhe providências. Não foi atendido porque fortes injunções políticas tolheram a ação do Presidente.

Em Olinda, com o coração cheio de raiva, Francisco se resolve a entrar na ação política, única maneira que encontrou de se preparar para um dia poder vingar o padrasto. Com seus colegas de 4º ano funda e redige na Faculdade um jornal de oposição – o "Argos Olindense". O valente órgão estudantil sofre tremenda perseguição por parte da diretoria e do corpo docente da Academia. Seus redatores e colaboradores ficam marcados e passam a sofrer injustas preterições, com ameaças de reprovação nos exames. Para escapar a isto, Francisco transfere-se para São Paulo, onde conclui o curso e se forma em leis, em 1839.

Em 1840 volta a São Luís. Toda a Província se encontra convulsionada com a revolta dos *balaios* que precisamente naquela hora faziam o seu primeiro

cerco à cidade de Caxias. Enfrentando todos os perigos, Francisco viaja até aquela vila onde se encontrava sua mãe. Consegue penetrar, ali, onde fica protegendo sua família durante todo o desenrolar da guerra. Não cruza os braços, naquela oportunidade, esperando melhores dias. Em meio a todas as vicissitudes da luta ele presta assinalados serviços à causa da legalidade, conquistando assim a benevolência das autoridades.

Nesse mesmo ano de 1840 vai nomeado Juiz Municipal de Caxias e, no ano seguinte, serve como Juiz de Direito.

Não renega seus princípios liberais. Hasteia ali a bandeira do Partido Liberal e entra firme na luta política. Vai eleito Presidente da Câmara Municipal de Caxias e em seguida Deputado para a Assembléia Provincial. Várias vezes exerce cargos na segurança pública, sempre se portando com inteligência, moderação e integridade.

Em 1847 foi eleito Deputado para a Assembléia Geral. No Rio, revelou-se um grande orador, admirado e acatado por seus pares, apesar de sua pouca idade. Mas foi curta sua atuação na Câmara. Perdendo o Partido Liberal o poder em setembro de 1848, a Câmara foi dissolvida em 13 de fevereiro de 1849.

Francisco volta ao Maranhão e vai nomeado Juiz de Direito de Caxias. Logo em dezembro (1848) a perseguição dos conservadores se abate sobre ele, que vai removido para Belém do Pará. Ali ele fica até 1856 exercendo várias funções, como a de Juiz de Direito, Procurador dos Feitos da Fazenda e Auditor de Guerra.

A situação política flutuava muito naquele tempo por causa das contendas acirradas entre os dois partidos. Para dar um pouco mais de estabilidade à vida política do País, o Marquês do Paraná inaugurou o seu Gabinete de 1856 com um aceno à conciliação. Francisco volta ao Maranhão e vai nomeado Juiz Municipal do Comércio de São Luís.

Logo no ano seguinte vão experimentá-lo numa função dificílima, verdadeira prova de fogo para o seu talento administrativo. Cinco anos atrás havia sido criada a Província do Amazonas, paupérrima de rendas, isolada do resto do Brasil, sem ajuda do Governo Central. Território vastíssimo, quase desabitado, sem vias de comunicação por terra, o Amazonas, se hoje é um espantalho para os governantes, imagine-se como não seria naquele tempo, em 1857. Pois este foi o presente que lhe deram naquele ano: a Presidência da nova Província do Amazonas. E ele se saiu maravilhosamente da pesada incumbência.

Governou o Amazonas com espírito isento de partidarismo e com empenho moralizador. Logo de entrada, presidindo as eleições municipais, garantia plena liberdade de voto a todos, no que foi louvado por vencidos e vencedores.

Não tendo recursos para realizar o que desejava, fez no entanto o que lhe era possível: equacionou os problemas fundamentais do Amazonas e os apresentou ao Governo e à Assembléia Provincial em relatórios magistralmente elaborados. Neles sugeria intensificação da catequese e civilização dos índios, criação de colônias nacionais nas margens do Madeira, comunicações fluviais com a Província de Mato Grosso e com a Bolívia, urgentes reparos nas fortalezas arruinadas e construção de outras mais.

Deixou a Presidência do Amazonas, a pedido, em 1859, e voltou ao Maranhão onde reassumiu o cargo de Juiz do Comércio.

Em 1861 foi eleito novamente Deputado Geral pelo Maranhão.

Agora vai começar sua rápida ascensão. Logo a 24 de maio de 1862 entra para a pasta da Justiça num Ministério efêmero que os conservadores derrubaram cinco dias depois por escassa maioria. Os conservadores ganharam mas não levaram. Irritados com o que acontecera, alguns líderes conservadores deixaram o partido e formaram a "Liga" que apoiou os liberais. Entre os líderes dissidentes estavam o Marquês de Olinda, José Tomás Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Antônio Saraiva. Voltaram os liberais ao poder.

Nosso ex-ministro Francisco José Furtado reelegeu-se Deputado Geral e ocupou a Presidência da Câmara. Ali o foi buscar o Imperador, que o escolheu para o Senado numa lista apresentada pela Província do Maranhão.

Em 1864 ele foi chamado pelo Imperador para organizar o 20º Gabinete que governou o Brasil de 31 de agosto de 1864 até 12 de maio de 1865. Como Primeiro Ministro acumulou a Pasta da Justiça.

"Homem de inteligência e caráter, ilustrado e reto, sagaz e hábil, não dispunha, quando nomeado Primeiro Ministro, do prestígio que só as tradições e os serviços podem dar, acrescendo que, ao tempo, já se entrechocavam violentamente as duas correntes em que se dividia a Câmara: *progressistas* e *históricos*. Nada, porém, o desanimou; e assumiu com desassombro gravíssimas responsabilidades. À distância em que nos achamos, a sua simpática individualidade atrai e empolga pelas provas irrecusáveis que deu de capacidade dirigente: na ordem administrativa, enfrentando calma e serenamente as dificuldades advindas da intervenção diplomática e militar no Uruguai, da crise comercial e bancária do Rio de Janeiro, da necessidade de desafronta da honra nacional ultrajada no Paraguai; e na ordem política conseguindo, apesar do seu radicalismo partidário, obter o apoio de uma maioria parlamentar que vivia retalhada por competições, a se digladiar esterilmente em campanhas inglórias.

"Entre as medidas que adotou logo que foi declarada a guerra do ditador paraguaio está o decreto chamando às armas os *Voluntários da Pátria*,

falanges de bravos que, em lances de indômito heroísmo, foram vencer ou morrer no estrangeiro, imortalizando-se em nossa História. Esse ato falou tão vivamente ao patriotismo dos brasileiros que Macedo preferiu a qualquer outra a sua data, – 7 de janeiro de 1835 – para marcar, no *Ano Biográfico*, o artigo em que registrou o nome de Francisco José Furtado, que foi, nos últimos anos de sua vida e na opinião de seus correligionários, um dos estadistas que melhor encarnaram entre nós as aspirações do liberalismo dentro da forma monárquico-representativa".

Além dessas medidas aí apontadas na citação acima, Francisco ainda assinou durante sua gestão à frente do Gabinete os seguintes importantes atos:

– lei de 24 de setembro de 1864, reformando a legislação hipotecária e estabelecendo as bases das sociedades de credito real;

– decreto de 24 de setembro de 1864, concedendo emancipação a todos os africanos livres existentes no Império;

– decreto de 16 de janeiro de 1865, fixando provisoriamente os limites de Santa Catarina e Paraná;

– decreto de 12 de abril de 1865, aprovando o regulamento para o serviço dos correios do Império;

– decreto da mesma data, aprovando o regulamento interno da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça;

– decreto da mesma data, dando novos estatutos às Faculdades de Direito do Império;

– decreto de 19 de abril de 1865, dando novos estatutos às Faculdades de Medicina do Império;

– circular-manifesto de 26 de janeiro de 1865, declarando guerra ao Governo do Paraguai. Nas "Efemérides Brasileiras", pág. 50, citando o histórico documento, escreveu o Barão do Rio Branco:

"26 de janeiro de 1865. – Circular-manifesto dirigida ao Ministro das Relações Exteriores da República Argentina e ao corpo diplomático residente em Buenos Aires pelo enviado brasileiro, em missão especial, Conselheiro Paranhos (depois Visconde do Rio Branco), anunciando que, em consequência do apresamento do vapor *Marquês de Olinda* e da invasão de Mato Grosso pelos paraguaios, o Brasil aceitara a guerra, começada sem prévia declaração, pelo ditador Solano Lopez". "À vista de tantos atos de provocação (dizia o documento), a responsabilidade da guerra sobrevinda entre o Brasil e a República do Paraguai pesaria exclusivamente sobre o Governo de Assunção. O Governo de Sua Majestade repelirá pela força o agressor; mas, ressalvando, com dignidade do Império, os seus legítimos direitos, não confundirá a nação

paraguaia com o Governo que assim se expõe aos azares de uma guerra injusta, e saberá manter-se como beligerante, dentro dos limites que lhe marcam a sua própria civilização e os seus compromissos internacionais".

No seu discurso apresentando o Gabinete, assim se expressou nosso Primeiro Ministro:

"Será um dos primeiros empenhos do Gabinete procurar restabelecer o equilíbrio entre a receita e a despesa. Para alcançá-lo procurará promover por todos os meios que estão na órbita das atribuições do Governo o aumento da riqueza pública; cortará todas as despesas que forem dispensáveis, sem prejuízo do serviço público; e além disso promoverá a reforma das leis e regulamentos que entendam com a arrecadação e fiscalização das rendas públicas, em ordem a tornar os processos menos dispendiosos ao Estado, menos vexatórios aos particulares.

"Quanto às pessoas, o Gabinete respeitará todos os direitos e todos os interesses legítimos.

"Quanto à política externa, a do Gabinete cifra-se em uma palavra – paz; porém, não a paz a todo transe, paz honrosa. Procurará cultivar e manter as melhores relações com todas as nações, sem sacrifício dos interesses do Brasil, e sem o menor sacrifício da dignidade nacional".

Dissidências no seio do próprio partido fizeram cair o Gabinete de 31 de agosto logo no primeiro dia de sessão da Câmara, em maio de 1865.

Deixando o Ministério, o Senador Francisco José Furtado tomou o devido posto entre os chefes principais do Partido Liberal. Daí em diante fez oposição moderada; só endurecia quando se tratava de criticar o Gabinete Conservador.

Foi nomeado Juiz da vara comercial da Corte.

Faleceu de repente, vítima de uma *angina pectoris*, a 23 de junho de 1870, no Rio, deixando a família em grande pobreza. Amigos fiéis e dedicados abriram na capital do Império e nas Províncias, a favor de suas filhas, que eram seis, uma subscrição que angariou perto de 47 contos de réis. Seus dois filhos receberam educação condigna graças à fidelidade dos amigos, provada além da sepultura.

Juiz íntegro e ilustrado Conselheiro do Império, Francisco José Furtado, nascido em Oeiras, embora tenha atuado sempre fora de sua terra, com sua vida tão cheia de grandeza e desprendimento, honrou o Piauí e merece o nosso respeito e consideração.

A Imprensa – 572 – 19/12/1878.
A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros – Augusto Tavares Lira.
História Administrativa do Brasil – 2ª edição – Max Fleiuss.

Raimundo de Arêa Leão

Raimundo de Arêa Leão nasceu na fazenda Tabocas, distrito de Alto Longá, a 7 de maio de 1846. Era filho de Benedito de Arêa Leão.

Fez preparatórios no Liceu Maranhense. Formou-se em Medicina, na Bahia, em 12 de dezembro de 1873.

Em 1874 já estava em Teresina, onde contraiu matrimônio com Dona Joana Portelada.

O Dr. Arêa foi um piauiense de vida absolutamente coerente, tanto a particular como a pública.

Na vida pública votou incondicional fidelidade ao partido político a que esteve filiado toda sua vida. Era homem de uma só palavra. Não tergiversava, não fazia concessões, não se acomodava. Política para ele era luta, era combate. Não pedia trégua e também não a dava ao adversário. Certa feita, sendo Vice-Presidente da Província, assumiu o governo por 48 horas. Neste curto espaço de tempo demitiu 142 funcionários filiados ao partido contrário. Ficou apelidado de Mão Mole. E estava apenas retribuindo o que haviam feito, pouco antes, a correligionários seus, quando 317 funcionários conservadores tinham sido postos no olho da rua por um governante liberal. Era o estilo da época.

Poeta primoroso, é pena que, por causa da política, tenha posto o seu astro muitas vezes a serviço do partido para ridicularizar e demolir seus mais graduados adversários. Jesuíno Freitas, Valente, Augusto Collin e outros foram vítimas constantes de suas verrinas poéticas. Para amostra, vejamos esta poesia de sua lavra publicada no jornal "A Época":

Que tartufos!

Ó minha musa, vem! eu quero, nesse instante,
Numa linguagem clara, altíssima, vibrante,
Verberar, sem receio, os grandes pequeninos;
São muitos, musa, são! Nós temos Jesuínos,
Valentes e Collins, e à frente deles todos,
Deles que são, o quê? deles que são uns doidos,
Verás, e o que verás? (Não trema, musa, avante!)
A figura imbecil, grotesca, petulante,
Do Vice-Presidente. Agora, musa, eu quero,
Num tom alto, ruidoso, estrídulo, severo,
Fustigar, um a um, esses farsistas. Vem!
Começo pelo primeiro que, sobretudo, tem

Um nome que o distingue - o célebre *nonada*
E depois de o saudar com uma gargalhada
Sarcástica, estridente, afina-o, fá-lo espeto,
De sorte que caiba aqui neste

Soneto

Ó gorduroso, ó grande Jesuíno,
Tu que já tens (não rias) e deveras,
Umas quarenta e tantas primaveras,
Sem exceção do tempo de menino;

Tu, que és cunhado e amigo do firmino,
Desse mais bruto que as brutas feras,
Tu, que és juiz, mas olha, das severas
Leis desse Neto rude, pequenino,

Toma tento, rapaz, ou, como queiras,
Meu velhote boçal, toma juízo,
Anda direito, deixa-te de asneiras,

Levanta o rosto, a cara aparvalhada!
Quero nela escrever, pois é preciso,
Esta expressão simbólica – Nonada.

Não perdoava o Dr. Firmino de Sousa Martins, velho adversário que aborrecia de fato e cujo nome só grafava com minúscula:

O déspota firmino? Um áulico imbecil
E, como vós também cego instrumento vil
Tangido pelas mãos *jeitosas* do paxá,
O tartufo imortal – senhor Paranaguá,
Sobre cuja cabeça, um dia, hão de cair,
As justas maldições tremendas do porvir.

Quando os liberais subiram ao poder, Raimundo de Arêa Leão publicou, sob o título – *Vampirosa* –, uma série de quadras impiedosas contra seus adversários mais importantes.

Na noite do dia cinco
Do fatal mês de janeiro,
Infestara nossas plagas
Voraz bando aventureiro.

Vinham famintos, sedentos,
Dos dinheiros do erário,
E, assim, foram desfilando
Em cortejo funerário.

Com o ventre enorme repleto
De caroços de pequi
Se mostra o *nobre parente H*
Da mulata do Poti.

Um Judeu Iscariotes,
Beiçudo, de cara inchada,
Se apresenta foragido
Com sua farda bordada.

Com barriga lá no fundo
Prestes a levar a breca,
Vê-se um juiz de chupeta
Mestre Teixeira careca.

Do fundo abismo, ladrando,
Furioso como um cão,
Que a todos morde e devora
Se apresenta um violão.

Magro, frio, olho estufado,
Já dando o último arranco,
Brota de feia caverna
Um leal Castelo Branco.

Chorando e pedindo fundas
Para sua quebradura,
Vem mentindo e se arrastando
O Barão da *mata escura*.

Fino como um lambisgóia,
Recurvado como um til,
Mostra o focinho comprido
O banqueiro esperto Gil.

Olhar sinistro, esfaimado,
Parecendo ter o mal,
Vem Zeca Casusa mercúrio
Coletor lá da geral.

Após vem roendo as unhas
Tocando leque e bandurra
O resto da bicharada
Cachorros, vacas e burra.

Este homem assim tão violento no trato de seus adversários políticos, tão intransigente, tão intolerante no que diz respeito a partido, era no entanto um coração de ouro, humanista inveterado, sempre pronto a servir, desinteressadamente, quem quer que precisasse de sua assistência profissional. No exercício de sua profissão de médico desapareciam, como por encanto, todas as suas idiossincrasias. Chamado, acorria pressuroso ao leito do adversário enfermo, ou de seus familiares e lá ficava tão à vontade que até parecia que nada os havia separado antes. Esquecia então todos os agravos para lhes dedicar seus competentes serviços profissionais com uma solicitude verdadeiramente impressionante. Operada a cura do paciente, aquele adversário já não era mais capaz de ofendê-lo.

Amigos e adversários, todos confiavam cegamente na sua perícia e no seu saber.

Tinha o Dr. Arêa Leão um adversário político muito molesto, o Sr. Antônio José de Almeida Rodrigues, vulgo Totó Rodrigues. Ele escrevia bem e era sempre ferino, agressivo, virulento mesmo nos seus ataques ao nosso biografado. Ora, aconteceu que a senhora de Totó Rodrigues entrou em trabalhos de parto e a coisa complicou-se tanto que seu médico assistente acabou confessando que nada mais poderia fazer; somente o Dr. Arêa Leão seria capaz de salvá-la. Totó ficou indeciso, mas o tempo urgia e a necessidade nada respeita. À última hora foi chamado nosso médico. Este não se fez de rogado. Foi correndo à casa de seu inimigo e salvou-lhe a mulher e o filho. Quando lhe foi pedida a conta, respondeu que seus serviços tinham sido prestados em retribuição aos ataques que lhe tinham sido feitos. Nunca mais Totó Rodrigues atacou o Dr. Arêa.

E foi assim que emudeceram muitos outros adversários seus.

O Dr. Arêa era parteiro de nomeada, médico de clínica geral e afamado cirurgião, tudo isto numa época em que não se conhecia a existência de micróbios nem processos de assepsia, isto é, a necessidade de esterilizar instrumentos e mãos nas intervenções cirúrgicas para evitar infecções.

Quando ainda não havia aparelhos de raios-X, parece que ele os possuía nas pontas dos dedos, tão seguros eram os seus diagnósticos.

E nada cobrava pelos seus serviços profissionais. Diz Matias Olímpio que "sua clínica, feita diariamente de sol a sol e parte da noite, era sempre gratuita".

Fez todas as especialidades médicas na época; foi até dentista.

Era um estudioso incansável. Sua biblioteca médica era a mais moderna e avançada para aqueles tempos. Ele lia obras em francês, inglês, alemão, espanhol e italiano.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Teresina e Deputado à Assembléia Provincial.

Foi também um literato. Era poeta, como já disse. Deixou inédito um volume de versos do mais subido quilate. Vejamos *Ave Libertas,* que ele recitou em 13 de maio de 1888, dia da libertação dos escravos:

"Rasgou-se o livro execrando
Do barbarismo passado;
Partiu-se o elo ferrenho
Do grilhão do escravizado.
Algemas, troncos, senzalas,
Tudo abismou-se nas valas
Do cemitério negreiro,
Carcomido de ferrugem
Maldição de um povo inteiro.
E das vagas do oceano
Revolto da multidão
De cujo peito rebentam
Os hinos da redenção,
Surge a deusa liberdade
Pregando a fraternidade,
Novo batismo de Luz!
A velha Europa abismada
Pasma ao canto da alvorada
Do Império de Santa Cruz.
É que um povo que é livre
E surge à tela da história
Traz por arma – a verdade,
Por diadema – a vitória.
E o sol que além irradia
Glauconiza a tirania
Jorrando betas de luz;

Da imensidade do espaço
Surgem dois bustos de aço,
Que a eternidade conduz.

Ambos sustentam na destra
Duas leis de abolição;
Um liberta o ventre escravo,
Outro liberta a Nação.
É João Alfredo, é Paranhos,
Mostrando aos povos estranhos
Das nações do mundo inteiro,
Grande exemplo, nobre e novo,
Como se resgata um povo
nas garras do cativeiro.
Basta; o fruto do presente
Divinifica o passado.
O perdão nunca se extingue
No coração bem formado;
E lá na imensa planura
Que a eternidade perdura
Vejo um anjo – a caridade,
Sorri, seu riso é divino;
Abre os braços e canta um hino:
É o hino da liberdade".

O Dr. Raimundo Arêa Leão, grande benemérito piauiense, morreu no Rio de Janeiro no dia 10 de janeiro de 1904.

- A Pátria - nº 65 - 17/1/1904.
- Ensaios, Discursos e Conferências (1959) – Matias Olímpio.

José Antônio Saraiva

Tendo galgado altas posições e exercido grande influência no Segundo Império, Saraiva é uma das mais discutidas personalidades da história política do Brasil.

Há os que lhe traçam um perfil negativo. O Conde de Afonso Celso, por exemplo, chama-o de o político mais feliz dos últimos trinta anos. Possuía predicados especiais, exercia magnetismo pessoal pouco vulgar. Bom senso, faro agudo das ocasiões, arte em as aproveitar, idéias claras e práticas, confiança em si, conhecimento do meio em que vivia, prudência, altivez, decisão, jeito sob aparências rudes, manha disfarçada em explosões de brutal franqueza conferiam-lhe inquestionável superioridade.

E há os que exaltam seus méritos numa vida pública que se estende por quase meio século. Euclides da Cunha diz que Saraiva reunia em sua pessoa os mais nobres atributos dos homens públicos brasileiros. Calógeras vai mais longe ao afirmar que o Conselheiro era a personificação da honra, da moderação, do espírito de justiça e do amor aos meios suasórios.

"Ave de vôo curto, mas sabendo bem onde pousar", assim, dizem, o definiu Tavares Bastos.

A verdade a seu respeito deve ficar no meio termo: nem tanto, nem tão pouco. Ele foi realmente um homem de talento; não possuindo grande cultura, tinha no entanto inteligência prática, equilibrada, bem orientada, a serviço de uma grande força de vontade, senso comum, muita energia, patriotismo e probidade inatacável. Seu prestígio foi tão grande que lhe chamavam Vice-Imperador.

No Piauí é que ele exerceu sua primeira grande função pública. Com apenas 27 anos e meio de idade, foi nomeado Presidente de nossa Província. Tomou posse do cargo, em Oeiras, a 7 de setembro de 1850.

Sua obra por excelência foi a fundação de Teresina e a transferência da capital de Oeiras para esta cidade.

Em sua grande visão de estadista, Saraiva compreendeu que Oeiras não tinha futuro como capital da Província. Sem perda de tempo tratou de travar a batalha da mudança, que seria longa e acidentada. Sabia que os oeirenses não se iam conformar com a medida e procurariam apelar para o Imperador. Tratou então de esclarecer o Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, sobre as conveniências da mudança e as razões por que seu antecessor no Governo da Província não a fizera. Em ofício de 23 de janeiro de 1851, escreveu-lhe:

"A lei nº 253 revoga a de 23 de agosto de 1849, que vai por cópia sob o nº 8, e que autorizava a mudança da capital da Província para um local

habitado à margem do Parnaíba, e a uma légua da Vila do Poti. Meu antecessor sancionou aquela lei com o que a respeito dela pensou o ex-Presidente Dr. Anselmo Francisco Peretti, que achava loucura a autorização da mudança da capital para um lugar deserto, e porque entendeu que semelhante mudança acarretaria prejuízos ao Tesouro que perdia alguns prédios que tem para repartições públicas nesta cidade (Oeiras). Penso mui diversamente de meus antecessores; e entendendo como o Dr. Peretti ser loucura a mudança da capital para um lugar deserto, me parece que um administrador, convencido das grandes vantagens dessa mudança, deveria dar incremento a uma povoação naquele lugar, depois do que não haveria já questão de um lugar deserto e a lei deixaria de ser tida como uma loucura.

"Para que V. Excia. compreenda o pensamento da lei revogada, direi que a uma légua do lugar designado por ela para a sede do Governo existe a Vila do Poti, estragada pelas enchentes do Parnaíba, que tem gerado nos habitantes do município o propósito de mudar suas residências para esse lugar, e foi a isso que a lei atendeu quando designou o local deserto para o fim de ser aí mandada a capital, contanto que o executor da lei promovesse primeiramente as mudanças da Vila Velha para a nova localidade, o que era fácil em virtude das causas que existiam.

"Se pois o Dr. Peretti examinasse pessoalmente aquela localidade e as vantagens que tem em seu favor para em pouco tempo apresentar uma boa povoação, por certo que, em vez de ter como loucura o pensamento da lei revogada, empregaria a sua inteligência e atividade em aproveitar-se dos desejos de toda a população do município do Poti em benefício de uma povoação a que dei lá começo principiando a edificar a Matriz, por entender que será de futuro a mais bela povoação da Província. Antes de ano, se aqui estiver, creio que poderei acusar a V. Excia. que a Vila Velha do Poti é um arrabalde de nova povoação, e então V. Excia. poderá completamente decidir se penso com acerto.

"Os receios que teve o meu antecessor de que o Tesouro com a mudança perdesse as casas térreas em que tem as repartições fiscais são receios que não podem ser tomados em consideração porque então ficaria a Província privada de receber o que mais conveniente lhe é por amor de 8 a 10 contos de réis, quando a mudança para um lugar à margem do Parnaíba lhe faria ganhar centenas de contos de réis, porque desenvolveria a sua navegação, tornaria a Província quase marítima e traria vantagens de que já falei e são bem apreciadas por aqueles mesmos que, por acharem difícil semelhante mudança, têm deixado de dar um só passo em favor dela, como se todas as dificuldades não possam ser vencidas por um trabalho constante e proveitoso".

A 20 de agosto, Saraiva volta a rebater os argumentos dos antimudancistas com as razões seguintes. A lei provincial nº 140 de 22 de novembro de 1843 autorizou a Câmara do Município do Poti a mudar Vila Velha para o lugar denominado "Casas", à margem também do Parnaíba.

Essa lei atendia a uma necessidade palpitante pois a Vila Velha do Poti, sujeita a febres endêmicas, tinha sido totalmente arruinada pelas últimas enchentes dos rios Poti e Parnaíba. Um dos seus antecessores no Governo mandara tirar a planta da nova Vila, escolhendo os lugares onde se deviam erguer os edifícios públicos. Mandara também proceder aos alinhamentos das ruas. E ficou-se nisto. Os proprietários da Vila Velha recearam edificar no local, onde não havia uma Matriz, nem se fazia presente uma força pública para garantir a ordem. Também o Governo não oferecera os estímulos. O fato é que o local designado cobrira-se novamente de mato. Nesse estado Saraiva o encontrou quando o visitou pela primeira vez em 1850. Ali, entre moradores do Poti, ele sentira que os potienses estavam dispostos a meter mãos à obra se houvesse garantia de apoio do Governo. Esta garantia lhes fora dada de viva voz pelo jovem Presidente que, para corroborá-la, abriu logo uma subscrição para a construção da Matriz da Vila Nova, enviou seu mestre-de-obras para o local com muitos operários e fixou ali um destacamento de polícia.

O progresso foi rápido. O início da construção da Matriz teve lugar a 7 de dezembro de 1850. Em junho de 1851 já tinham sido construídas, ali, 30 casas regulares que serviam de residências aos mais abastados proprietários do município, e já habitavam o lugar, em casas de palha, para mais de 300 pessoas.

Saraiva viu, então, que estava no rumo certo. As medidas preparatórias por ele tomadas tinham posto em execução uma lei sem nenhum ônus para os cofres públicos, apenas interessando o setor privado que reunira esforços e desencadeara, com boas perspectivas, a "operação-mudança". E era precisamente por este motivo que seus opositores representavam contra ele junto ao Imperador.

A mudança será boa, útil e vantajosa para a Província. A opinião pública está a seu favor. Ela não é uma idéia de Saraiva, tampouco o pensamento desta ou daquela facção política: é uma medida abraçada geralmente por todos os piauienses, com exceção de alguns fazendeiros da comarca de Oeiras e de alguns negociantes e proprietários da cidade. E o interessante é que muitos dos que se levantam contra ela já a apoiaram algum tempo, tanto que votaram uma lei permitindo-a. Alegar que a capital deve estar no sertão para civilizá-lo é tolice rematada pois há mais de 100 anos Oeiras está no sertão e nada civilizou até hoje. A Vila Nova do Poti, situada à margem do Parnaíba, servirá melhor às comunicações do Governo com as demais localidades da Província.

Pondo em prática seu lema de que todas as dificuldades podem ser vencidas por um trabalho constante e proveitoso, Saraiva prosseguiu na luta pela mudança e acabou por conseguir da Assembléia a resolução nº 316 de 20 de julho de 1852, que transferia para a cidade de Teresina a capital da Província.

Não perdeu mais um minuto sequer na execução dessa lei. Era preciso aproveitar a onda mudancista para triplicar as construções da nova

capital. Adiando-se a mudança, diz ele, desapareceria a fé no empreendimento, principalmente levando-se em consideração que o povo piauiense já estava cansado de ver leis de mudança da capital votadas mas não executadas. Agora o entusiasmo era grande e já havia na nova cidade prédios suficientes para abrigarem algumas repartições públicas. Convinha pois que Saraiva ali estivesse para promover os arranjos necessários à transferência das tesourarias e dos órgãos de direção e fiscalizar as obras públicas nas quais se dispende sempre muito, quando feitas fora das vistas do administrador.

Autorizado pelo antecessor do Visconde de Monte Alegre a executar a mudança, Saraiva saiu de Oeiras na madrugada do dia 7 de agosto e chegou a Teresina no dia 13, aí pelas 6 horas da tarde.

Como a Assembléia não poderia deslocar-se, logo, para a nova capital e seria inconveniente que ela funcionasse em Oeiras sem a presença, ali, do Presidente da Província, de vez que ela teria então de aprovar o orçamento sem a apreciação exata das despesas que a mudança da capital poderia acarretar, Saraiva adiou a sua convocação para 1º de junho do ano seguinte (1853).

Em Teresina, Saraiva foi um verdadeiro dínamo impulsionando as obras, alojando repartições e funcionários, dirimindo questões de competência de poderes.

Levando em consideração que a mudança rápida obrigaria os funcionários a fazerem despesas extraordinárias com viagens e deslocamentos de familiares e móveis, o Presidente abonou-lhes uma ajuda de custo para este fim, tanto para os funcionários provinciais como para os funcionários de órgãos do poder central atuando na Província, tais como os Correios, a Justiça, a meio batalhão de linha.

A 16 de agosto ele comunicou às autoridades do Império que, dando cumprimento à lei nº 315 de 20 de julho de 1852, transferira a capital da Província de Oeiras para Teresina, onde já se achava residindo.

Quando solicitou ajuda do poder central para ocorrer com as despesas do abono concedido aos funcionários, esta lhe foi negada. E lhe chegou às mãos um aviso do Visconde que, de ordem de Sua Majestade, lhe declarava o seguinte: 1º, que, apesar das razões alegadas por Saraiva no ofício nº 170 de 2 de agosto de 1852, teria sido mais regular que aguardasse a aprovação nele solicitada para a realização da mudança da capital; 2º, que enviasse a relação das despesas feitas ou por fazer com a dita mudança.

Saraiva calmamente respondeu-lhe que a relação das despesas feitas já tinha sido transmitida à Secretaria a cargo de Sua Excelência e as despesas por fazer consistiam na construção de um prédio para a residência dos Presidentes, se Sua Excelência entendesse achar isto preferível a residirem eles em casas alugadas como sempre sucedeu, e na compra de mobília para a referida residência. Atualmente o Presidente utilizava-se da mobília existente

numa casa que lhe fora oferecida gratuitamente, pelo espaço de um ano, pelo Comandante Superior Jacob Manoel de Almendra. De já precisava-se arranjar convenientemente o retrato de Sua Majestade, sem o que não poderia haver cortejo em Teresina, nos dias de grande gala.

Saraiva comunicou ainda que a mudança realizara-se com tanta felicidade que a nova capital já funcionava regularmente com todas as suas repartições, desde o dia 12 de outubro, tempo em que chegaram todos os empregados da Secretaria do Governo, das tesourarias e do Correio. A marcha da administração não sofrera transtorno grave durante a intervenção dos trabalhos da Tesouraria. A casa que acomodava, e muito bem, as duas Tesourarias, fora oferecida, por dois anos, pelo Capitão Manoel Domingues Gonçalves Pedreira. A em que estava o Correio e uma escola de meninos fora oferecida, por um ano, pelo Tenente-Coronel Alexandre de Araújo Costa. A em que estava o Estabelecimento dos Educandos fora oferecida pelo Capitão José Antônio da Cunha. E todas elas gratuitamente. Todas são casas de cento e tantos palmos de frente, com muitas acomodações, de pedra e cal, ou de pedra e barro, e de muito agradável aparência, e poderão ser alugadas depois de findo este tempo, se assim o desejar o Governo.

A guarnição da capital, sob o comando do Capitão Miguel Ferreira Cabral, chegara no dia 4 de novembro e se achava aquartelada convenientemente numa casa que preparara para esse fim e na qual aguardará que se construa o quartel de linha, cuja planta e orçamento já tinham sido pedidos pelo Ministro da Guerra.

Teresina precisava de prisões. Enquanto não fosse construída a cadeia, Saraiva preparara nos fundos da grande casa que acomodava as duas Tesourarias, três prisões que podiam conter de 30 a 40 presos, e um quarto para o carcereiro.

Contratara com o Comandante Superior de Teresina a conclusão de uma casa que ele construía junto ao Palácio para que nela fossem acomodados a Assembléia, o Liceu e talvez a Secretaria de Estado.

Teresina não possuía hospital. Sua instalação ia depender da Assembléia Provincial que ainda não se reunira na nova capital. Havia uma enfermaria no batalhão de linha e outra ia ser instalada na casa que servia de quartel de polícia.

Para evitar especulação imobiliária, Saraiva recomendara, em 1851, à Câmara do Poti, que se evitasse que particulares tomassem terrenos na Vila Nova sem que pretendessem construir logo, só com o fim de revendê-lo depois, especulando com o que pertencia à nova Municipalidade.

Ordenou a construção do cemitério e do matadouro.

Ao Presidente e vereadores da Câmara Municipal Saraiva enviou o seguinte ofício, datado de 28 de junho de 1852:

"Remeto a V. Mercês a inclusa cópia da Resolução Provincial nº 315 de 20 do corrente mês que elevou a Vila Nova do Poti à categoria de cidade com a denominação de Teresina e ordeno-lhes que dêem publicação à referida lei e que quando expedirem ordem para proceder-se à eleição de Vereadores e Juiz de Paz declarem que deve ela ter lugar para 9 Vereadores, número de que se compõem as Câmaras das cidades do Império".

Eleito Deputado pela Bahia, Saraiva deixou Teresina no dia 12 de março de 1853. Amaldiçoado pelos oeirenses, sofreu pesado ataque de Morais Sarmento na Câmara dos Deputados. Saiu em sua defesa o Visconde de São Lourenço que em carta de 24 de outubro de 1852 lhe dizia: "A cidade de Teresina está fazendo bulha, mas tudo resultará em glória para o seu fundador: você não perdeu os seus trabalhos e as suas consumições".

* * *

Fora do Piauí a ascensão de Saraiva foi brilhante e rápida. Elegendo-se em 1853 para a Câmara, foi deputado até 1867. Depois conseguiu uma cadeira de Senador pela Bahia. Foi Presidente de Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Desincumbiu-se maravilhosamente nos Governos Provinciais que lhe foram confiados pelo Imperador. Afirma Nabuco que sua administração primava pela energia, bom senso, moderação e imparcialidade. Assim foi no Piauí. Assim também nas outras Províncias acima citadas.

Seu tino político funcionava como verdadeiro sexto sentido que lhe dava incrível capacidade de apreender a realidade e harmonizar divergências. Daí dizerem alguns que foi ele o mais oportunista dos nossos estadistas. Contam que certa feita o argüíram por não ter tomado certa resolução oportuna. Saraiva teria dito: "A medida era boa, mas arriscada; não a pus em prática porque, se acertasse, ninguém me agradeceria e, se errasse, todos me cairiam em cima".

Como Presidente Provincial esteve incansável e enérgico na repressão ao crime.

Foi Ministro da Marinha em 1857; do Império, em 1861; da Marinha, de Estrangeiros e interinamente da Guerra., em 1865; da Fazenda, em 1880 e 1885, nos Gabinetes de 28 de março e de 6 de maio, quando ocupou a Presidência do Conselho.

Em 1864 exerceu importante missão diplomática no Prata. Naquele ano, a vida na fronteira do Rio Grande do Sul estava em completa desordem. Muitos brasileiros eram possuidores de terras no Uruguai, terras que eram

uma continuidade com as estâncias que possuíam no Rio Grande. Lutas anteriores entre o Império e o Uruguai haviam cavado entre ambos fundos ressentimentos que eram exacerbados na fronteira. Um sentimento hostil entre os dois povos ali se manifestava, a princípio, em pirraças e pequenos vexames; mais tarde, porém, degenerou em ataques mais graves, assassínios e roubos de gado ao longo de toda a fronteira. À medida que seu ódio crescia contra o Brasil, os uruguaios se aventuravam a incursões cada vez mais audaciosas e prejudiciais dentro da fronteira da Província sulina. Ora, os gaúchos não são gente para assistir a desfeitas de braços cruzados. Sempre foram belicosos e suscetíveis em matéria de pundonor. Tais e tantos foram os processos de vexatória hostilidade dos uruguaios que acabaram por levantar contra eles toda a Província do Rio Grande. E não era para menos: sua única propriedade, o gado, estava ameaçada; suas vidas postas em perigo; suas fazendas invadidas e destroçadas. E não se diga que se tratava de prejuízos sem importância: mais de 800.000 cabeças de gado já haviam desaparecido, e os atos de banditismo se exerciam por mais de 600 léguas quadradas de pastagens ricas em campos finos.

Os gaúchos já haviam apelado várias vezes ao Governo Imperial para que tomasse providências enérgicas, de modo a salvaguardar os interesses brasileiros. Não estavam dispostos a esperar mais tempo. Se o Governo não agisse logo, a Província faria sua própria defesa e invadiria o Uruguai, quaisquer que pudessem ser as consequências.

Premido por esses fatos e ameaças, o Governo Imperial confiou a Saraiva a missão de, por via diplomática, negociar com o Governo do Uruguai a cessação daquele descalabro. Deveria exigir indenizações pelos sérios prejuízos que os brasileiros já haviam sofrido. Para facilitar o trabalho, teria também que conseguir do General Flores, chefe da oposição uruguaia e amigo dos brasileiros, um arrefecimento nas suas hostilidades ao Governo do seu país.

Saraiva apresentou suas credenciais a 12 de maio de 1864 e a 18 remeteu ao Governo uruguaio uma nota, perfeitamente cortês, expondo os fins de sua missão. Em resposta, recebeu dele uma comunicação furiosa e rude. Nosso diplomata recusou discutir a questão naqueles termos e, em outra nota, refutou as alegações uruguaias. Delongou o mais que pôde a apresentação de um *ultimatum* que já levara pronto no bolso do colete. Mas acabou por entregá-lo ao Governo uruguaio, no dia 4 de agosto de 1864.

Para tranquilizar os uruguaios, que eram amigos do Brasil, e a Argentina, antes de partir de Buenos Aires Saraiva emitiu uma declaração garantindo, em nome do Brasil, que, qualquer que fosse o caso, a independência do Uruguai seria respeitada.

Em dezembro as forças brasileiras cruzaram a fronteira. Era a guerra que a diplomacia de Saraiva não pudera evitar.

No gabinete de 12 de maio de 1865, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Antônio Saraiva bateu-se pela abertura do Amazonas à livre navegação. Nessa mesma pasta, em 1866, em nome do Brasil protestou contra o bombardeio de Valparaíso, no Chile, pela esquadra espanhola. O Brasil, mesmo neutro, não poderia ficar indiferente ante aquele ato brutal e desumano. "A moderna civilização, escreveu Saraiva, condena todo ato de hostilidade que não seja necessário. Bombardeando aquela cidade, que não era uma praça de guerra, estabeleceu a Espanha um precedente fatal, que não pode ser sancionado nem mesmo pelo silêncio das demais nações. Todas elas devem protestar e o Brasil protesta".

Foi graças aos esforços de Saraiva que se votou a lei 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que reformou a lei eleitoral então vigente e introduziu no país a eleição direta. Ele sempre se bateu pela vontade eleitoral. Incorruptível e severo na guarda e emprego dos dinheiros públicos, era também inimigo intransigente das fraudes eleitorais. Em toda sua vida pública pugnou pela plena liberdade de voto e pela pureza das urnas. Se a nova lei não deu os resultados esperados, a culpa não foi de Saraiva, mas da falta de educação cívica do povo brasileiro. O voto secreto e a justiça eleitoral, que vieram 50 anos depois, iriam melhorar o nosso sistema eleitoral. Mesmo assim, estamos vendo, ele ainda deixa muito a desejar.

Saraiva adotou a corrente federalista justamente para combater a excessiva centralização administrativa.

Em editorial de 6 de junho de 1889, do "Diário de Notícias", um adversário seu, Rui Barbosa, assim se expressou a seu respeito: "O Sr. Saraiva não é um tento inerte, ou uma carta falsificável no jogo imperial. Boas ou não, S. Excia. foi sempre o homem das convicções, e nunca as formou no paço. Os seus erros não são subserviências. A sua têmpera é profundamente refratária ao aulicismo. Dotado de grande ambição, sem a qual não se fazem os estadistas, de uma intuição lúcida nas coisas do governo e profunda independência de caráter, reúne em si as qualidades rijas e saudáveis de resistência, de ação e de força".

Nasceu ele a 1º de março de 1823, no município de Santo Amaro, na Bahia. Ficou órfão muito cedo e teve infância amarga e infeliz. De sua infância desafortunada lhe veio, sem dúvida, aquela algidez, aquela frieza sentimental que foi o traço característico de sua vida e, para muitos, o segredo de seu triunfo. "No desconsolo das grandes dores de sua infância, quando perdeu os progenitores, na sensação de abandono, nas surdas hostilidades de um lar sem conforto moral e no desalento sem alegria é que se lhe formaram aqueles atributos de frieza e de impassibilidade, de temeridade sem entusiasmo, de ambições sem impaciência, de ação intensa sem paixão de sucesso, de calma imperturbável sem inércia improdutiva, qualidades mestras do seu caráter".

Iniciada a sua vida pública, não teve mais descanso, no regime monárquico. Já no apagar das luzes daquele regime, quando tudo estava perdido, foi chamado às pressas por D. Pedro II para organizar um novo Ministério. Sempre fiel ao Imperador, Saraiva procurou contato com Deodoro na madrugada de 5 de novembro de 1889. Mas não conseguiu avistar-se com o Marechal, que lhe mandou apenas um recado: "Digam ao Saraiva que é tarde".

Como chefe político foi tão poderoso que nem a mudança de regime pôde abalar-lhe o prestígio. Depois de proclamada a República, quando era intenso o ódio contra todos os mais íntimos colaboradores do Imperador, Saraiva facilmente elegeu-se Senador, pela Bahia, à Constituinte. Recusou mesmo a Presidência de seu Estado, que lhe foi oferecida. Pouco se demorou porém na Constituinte republicana. O ambiente hostil que ali o cercava enervou-o a tal ponto que ele deixou o posto e recolheu-se à vida privada.

Formou-se em Direito, em 1846, em São Paulo. Dizem que para lá não teria ido se não fossem seus amores por Maria Mulatinha, que tanto escandalizaram sua avó.

Morreu tranquilamente a 21 de julho de 1895, aos 72 anos de idade, sem descendentes, em Salvador.

Sua Teresina é hoje uma cidade linda, progressista, de cerca de 400.000 habitantes; ponto de convergência de importantes rodovias federais; porta de entrada da Amazônia para quem vem do litoral de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; ligada a São Luís do Maranhão, a Fortaleza e ao sul por estrada de ferro; com farta energia elétrica fornecida pela Hidrelétrica de Boa Esperança; com terminal de petróleo; ligada ao Brasil e ao mundo por modernos sistemas de comunicação.

Obra de sua mocidade, Teresina é, sem dúvida alguma, a melhor realização de Saraiva, que lhe perpetuará a memória no correr dos séculos.

- Doc. 21 – M. 353 – CAB.
- Doc. 30 – M. 353 – CAB.
- Doc. 30 – M. 353 – CAB.
- L. R. 221 – p. 56 – CAB.
- L. 224 – fl. 14 – CAB.
- L. 224 – fl. 38 – V – CAB.
- L. 224 – fl. 38 – V – CAB.
- L. 224 – fl. 68 – nº 170 – CAB.
- L. 224 – fl. 71 – nº 177 – CAB.
- L. 224 – fl. 80 – V – nº 199 – CAB.
- Cristino Castelo Branco – "Jornal do Comércio", de 26 de junho de 1949.
- História Administrativa do Brasil – Max Fleiuss.
- Formação Histórica do Brasil – J. Pandiá Calógeras.
- História Diplomática do Brasil – Hélio Viana.

Simplício de Sousa Mendes

A influência política e social deste ilustre piauiense marcou toda uma época no Estado, a partir de 1846 até sua morte em 1892.

Simplício de Sousa Mendes nasceu em Oeiras a 2 de janeiro de 1823. Era filho do Coronel Antônio de Sousa Mendes.

Quando ele nasceu, o Piauí ainda estava sujeito a Portugal. Por poucos dias, porém, pois todos nós sabemos que a 24 daquele mês e ano Oeiras levantou-se, capitaneada por Manuel de Sousa Martins, e proclamou nossa adesão à causa da independência. Menos de dois meses depois feriu-se em Campo Maior a sangrenta Batalha do Jenipapo, que decidiu militarmente nossa situação de independência.

Seu pai o enviou ao Rio de Janeiro, onde fez a maior parte de seus estudos, que concluiu depois na Bahia, formando-se em Medicina no dia 18 de dezembro de 1845.

Em janeiro de 1846 já está novamente em Oeiras. Tinha então 22 anos de idade.

Iniciou sua vida pública como Professor da Geografia, no Liceu, permutando mais tarde esta cadeira pela de Retórica, no mesmo estabelecimento. Foi Diretor da Instrução Pública e depois Médico do Partido Público.

Quando Saraiva apareceu com o propósito de mudar a capital para a Vila Nova do Poti, Simplício Mendes formou com entusiasmo a seu lado. Tinha o espírito aberto para as mudanças que interessassem ao bem futuro da Província. Como Deputado Provincial, votou a lei nº 315 de 20 de julho de 1852, que mudava a capital, expondo-se assim, desassombradamente, à pecha de traidor da classe dos grandes proprietários rurais a que pertencia, e à malquerença de tios e parentes próximos.

Quando Saraiva se retirou do Piauí quem assumiu o Governo foi o Dr. Simplício. Nos poucos dias em que esteve à frente da governança tomou ele várias e acertadas medidas em benefício de Teresina, que acabava de nascer. Vejamos duas delas na transcrição de dois documentos muito interessantes.

No dia 15 de março de 1853 o Dr. Simplício dirige-se ao Dr. José Nunes de Campos, engenheiro engajado para nossa Província:

"Sendo uma das maiores necessidades que presentemente sofre esta Capital a de boa água potável para os diferentes misteres da vida, visto como a do Parnaíba, na estação invernosa, qual a em que ora nos achamos, contém em dissolução muito barro e outras substâncias nocivas à saúde, e não havendo aqui olhos-d'água nem tão pouco correntes desse líquido cristalino e bebível,

sendo que por ora é até muito difícil fazer-se poços artesianos e cisternas para conservação e depósitos de águas nativas ou pluviais, ordeno a V. Mcê. que examine minuciosamente o melhor local e mais bonito e cômodo ao público desta cidade que se oferecer no chamado "barrocão" e que corre pelo lado superior da cidade para assentar-se aí um bom açude, que satisfaça perfeitamente tão indeclinável necessidade".

Vê-se bem que a preocupação com a água potável é a de um administrador que é médico. O açude do "barrocão" não se fez, mas a idéia, para aquele tempo, bem que é genial.

Dois dias depois, isto é, a 17 de março, dirige-se ele ao mesmo engenheiro:

"Precisando-se balizar e abrir a rua larga que passa em frente do Quartel de Polícia até sair no Parnaíba, algumas ruas transversais àquelas que ainda não estiverem abertas, e destocar a que passa defronte da igreja, desde o lugar em que ela corta a que corre por detrás do Palácio desta Presidência até o cemitério, que se está edificando, e assim precisando limpar-se dos matos, destocar e determinar bem a praça denominada pela Câmara Municipal – Saraiva –, ordeno a V. Mcê. que com 6 a 8 serventes e seu ajudante de corda, munido dos convenientes instrumentos, ponha em prática com brevidade o que venho de encarregar-lhe. Para efetuar esta comissão mando-lhe abonar pela Administração da Fazenda Provincial cem mil réis, do que prestará conta na forma porque costumava fazer".

Neste documento vemos como era Teresina, que acabava de nascer. Suas ruas, mesmo as principais, ainda não estavam desimpedidas. Sei que o Quartel de Polícia no início estava numa casa alugada da Rua da Estrela (Desembargador Freitas). Seria essa a rua larga de que fala o Dr. Simplício, e que precisava de ser aberta até o rio Parnaíba? O Palácio estava onde hoje é o Banco do Nordeste. Então o destocamento ordenado devia fazer-se na extensão da atual Rua Rui Barbosa, desde a Álvaro Mendes (que passava por detrás do Palácio) até o cemitério. O local da Praça Saraiva estava coberto de mato e nem era ainda bem determinado.

Em 1861 Simplício Mendes é Deputado Geral pelo Piauí. Agora vai começar o seu grande período de provação política. Era ele o chefe do Partido Conservador na Província. Eleito por esse Partido, lá estava no Rio para representá-lo. O Ministério era presidido pelo Marquês de Caxias, também conservador. Tudo ia muito bem quando, em 1862, em oposição a este Ministério, separaram-se do Partido Conservador, arrastando muitos outros consigo, o Marquês de Olinda, José Tomás Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos e José Antônio Saraiva. Eles formaram a chamada "Liga", que naquele mesmo ano levou ao poder os liberais. Estes ficaram senhores dos Ministérios e da situação até o golpe de Estado de 1868. A Câmara foi dissolvida. Simplício Mendes não aderiu à "Liga". Voltou a Teresina e manteve-se fiel ao seu partido mergulhado num ostracismo político que vai durar seis longos anos. Então, na adversidade, ele se revelou um forte. Homem de rija têmpera, desses que são feitos de uma só peça, ele é

incapaz de transigências covardes. Por amor a princípios resiste à sedução do poder e fica fiel ao Partido Conservador e aos poucos amigos que o acompanham. À política ele sacrifica com estóica abnegação suas aspirações, sua fortuna, sua tranquilidade, sem jamais colher proventos.

Com a ascensão do Gabinete Itaboraí, foi nomeado e exerceu o cargo de Vice-Presidente da Província.

Por várias legislaturas elegeu-se Deputado Provincial, votando absolutamente sem partidarismos tudo aquilo que interessava ao Piauí, mesmo que a proposição fosse do adversário.

Com inexcedível dedicação presidiu a Câmara Municipal de Teresina.

Nos últimos meses de sua vida era membro e presidente do primeiro congresso constituinte do Estado.

Como médico, e ele foi dos melhores, estava sempre a serviço da comunidade, principalmente dos pobres, de quem nada recebia pelo seu trabalho. Isto está dito no anúncio profissional que publicava na imprensa da época.

Durante mais de 40 anos, na política e na profissão, esteve sempre a serviço do povo piauiense, principalmente do povo de Teresina.

Depois de sua morte, fazendo-lhe o elogio, um jornal da terra assim se expressou a seu respeito:

"Ele era grande em tudo, na dor, no sacrifício, na amizade, na abnegação, em todos os sentimentos que elevam e que dignificam a natureza humana. Era, porém, pequeno, no egoísmo, nos sentimentos mesquinhos e estreitos que aviltam, que deprimem, que rebaixam a dignidade e o caráter. Não tendo ambições, era incapaz de nutrir ódios. Sua bondade era proverbial. Do desinteresse, feição saliente do seu belíssimo e impoluto caráter, deixou eloquentes e inolvidáveis testemunhos. Rico no começo da vida, podendo enriquecer ainda mais, lega, todavia, após mais de 40 anos de incessantes trabalhos e de raro devotamento na mais árdua das profissões, à sua numerosa família, uma memória puríssima e abençoada e uma grande e honrada pobreza".

Morreu no dia 4 de junho de 1892, em Teresina. No dia de sua morte a Câmara dos Deputados promoveu em sua homenagem uma sessão extraordinária. Todos os Deputados, do governo e da oposição, compareceram de luto rigoroso àquela sessão.

- O Piauí - 57 - 9/6/1892.
- Como nasceu Teresina - Pe. Joaquim Chaves.
- L. 232 - Fl. 23 - CAB.
- L. 232 - Fl. 24 - CAB.
- História Administrativa do Brasil - Max Fleiuss.

Franklin Américo de Menezes Dória

Franklin Dória nasceu na Bahia em 1836.

Fez o curso de Direito na Faculdade do Recife, bacharelando-se em 1859.

Voltando à Bahia, por algum tempo exerceu, ali, alguns cargos públicos; foi Promotor, Juiz de Direito e, por último, Chefe de Polícia.

Era casado com uma filha do Marquês de Paranaguá. Este fato deve ter influído na sua nomeação para Presidente da Província do Piauí, em 1864.

Chegou a Teresina em junho daquele ano, assumindo logo as rédeas do Governo.

A hora era excepcional. As lutas partidárias na Província estavam acirradas por motivos eleitorais. Nossa situação financeira estava precária. Mas Menezes Dória se preparou para enfrentar todas as eventualidades daquela conjuntura calamitosa. Fez valer os seus talentos e saiu-se galhardamente da espinhosa missão de que fora investido.

Mal acabava de tomar pé, rebentou a guerra do Paraguai. Em janeiro de 1865 chegou-lhe às mãos a circular do Ministro dos Negócios da Justiça, de 23 de dezembro de 1864, mandando que se ativasse, na Província, o recrutamento. Nossa Guarda Nacional tinha que fornecer logo necessariamente 1160 homens para a guerra, conforme portaria do Ministério da Justiça, de 11 de março de 1865. Isto e mais quantos voluntários o Governo do Piauí pudesse levantar para o mesmo fim.

Franklin Dória não perdeu tempo. Oficiou aos Comandantes superiores da Guarda Nacional fixando os efetivos que cada batalhão tinha que fornecer, a saber: Oeiras, 179; Jaicós, 156; Parnaguá, 121; Teresina 100; Piracuruca, 94; Campo Maior, 94; Príncipe Imperial, 89; Valença, 87; São Gonçalo, 75; Jerumenha, 65; Parnaíba, 57; Barras, 47; ao todo 1.164.

Abriu na Secretaria Militar do Palácio da Presidência a lista do voluntariado, que começou a receber assinaturas.

O apelo do Presidente feito para o interior também começou a receber imediata resposta. Oficiais reformados do Exército, oficiais da Guarda Nacional pediam permissão para marchar na primeira hora. A maioria é recusada porque não se enquadra nas instruções recebidas: uns são doentes; outros, de idade avançada ou arrimos de família. Recusados por esses motivos, oferecem os filhos de idade militar e dinheiro para as despesas da mobilização.

O tempo urgia. As primeiras tropas tinham que se deslocar para o sul sem mais tardança. O inimigo já pisava o solo brasileiro em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

Incendiando o patriotismo dos piauienses com os seus apelos, os seus ofícios, os seus discursos eloquentes, Franklin Dória é um dínamo acelerando o nosso esforço de guerra.

A 26 de fevereiro de 1865, de Parnaíba, parte o primeiro grupo. São marinheiros da Capitania dos Portos: 8 recrutas e 1 voluntário para a Armada.

A 10 de março segue o Corpo de Guarnição, a bordo dos vapores "Uruçuí" e "Conselheiro Paranaguá". Sua despedida é tocante. O Presidente fez na ocasião do embarque um vibrante discurso parabenizando os soldados pela honra que lhes era concedida de defenderem, no campo de batalha, a dignidade da pátria ultrajada. O batalhão partiu sob o comando do Coronel Rolemberg de Almeida e levava um efetivo de 310 praças e 20 oficiais (3 médicos e 1 farmacêutico).

A 10 de abril seguiu uma companhia de nossa Polícia. Ao apelo do Presidente toda a Polícia do Piauí apresentou-se voluntariamente para marchar. Vieram às pressas do interior os policiais que se achavam destacados em várias partes da Província. O corpo policial que partiu era composto de 80 praças, 1 tenente e 2 alferes. Comandava-o o Tenente Manoel Hilário da Rocha.

A 19 de maio foi a vez do 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Piauí. Compunha-se de 4 companhias com um efetivo de 320 homens, sob o comando do Major João Fernandes de Morais Júnior. O discurso que Franklin Dória pronunciou na despedida deste corpo é uma peça que merece ficar consignada na história. Ei-lo.

"Cidadãos Voluntários da Pátria!

"As bênçãos da Igreja acabam de santificar esta bandeira que em boa hora vos é destinada. Sinto-me possuído do mais ardente júbilo, cabendo-me a fortuna de confiá-la à vossa guarda.

"Contemplai-a, porém, um momento, e refleti em sua sublime significação, bem como nos deveres a que ela vos liga.

"Este é o símbolo de nossa nacionalidade e de nossa união. Ainda não faz meio século que o ilustre fundador do Império, de volta do Ipiranga, outorgou-o à nossa Pátria. Se falta-lhe o prestígio da antiguidade, sobra-lhe o esplendor das glórias que nele se resumem. Compreendeis portanto o valor deste penhor que tenho de entregar-vos. Além do culto do patriotismo, comum a todos os brasileiros, esta bandeira reclama de vós, como soldados, uma veneração especial. Sois responsáveis por ela perante o Deus dos exércitos e perante a nação inteira. Afiança-me vossa natural bravura que a defendereis no mais duro das refregas e que o inimigo não logrará arrancá-la de vossas mãos senão depois de vos ter arrancado a vida.

"Recebei-a, beneméritos guerreiros!

"Na República do Paraguai, para onde marchareis breve na hora terrível do combate, tornar-vos-eis duplamente fortes em face desta bandeira. Através do fumo da peleja e do sibilo das balas, ela, erguida no meio de vós, será como a imagem saudosa da Pátria a incitar-vos a brios, avivando-vos as ofensas inauditas que ides vingar. À influência dela abandonai com seguridade a vida e o vosso futuro, e tende fé inabalável de que haveis de hasteá-la orgulhosamente nas ameias de Humaitá ou nos muros de Assunção.

"Como o lábaro dos antigos romanos, esta bandeira propícia vos há de acompanhar e proteger.

"Parece-me que nela também diviso, esmaltando a cruz que a adorna, a milagrosa legenda – *In hoc signo vinces!* É certo. À sombra deste estandarte sempre vencereis".

Mas o Presidente não dormia. Ativava por toda parte o voluntariado e o recrutamento e continuava enviando forças para o teatro da luta.

A 10 de agosto de 1865 partiu o 2º de Voluntários com um efetivo de 525 homens, sob o comando do Tenente-Coronel José Lustosa da Cunha, tio da esposa do Presidente. Com este corpo, no mesmo dia, seguiu a 1ª Companhia de Guardas Nacionais Expedicionários, sob o comando do Capitão Olímpio de Morais.

A 27 do mesmo mês, embarcou o Tenente André Monteiro da Cunha levando 30 praças.

A 7 de outubro o Tenente José Ferreira de Carvalho Sobrinho, a bordo do "Paranaguá", levou a 2ª Companhia de Guardas Nacionais Expedicionários, com um efetivo de 116 praças, 3 oficiais e11 Voluntários da Pátria.

Em 17 de novembro seguiu o 1º Batalhão de Guardas Nacionais Expedicionários, composto de 462 praças e 18 oficiais, sob o comando do Tenente-Coronel Pacífico da Silva Castelo Branco.

O Presidente Franklin Dória continuou enviando contingentes nos dias 7 de dezembro de 1865, 7 de janeiro (1866), 19 de janeiro, 11 de fevereiro, 18 de fevereiro, 21 de março, 17 de abril, 8 de junho e 17 de julho. Até sua saída do Piauí, em 8 de agosto, já havia despachado para a guerra cerca de 2.500 homens.

Enquanto recrutava tropas e as enviava para o sul, cuidava da manutenção da ordem pública, dos problemas administrativos, de reprimir a corrupção e de assegurar a predominância política do seu partido.

Seus esforços e sua abnegação foram reconhecidos até por seus próprios adversários. A Assembléia Legislativa votou-lhe as mais significativas demonstrações de apreço pelos relevantes serviços que prestou ao Piauí.

A 3 de agosto de 1866 ele deixou a Presidência e a 8 embarcou para a Bahia.

A experiência administrativa adquirida em nossa terra serviu-lhe depois para o desempenho de vários e importantes encargos que lhe foram confiados pelo imperador e pelo povo da Bahia. Assim é que em 1867 foi Presidente do Maranhão. De 1880 a 1881, Presidente de Pernambuco. Deputado Geral pela Bahia em 1877 e 1885 e pelo Piauí em 4 legislaturas.

Em 1881 foi Ministro da Guerra e Ministro de Estrangeiros, interi[no] no 28º Gabinete do Império, presidido por José Antônio Saraiva. Em sua gestão à frente daqueles Ministérios foram publicados os seguintes decretos:

– de 18 de maio de 1881, promulgando a declaração entre o Brasil e Portugal, para a proteção das marcas de fábrica e de comércio;

– de 11 de junho de 1881, sobre o mesmo assunto entre o Brasil e a Dinamarca;

– de 30 de junho de 1881, alterando algumas disposições dos regulamentos das escolas militares da Corte e de infantaria e cavalaria da Província do Rio Grande do Sul;

– de 10 de setembro de 1881, promulgando o convênio celebrado entre o Brasil e Portugal, em 11 de fevereiro, para a permuta de fundos por via do Correio e sua conversão em vales;

– de 29 de outubro de 1881, promulgando a troca da extradição de criminosos entre Brasil e Holanda;

– de 17 de dezembro de 1881, aprovando o regulamento que reorganizou o Corpo de Bombeiros.

Foi ainda Ministro do Império no último Gabinete da Monarquia, presidido pelo Visconde de Ouro Preto. Quando tudo ia de águas abaixo, ele lutou bravamente pela plena autonomia dos municípios e das províncias; liberdade de culto; imigração em maior escala; temporariedade do Senado; reforma do Conselho de Estado, para constituí-lo meramente administrativo; liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento; lei de terras que facilitasse a sua aquisição; criação de estabelecimento de crédito, que proporcionasse ao comércio e especialmente à lavoura os recursos de que careciam; elaboração do Código Civil.

Franklin Dória era um poeta de escol e um notável filólogo.

Ao ser fundada a Academia Brasileira de Letras, ocupou a cadeira cujo patrono era Junqueira Freire, sobre quem havia publicado um estudo.

Por muitos anos tornou-se professor de Retórica do Colégio Pedro II.

Quando veio a República, foi violentamente destituído de sua cátedra, mas depois fizeram-lhe justiça: reintegram-no nela, que era sua por direito, recebendo ainda todos os vencimentos atrasados.

Fez-se um excelente advogado, com grande reputação no foro do Rio de Janeiro.

Caindo o Imperador, acompanhou-o ao exílio e se afastou definitivamente da política.

Recebeu o título de Barão de Loreto, com grandeza, por decreto de 15 de junho de 1888.

Morreu pobre, no Rio, em 1906.

- O Comércio - 4 de novembro de 1906.
- O Piauí - 8 de novembro de 1906.
- Teresina - Subsídios para a História do Piauí - Pe. Joaquim Chaves - 1952.
- O Piauí na Guerra do Paraguai - Pe. Joaquim Chaves - 1972.
- História Administrativa do Brasil - 2ª edição - Max Fleiuss - 1922.

José Lustosa da Cunha

Pertenceu José Lustosa da Cunha a uma família de autênticos desbravadores de nossos sertões bravios. Os Lustosas, instalados em Parnaguá, sul da Província, daí partiram para a conquista da terra até o vale do Alto Parnaíba. Foi uma luta áspera, longa e brava. Todos os lances da penetração, desde as bandeiras de guerra contra o indígena até a implantação dos currais fixando a conquista, tudo feito ali por aquela gente com todas as características do pioneirismo audaz.

No princípio só a pecuária se implantou firme e progrediu, criando ajuntamentos, configurando a fazenda. E a riqueza circulou nas enormes boiadas levadas pelos vaqueiros e arrieiros, senhores dos caminhos e da técnica de transportar, em lombo de burro, tanto o mais pesado quanto o mais delicado e frágil.

O que favoreceu o passo das enormes boiadas e o chouto das tropas foram os chapadões, ora abertos em campinas, ora se espessando de árvores, nos corredões ou nas matas de pestana, justafluviais.

Apesar de toda aquela rudeza de vida, os Lustosas de Parnaguá não embruteceram, não se boificaram. Dar cultura aos filhos, encaminhá-los pata o antanho das letras, sem descurar o da terra, foi a preocupação de Da. Inácia Antônia dos Reis, viúva do Coronel José da Cunha Lustosa e mãe de José Lustosa e mais seis filhos: João Lustosa da Cunha (Marquês de Paranaguá), José da Cunha Lustosa (Barão de Paraim) e quatro mulheres.

Nasceu José Lustosa da Cunha, em Parnaguá, a 2 de julho de 1827.

Há um documento muito interessante, firmado por seu pai e datado do Quartel de Parnaguá, em 6 de fevereiro de 1827, no ano do nascimento de nosso biografado, no qual o Coronel José da Cunha dá informações ao Presidente da Província a respeito dos índios que infestavam aquela região: "O gentio, nosso limítrofe, é a nação Herentes situada nos desertos que medeiam o leste e o norte deste país. A sua índole, posto que bravia, é suprida pela total carência de cultura de ânimo e de corpo; domável pela sensibilidade que concebe à vista dos atos verdadeiramente humanos ou cruéis com que os tratam. As suas inclinações são satisfazer comodamente as suas precisões, gozar da vida e dos prazeres que a natureza oferece a bem da própria conservação". E mais adiante diz: "As causas obstantes da civilização têm sido, no meu entender, até o presente, as idéias de apreensão e cativeiro que eles têm concebido à vista da ocupação violenta do seu país e à vista da má fé e crueza com que os têm tratado os seus conquistadores".

Aqueles "desertos que medeiam o leste e o norte deste país", dão bem uma imagem da "'brabeza" do território onde atuaram os Lustosas.

Sendo o mais velho dos filhos homens de José da Cunha, José Lustosa ajudou sua mãe na formação dos outros irmãos. Assumiu principalmente a direção dos negócios da família, inclusive o desbravamento e a conquista de novas terras. Teve pela frente os índios Xerentes, que devem ser aqueles Herentes de que falou seu pai no documento acima mencionado.

Por Decreto de 1º de janeiro de 1851 o Coronel Lustosa foi nomeado, pelo Imperador, Diretor dos Índios da Província. Num longo relatório que enviou ao Presidente José Antônio Saraiva, naquele mesmo ano, ele oferece um plano a fim de que se possa levar a efeito algum aldeamento e expurgar a comarca de Parnaguá das correrias e atentados dos mesmos índios. Do plano constava que se deviam armar centenas de homens e entrar com eles nas matas procurando, por meio de subterfúgios, cercar o maior número de silvícolas. Feito o cerco, descarregariam para o alto suas armas em estrondosa fuzilaria para amedrontá-los e levá-los à rendição. Os que fossem apanhados seriam conduzidos para a proximidade da povoação onde se tentaria um aldeamento para eles. Saraiva, apresentando o plano de José Lustosa ao Visconde de Monte Alegre, discorda dele. Acha que a fuzilaria teria por efeito aumentar o ódio e a desconfiança do índio pelo branco. A violência só deveria ser empregada para repelir a violência. Além disso, muitos daqueles índios já possuíam no interior das matas verdadeiras roças das quais extraíam a mandioca para a fabricação da farinha e seus beijus. Atacá-los e privá-los daquelas plantações seria desumanidade. Achava Saraiva que somente bons missionários, por meio de catequese, poderiam tentar com êxito o aldeamento dos índios em locais adredemente preparados. Tais aldeamentos não poderiam funcionar sem muito dinheiro, e as verbas consignadas a isto, no orçamento do Império, para o Piauí, eram ridículas. Se lhe garantissem melhores verbas ele, Saraiva, iria tentar fazer algo mais moderno e mais eficiente na pacificação dos bugres.

As verbas não foram aumentadas e o Presidente tirou o corpo do problema. O idealismo de Saraiva teve que ser substituído pelo realismo de José Lustosa, que tinha os índios rondando os agrupamentos e as fazendas em Parnaguá e Santa Filomena. O Coronel prosseguiu com a conquista da terra, empregando seus próprios métodos, com homens armados e alimentados às suas expensas para escorraçar os Xerentes do território do atual município de Santa Filomena. Depois estendeu a operação ao outro lado do Parnaíba e foi plantando aqui e ali suas fazendas de gado. Encerrada a conquista da terra era ele o proprietário mais rico do sul da Província.

Fundou a povoação de Santa Filomena, que foi elevada a Vila a 26 de fevereiro de 1873, cumprindo-se a resolução nº 811 de 7 de agosto de 1872.

"Espírito empreendedor, esclarecido e inspirado dos preceitos morais e religiosos, dotado de elevado sentimento de patriotismo e de justiça, prestou à sua terra natal importantes serviços quer como particular, quer como

empregado público, especialmente à Câmara de Santa Filomena, desmembrada de Parnaguá".

Quando rebentou a Guerra do Paraguai, o Coronel Lustosa abandonou tudo para servir à Pátria nos campos de batalha. Não se apresentou sozinho. Mobilizou nas suas terras batalhão de 203 homens, incluídos 2 filhos dele e 3 sobrinhos, filhos do Barão de Paraim. Com eles desceu o Parnaíba em botes e balsas de buriti, e a 12 de julho de 1865 chegou a Teresina, apresentando-se ao seu cunhado, o presidente Franklin de Meneses Dória. Aqui recebeu mais reforços e no dia 1º de agosto deixou Teresina, rumo ao sul, à frente do 2º Corpo de Voluntários do Piauí, que levava um efetivo de 525 homens.

No Paraguai lutou em vários combates até que sérios problemas de saúde obrigaram-no a voltar à Província antes do término da guerra.

Pelos relevantes serviços prestados, foi agraciado com os títulos de Aviz, Oficial da Rosa e, por último, Barão de Santa Filomena.

Foi Deputado Geral pela Província.

Morreu na avançada idade de 74 anos, em sua fazenda Porteiras, distrito de Parnaguá, a 12 de abril de 1901, cercado da veneração e do respeito de seus coestaduanos.

- O Piauí – nº 577 – 25/5/1901.
- O Piauí – nº 583 – 28/6/1901.
- L. 109 – Reg. e Of. 1822 – 1824 pg. 26-v nº 121 – CAB.
- L. 224 – fl. 24. – v – nº 63 – CAB.
- L. 224 – fl. 28. – nº 77 – CAB.

Antônio Coelho Rodrigues

Jornalista, grande político e consagrado jurisconsulto piauiense. Nasceu na fazenda Boqueirão, em Picos, em 04 de abril de 1846. Foram seus pais o capitão Manoel Rodrigues Coelho e Ana Joaquina de Sousa.

Aprendeu em casa, com sua mãe, as primeiras letras. Aos seis anos de idade já escrevia alguma coisa e principiava a fazer contas de somar. Morrendo-lhe o pai, sua mãe mandou-o para a escola do Padre Joaquim Damasceno Rodrigues, seu primo, que funcionava numa fazenda que pertencera a seu trisavô, e que é hoje a cidade de Paulistana. Ali estudou português, aritmética, francês e latim até o ano de 1859.

Em 1860 viajou para o Recife, matriculando-se na Faculdade de Direito em 1862. Saiu bacharel em novembro de 1866, sendo o orador de uma turma da qual fazia parte o Visconde do Rio Branco.

Era um talento. Basta dizer-se que em todos os cursos sempre foi aprovado plenamente, a melhor qualificação que se admitia no Recife naquele tempo.

Em dezembro de 1866 chegou a Teresina. Conta-se um fato interessante sobre sua estréia aqui: duas horas após se ter apeado do cavalo que o trouxe à capital já estava na sala do júri defendendo um réu. Houve-se com tal brilhantismo e maestria nessa defesa que o venerando chefe do Partido Conservador, Dr. Simplício de Sousa Mendes, impressionado, convidou-o para dirigir o jornal do Partido, "A Moderação". Coelho Rodrigues aceitou o convite e a primeira medida que tomou no jornal foi mudar o seu nome para "O Piauí", donde lhe veio o apelido de *Dr. Piauí*, que passou a desfrutar enquanto morou em Teresina.

Em 1867 disputou uma cadeira para a Assembléia Provincial conquistando o 25º lugar na votação. Deveria ter sido reconhecido, pois o que conquistara o 24º lugar na votação, José Lustosa de Sousa, era estudante e menor, inelegível por conseguinte. O célebre "jeitinho" foi aplicado contra ele, que não foi aproveitado.

Naquele mesmo ano se fez uma reforma no ensino e deveria ser criada no Liceu (Colégio Zacarias de Góis) hoje, uma cadeira de filosofia. A cadeira só não foi criada para não dar ocasião ao Dr. Coelho Rodrigues de candidatar-se a ela por concurso.

Vendo que lhe fechavam todas as portas, ele resolveu retirar-se para o Recife e pleitear ali uma cadeira na Faculdade de Direito. Para lá viajou, por terra, em julho de 1868. Em caminho soube da ascensão dos conservadores com o Ministério Itaboraí. Atravessou o território da Bahia e em Salvador

tomou o navio para a capital do Império. Ali aconselharam-no a voltar a Teresina e pleitear uma cadeira na Assembléia Geral. Um ministro ofereceu-lhe uma carta de recomendação. Tomou o primeiro vapor que viajava para o Norte, e a 9 de outubro está novamente no Piauí. Já encontrou a chapa do Partido organizada. Ele figurava em primeiro lugar, ficando em segundo o Dr. Aureliano Carvalho, e em terceiro o desembargador Sales. Coelho Rodrigues não concordou com a inclusão do desembargador Sales na chapa. Propôs ao "Grêmio" que o terceiro lugar fosse preenchido com o nome de Borges Castelo Branco, chefe liberal dissidente. Não aceitaram a sugestão. Propôs então que o lugar fosse preenchido pelo chefe do Partido Conservador, Dr. Simplício de Sousa Mendes. Este não aceitou a indicação. Irritado, ele se desinteressou completamente do pleito e arranjou sua nomeação de promotor para Jaicós para não estar em Teresina na época da eleição. O Dr. Simplício empenhou-se vivamente em seu favor, de modo que ele teve a unanimidade dos eleitores e foi eleito com apenas 23 anos de idade para a Assembléia Geral Legislativa do Império.

Terminada aquela legislatura, ele viajou para o Recife, onde brilhantemente defendeu tese doutorando-se em ciências jurídicas.

Aconteceu que naqueles dias faleceu, no Maranhão, o governador, o Dr. Brás Florentino, catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito do Recife. Coelho Rodrigues requereu o concurso para o preenchimento daquela vaga e, competindo com os Drs. José Joaquim Tavares Belford e Graciliano de Paula Batista, obteve o primeiro lugar por 9 contra 2. Foi nomeado professor substituto de Direito Civil da Faculdade do Recife por decreto de 23 de maio de 1871.

No Rio, como parlamentar, foi um dedicado auxiliar do visconde do Rio Branco.

No intervalo de uma das sessões, assumiu o governo, de surpresa, na Província, o chefe liberal coronel Miranda Osório, que desenvolveu grande perseguição contra os elementos conservadores. A bancada do Piauí, com Coelho Rodrigues à frente, protestou junto ao Ministério e exigiu a substituição do governo da província. Como o Ministério se recusasse a fazê-lo, os deputados piauienses romperam com o governo e passaram a fazer-lhe oposição. Aquele Ministério caiu em 1872. João Alfredo, chefe do novo Ministério, procurou conciliar-se com os piauienses. Mas havia um preço: o sacrifício do desembargador Sales. Coelho Rodrigues recusou-se a trair o companheiro e sofreu as consequências: sua reeleição ficou seriamente comprometida. Para cúmulo, a recomendação do conselheiro Gomes de Castro em seu favor junto do presidente Pedro Afonso só foi entregue depois que nosso deputado rompeu com o governante. Apesar disso, foi reeleito porque os liberais mandaram descarregar em favor dele a votação de todo o seu eleitorado, inclusive o de Parnaguá, onde, dentre 36 eleitores, só perdeu um voto. No entretanto a Câmara de Deputados reconheceu em lugar dele o Dr. Agesilau Pereira da Silva.

Coelho Rodrigues não desistiu. Em 1874 elegeu-se deputado provincial e novamente deputado geral em 1877. Não chegou a completar este mandato porque a Câmara foi dissolvida pelo ministro Sinimbu, em 5 de janeiro de 1878. Então ele deixou a militância política para se dedicar ao Direito.

Naquele mesmo ano de 1878 publicou no Rio a tradução das "Institutas" de Justiniano, anotadas com muita precisão e sabedoria. O trabalho despertou a simpatia e o interesse das autoridades e o governo o distinguiu com a concessão da Comenda de Cristo.

Em 1881, por aviso de 4 de julho, foi nomeado membro da Comissão Revisora de Código Civil elaborado pelo Dr. Joaquim Felício dos Santos A Comissão era presidida pelo próprio imperador. Fez parte igualmente de outra comissão que se seguiu àquela para o mesmo fim. Por isso foi agraciado com o título de conselheiro do imperador. Parece que ele não dava muita. importância a esses títulos honoríficos pois sequer prestava o juramento de praxe quando os recebia.

Como advento da República dissolveu-se a Comissão do Código. A 16 de novembro de 1889, Coelho Rodrigues requereu sua jubilação no cargo vitalício de professor de Direito Civil.

Dirigiu então o seu célebre "Manifesto aos Piauienses", aderindo ao novo regime e pedindo aos seus coestaduanos que fizessem o mesmo. Passou a ser ouvido pelo marechal Deodoro nos assuntos que interessavam ao Estado do Piauí. Nessa qualidade de conselheiro do presidente é que influiu para que dos três partidos históricos, que aqui militavam, fossem selecionados os bons elementos para a formação de um novo partido nacional, com força bastante para fazer triunfar em toda a linha a chapa que organizássemos para a Constituinte. É claro que a tentativa fracassou.

Em 1893 ele apresentou um projeto de Código Civil que foi rejeitado pelo governo Floriano Peixoto. O trabalho continha 2.734 artigos, além dos 8 artigos das disposições adicionais transitórias. Naquele ano, Coelho Rodrigues era senador, na vaga de Teodoro Pacheco, e fez oferta de seu trabalho ao Senado. Por causa dele travaram-se ali acalorados debates com repercussão em todo o país. Sempre que seu projeto era atacado, ele saía em sua defesa com energia e brilhantismo.

Foi prefeito do Distrito Federal, demitindo-se do cargo por desentendimentos com Joaquim Murtinho, que era ministro da Fazenda.

Publicou "A República na América do Sul".

Em 1911 esteve na Suíça onde pretendia demorar-se, mas insidiosa moléstia o fez voltar às pressas para o Brasil.

Morreu em S. Vicente, em 01 de abril de 1912, com 66 anos de idade.

- Poliantéia - Teresina - 20/11/1900.
- Cidade de Teresina - 64 - 12/4/1912.
- A Imprensa - 371 - 31/3/1928.

Amélia de Freitas Bevilácqua

Amélia de Freitas Bevilácqua, no mundo das letras, honrou sobremaneira o Piauí, sua terra-berço. Sua vida foi um prodígio de labor literário. Possuía sólida cultura e falava várias línguas.

Era casada com o grande jurisconsulto cearense Clóvis Bevilácqua.

Liderou, no Recife, um grupo de mulheres que se distinguiram na literatura, entre as quais podemos citar Edwiges de Sá Pereira, Francisca Isadora, Maria Orlando, Adalgisa, Úrsula Garcia e Ana Nogueira. Este grupo de pioneiras imprimia uma revista literária – "O Lírio", a primeira revista publicada no Norte, graças exclusivamente a esforços intelectuais femininos. A propulsora deste movimento era Amélia, que fundou a revista e foi durante algum tempo sua chefe de redação. "O Lírio" saía mensalmente, publicando poesias, contos e críticas, tudo produzido por patrícias nossas de grande talento literário.

O primeiro livro de Amélia foi um livro de contos – "Alcione", que recebeu crítica favorável de Sílvio Romero e Araripe Júnior. A narração dos contos flui espontânea, simples, quase ingênua. Os personagens são apresentados com tão refinada sensibilidade que a gente acaba por simpatizar com eles. As angústias do coração de uma criança, que errou querendo fazer o bem, são fiel e sutilmente retratadas numa das páginas do livro.

Depois veio "Silhouettes", que é como que uma continuação do primeiro livro. É a história amorável, tocante e triste de Lúcio e Maria Rosa, escrita por uma sensibilidade feminina delicada e complacente.

Outro livro de contos – "Jornadas pela infância" considera-se simplesmente delicioso. O mesmo estilo simples e espontâneo. Assim começa o conto intitulado "Pedro Cego":

"Todas as tardes, na hora do arrebol, batia à nossa porta um homem alto, de porte esbelto e distinto, já envelhecido, extremamente simpático; vestia sempre sobrecasaca preta, muito longe da moda, e calças, que variavam as cores, tudo gasto, cheio de remendos, porém asseado. Era cego e cearense. Lá em casa todos o amavam. Assim que se ouvia a zoada soturna de seu velho bastão, sondando os espaços, corria, afoitamente, a criançada para recebê-lo. Havia um alvoroço desadorado, onde todos se agitavam, barulhentos, muitos alegres, como num porto os passageiros, na ocasião do desembarque. Uns sorriam, outros gritavam, mostrando as dádivas guardadas para o pobre cego. O Vinício, muito meigo e humilde, vinha, entre nós, conduzindo o jantarzinho do velho, fazendo gestos de alegria radiosa, dizendo (ainda hoje me lembro de suas palavras): "Deixe eu também me assentar no seu colinho, seu Pedro". Arrebentava, no mesmo momento, a revolta. O lugar não era dele! Preto se assenta no chão...".

E vai por aí a narração singela do conto "Pedro Cego", de "Jornadas pela infância".

O gênero literário por excelência de Amélia é o romance. Nele ela põe toda a sua alma vibrátil de mulher superiormente enriquecida de vários dotes de espírito. Analisa com requintes de psicólogo os dramas interiores dos personagens que desfilam nas suas páginas vivos, insinuantes, autênticos. Vejamos este trecho no qual Amélia focaliza a psicologia dos seres de escol, que passam pelo mundo espargindo bondade, compreensão, tolerância, amizade, amor aos semelhantes:

"Ensinam a amar, penetrar a arte e a natureza, desenvolvem talentos e gozam, eles também, todo o encanto de se verem retratados afetuosamente no formoso espelho que eles mesmos prepararam: os discípulos queridos, que lhes imortalizarão a alma fazendo-os reviver no futuro, amando-os às vezes até a adoração. Esses abnegados corajosos são mui poucos, e essa abnegação suprema, última palavra da meiguice humana, é também o verdadeiro suicídio que vai minando a criatura aos bocadinhos, empolgando-a, fazendo-a escorrer lentamente, sem inquietação, todo o sangue das veias até se acabar, prematuramente, a derradeira gota.

Esses espécimes da natureza são os únicos benevolentes, têm a alma aberta, como um sacrário que se dilata cada dia mais, para receber, sofregamente, os grandes e os pequenos espíritos, e abençoá-los com a mesma generosidade, a mesma ternura.

Ah! Se os que se julgam grandes homens e grandes mulheres pudessem compreender que a metafísica de toda a filosofia da vida e a penetração da arte não estão na vaidade, no egoísmo... talvez que esse almejado bem-estar, essa fugidia felicidade, fosse menos difícil, porque são os egoístas que desmancham a sua e a felicidade dos outros, roubando-lhes os méritos e as energias inadvertidamente (quem sabe?) porque a cegueira do amor próprio esconde até o realce de toda a encantadora natureza.

A modéstia e magnanimidade adoçam os males e formam bases seguras para o funcionamento das queridas e idealizadoras esperanças.

A purificação dos sentimentos dá nome e sagração à vida, como a verdade que resplandeceu transformada em brilhante constelação para guiar os reis magos".

Romancista naturalista, psicóloga, Amélia de Freitas Bevilácqua é uma prodigiosa analista dos estados d'alma mais sutis. Sua simplicidade de estilo nos oferece páginas deliciosas onde são retratados, com incrível exatidão, tipos que cruzam os nossos caminhos a cada passo de nossa vida, fazendo-nos pensar. Seus tipos são estudos que demandam longa observação e nos revelam demorada acumulação de fatos por parte de sua criadora.

Vejamos esta página do seu romance "Vesta":

"O português Justino, homem delicado e grande ajuntador de dinheiro, bom cidadão, respeitador das leis do país e possuidor de ótimas qualidades, era uma dessas criaturas que viajam pela terra sem ofender a ninguém. Sua vida, toda desenvolvida no acaso da sorte, passava completamente obscurecida entre a dos outros viventes, que o cercavam. Tinha negócios por toda parte e, às vezes, se arrastava até Portugal, onde residiam os parentes, e possuía exíguos haveres. Desconhecido, conhecia todo mundo, sem viver em nenhuma roda.

A fortuna que possuía fora adquirida nesse giro da negociação ambulante, a que se acostumara, desde o princípio de sua vida encaminhada por si próprio, como ele sempre costumava dizer.

Chegara ao Maranhão no tempo da célebre guerra dos balaios. Viajara de encomenda para o Brasil para servir de caixeiro numa casa comercial de Caxias, contando apenas oito anos de idade. Acontecendo que, justamente nessa mesma época, os balaios invadissem, bruscamente, a cidade, seu patrão fugira com toda a família e o deixara por esquecimento num canto da casa. Ali, sozinho, foi despertado, de chofre, alta noite, pelo barulho medonho que faziam os revoltosos pelas ruas, assaltando casas e estragando o que encontravam.

Apesar de criança e sem prática nenhuma da vida, não sabendo mesmo do que se tratava, apercebeu-se, imediatamente, da iminência do perigo; por isso logo que ouviu o rumor de alarma pela casa, meteu-se depressa dentro do cano de esgoto que fazia: escorrer para a rua as águas da chuva; dali, sufocando a respiração e contendo as palpitações, apreciou a devastação que fizeram pela casa, que era bem guarnecida. Quando não ouviu mais nenhum movimento, deixou o esconderijo...".

A narração escorre assim com simplicidade fazendo-nos conhecer a vida do inculto português, sua labuta agitada de homem de negócios que chegou a adquirir fortuna, fixando-se depois no Recife.

"Vesta" é a história da vida torturante de uma ciumenta que inferniza sua vida e a dos outros, levando-a por fim a uma morte de indizíveis sofrimentos morais. É uma vida contraditória, atribulada e atribulante, misto de doçura e ódio, de carinho e solidão.

A atividade literária de Amélia Bevilácqua foi prolongada e fecunda. Escreveu e publicou os seguintes livros: "Alcione"; "Aspectos"; "Instrução e educação da infância"; "Silhouettes"; "Literatura e Direito", em colaboração com Clóvis Bevilácqua; "Angústia"; "Vesta"; "Açucena"; "Palavras de um solitário"; "Impressões"; "Academia Brasileira de Letras – Documentos histórico-literários"; "Flor de orfanato"; "Milagres do Natal"; "Contra a sorte"; "Jeannette"; "Jornadas pela infância"; "Através da vida"; "Divagações sobre a

consciência" e "Formação constitucional" (conferências), em colaboração com o marido; "Palestra literária" e "Alma universal".

Colaborou em jornais do Piauí, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, Cadeira nº 23, cujo patrono era seu primo, o grande Lucídio Freitas.

Pertenceu à Academia Piauiense de Letras, Cadeira nº 23, cujo patrono era seu primo, o grande Lucídio Freitas.

– Antologia de Sonetos Piauienses – Félix Aires.
– Ensaios, discursos e conferências – Matias Olímpio.
– Silhouettes – 3ª edição – Amélia de Freitas Bevilácqua.
– Jornadas pela infância – Amélia de Freitas Bevilácqua.

Augusto da Cunha Castelo Branco

Agricultor e empresário. Quis ser bacharel em Direito mas as circunstâncias não lho permitiram.

Augusto da Cunha Castelo Branco nasceu no sítio Lagoa da Mata, do então termo de Campo Maior, a 25 de março de 1839. Era filho de Francisco da Cunha Castelo Branco e de Raimunda Rosa de Jesus.

Estudou o primário na casa de seus pais. Em São Luís fez alguns preparatórios. Viajou depois para o Recife, onde pretendia continuar os estudos e matricular-se na Faculdade de Direito. Não conseguiu este desiderato pois teve que voltar às pressas ao Piauí, em 1858, para assumir a direção dos negócios da família, em virtude da morte inesperada de seu pai. Era ele o filho mais velho do casal.

Empreendedor e inteligente, em pouco tempo tornava-se possuidor de respeitável fortuna.

A política o atraiu muito cedo e a ela se atirou com todo o ardor de sua juventude, alistando-se nas fileiras do Partido Conservador.

Não pensou mais nos estudos. A preocupação com a fortuna e a política o absorveu inteiramente.

Casou-se em 1861 com Maria Elvas Castelo Branco, filha do chefe conservador coronel José Rodrigues Elvas. Por morte da esposa, casou-se com a cunhada Antônia Elvas, que viveu apenas três anos após o casamento. Morrendo também esta, casou-se a terceira vez com a última das cunhadas, Francisca Elvas. Dos três consórcios teve uma prole numerosa. Enviuvando pela terceira vez, casou-se em 1895 com Filomena Sampaio, que lhe sobreviveu.

Três inventários, as despesas imensas com a política e a seca pavorosa de 1877 abalaram a fortuna do coronel Augusto, já então agraciado com o título de Barão de Campo Maior.

Façamos, agora, uma pequena digressão para entender o real sentido dos raríssimos títulos de nobreza outorgados a alguns poucos dos nossos fazendeiros e agricultores. Tais títulos valiam apenas como reconhecimento público da sociedade aos bons serviços de um cidadão. Somente isto. Para premiar uma benemerência, por todos reconhecida, o governo concedia ao benemérito um título que se lhe acrescentava ao nome, promovendo-o socialmente, distinguindo-o. Augusto da Cunha Castelo Branco, com o título, passava a ser Augusto da Cunha Castelo Branco, Barão de Campo Maior. A nobreza de nosso Segundo Império era meramente individualista: não constituía uma classe nem se transmitia aos descendentes.

No Brasil a política nunca foi ocupação de anjos, nem atividade própria de serafins, "mas um triste ofício humano, sujeito a muitas tentações e às mais prosaicas e terrenas contingências". E como os homens se pagam com satisfações às suas vaidades e a seu desejo de consideração social, os títulos de nobreza, entre nós, exerciam uma ação sublimadora com relação as tendências menos nobres da atividade política. Satisfaziam ambições e impediam que se buscassem objetivos pecuniários concretos.

Os títulos, pelo § 11 do art. 102 da Constituição, eram atribuição do Poder Executivo e concedidos "em recompensa a serviços feitos ao Estado", dependendo da aprovação da Assembléia nos casos de mercês pecuniárias. Matavam-se dois coelhos com uma cajadada: 1º) sendo atribuição do Executivo não ficariam inteiramente dependentes do imperador; 2º) dependendo também do imperador, e sendo este D. Pedro II, que era muito cioso dessas concessões, ele não deixava que os Ministros, por amizade ou interesses políticos, se excedessem na distribuição dos títulos, que não eram gratuitos. O de Barão, por exemplo, custava 300$000, que, com o câmbio a 27, não se apresentava coisa de somenos.

Mas voltemos ao nosso Barão de Campo Maior. Depois da seca de 1877, o Partido Conservador cindiu-se em dois. De um lado ficaram figuras exponenciais, como Coelho Rodrigues, Simplício de Sousa Mendes, Odorico de Sousa e outros, defendendo intransigentemente a ortodoxia partidária, sem abertura para as liberalidades que se faziam sentir em seu seio. Do outro lado ficaram o cônego Tomás de Morais Rego, o coronel Augusto da Cunha e outros, que aceitavam as "ligas" e certo *modus vivendi* com os liberais. No Piauí a luta entre os dois grupos, os *Padeiros* e os *Batinas*, foi feroz e sem quartel. O Barão de Campo Maior jogou-se inteiramente nela e como era o que possuía mais fortuna foi o que arcou com a responsabilidade financeira do entrevero, acabando por arruinar-se completamente.

Augusto da Cunha era de aço fino: vergava mas não quebrava. Abandonou a política e se atirou de corpo e alma à luta pela recuperação de sua fortuna. Retirou-se para seu sítio Boqueirão e, ele mesmo, de enxada nas mãos, seguiu para os eitos das roças, com seus escravos, trabalhando como qualquer roceiro. Uma desgraça, porém, não vem desacompanhada. No auge da luta, deu-se a libertação dos escravos. Tinha ele agora de contratar trabalhadores livres para o serviço de amanho das terras. A mudança do regime trouxe, na primeira hora, uma débâcle financeira para todo o País. Os produtos agrícolas, desvalorizados, não compensavam o capital e o trabalho que se despendessem na sua produção. O Barão teve que parar.

Sem escravos, quase sem dinheiro e sem amigos, pois os antigos dele logo se afastaram para aderir ao novo regime e poder sobreviver, o coronel Augusto não cruzou os braços desanimado. Reuniu alguns homens da sua confiança e viajou com eles para o Maranhão. Pretendia instalar-se em mata

onde houvesse abundância dos seringais e entregar-se à exploração da borracha, que então dava muito dinheiro. Conseguiu fazê-lo, mas seu capital curto logo se esgotou e a empresa faliu antes que pudesse dar resultados práticos. Totalmente sem dinheiro, não lhe era mais possível tentar uma nova empresa, ali.

Pobre e velho, o Barão não se deixou abater por aqueles infortúnios. A responsabilidade por ainda 10 filhas inuptas lhe deu forças para recomeçar noutra parte. Apesar de alquebrado pela velhice e pelos desenganos, ainda lhe sobravam energias para o trabalho. Lembrou-se de que governava o Amazonas um piauiense, seu parente, o tenente Fileto Pires Ferreira. Quem sabe? Talvez ele lhe pudesse dar a mão naquela conjuntura difícil. Escreveu-lhe carta pedindo-lhe que lhe arranjasse um meio qualquer de vida onde pudesse exercer sua atividade. Não queria emprego público. Viajou para Manaus e lá, em pouco tempo, conseguiu instalar, nas margens do rio Negro uma pequena cerâmica. Quando a produção se iniciava, foi atacado de impaludismo e beribéri. Voltou às pressas ao Piauí, mas já desembarcou quase morto em São Luís. Recolhido a uma enfermaria de indigentes da Santa Casa de Misericórdia, ali faleceu no dia 28 de novembro de 1898, sem a presença de um parente, de um amigo, sequer um conhecido que lhe assistisse os últimos instantes. Foi inhumado como um desconhecido no cemitério público da capital maranhense.

Tinha sido coronel da Guarda Nacional, deputado provincial em duas legislaturas, vice-presidente da Província no exercício de presidente no período de 21 de novembro de 1877 a 9 de janeiro de 1878.

"Enquanto lhe sobraram meios de fortuna era considerado um chefe; quando empobreceu, ninguém mais lembrou-se dele, porque lhe faltavam as qualidades para ser um político triunfador. Os outros, que ele concorrera para erguer, passaram e ele ficou na sua faina agrícola. Muito franzino, de forças aparentemente insignificantes, tinha contudo a tenacidade dos mais fortes. Não sabia poupar-se. Decidido sempre, costumava tomar os postos mais arriscados e neles permanecia indiferente aos perigos e aos sacrifícios. Dominava-o um altruísmo compatível com o meio em que vivia. Nada queria para si e foi assim fazendo-se sempre esquecido".

O coronel Augusto da Cunha Castelo Branco, Barão de Campo Maior, por sua movimentação política a serviço da comunidade, por sua tenacidade no trabalho e por sua grandeza moral no infortúnio, merece a nossa consideração.

- Correio de Teresina - 247 - 28-1-1917 - Clodoaldo Freitas.
- A Democracia Coroada - João Camilo de Oliveira Torres.

Firmino Pires Ferreira

Firmino Pires Ferreira nasceu em Barras (PI) a 25 de setembro de 1848.

A 11 de janeiro de 1865, com 17 anos, verificou praça. Como cadete seguiu, pouco depois, a seu pedido, para o exército em operação contra a República do Paraguai.

Nas minhas pesquisas sobre a Guerra do Paraguai, exaradas no meu "Cadernos Históricos – 4", havia omitido o nome deste ilustre piauiense que, ao meu ver, foi dos que mais se distinguiram nela. Vamos acompanhá-lo no Paraguai através das ordens de dia que o elogiaram por sua bravura e constante eficiência em serviço.

Em operação de guerra foi adido ao Batalhão de Engenheiros do coronel Vilagran Cabrita e encarregado dos trabalhos de comunicação por telégrafo. Conduziu-se tão bem que seu chefe, o major Álvaro Joaquim de Oliveira, elogiou-o várias vezes por sua extrema dedicação, inteligência e zelo em serviço.

Em janeiro de 1868 foi promovido a alferes e encarregado de várias missões difíceis, sendo elogiado pelo general Osório, o marquês de Herval, grande herói do Passo da Pátria e da Batalha de Tuiuti, aliás, muito parcimonioso no elogiar seus subordinados.

Naquele mesmo ano foi-lhe confiada a espinhosa missão de transportar o material de construção para a famosa travessia de Chaco, missão cujo fiel desempenho lhe valeu de seu chefe, o comandante da 6.º Companhia do Batalhão de Engenheiros, capitão Manoel Peixoto Cuersino do Amarante, as seguintes palavras elogiosas

"O alferes Firmino se portou com atividade, zelo e lealdade no emprego da condução de material para o Chaco". E prossegue dizendo que, por amor à justiça, cabe-lhe acrescentar que no desempenho de sua missão sempre encontrou no alferes Firmino pronto, enérgico e incansável auxílio.

No combate de 8 de maio foi confiada ao nosso alferes a perigosa missão de, comandando 24 praças de sapadores, destruir na frente as obras de defesa com que o inimigo havia interceptado a estrada por onde iríamos passar. A missão foi cumprida com bravura e presteza.

Tendo sido ferido naquele combate o major de engenheiros Brasílio do Amorim Bezerra, comandante da ala esquerda do Batalhão, Firmino foi visitá-lo a bordo do monitor "Rio Grande", onde se encontrava recolhido para tratamento aquele major. Quando ali se achava visitando seu chefe, o barco de guerra recebeu ordens para se deslocar águas acima, em missão ofensiva, a fim de proteger a retirada de uma linha avançada de nossa infantaria. Firmino,

que nada tinha a ver com aquela missão de marinheiros, não titubeou: pediu um fuzil e, comandando um destacamento de 6 praças do 25º Batalhão de Infantaria e alguns inferiores marinheiros, meteu-se na luta. O major Bezerra que, ferido, assistia à escaramuça da tolda daquela embarcação, assim se referiu a propósito da ação de Firmino:

"O referido Firmino, que tinha ido a bordo ver-me, tendo seguido o Monitor águas acima a proteger a retirada de nova linha avançada, tive ocasião de ver durante mais de duas horas que sustentou-se vigoroso ataque das forças paraguaias em seu retorno ofensivo; o dito alferes dirigiu com muito entusiasmo e coragem o destacamento de 6 praças do 25º Batalhão de Infantaria e de alguns inferiores marinheiros, servindo-se também do fuzil, como pude testemunhar ocultamente sobre a tolda".

Foi elogiado pelo comandante-em-chefe das Forças em Operação no Paraguai, o marquês de Caxias, nas ordens do dia 26 de julho e 5 de agosto daquele ano.

Em 11 de agosto entrou em combate e foi elogiado pelo comandante do Batalhão "pelos bons serviços que prestou no Chaco, na guarnição das chalanas, onde com valor e energia conduziu aquelas frágeis embarcações aos lugares de mais perigo, combatendo o inimigo que tentava evadir-se a todo transe". Trata-se do episódio dos paraguaios que fugindo, por água, de Humaitá, procuravam escapar à perseguição dos brasileiros.

O general Cândido Maria da Silva Bittencourt dá outro testemunho a respeito de nosso herói:

"Achando-se ele destacado do Batalhão com o trem de pontes à disposição do deputado do Quartel-Mestre-General, junto ao Comandante-em-chefe, marchou de Humaitá para Assunção a 18 de agosto e que, em marcha, o trem de pontes fora utilizado com muita vantagem para as passagens dos rios Nhambucu, Jacaré, Tebiquari, Taperaguaí, Paraí e outros; que por sua espontânea vontade (Firmino) tomou parte nos combates de 28 de agosto, na tomada das fortificações que cobriam a passagem de Tebiquari, e a 1º de outubro, no reconhecimento, à viva força, das posições fortificadas de Angustura".

Outro testemunho honroso é o do comandante da 8ª Brigada de Cavalaria, coronel Manoel Cipriano de Morais, que diz:

"Recomendo o alferes Firmino Pires Ferreira, do Batalhão de Engenheiros, encarregado do trem de assalto, por mostrar-se bravo e incansável em forçar os soldados com ordens e vivas".

No reconhecimento das posições de Angustura foi também louvado pelo coronel Fernando Machado de Sousa, comandante da 5ª Brigada de Infantaria.

No ano seguinte, 1869, nosso herói integra a vanguarda das forças que tomaram a praça forte de Peribebuí, à frente da primeira leva de combatentes que assaltou suas defesas externas. Foi ferido naquele combate, elogiado e promovido a tenente por atos de bravura. Como se vê, as promoções na Engenharia eram difíceis e demoradas. Os outros oficiais piauienses que serviram na Infantaria, por exemplo, tiveram promoções mais rápidas. Falando daquele combate o então coronel Deodoro da Fonseca, comandante da 8ª Brigada de infantaria, diz que se lhe "apresentaram três oficiais do Batalhão de Engenheiros, tendo um deles, o alferes Pires Ferreira, dado exemplo do mais subido valor, dedicação e entusiasmo, devendo-lhe, e a seus companheiros, a posse de duas das muitas bocas de fogo que o inimigo deixou".

No combate de 16 de agosto, em Capucê, foi elogiado pelo brigadeiro José Luís Mena Barreto, comandante do I Corpo do Exército, que escreveu:

"Finalmente, permita-me V. Exª que não deixe ficar em silêncio o nome do alferes Firmino Pires Ferreira que tendo sido destacado para uma diligência do Batalhão de Engenheiros, em que serve, e que se achava nas linhas de reserva, apresenta-se-me para acompanhar os atiradores, entre os quais mostrou inexcedível valor e entusiasmo, sendo um dos primeiros combatentes que forçaram o Passo de Juqueri, tenazmente disputado pelo inimigo e se apoderaram de dois canhões que ali tinha".

Terminada a guerra, voltou ao Brasil em junho de 1870, e ingressou na Escola Militar da Corte. Concluindo o curso daquela Escola, fez o curso superior e foi promovido ao posto de capitão, por estudos, em 1874.

Sua primeira missão em tempo de paz foi a de instrutor do Tiro de Campo Grande, em Mato Grosso, em 1875.

Em agosto daquele ano foi transferido para a arma de Artilharia e em julho de 1877 passou a fazer parte do estado-maior da referida arma. Prestou exame prático de artilharia para o posto de major, em 1879, sendo aprovado plenamente.

Em janeiro de 1889 foi nomeado subdiretor do Arsenal de Guerra da Corte, tendo sido elogiado pelo "valioso auxílio que prestou para o bom resultado alcançado pelos aprendizes artífices nos exames finais de 1888 e pela eficaz coadjuvação que tem prestado à Diretoria".

Em abril de 1889 foi promovido a tenente-coronel, por merecimento. Estava, então, adido à Comissão de Melhoramentos do Material do Exército e trabalhando também no projeto de regulamento para a Escola de Sargentos.

Na revolta da armada, em 1894, comandou a 6ª Brigada no litoral do Rio de Janeiro, e, pouco depois, comandou uma divisão em operações na fronteira do Paraná. Foi então elogiado "pela inteligência e inexcedível zelo e

dedicação com que se houve na difícil quão espinhosa tarefa e pelos bons serviços que prestou no comando da referida Brigada". Outra ordem do dia agradece-lhe "os inolvidáveis serviços que tão distinto Coronel prestou à República na organização das forças que firmaram o domínio da lei no território do Paraná".

De volta daquela campanha foi nomeado diretor, interino, do Arsenal de Guerra da capital federal e trabalhou no projeto de regulamento reorganizando os Arsenais de Guerra da República.

Em junho de 1895 foi promovido a general de brigada e, pouco depois, a quartel-mestre-general.

Em 1901 ascende a general de divisão. Em 1906 foi graduado no posto de marechal e reformado em 1913.

Em 1891 foi eleito deputado federal pelo Piauí. Desde então sua vida militar foi entremeada de períodos de legislaturas nos quais se afastava dos quartéis para cumprimento de sua missão política. Assim é que foi deputado federal à Constituinte e à 1ª legislatura, e senador em quatro mandatos de nove anos cada um, interrompendo-se o último com a revolução de 1930.

Em vida recebeu as seguintes condecorações: Medalha Geral da Campanha do Paraguai, com passador de prata nº 3; Medalha do Mérito Militar em atenção aos atos de bravura praticados na Guerra do Paraguai; Oficialato da Ordem de Avis; Medalha Argentina comemorativa da guerra contra o ditador do Paraguai; Medalha de Ouro, por contar mais de 30 anos de bons serviços.

Morreu a 21 de julho de 1930, no Rio de Janeiro, com 82 anos de idade, 63 dos quais dedicados à Pátria à qual muito bons serviços prestou, e ao Piauí, que honrou com sua vida e também com sua inteligência e dedicação na Câmara e no Senado Federal.

- A Imprensa - 1-11-1927
- O Piauí - 25-9-1928
- A Gazeta - 26-7-1930

Luisa Amélia de Queirós Brandão

Nas campinas relvosas do município de Piracuruca nasceu um dia uma criança que tomaria o nome de Luísa. Foi isto a 26 de dezembro de 1838. As chuvas começavam a cair cobrindo os campos com imenso tapete verde, que é a delícia dos olhos de quem passa nas estradas do município naquela época do ano.

A menina seria alguns anos depois uma das maiores poetisas nascidas na terra de Mafrense. Foram seus pais Manoel Eduardo de Queirós e Vitalina Luísa de Queirós.

O meio em que ela nasceu era rústico e atrasado. Foi quase um milagre que, sem dele se afastar, tenha ela atingido as culminâncias a que chegou posteriormente. Só precisou da ajuda de outrem para alfabetizar-se. O que seguiu depois foi mero fruto de sua pertinácia, de sua irresistível vocação para as letras e de sua prodigiosa inteligência. Lia o que lhe caía nas mãos com sofreguidão e seriedade e, por este meio, chegou a adquirir uma sólida cultura acima do normal para o ambiente em que viveu. Leve-se ainda em conta que se tratava de uma mulher. Mulher culta e letrada naquele tempo e naquele meio era *avis rara*.

"Muito cedo ainda a musa adotou-a com carinho, tornando-a uma de suas prediletas. Diz Clodoaldo Freitas que "nossa poetisa, alma ingênua e casta, canta suas mágoas ou elegias, como as sente, nesse íntimo abandono com que o pássaro desfere, ao amanhecer, seus descantos suavíssimos".

Os que a conheceram dizem que era de fisionomia simpática, atraente no físico e no moral. Ela própria assim se retrata nestas duas quadras:

D'estatura elegante, porte airoso
E a tez levemente amorenada,
A boca não pequena e nacarada
O olhar meigo, triste e langoroso.

O cabelo corrido, mas lustroso,
Moldando-lhe a face descorada,
O nariz regular, fronte elevada
Prometendo um gênio grandioso.

Sua poesia é espontânea, sem artifícios, sem palavras de efeito. Flui "suave como o regato, que corre num leito arenoso pela florida planura do vale, refletindo o azul diáfano do céu, mas sem retratá-lo quando as nuvens

na tempestade, se chocam em monstruosos vaivéns. Enquanto, no espaço, os elementos se conturbam e se despedaçam em combates atoadores, ele desliza tranquilo na sua serenidade descuidosa". Também a alma da poetisa piauiense não reflete nenhuma das lutas tremendas em que se debatem as almas na conquista de seus assombrosos ideais.

"Essas rajadas enormes que combalem os espíritos, os emocionam, entusiasmam, avigoram, iluminam, passam longe do santuário onde a poetisa fala com as nove irmãs divinas, onde sequer não chega o eco agourento dessas pelejas formidáveis, que assinalam o nosso renhido, intérmino combate pela existência".

Há entretanto uma coisa difícil de entender-se na poesia de Luísa Amélia. Ela nasceu no seio de uma família unida e abastada. Nunca sofreu privação de coisa alguma. Sua vida decorreu sempre no remanso do lar bonançoso, onde nada lhe faltou, onde tudo lhe sorria: primeiramente o lar paterno; depois o seu próprio lar. Casada duas vezes, foi feliz nos dois casamentos. No entanto, uma sombra de tristeza velada cobre sua obra poética de ponta a ponta. Por quê? Quem sabe? Talvez porque era poetisa, gênio e mulher ao mesmo tempo. O próprio espetáculo da vida dos que a cercavam não raro era bastante forte e pungente para lhe arrancar lágrimas. Sua sensibilidade mais fina e apurada lhe aumentava a capacidade de sentir as dores dos outros. Os seres materiais são apenas símbolos de realidades mais altas. O poeta é que compreende essa linguagem misteriosa dos seres e através da variedade infinita das formas entrevê a própria essência fingida das coisas. E só isto basta para fazê-lo sofrer, embora seja pessoalmente feliz.

Nossa poetisa publicou dois livros de poesia: "Flores incultas" e "Georgina" Este último, que é um poema, é sua obra-prima. Convence pelo seu lirismo encantador.

Publicou ainda em revistas e jornais muitas poesias e sonetos que dariam dois outros volumes se fossem enfeixados em livros.

Morreu no dia 12 de novembro de 1898.

- A Notícia – 9-3-1899.
- Vultos Piauienses – Clodoaldo Freitas.

Hermínio Castelo Branco

Hermínio Castelo Branco nasceu na fazenda Limpeza, do município de Barras, a 20 de maio de 1851. Era filho do major Miguel de Carvalho Castelo Branco e de Maria Leonor Castelo Branco. Teve em casa o melhor dos professores, seu pai, homem culto, poeta, muito versado na gramática. Por muitos anos o major Miguel foi professor de retórica e arte poética no Liceu de Teresina.

Hermínio, porém, não gostava dos livros. A muito custo o pai lhe pôde meter na cabeça algumas noções de gramática. Não que ele fosse curto de inteligência; era inteligentíssimo, mas não tinha queda para os estudos. O de que ele gostava mesmo era da natureza, da vida do campo, da roça, do contato com o povo rústico do sertão, assimilando-lhe a vida, o linguajar, os costumes.

Tinha vocação poética e possuía também um caráter indomável e agreste.

Aliás, ser poeta em sua família era uma tradição. Poetas tinham sido seu avô, o grande Leonardo de Carvalho Castelo Branco, da guerra da Independência, e sua avó, dona Judite. Eram poetisas algumas de suas tias. Clodoaldo Freitas, nas suas pesquisas, nos guardou duas pepitas daquela família de poetas. Quando Leonardo estava preso em Lisboa, por causa de participação no movimento da Independência no Piauí, sua mulher, Judite, um dia picou a ponta do seu dedo com uma agulha e escreveu, com seu próprio sangue, numa folha de papel, esta quadra, que enviou ao seu marido prisioneiro:

Da fiel mão que te dei
Esta tinta foi tirada;
Não queiras, meu bem, que esteja
De ti mais tempo apartada.

Ausente do lar por causa de suas longas andanças, Leonardo recebeu, um dia, de uma de suas filhas, esta outra quadra:

Inda nem seis meses tinha,
Quando meu pai se ausentou;
E hoje converso e brinco...
De que tamanho eu não estou!

Hermínio, também poeta, tinha para quem puxar no seu acendrado amor pela vida agreste e sertaneja. Ele era sobrinho de Teodoro de Carvalho Castelo Branco, o grande poeta-caçador, que deixou as brenhas, onde gostava de viver, para fazer a guerra do Paraguai, e a elas voltou depois da luta.

Abandonando definitivamente os estudos, Hermínio fez-se vaqueiro e caçador. Para nós piauienses, em vez de um mal foi um bem. Não fora isto, não teríamos, hoje, a "Lira Sertaneja", este monumento de nossa poesia nativa, original, autêntica, sem artifícios, e que retrata fielmente os costumes e o linguajar do sertanejo do Piauí, naquela época.

Antes, porém, de produzir a "Lira" ele fez um longo tirocínio, vivendo durante anos, dia a dia, com o vaqueiro e o roceiro, assimilando com precisão admirável o sentido exato de seu linguajar, seus costumes, sua índole. Enquanto isso, aprimorava o estro nos desafios ao som da viola, nos improvisos, nas louvações, competindo nos rústicos torneios com os *bambas* da época e do meio, que o respeitavam e o admiravam. Um deles, Raimundo Dias, confessou a Clodoaldo que Hermínio fora o único cantador que em ruidosa peleja, após várias horas de torneio, conseguira vencê-lo.

Como todo verdadeiro poeta, Hermínio teve também sua fase de aventureiro. Em 1869, quando menos se esperava, abandonou tudo, sentou praça como voluntário e partiu para o Paraguai. A guerra já estava no fim, mas ainda tomou parte nalguns combates e foi promovido por bravura. Terminada a luta, voltou ao Piauí. Não deu baixa, porém, da vida militar. Casou-se em maio de 1871 com Dona Clarinda Benvinda de Castelo Branco e foi servir nas guarnições de Manaus, Uruguaiana, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Conseguiu sua baixa em junho de 1881 e voltou à sua terra, vindo fixar residência em Teresina, onde morreu a 18 de dezembro de 1889, de uma congestão cerebral.

A "Lira Sertaneja" foi publicada, em primeira edição, em Teresina, em 1881, e tinha por título "Ecos do Coração". Mudou este nome para "Lira Sertaneja" na edição publicada no Ceará, em 1887. Prefaciando a 7ª edição, diz ele: "Aos *Ecos do Coração*, publicado no Piauí, em 1881, juntei outras muitas poesias que produzi depois disso, corrigindo e ampliando aquelas que me pareceram defeituosas. Se alguém, alheio aos costumes dos nossos sertanejos, estranhar a linguagem do matuto, com que vão escritas quase todas essas poesias, eu rogo que, antes de firmar juízo crítico sobre meu livrinho, viaje pelos sertões do Piauí e Maranhão, para julgar com justiça e critério do que vai escrito. Demais, nunca tive e nem tenho pretensões a literato". O governo do Piauí publicou edição em 1872, prefaciada por Celso Filho e comentada por Tito Filho.

Nas páginas de "Lira Sertaneja" nós encontramos, expressas em ritmo suave, as lídimas cenas de nossa vida campestre descritas com autenticidade, singeleza e naturalidade. São todas deliciosamente típicas:

Era no mês da mutuca:
Fins d'água vinham chegando,
Quando o gado sai da mata
Na carreira, esc'ramuçando...

O vaqueiro já convidara os companheiros da redondeza para o grande rodeio que se tinha de fazer numa terça-feira:

Pois a segunda é das almas,
Nunca foi de brincadeira...

Ao cair da tarde a vaqueirama vai chegando:

Riscou tudo em minha porta
Quanto eu tinha convidado,
Cavalaria de fama
Cada qual mais arreiado!

Depois dos cumprimentos de praxe, os vaqueiros vão pear os cavalo e voltam para armar suas tipóias nos lugares determinados pelo dono da casa Chega a hora da ceia:

Apenas anoitecendo,
Puxei um couro de gado
Para fora, no terreiro
Bem varrido e asseado,
P'ra nele botar a ceia
Qu'eu já tinha preparado.

Fui buscar logo nas buchas
A panela de coalhada;
A farinha numa cuia,
No espeto – a carne assada.

Cada qual vai cortando a carne a seu jeito e servindo-se da farinha **da coalhada. Finda a refeição, rezam o bendito** e sentam-se nas redes para **longa conversa da noite. Tudo assunto de gado**:

– Então, cumpade Reimundo,
Teve boa a parição?
– Nem por isso meu cumpade,
O ano não foi bom não.

– Já teve novas da égua
Que se sumiu em janeiro?
– Não senhor: desde este tempo
Que não tive mais roteiro...

– Seu Estevo, não tem visto,
Pra banda do Mulatinho
Um garrote ponta limpa
Do ferro de seu Chiquinho?

E assim vão até adormecerem todos. Pela madrugada, "quando o galo amiudou", levantam-se com presteza, vão apanhar os cavalos e seguem para o campo. Começam juntando o gado que encontram e, quando tudo está pronto para a volta, o cabeça-de-campo dá as ordens:

É tempo, rapaziada!
Vistam as mangas do gibão.
Nós temos arranco grosso,
Não é caçoada, não!

Quando se verifica o estouro e o boi-vaca fubá arranca pela frente na direção da mata, dois vaqueiros frecham sobre ele como balas. O barulho da perseguição é tremendo:

Subimo de morro arriba
Quando fumo descambando
Era mesmo que se ouvir
Um tabocal se queimando!

Dominados o boi-vaca e o outro gado, a boiada desliza mansamente para o terreiro da fazenda, onde se realiza o torneio de derruba dos novilhos ariscos, para a festa dos olhos das matutinhas namoradeiras, que aplaudem com entusiasmo seus heróis.

"A beleza da poesia de Hermínio está na tradução exata do falar e do sentir popular, escoimada de artifícios retóricos. Escreveu para os sertanejos, e os sertanejos, lendo-o, compreendem e decoram, vendo em seus versos a sua imagem e a reprodução das cenas diárias de sua acidentada e feliz vida de lavrador e vaqueiro. Hermínio escreve como o povo fala. Fora daí a musa do poeta se apouca e se amesquinha. Ele era poeta popular e nada mais. Como poeta popular é que há de ter lugar de honra no nosso panteon literário".

- Correio de Teresina - 9-3-1917 - Clodoaldo Freitas.
- Lira Sertaneja - Hermínio Castelo Branco.

Gervásio de Brito Passos

Gervásio de Brito Passos nasceu em Piracuruca em 1837.

No caleidoscópio de nossa política provinciana emerge a figura deste ilustre piauiense, ora iluminada por uma aura de veneração e respeitabilidade, ora ensombrada pelo achincalhe do anedotário debochado.

Ele viveu muitos anos, militando na política partidária todo tempo, e subindo aos píncaros das mais elevadas posições. Não é de estranhar pois que despertasse inveja e rancor em muitos dos seus contemporâneos, que com ele competiam nos ferozes entreveros da política de campanário, que era a nossa no tempo em que ele viveu.

Já é hora de se olhar com mais serenidade para a figura humana, rica em matizes os mais variados que foi a do nosso coronel Gervásio.

Foi o homem do seu meio, o típico "coronel" do interior piauiense: rico, aferrado à gleba em que nasceu, mandão, inteligente, apoucado de cultura, naturalmente bom, firme nas suas convicções políticas, leal, franco, experiente.

Aos 18 anos alistou-se no Partido Conservador. Como, pelo prestígio de sua família, estava fadado a ser o chefe inconteste do Partido no seu município, ingressou também, no mesmo ano de 1855, na Guarda Nacional, no posto de tenente. Seu prestígio foi logo subindo, de par com sua ascensão aos postos mais altos da Guarda, pois, como sabemos, havia correlação entre uma e outra coisa, naquele tempo. Sua carta patente de capitão é datada de 3 de dezembro de 1860.

Como presidente da mesa paroquial foi eleito juiz de paz, em 1864. Nesse mesmo ano é promovido a major. Seu mandato de juiz de paz vai-se renovando sempre e estende-se até 1876.

Em 1869 é promovido a tenente-coronel, carta patente referendada pelo grande político e literato José de Alencar. Já então havia atingido o ápice de sua influência política no município.

Viveu para Piracuruca, empregando todo o seu prestígio no desenvolvimento da vila e seu termo, quer como político, quer como administrador da coisa pública.

Prestou serviços por ocasião da Guerra do Paraguai ajudando no recrutamento.

Estando de cima o Partido Conservador, seu domínio sobre Piracuruca era absoluto. Nada se podia mover ou fazer, ali, sem a sua anuência.

Em 1876 foi presidente da Câmara Municipal, encargo que aceitou quase como um sacrifício, uma vez que era do estilo da época que o chefe dominasse todas as posições municipais através de seus prepostos.

Quando o Partido Liberal tomou o poder em 1862, o coronel Gervásio manteve-se fiel aos seus correligionários Simplício Mendes, Odorico Rosa e Antônio Gentil, mergulhando com eles num amargo ostracismo. Revelou-se perfeitamente impermeável ao fascínio das posições governamentais que lhe foram oferecidas em troca de sua lealdade. Naquela hora de adversidade se alteou sua firmeza de homem incorruptível. O ostracismo foi longo e penoso. Durante muito tempo em Piracuruca excogitou-se toda sorte de vexames e humilhações para molestá-lo. Mas seu prestígio era tanto que, mesmo desgastado como estava, em plena adversidade, venceu as eleições de 1880, conseguindo renovação de um mandato e conquistando a presidência da Câmara.

Em 1881 e 1882, em pleitos renhidos, consegue novamente reeleger-se. Volta a assumir o cargo de juiz de paz.

Um fato de sua vida dá-nos amostra da grandeza do seu espírito de justiça. Em pleito memorável fora eleito deputado geral o Dr. Simplício Coelho de Resende, seu adversário. A Junta Apuradora de Parnaíba, porém, depurou-o, negando-lhe o diploma. Fazia parte daquela Junta o nosso biografado. A voz que se levantou protestando energicamente contra aquele esbulho foi precisamente a do juiz de paz de Piracuruca, isto é, do nosso coronel Gervásio.

A 18 de julho de 1888 recebeu promoção a coronel da Guarda Nacional, patente referendada por Ferreira Viana.

Por serviços prestados à coisa pública foi agraciado pelo imperador com a comenda da Ordem da Rosa.

Quando veio a República, aderiu logo ao novo regime, como aliás o fizeram todos os políticos piauienses. Seria a hora de se afastar da política e ter uma vida tranquila. O coronel Gervásio, porém, pensava mais nos outros do que em si próprio. Percebeu que, se tal fizesse, muitos dos seus humildes amigos do município ficariam sem proteção. Correr da luta, naquela hora, seria abandoná-los à boca do lobo. E ei-lo novamente enterrado até o pescoço nas tricas eleitorais violentas que então se faziam. A parada era dura. Valia tudo naquelas pugnas. A corrupção campeava livre, muito pior do que no tempo do Império. Mas o velho piloto experimentado navegava sereno e firme em meio àquele mar proceloso.

Como deputado estadual defendeu na Câmara, com firmeza, a autonomia municipal contra os que queriam transformar os intendentes em simples prepostos do Executivo estadual. Foi presidente da Câmara Legislativa.

Muito embora pertencesse toda a sua vida ao Partido Conservador,

tinha o espírito liberal. Quando sentiu que os primeiros governos republicanos enveredavam para uma espécie de ditadura, passou a formar na "coligação" que aqui se organizou então para enfrentá-los.

Terminando seu mandato em 1896, não quis mais voltar à Câmara. Elegeu um de seus filhos e, sem se afastar propriamente da política, passou a dedicar-se aos seus negócios particulares. Este afastamento das lutas eleitorais se estendeu até o ano de 1907, quando então se elegeu novamente deputado estadual. É nessa legislatura que o vão procurar para elegê-lo senador da República, em 1909. Realmente seu despreparo intelectual para tal cargo era gritante, mas não era absolutamente uma exceção na Câmara Alta do país. Além disso, Gervásio possuía outras qualidades positivas que de certa forma compensavam aquele despreparo. Se não brilhou, também não desonrou o Piauí. Antes pelo contrário. Votava sempre com o Partido e, vez por outra, aparteava com bonomia os oradores. Era estimadíssimo no Senado. No anedotário político do coronel Gervásio, entre outros fatos, conta-se o seguinte: certa feita ele aparteou Rui Barbosa. O grande tribuno baiano, surpreendido com aquela ousadia, exclamou: "Ora, vejam só! Fiat Lux!" Nosso velho senador, ironicamente, gritou bem alto: "Ora, mestre Rui, não vejo vantagem! Isto é latim de caixa de fósforo!...".

Durou 7 anos sua senatoria.

Depois disso afastou-se definitivamente da política, mas nunca deixou de ser ouvido pelas autoridades máximas do Estado, quando se tratava de assunto delicado de nossa vida política e administrativa.

Até sua morte foi membro do Tribunal Especial para o julgamento dos desembargadores.

Morreu no dia 7 de fevereiro de 1923, na avançada idade de 86 anos.

Vivendo, honrou sua terra natal. Embora não fosse um homem culto, era inteligente e notável pelo bom senso que sempre demonstrou no trato com os homens e com a coisa pública.

- O Piauí - nº 1.042-27 -1- 1910.
- O Piauí - nº 639-11-12-1923.

Álvaro de Assis Osório Mendes

Álvaro de Assis Osório Mendes viveu e atuou numa época difícil, justamente quando o regime monárquico era substituído pelo regime republicano e por isso mesmo que período de transição tudo nele flutuava ao sabor de paixões desencadeadas e de ideais ainda não devidamente decantados no cadinho do tempo.

Álvaro nasceu em Oeiras, a 31 de maio de 1852, sendo filho do Dr. Simplício de Sousa Mendes e de Francisca de Assis Osório Mendes.

Seu pai era médico e lente do Liceu Piauiense. Quando se deu a mudança da capital, o Dr. Simplício ficou em Oeiras ainda alguns meses. Com data de 11 de fevereiro de 1853, ele recebeu do presidente Saraiva um ofício que lhe dava o prazo de três meses, a contar de 1º de março de 1853, para se apresentar em Teresina. Álvaro veio com os pais para a nova capital ainda em tenra idade.

Quando Saraiva se afastou da presidência do Piauí, quem assumiu o governo foi o Dr. Simplício de Sousa Mendes.

Em Teresina, Álvaro fez as primeiras letras e iniciou os preparatórios, seguindo, em 1871, para o Recife, onde os terminou.

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1874, quando naquela tradicional escola de ensino superior era mais intensa a sua efervescência cultural.

Formou-se em Direito, na capital pernambucana, em 1878. Foi logo nomeado promotor público de Barreirinhas, no Maranhão, onde ficou até 1885, quando foi transferido para São José dos Matões, cuja sede era São Francisco. Ali demorou pouco pois no mesmo ano de 1885 foi exonerado.

Voltou ao Piauí e passou a morar em Amarante, dedicando-se à advocacia. Em pouco tempo era promotor dali, mas não se demorou na função, pois vai novamente nomeado para o mesmo cargo em São José dos Matões. Alcança a nomeação para juiz de direito de São João do Piauí. Antes, porém, de assumir, recebe a nomeação de chefe de Polícia para ir a Humildes, atual Alto Longá, tratar de assunto melindroso de interesse do governo. Cumprida muito bem a tarefa que lhe fora confiada, volta a Teresina, de onde segue para São João, e aí ficou ate 1890, sendo removido para Parnaíba e logo depois para União. Não chegou, porém, a ocupar os juizados naquelas duas comarcas, por ter sido nomeado chefe de Polícia, função que exerceu até 1º de outubro de 1891.

Na primeira organização do Tribunal de Justiça, naquele ano, assumiu ele a função de desembargador. Renunciou, porém, ao cargo, em 1895, por questão de foro íntimo. Novamente nomeado chefe de Polícia.

Em sua segunda gestão à frente da Secretaria de Polícia, deu-se o caso de rebelião dos colonos italianos em Floriano. O Dr. Antônio Sampaio havia contratado 40 famílias italianas (223 pessoas) para o Núcleo Colonial de Pitombeiras. As famílias desembarcaram no lugar Colônia a 26 de janeiro de 1895. Quando 15 delas já se deslocavam para o Núcleo, deu-se a rebelião. Os colonos, liderados por Costa Carlo, recusaram-se a ficar ali e pediram para voltar à Itália. Entre eles havia dois cabeças quentes, os irmãos Forti, que ameaçaram fazer violência ao Dr. Sampaio. Os italianos estavam armados e o destacamento local era de apenas 5 praças. Sentindo-se insegura, a população de Colônia, hoje Floriano, apelou para o governo.

O Dr. Álvaro decidiu ir pessoalmente resolver aquele problema. Viajou para o local. Ali abriu inquérito, ouviu testemunhas, ouviu os italianos e concluiu que aquelas famílias não se adaptariam ao meio e o melhor seria mesmo não deixá-las partir. Arrematou o seu despacho de 23 de fevereiro de 1896 assim: "Do exposto pareceu-me que não resulta a existência de crime sobre que caiba ao Ministério Público local constituir processo judiciário no sentido restrito da frase; remetam-se os presentes autos ao Governador do Estado para os fins que julgar convenientes".

Neste mesmo ano deixou o cargo de chefe de Polícia para desincompatibilizar-se e assim concorrer ao pleito para senador. Vai eleito, mas será depurado no reconhecimento de poderes, em 1897. Aceita, então, o cargo de promotor público de Resende, no Estado do Rio. Logo depois, porém, vai nomeado tesoureiro da Imprensa Nacional, função que exerce até fins de 1899.

Volta ao Piauí para se eleger senador em 1900.

Renuncia a este mandato em 1904 para se eleger governador do Estado.

Em 8 de dezembro de 1905 casa-se com Maria dos Anjos Mendes.

Na política sempre militou ao lado de seu pai, o Dr. Simplício Mendes, e ao lado de Odorico Rosa, Coelho Rodrigues, Helvídio de Aguiar, Teodoro Pacheco, Gabriel Ferreira, Jaime Rosa, Gentil Mendes, Lizandro Nogueira, Areolino de Abreu, Anísio de Abreu e Raimundo Artur de Vasconcelos.

No seu governo teve que lutar contra desordeiros e criminosos que afluíram para São Raimundo Nonato, por causa da maniçoba, praticando tropelias. Jaicós esteve ameaçada de invasão por parte de Antônio Silvino. Houve sérias questões de terra entre uma firma americana e posseiros. Esse último problema obrigou o governador a tomar drásticas medidas para demarcação e racional aproveitamento das terras devolutas do Estado. Cearenses e baianos criaram sérias dificuldades, nas fronteiras, invadindo terras e eximindo-se de pagar impostos ao Piauí. Também bandos de ciganos levaram a intranquilidade aos municípios de Oeiras e Picos.

Secundado pelo seu diligente e abnegado diretor de Obras Públicas, Antonino Freire, o governador Álvaro Mendes implantou em Teresina um serviço de abastecimento d'água modernísimo para aquele tempo. Com 335.000$000 que tomou emprestados a Antônio Portelada e a Ana Cruz e as sobras da receita ordinária nas importâncias de 150:000$000, no exercício de 1905, e 20:000$000, no exercício de 1906, pôde ele comprar um sítio de 11.579 metros, à margem do Parnaíba, e nele instalar a sede da distribuição. Construiu o reservatório de São João, comprou todo o maquinismo, pagou-lhe o transporte para Teresina e iniciou a instalação dos encanamentos. Este serviço, inaugurado sem festa no dia 1º de maio de 1906, fornecia, em 24 horas, 1 milhão de litros d'água, ou seja, 100 litros para cada habitante, de vez que a população da cidade, naquele ano, não ia além de 10.000 habitantes. Para realizar esta obra ele teve que retardar a construção do novo edifício da Assembléia Legislativa.

A receita do Estado vinha sendo sacrificada pela ocorrência de grandes secas. A pecuária e a agricultura foram de tal modo afetadas que a borracha passou a figurar em primeiro lugar em nossa pauta de exportações. Mas Álvaro geria as finanças de tal modo que, mesmo naquelas aperturas, sempre fechava o balanço com *superávits*.

Construiu estradas, reformou edifícios públicos, consertou cadeias no interior, realizou reparos no Liceu Piauiense, no Fórum, no Pirajá e na ponte do Riacho dos Cavalos.

Para tirar os loucos da cadeia pública, onde eram recolhidos, adquiriu um prédio na Praça de Marte e o adaptou para um asilo de alienados.

Em julho de 1907 fez montar a primeira estação meteorológica do Estado, no salão do Theatro 4 de Setembro. Esta estação dispunha de três postos termopluviométricos, um dos quais foi instalado na vila de São Raimundo Nonato.

Entregando a Diretoria de Instrução ao Dr. Miguel Rosa, o ensino teve grande impulso no seu governo. Foi restabelecida a Escola Normal. As 14 escolas da capital foram reunidas em 3 grupos escolares. Comprou-se um gabinete de física e química. Criou-se uma cadeira de letras na cadeia. Foram executadas as leis nº 255, de 13 de julho de 1900, que autorizava a fundação de um Liceu de Artes e Ofícios, e nº 267, de 20 de julho de 1901, que decretou a obrigatoriedade do ensino primário. Para fazer frente a estes encargos, as verbas para a instrução foram aumentadas. No ano de 1905 o Liceu Piauiense contava com 104 alunos e o ensino primário havia matriculado 2.943 alunos de ambos os sexos.

Álvaro Mendes não conseguiu solucionar os litígios de fronteira com os Estados do Maranhão e Ceará.

No seu governo o Tribunal de Justiça sugeriu uma reforma da nossa lei de organização judiciária, que se ressentia de lacunas e defeitos, e a confecção de um código de processo criminal adaptado às novas instituições e às nossas circunstâncias.

Morreu com 54 anos, no dia 5 de dezembro de 1907, em Teresina.

Assumiu o governo do Estado, no impedimento do vice Areolino de Abreu e na falta do presidente da Câmara, o desembargador José Lourenço, do Tribunal de Justiça.

- O Piauí – nº 249 – 7-3-1896.
- O Piauí – nº 852 – 3-5-1906.
- O Piauí – nº 932 – 2-11-1907.
- O Comércio – nº 77 – 8-12-1907.
- O Monitor – nº 110 – 3-12-1908.
- Correio de Teresina – nº 94 – 30-11-1914.
- Mensagens de Álvaro à Câmara Legislativa, de 10–6–1905 e 1º-6-1907.

Clodoaldo Severo Conrado de Freitas

Clodoaldo Freitas nasceu em Oeiras no dia 7 de setembro de 1855. Era neto de português e filho de um herói da Guerra do Paraguai, Belizário da Silva Conrado, e de D. Antônia Rosa Dias de Freitas, mulher forte do Evangelho, no dizer do próprio filho.

Cursou o Seminário das Mercês, em São Luís, transferindo-se depois para o Liceu Maranhense, onde fez alguns preparatórios. Concluiu-os no Liceu Piauiense em 1870.

Formou-se em Direito no Recife, em 1880, tendo sido ali contemporâneo de Clóvis Bevilácqua, Martins Júnior, Artur Orlando, Faelante da Câmara, Benedito Leite, Urbano Santos e outros.

As novas idéias filosóficas e científicas que agitavam o meio intelectual recifense empolgaram-no muito cedo. Ao lado de Clóvis e Martins Júnior, no quinto ano de Direito, difundia Emílio Litré. "Foi, diz ele, o belo tempo de combatividade da *Idéia Nova*, onde os dois grandes e queridos amigos, Artur Orlando e eu, agitamos o ambiente, sempre agitado pela ebulição de todas as idéias, da gloriosa Academia do Recife".

Esta sua fase de Positivismo foi breve. Até os 30 anos esteve sempre em busca de algo que lhe parecesse novo. Darwin, Haeckel, Schopenhauer foram meteoros que cruzaram seu horizonte intelectual e o deslumbraram por algum tempo. Ouçamos a respeito do assunto suas próprias confissões. "Esta quadra positivista passou, desde que fiz conhecimento mais íntimo com Darwin, Haeckel, Schopenhauer, Lange e Nietzche, em cujo culto filosófico permaneci por muito tempo, até que Huxley me apontou o caminho reto do agnosticismo que sigo, acreditando que seja a última parada de minha evolução mental. Certamente não acompanharia Bergson, porque não pretendo regressar para Kant, não obstante já ter sido afirmado que voltar a Kant é progredir".

Após a formatura voltou ao Piauí. Nomeado promotor público da capital, não se limitou ao desempenho das funções do cargo. O espírito público, o patriotismo, a vocação de luta, herdados do pai, impeliram-no para a imprensa, para a política, para o jornalismo de combate. Começou então sua grande e notável atuação na vida política, social e intelectual do Piauí.

Militou com valentia e entusiasmo nas hostes do Partido Liberal.

Nosso jornalismo de combate, na época em que atuou Clodoaldo, era um jornalismo sujo, de linguagem solta, onde as agressões pessoais se estendiam à vida privada dos contendores. Não se poupava nem a honra das senhoras. Clodoaldo, no ataque, argumentava, expendia conceitos, mas

também revidava com diatribes às que lhe eram assacadas. Ele, tão amigo da verdade, no aceso da luta, deslembrava-se dela, se tal lhe parecia necessário para ferir o adversário. Então prevalecia o velho princípio de que a quem não tem rabo de palha, prega-se. Atacando, certa feita, o governador Coriolano de Carvalho, escreveu esta enormidade: "Aqui (Coriolano) não tinha família, a não ser dois pretinhos desacreditados que moram nas Barras e algumas parentas velhas, tias aposentadas na prostituição". Era assim naquele tempo. A educação não policiava a linguagem dos homens educados.

Por isso mesmo a luta era cruenta e sem quartel, não havia tolerância e boa vontade para com o adversário vencido. Esta foi a razão por que Clodoaldo, durante muito tempo, viveu uma vida errante para poder manter os encargos da família. Após suas frequentes derrotas políticas tinha que emigrar, abandonar o Estado para poder sobreviver. Ia sarar suas feridas e refazer o deficitário orçamento familiar longe do Piauí. Percorreu assim o Brasil exercendo cargos públicos em vários Estados da Federação. Foi juiz municipal em Carmo e juiz de direito da 2ª Vara em Campos, no Estado do Rio; juiz de direito em Bagagem, no Estado de Minas Gerais; chefe de polícia, em Mato Grosso; deputado estadual, professor de Direito, colaborador da *Província do Pará*, do *Diário da Manhã* e do *Diário*, no Pará; chefe de Polícia, procurador-geral do Estado e diretor da *Imprensa Oficial*, em São Luís.

No Piauí foi juiz municipal de Teresina, de Valença e de Santa Filomena, e procurador dos Feitos da Fazenda. Nomeado juiz de direito de União, teve esta nomeação cassada pelo Governo Provisório. Sua vida profissional e política foi muito acidentada.

Em 1903 elegeu-se deputado federal, mas foi depurado, não chegando a tomar posse da cadeira. Falando deste episódio, ele se queixa com ironia: "Fui candidato infalível a uma cadeira na Câmara Federal; ia ao Rio, gastava o meu tempo e o meu dinheiro e voltava derrotado, vencido, mas satisfeito porque afirmava a vitalidade de minha crença de republicano histórico, lavrando o meu protesto contra a fraude e contra as normas que vigoram e que hão de morrer, como tudo morre, e mais facilmente, erro".

Como propulsor de nossa vida cultural, ao lado de Higino Cunha e Abdias Neves, foi um portento de valor e atividade. Pôs sua vastíssima cultura a serviço da comunidade, quer na imprensa, onde fazia, às vezes sozinho, um jornal inteiro, quer na tribuna como conferencista.

Para se ter uma idéia da vasta e variada obra literária de Clodoaldo, basta que citemos os livros que ele preparou. São os seguintes os publicados: "Os fatores do coelhado", história; "História do Piauí", conferência; "Vultos piauienses", biografias; "Memórias de um velho", romance; "O Piauí", canto sertanejo; "O Inferno de Dante", tradução; "Em roda dos fatos", crônicas; "Os últimos dias de Pompéia", tradução; "Contos a Teresa". Ficaram inéditos:

"Os politiqueiros", novela; "O Santo", crítica religiosa; "A derrocada", fatos do Pará; "Uma semana em república", conto; "Entronização", romance; "A moral religiosa"; "Os comparsas", coisas do Piauí; "O pandemônio", costumes piauienses; "O Visconde da Parnaíba", história; "O senhor secretário", romance; "Celuta", romance; "O malabar", novela; "Os dramas da Balaiada", romance; "Memórias de um Padre", romance; "Histórias piauienses"; "O Piauí republicano", história; "A situação atual da política do Piauí"; "Balaiada", história; "Cartas a Maria", ficção; "Eu e alguma cousa do meu tempo"; "Cleresia", cenas da vida religiosa; "O brasileiro primitivo"; "Páginas íntimas"; "Uma noite de insônia"; "Constituição Política do Piauí", comentários; "A minha psique", pensamentos; "Um lado da existência", conto; "O Beckman", drama; "Os burgos", novela; "Fidalgos e plebeus", romance; "Danças e cantigas populares"; "O segredo maldito"; "Domingos Jorge Velho", história; "Os indígenas do Piauí", história; "Dr. Nilo Peçanha", conferência.

Poeta lírico e sentimental, sua poesia lembra Casimiro de Abreu. Vejamos este lindo soneto dedicado à sua fiel companheira de todas as horas:

Corina

Sei que não somos imortais. Um dia
Há de a morte levar um de nós dois...
E aquele que ficar, triste ironia!
Lembrará o que for, anos depois?

Se eu primeiro partir, querida, apaga
O meu nome infeliz do pensamento:
Desejo que, ao morrer, me leve a vaga
Eterna e funeral do esquecimento!

Se a morte te levar primeiro, quero
Que vivas sempre assim, fulgente, terna,
Dentro em meu triste coração, no esmero,

De sua saudade imorredoura, e a vida
Leve a chorar-te numa dor eterna,
Das leis da morte a te eximir, querida

De Clodoaldo disse Higino Cunha: "O Dr. Clodoaldo Freitas pode ser considerado como um dos principais cultores da crítica religiosa no Piauí, segundo os processos da ciência moderna, assunto que foi de sua predileção e sobre o qual publicou alguns ensaios preciosos. Basta citar: *O homem na natureza*, na Revista Mensal, em 1887; *As tiranias sociais, A imortalidade da alma*

segundo a Bíblia, A mulher perante a teologia, O processo de Jesus, Os milagres de Jesus e *A excomunhão*, os seis últimos publicados na Litericultura, de 1912 a 1913. Obedecem à mesma orientação crítica algumas de suas belas crônicas, enfeixadas em um livro publicado em 1911 sob o título *Em roda dos fatos*".

Clodoaldo Freitas foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras e seu primeiro presidente. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, que presidiu por muitos anos.

Fazia parte do Tribunal de Justiça do Piauí quando a morte o surpreendeu, em Teresina, a 30 de junho de 1924.

- O Piauí – nº 303 – 26-3-1897
- A Pátria – nº 2 – 9-11-1902
- O Piauí – nº 783 – 1º-7-1924
- Ensaios, Discursos e Conferências (1959), Matias Olímpio

Anísio Auto de Abreu

Orador, poeta e jornalista, Anísio Auto de Abreu foi uma das maiores e mais agudas inteligências que o Piauí já possuiu. Seu QI elevadíssimo fazia-o palmilhar as imprecisas fronteiras da grande genialidade.

Nasceu em Teresina, em 1862, sendo filho do capitão Manoel Joaquim de Abreu e de D. Joana de Lobão Abreu. Higino Cunha diz que Anísio nasceu em 1863 e acrescenta que foram baldados os seus esforços para conseguir data completa do nascimento de nosso biografado.

Ficou órfão ainda muito jovem. De 1873 a 1874 estudou no Seminário de São Luís do Maranhão. Em 1875 matriculou-se no Liceu Piauiense, onde fez preparatórios.

Em 1882 entrou para a Faculdade de Direito do Recife. Fazia parte de uma turma de águias, entre os quais destacavam-se Clóvis Bevilácqua, Martins Júnior, Gumercindo Bessa, Sousa Bandeira e Fausto Cardoso. Impôs-se logo pelas suas excepcionais qualidades de inteligência e caráter. Sério por temperamento, aplicado aos estudos, sob a orientação segura de mestres altamente qualificados, em breve tempo o estudante piauiense penetrou nos mais recônditos meandros da ciência jurídica e nas então modernas teorias filosóficas ensinadas por Tobias Barreto.

Frequentava rodas de intelectuais e políticos, lendo, discutindo, recitando versos e discursos; cantava no coro das igrejas; cantava também nos salões de festas ou nas esquinas das ruas, ao som do violão tocado por outros, nas noites enluaradas do Recife.

Para estudar, Anísio trabalhava ganhando a vida como prefeito de colégio e revisor de jornal.

Tinha o espirito inteiramente aberto a tudo aquilo que lhe parecia novo, moderno, arejado. No ardor de sua juventude, investia contra idéias e instituições que lhe pareciam paradas, mofadas, esclerosadas. Como a Igreja lhe parecia como uma destas instituições superadas, atacou-a em artigos de jornais, mormente por ocasião da polêmica travada entre Tobias Barreto e o Clero maranhense. Chegou a publicar, em versos, um panfleto de crítica filosófica intitulado "Ciência e Teologia". Até sua morte, nunca se reconciliou perfeitamente com a Igreja.

Quando ainda cursava o primeiro ano de Direito, de parceria com Joaquim Ribeiro e Antônio Rubim, publicou "Três Liras", livro de poesias; no folheto "Micógrafo", em colaboração com César Rego, escreveu sobre a abolição da escravatura, que eles esperavam como uma decorrência da abolição da realeza. Em 1883 escreveu, em versos alexandrinos, a carta-abolicionista, dirigida ao conselheiro João Alfredo, tirada depois em folheto na tipografia da *Folha do Norte*. Também publicou "Íntimos" delicada coletânea de poesias

líricas, que mereceu elogios de Tobias Barreto. Começou a compor o poema "O Escravo", que ficou inacabado. Dele publicou apenas alguns fragmentos na *Folha do Norte*.

Foi o orador do 1º ano na festa da Sociedade Libertadora Cearense, realizada no Gabinete Português de Leitura, e orador da Caixa Emancipadora Piauiense, sociedade que realizou uma série de conferências abolicionistas, libertando, com o produto delas, dezenas de escravos. Para se ter uma idéia do prestígio que já então desfrutava Anísio, basta que se diga que nesta série de conferências, a 1ª foi feita por Joaquim Nabuco, a 2ª por José Joaquim Seabra, a 3ª por ele, Anísio, e a 4ª por José Higino Duarte Pereira. Pela companhia destes vultos eminentes, já consagrados na tribuna popular, se pode avaliar o mérito do jovem estudante piauiense.

Diz Higino Cunha, seu contemporâneo de estudos, que somente pelo ideal republicano, que apaixonava todos eles, Anísio não se interessava.

Na presidência de José Manuel de Freitas, Anísio fez-se palaciano. Era então revisor do *Diário de Pernambuco* e escrevia artigos políticos no *Jornal do Recife* e em *A Província*, de José Mariano.

Era chefe de Polícia, em Pernambuco, no governo de José Manuel de Freitas, Raimundo Teodorico de Castro e Silva. Quando Manuel de Freitas terminou seu governo, conseguiu que Castro e Silva fosse nomeado presidente do Piauí, cargo que ele exerceu de 16 de outubro de 1884 a 31 de agosto de 1885. Nesse governo Anísio está no Piauí escrevendo no jornal situacionista *A Imprensa*. No fim do governo de Castro e Silva ele foi nomeado promotor público de Parnaíba. Ainda cursava o 4º ano de Direito. Sem ser incomodado pelo Partido Conservador, Anísio permaneceu no cargo em Parnaíba até julho de 1888, quando então Viveiros de Castro o designou para juiz municipal de Piracuruca.

No governo de Taumaturgo de Azevedo ele está na oposição, ao lado de Teodoro Pacheco, contra Simplício Coelho de Resende. Nesse ano de 1888 funda-se em Teresina o *Centro Onça*, remodelação do antigo Partido Conservador, sob os auspícios do presidente Viveiros de Castro. Anísio a ele pertence. O *Centro Onça* era apoiado pelo bafejo oficial nos primeiros anos da República, em virtude do prestígio de Antônio Coelho Rodrigues, no Rio. Com ele Anísio está de cima e exerce o cargo de primeiro juiz de casamentos de Teresina. Colabora no *Fiat Lux*, no *Democracia* e em *O Piauí*.

Em 1892 foi eleito deputado estadual à Constituinte. Seu grande saber jurídico o capacita para ser um dos mais eficientes autores da Carta promulgada a 13 de junho de 1892, no governo de Coriolano de Carvalho e Silva.

Foi secretário de Polícia de Coriolano. Acompanhou-o ao Rio quando o governador teve que para lá seguir a fim de desfazer perigosas intrigas políticas contra sua pessoa. No Rio, Anísio escreveu artigos para a imprensa defendendo o governador. Impetrou para ele, também, um habeas corpus

junto ao Supremo Tribunal Federal. O despacho do Supremo Tribunal Federal lhe foi favorável. Este pedido foi considerado uma obra-prima pelos entendidos no assunto, tirado em folheto e amplamente divulgado por todo o Brasil, causando funda impressão nos meios jurídicos nacionais. Coriolano lhe foi grato elegendo-o deputado federal em 1894. Foi reeleito em 1896.

Durante 14 anos ele esteve no Parlamento honrando o Piauí.

Sua atuação na Câmara foi mais do que brilhante. Basta que se diga que ele estreou nela como membro da afamada Comissão dos 21 para o novo Código Civil. E esta escolha não foi absolutamente graciosa. Seu imenso saber jurídico e seu passado parlamentar o credenciaram para ela. Nos acalorados debates que travou então, na defesa dos postulados do novo Código, o Dr. Anísio se alteou não somente pela eloquência de seus pronunciamentos, como também pelo poder de sua argumentação. Sim, porque Anísio de Abreu era um temível argumentador. Terçando armas com adversários de sua estatura intelectual, procurava sempre dobrar o adversários não com argumentos de autoridade, ou ironias, mas com rigidez de argumentação baseada em lógica de ferro, lastreada de sólida fundamentação científica. Porque sabia muito e se expressava com admirável facilidade, os assuntos mais áridos, quando por ele tratados, se tornavam claros, acessíveis a qualquer inteligência.

Quando Rui Barbosa, por questão de filologia, investiu contra o Código de maneira áspera e cortante, Anísio saiu-lhe ao encontro rebatendo a argumentação do eminente baiano e mostrando que o grande mestre abusava da própria correção e incidia nos mesmos vícios que intentava corrigir. Nesta polêmica ele revelou as poderosas forças assimiladoras de seu espírito pois, em se tratando de um assunto inteiramente alheio à sua atividade, nem por isso foi menor a sua erudição e menos sólidos os seus argumentos.

"Coube-lhe na Comissão dos 21, diz o Dr. Juvenal Pacheco, a tarefa árdua de relatar a parte do Código referente ao casamento e à constituição da família, incontestavelmente a mais difícil e a mais controvertida de todas.

O longo e erudito parecer que apresentou, onde a correção da forma corre parelhas com a profundeza com que explorou as múltiplas questões que o assunto abrangia, demonstrou, desde logo, o acerto da sua escolha para tão ingente trabalho, classificado entre os mais completos apresentados à Comissão.

Nos debates no seio desta, pugnou com ardor pela vitória de suas idéias e os eloquentes e magistrais discursos com que defendeu o divórcio contra contendores da ordem de Andrade Figueira, Coelho Rodrigues, Lima Drumond e Clóvis Bevilácqua, seriam bastante para firmar a sua reputação parlamentar, se por notáveis trabalhos já a não houvesse assentado e em bases incontestáveis".

Sua erudição era vastíssirna. Muitos de seus discursos foram tirados em folhetos e seu conteúdo abrange assuntos os mais diversificados, tratados sempre com profundeza de análise, de estudo e de argumentação.

Citemos alguns: Instrução Superior e Secundária, Imigração e Colonização, Terras Devolutas, Estado de Sítio, Adiamento do Congresso, Questões Econômicas e Financeiras, Liberdade e Anonimato da Imprensa, Reforma Judiciária, Discriminação de Rendas.

Falando do talento oratório de Anísio, o *Correio da Manhã*, de 26 de maio de 1905, assim se expressa: "Ouvir uma peça oratória do talentoso piauiense é um prazer intelectual. O Sr. Anísio, na tribuna, transfigura-se. Chega a parecer quase bonito. O seu rosto, habitualmente inexpressivo e apático, ilumina-se. Os grandes olhos cintilam e se esbugalham, relampagueando".

Com a morte de Álvaro Mendes, em 5 de dezembro de 1907, Anísio vai eleito governador e é empossado em 1º de julho de 1908. Foi curto o seu tempo de governo. A morte o levou em 6 de dezembro de 1909. E foi uma pena, porque ele estava amplamente capacitado para fazer um bom governo, apesar da crítica situação financeira em que se encontrava o Estado.

Sua primeira mensagem, escrita com a habitual pureza de linguagem que o caracterizava, abordou todos os assuntos de imediato interesse do Estado. Ali apontou ele, com a clareza que lhe era peculiar, as medidas que deviam ser tomadas e os meios todos de efetivá-las.

Sabendo que a instrução é o principal fator de governos democráticos, são sobremodo interessantes as considerações que externou sobre o assunto e o modo, a seu ver, de acordo com os minguados recursos orçamentários, de ser feita a reforma no departamento de instrução pública. Como medida preliminar, antes de qualquer outro passo, entendia ele que sem a obrigatoriedade escolar nenhum resultado seria vantajosamente obtido.

A Câmara Legislativa secundou-o prontamente votando uma lei que o autorizava a reformar a instrução pública e secundária do Estado de conformidade com os moldes por ele apresentados na Mensagem.

Anísio Auto de Abreu é o patrono da Cadeira nº 7 da Academia Piauiense de Letras.

Foi casado duas vezes: em primeiras núpcias com sua prima D. Maria de Lobão Abreu, e em segundas núpcias com D. Amanda Burlamaqui de Abreu. De sua prole podemos destacar o Dr. José Auto de Abreu que, a exemplo do pai, creditou em seu favor uma longa e diversificada folha de bons serviços prestados à sua terra.

Em vida, o Dr. Anísio trabalhou sempre pelo engrandecimento do Piauí, mostrando-se um espírito liberal e franco, aberto às grandes causas, imbuído do ideal de justiça e liberdade.

- Mensagem à Assembléia Legislativa.
- O Piauí – 10-12-1909.
- Anísio de Abreu, sua obra, sua vida e sua morte – de Higino Cunha.

Lizandro Francisco Nogueira

Lizandro Nogueira abraçou a carreira militar por razões circunstanciais e soube honrar a farda como poucos o fizeram no seu tempo.

Era filho de Francisco José Nogueira e Maria Luísa de Castro e Silva. Nasceu em Valença, Piauí, a 5 de outubro de 1846.

Dele disse Arquelau Mendes no dia de sua morte: "Homens como o Coronel Lizandro Nogueira são, para os seus semelhantes, não simplesmente modelos, mas preceptores. Não foi um homem vulgar, não foi simplesmente um chefe político de prestígio no seu Estado natal, mas um benemérito da Pátria, na verdadeira acepção da palavra, um modelo de virtudes cívicas e privadas".

Em 1865 estava ele cursando, no Recife, o 1º ano da Faculdade de Direito. Sua vocação era a toga. Foi quando a República do Paraguai atacou o Brasil, invadindo o nosso território no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso. Um frêmito de cólera percorreu o país de ponta a ponta. Era preciso vingar a pátria e castigar o invasor. A mocidade, sempre generosa, acorreu em massa aos postos de alistamento militar.

"A vida é uma leitura
E, quando a espada fulgura,
Quando se sente bater
No peito heróica pancada,
Deixa-se a folha dobrada
Enquanto se vai morrer".

Lizandro não titubeou. Foi dos primeiros a se apresentar no Quartel-General do Recife para se oferecer como praça de *pret* voluntária e seguir para a luta. Os oficiais do recrutamento olharam aquele menino e tiveram pena. Não, não o aceitariam. Que voltasse para sua Faculdade. Ele tinha 18 anos e, apesar da relativa corpulência, sua cara era realmente de menino. Além disso, não tinha licença do tutor, nem a queria pedir-lhe. Lizandro não esmoreceu. Bateu a todas as portas e chegou finalmente ao Palácio do Governo. Por coincidência, governava Pernambuco, naquele ano, um piauiense, o Dr. Antônio Borges Castelo Branco. Eles não se conheciam. Mas o entusiasmo daquele jovem venceu a parada. O Dr. Antônio Borges não só mandou que o inscrevessem como lhe concedeu, de saída, a patente de alferes em comissão do 1º Corpo de verdadeiros voluntários que partiu do Recife para o teatro da guerra.

No Paraguai lutou em todas as frentes. Esteve na travessia do Chaco para o envolvimento da fortaleza de Humaitá. Combateu nas cordilheiras. Fez a guerra com heroísmo e às vezes com glória, recebendo as promoções

sempre por atos de bravura. Conquistou duas condecorações, sendo uma delas a do Cruzeiro. Era capitão quando a luta terminou.

Chegou a Teresina depois que o batalhão dos remanescentes dos nossos voluntários já tinha sido dissolvido. Durante o pouco tempo que aqui permaneceu, naquela primeira fase, ocupou o cargo de tesoureiro do Tesouro Provincial. Incompatibilidades com o seu chefe levaram-no a renunciar ao emprego e a mudar-se para Valença, sua terra natal, onde, por alguns anos, se dedicou à criação de gado. Foi promotor público, tesoureiro e presidente da Câmara Municipal de Valença.

Quando Gabriel Ferreira assumiu o governo, o Corpo de Segurança do Piauí tinha chegado a uma situação insustentável. "Havia caído nas mãos de um diretor de circo de cavalinhos e se desmoralizara ao último ponto", afirma um jornal da época. Gabriel e Lizandro eram amigos de infância. O governador recorreu a ele pedindo-lhe que assumisse o comando da Polícia e reorganizasse a corporação. Lizandro aceitou o convite do amigo e cumpriu a missão que lhe fora confiada. Mas não se demorou naquele comando. Quando tudo ali já estava em ordem, fez-se substituir por outro e recolheu-se à vida particular mais uma vez.

Um homem da envergadura de Lizandro não poderia ficar à margem da política naquela hora. Ele foi deputado provincial ainda no Império e Deputado à 1ª Constituinte piauiense na República.

Exerceu os cargos de diretor da Repartição de Obras Públicas e juiz do Tribunal de Contas. Por dois quadriênios foi presidente do Conselho Municipal de Teresina.

Em meio às paixões desencadeadas da política partidária, ele soube manter-se sereno, incorruptível e bom. No mais aceso da luta ele era a moderação, o bom senso, o equilíbrio. Pelo seu prestígio incontestado, nenhum homem entre nós reuniu nas mãos maior soma de poder. Nunca o empregou porém contra quem quer que fosse para exercer vingança ou satisfazer a ódios pessoais. Franco, desinteressado, leal, coração generoso, estava sempre pronto para fazer o bem, nunca o mal. Seu maior valor foi ter uma vida limpa e transparente. Seu caráter inquebrantável de herói às direitas excluía o egoísmo brutal, a cobiça desenfreada, a vaidade e a ambição. Escrevendo a seu respeito assim se expressou Higino Cunha: "Graças ao seu prestígio combinado com o de outros seus pares nos conselhos administrativos é que fruímos esta situação política de moderação, ordem, tolerância e tranquilidade geral, garantidas todas as liberdades, especialmente a da imprensa, a mais importante de todas".

Com o advento da República foi agraciado com a patente de coronel honorário do Exército.

Casou-se em primeiras núpcias com Beliza Mendes Nogueira, e em segundas núpcias com Constança Mendes Nogueira, ambas filhas do Dr. Simplício de Sousa Mendes e irmãs de Álvaro Mendes.

Morreu no dia 13 de março de 1907, em Teresina, envolvendo a cidade e o Estado num grande luto, o que se pode facilmente constatar lendo as inúmeras manifestações de pesar estampadas nos jornais do tempo.

- O Piauí - nº 894 - 16-3-1907.
- O Piauí - - - 3-5-1907.

Coriolano de Carvalho e Silva

A saída de Gregório Taumaturgo de Azevedo do governo provocou uma grande crise na política piauiense. Em menos de 2 anos tivemos 6 governadores e uma junta governando o Estado, ou melhor, ocupando o cargo sem nada fazer, enquanto, na Presidência da República, nosso caso era cozinhado em banho-maria.

Gregório Taumaturgo, a chamado do poder central, passou o governo ao 1º vice-presidente, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, no dia 4 de junho de 1890. Este, por sua vez, passou-o ao capitão de engenheiros Dr. Gabino Susano de Araújo Besouro, no dia 23 de agosto. Besouro transmitiu-o ao coronel João da Cruz e Santos, a 19 de outubro. Cruz e Santos entregou-o ao Dr. Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima, a 27 de dezembro. A 28 de maio do ano seguinte (1891) assumiu o governo o Dr. Gabriel Luís Ferreira, que foi deposto no dia 21 de dezembro daquele mesmo ano. Empalmou o poder uma junta composta do tenente-coronel João Domingos Ramos, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. A coisa única que a junta fez foi uma passeata pelas ruas de Teresina. Floriano Peixoto mandou dissolvê-la 8 dias depois, isto é, a 29 de dezembro, assumindo o governo, sozinho, o tenente-coronel Ramos, que ficou até o dia 11 de fevereiro de 1892.

Naquele dia, o palácio do Governo do Piauí emitiu duas notas: uma do comandante Ramos comunicando que passava o governo, à 1 hora da tarde, ao capitão Coriolano de Carvalho e Silva, "em virtude de instrução do presidente da República, marechal Floriano Peixoto", outra do próprio Coriolano, em forma de circular, que rezava assim: "Comunico-vos que nesta data, em virtude de aclamação popular, assumiu o exercício do cargo de Governador do Estado".

Não tinha havido nenhuma aclamação popular e sim uma imposição do poder central. O Marechal Floriano para cá o enviou aparentemente com a missão de "entender-se com os principais vultos políticos do Estado relativamente à sua administração, que, como a de quase todos os outros, se achava acéfala com a disposição do respectivo governador, em virtude da revolução que então se operara no país, em consequência do golpe do estado de 3 de novembro do ano anterior". Mas, na realidade, ele aqui chegara já investindo do poder de governar o Piauí".

Foi o seu governo muito difícil. A pessoa do governador era atacada soezmente pela imprensa, todas as semanas, e embora nos outros Estados da Federação os inimigos de Floriano vivessem apavorados com as violências que se praticavam contra eles, no Piauí viviam tranquilos, hostilizando seu representante sem que nada sofresse, devendo-se isto única e exclusivamente ao alto espírito de tolerância e moderação de Coriolano

Sua primeira medida foi dissolver a Câmara Estadual e convocar eleições para a escolha de uma outra, que se harmonizasse melhor com a nova ordem, e elaborasse a nova Constituição. Para isto deu todo o apoio ao Partido Republicano Federal, que venceu em toda a linha. Fez também as substituições de praxe nos diversos escalões do Poder Executivo.

A 7 de abril de 1892 Coriolano foi eleito governador e a 13 de junho do mesmo ano foi promulgada a nova Constituição.

Pelo decreto nº 12 de 29 de fevereiro reformou o antigo Tesouro e pelo decreto nº 14, de 10 de março, organizou o secretariado.

Situação embaraçosa configurou-se logo nos primeiros dias do governo Coriolano. Em virtude da precariedade dos nossos governos, nos dois anos anteriores, o Piauí de fato não se havia ainda integrado legalmente no regime federativo. A União ainda subvencionava a magistratura estadual e outros serviços, pois não tínhamos organizada nossa lei orçamentária. Em decorrência disso o governo federal cobrava para a União os impostos de exportação, de transmissão da propriedade, de indústria e profissão, de taxas, de selos e outros, e não ficava nada para o Estado. Coriolano baixou o decreto nº 16, de 2 de março de 1892, para corrigir isto e possibilitar fontes de renda ao Piauí.

Sustou a reforma da instrução, que acrescentava 30 contos de réis às despesas, e a organização do Corpo de Segurança, que produzia um aumento de 123 contos, desequilibrando nossas finanças.

O decreto de 19 de março lançava um imposto de 5% sobre os vencimentos dos funcionários e inativos. Extinguiu as cadeiras de português e aritmética de Amarante, Oeiras, Parnaíba e União. Suprimiu as aposentadorias concedidas a funcionários públicos que não tinham o número de anos de serviço exigido pela lei e estabeleceu noutras a proporcionalidade de ordenado ao tempo de serviço. Como se vê, embora algumas destas medidas fossem de caráter moralizador, todas elas no entanto eram odiosas porque atingiam muitas pessoas com reflexos negativos para suas famílias. Mas ninguém podia nada contra Coriolano, a não ser xingá-lo, pois que ele estava investido de poderes especiais.

De posse de um orçamento votado, Coriolano pôde, por algum tempo, dominar de certa forma as finanças. A arrecadação dos dinheiros públicos subiu muito. Somente no trimestre de janeiro a março de 1893 o Estado arrecadou 140:896$926 réis, contra 38:400$453 réis em igual período do ano anterior.

A 1º de janeiro de 1893 começou a vigorar no Estado a disposição que mandava passar para as municipalidades o ensino primário, que era ministrado nas escolas públicas do Estado. O Liceu Piauiense passou a funcionar em um prédio remodelado, na Praça Saraiva, e nele foram criadas as cadeiras de alemão, ciências físicas e naturais e história natural.

Das verbas de colonização e melhoramento do rio Parnaíba, do exercício de 1892, concedidas pela União, retirou a importância de 19:000$000 para restaurar o Palácio do Governo. Com o restante daquelas verbas mandou construir 2 estradas no interior: uma, de 180 quilômetros em São Raimundo Nonato, e outra ligando os municípios de Valença, Picos e Jaicós. Concluiu a ponte da Estrada Nova, em Teresina, e as rampas de desembarque nos postos de Colônia (hoje Floriano), União e Porto Alegre, atualmente Luzilândia.

Uma verba de 200 contos do governo federal para a construção de poços artesianos, açudes e represas no Piauí Coriolano a distribuiu por diversos municípios, encarregando destas obras cidadãos de reconhecida idoneidade.

Em virtude da Lei nº 22, de 9 de dezembro de 1893, contratou com José Gomes Ferreira Maia o serviço de extração das loterias do Estado, mediante a contribuição anual de 50 contos de réis.

A Lei nº 10, de 21 de julho de 1892, criou a Junta Comercial.

Apesar da drástica administração que ele imprimiu na coisa pública, nossa situação financeira piorava a olhos vistos. A exportação, já reduzida, havia declinado consideravelmente, anulando todas as previsões orçamentárias. E ele se queixa: "Desde o ano de 1893, época em que o Estado passou a viver a expensas próprias, os exercícios se encerram sempre com déficits... O próprio gado em pé, fonte principal de nossa riqueza, tem encontrado no similar argentino um perigoso concorrente nos mercados do Pará, para onde convergiam ultimamente todas as atenções de nossos criadores, pelas vantagens que auferiam com a exportação pelo porto de Amarração. Além disso, gêneros há que, devido à falta de uniformidade nas tarifas deste e do Estado do Maranhão, os exportadores de grande parte do rio Parnaíba preferem despachá-los nas coletorias ribeirinhas deste último Estado, eximindo-se assim do pagamento das taxas a que não são obrigados aqui".

A 1º de julho de 1890 ele passou o governo a Raimundo Artur de Vasconcelos.

Nasceu Coriolano em Barras, Piauí, a 23 de maio de 1857, sendo seus pais Francisco Luís Pereira de Carvalho e Maria Leopoldina de Morais Carvalho e Silva. Sua família era muito pobre.

Abraçou a carreira militar verificando praça em Teresina a 10 de agosto de 1874. Seguiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Militar. Muito inteligente e aplicado, fez carreira brilhante. A 13 de janeiro de 1883 é alferes-aluno. A 17 de junho de 1886 é 2º tenente. A 23 de janeiro de 1889 passa a 1º tenente. Será capitão a 17 de março de 1890. Estava integrado na tropa que no Largo da Aclamação proclamou a República a 15 de novembro de 1889.

Durante alguns anos trabalhou na Comissão de Abertura de Estradas Estratégicas do Paraná.

No começo do quadriênio do marechal Hermes da Fonseca, em 1911, candidatou-se ao cargo de governador pela oposição. Nada conseguiu.

Morreu no Rio de Janeiro, no posto de coronel, a 9 de março de 1926.

- O Democrata – nº 85 – 13-2-1892.
- O Piauí – nº 166 – 2-8-1894.
- O Piauí – nº 207 – 27-5-1895.
- Mensagens de Coriolano em 1892, 1893, 1894, 1895, 1896.
- A Imprensa – nº 65 – 13-3-1925.

Gregório Taumaturgo de Azevedo

Este piauiense ilustre, por causa de sua incorruptibilidade, de sua sobranceria no enfrentar as paixões partidárias dos que procuraram destruí-lo, tem sido muito incompreendido. A história, que é inexorável, já lhe vai fazendo justiça. Ele foi um grande e honrou com a vida seu Estado de origem.

Filho de Manoel de Azevedo Moreira de Carvalho e Angélica Florinda Moreira de Carvalho, nasceu em Barras a 17 de novembro de 1853.

A vocação para as armas madrugou no seu espírito. Com 15 anos alistou-se no Exército como 2º cadete do 1º Regimento de Cavalaria. Na capital do Império foi adido ao corpo de alunos da Escola Militar, onde se matriculou em janeiro de 1870. A Guerra do Paraguai estava no fim e o Exército precisava com urgência de oficiais de carreira. Terminados os cursos das três armas ele foi promovido a alferes a 10 de janeiro de 1874. Enquanto prosseguia no seu curso de Engenharia Militar, serviu nas fortalezas de Santa Cruz e de Laje. Concluído o curso, passou a servir na fortaleza de São João.

Em 1879 recebeu sua primeira missão importante. Nomeado secretário da Comissão de Limites do Brasil com a Venezuela chefiada pelo Barão de Parima, tão bem se houve nos trabalhos que, 4 anos depois, quando voltou ao Rio, já no posto de capitão de engenheiros, foi condecorado pelos governos do Brasil e da Venezuela.

Serviu no Arquivo Militar, onde ativou a confecção da Carta-Geral das Fronteiras.

Em 1884 partiu para o Amazonas como comandante-geral das fronteiras e inspetor de suas fortificações. Em Manaus filiou-se ao Partido Liberal. Tanto bastou para que os conservadores lhe movessem perseguição conseguindo sua transferência para Pernambuco. Ali passou a exercer funções acanhadas para seu talento e seu valor. Exerceu os cargos de engenheiro da estrada de ferro entre Recife e Olinda e perito num projeto de prolongamento de uma estrada de ferro que deveria ligar Recife ao rio São Francisco (Petrolina). Para ocupar seu tempo, matriculou-se na Faculdade de Direito, colando grau de bacharel a 19 de novembro de 1889.

Em Pernambuco foi buscá-lo o marechal Deodoro para o enviar ao Piauí como seu 1º governador republicano. Chegou a Teresina, no posto de major, a 24 de dezembro de 1889, assumindo o governo no dia 26. Era seu secretário de Estado o Dr. Clóvis Bevilácqua.

Sua missão foi ingrata e árdua: imprimir ordem no caos que era a vida administrativa no Piauí naqueles dias, sanear as finanças e a política da corrupção que lavrara nos dias da administração imperial na Província e

arrancar o Estado do atoleiro para que ele pudesse acompanhar a nova ordem. Em sua proclamação ao povo do Piauí, de 26 de dezembro, ele diz: "Ordem e Progresso é a bússola do bem e do direito, a paz e a justiça inflexível, a seleção do talento, do mérito e da probidade, o auxílio dos cometimentos legítimos e às aptidões provadas, o banimento do patronato elevado à altura de um princípio corruptor de caracteres, o respeito perene à autoridade constituída e toda a expansão possível da liberdade a par de uma ação enérgica repressora da anarquia ou violência, da linguagem desenfreada, do roubo, do homicídio e dos vícios que definham o físico e deprimem o moral; é o melhoramento incessante da indústria, da instrução, da agricultura, do comércio, da moralidade, da civilização, do bem-estar e da felicidade, enfim, do nosso Estado. São estes os meus mais ardentes votos a realizar nesta terra a que se prendem o meu braço, a minha família e as mais justas aspirações de meus patrícios".

Totalmente despido de prevenções, ele começou convocando a imprensa e os partidos políticos para entendimento, visando uma trégua para o trabalho, pelo menos até a Constituinte. Da imprensa recebeu logo a resposta: nada de entendimentos: "Queremos ficar com as nossas armas". Os políticos ainda tergiversavam um pouco, mas Taumaturgo percebeu logo que não haveria pacificação. Então ele se atirou resolutamente à administração. Não deu tréguas a ninguém.

Elevou à categoria de cidade as vilas de União, Campo Maior, Barras, Piracuruca, Valença e Jaicós. Organizou comissões encarregadas de formular bases para as reformas reclamadas por diversos ramos da pública administração. Por ordem do governo federal organizou um batalhão de linha que tomou a numeração 35. Dissolveu as Câmaras Municipais do Estado e as substituiu por Conselhos de Intendência Municipal, nomeando todos os conselheiros para a capital, as cidades e as vilas. Regulamentou as aposentadorias, reformas e jubilações dos funcionários estaduais. Estabeleceu o modo por que deviam ser cobrados os emolumentos da Secretaria do Governo. Contraiu um empréstimo e pôs em dia os vencimentos dos funcionários. Dotou o Estado de um orçamento em que foram consultados os interesses públicos. Mudou o nome da vila de Humildes para Alto Longá, da vila de Marvão para Castelo. Elevou a vila as povoações de Nossa Senhora Aparecida, Natal e Estreito, esta última com a denominação de vila de Porto Alegre, hoje Luzilândia. Criou Mesas de Renda nas cidades de Teresina, Parnaíba, União e Amarante e nas vilas de Amarração, Porto Alegre e Colônia de S. Pedro de Alcântara, hoje Floriano, e agências nos portos de Repartição, Miguel Alves, São Martinho, Santo Antônio e Queimadas. Regulou os contratos de locações de serviços domésticos nas cidades e vilas do Estado. Reorganizou o ensino primário e secundário. Pleiteou a fundação de um banco em Teresina, com recursos do próprio Estado, sem filiá-lo ao distrito norte, no que foi impedido por Rui Barbosa, que era o ministro da Fazenda.

Não tendo tempo para pensar noutras coisas, foi fácil aos políticos do Estado passarem-lhe a clássica rasteira. Com intrigas, impuseram contra ele Benjamim Constant. Quando menos esperava, foi chamado ao Rio com ordem de passar o governo ao Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, o que ele fez no dia 4 de junho de 1890. Não voltou mais ao Piauí.

Depois disso ofereceram-lhe o governo do Paraná. Recusou. Ofereceram-lhe o do Amazonas. Aceitou. Enquanto se processava naquele estado sua eleição, ficou alguns dias em Pernambuco. Depois viajou para Manaus, empossando-se como governador do Amazonas no dia 1º de agosto de 1891. Assumindo o governo, teve que contrariar os políticos locais, quando após veto a uma lei, já votada pelo Congresso, e que prejudicava o Tesouro em milhares de contos de réis. Muitas figuras de prol da política amazonense estavam por trás daquela roubalheira.

Com a saída de Deodoro e a conivência do novo governo federal ele foi deposto no dia 27 de fevereiro de 1892. Chegando ao Rio publicou um relatório narrando o que fizera no governo do Amazonas e o que se passara, ali, com referência à sua deposição. Em consequência dessa publicação foi preso em abril como conspirador, reformado e deportado para a fortaleza de São Joaquim do Rio Branco.

Em 1895 reverteu aos quadros do Exército, já no posto de coronel, e foi por Prudente de Morais nomeado chefe da Comissão de Limites com a Bolívia. Sempre íntegro, não tardou a entrar em choque com o ministro do Exterior do Brasil, general Dionísio Cerqueira, que se encheu de amores pela Bolívia e advogava os interesses dos bolivianos. Na Comissão, Taumaturgo provou que não poderíamos aceitar a proposta de limites boliviana. A nascente principal do rio Javari, por ser o ponto terminal da linha geodésica do Madeira, não estava conhecida. Além disso, a nascente do rio Jaguirana não tinha sido convenientemente determinada. Se aceitássemos a tese boliviana, o Brasil iria perder cerca de 242 léguas quadradas de seu território. Tacharam-no de rixoso, porta-voz de boatos e até mau cumpridor dos deveres. Ferido em sua honra, demitiu-se da Comissão. Algum tempo depois outro ministro do Exterior reconhecia que Taumaturgo tinha razão: a cabeceira do Jaguirana, considerada como a nascente mais austral do Javari, tinha que ser recuada da latitude sul 7º1'7", para a de 7º1'4".

Voltando às fileiras do Exército, ocupou cargos elevados até que em 1904 foi nomeado prefeito do Departamento do Alto Juruá. Sua administração ali foi um verdadeiro prodígio de arrojo, eficiência e abnegação. Criou tudo pode-se dizer quase do nada. Mais de uma vez teve que expulsar a bala os peruanos que haviam invadido nosso território ocupando postos de fronteiras. O Acre deve-lhe muito, deve-lhe tudo.

Morreu no Rio de Janeiro, no dia 29 de agosto de 1921, com 68 anos de idade.

Patrono de uma das cadeiras da Academia Piauiense de Letras.

– A Pátria – nº 59 – 6-12-1903.
– A Pátria – nº 4 – 1º-2-1903.
– A Falange – nº 48 – 3-1-1890.
– A Falange – nº 49 – 11-1-1890.
– A Democracia – nº 17 – 6-6-1891.
– Estado do Piauí – nº 7 –29-1-1890.
– Os Fatores do Coelhado – Clodoaldo Freitas.
– Taumaturgo de Azevedo – Escorço Biográfico – Tip. de "O Subúrbio" – 1910 – Rio.

Leônidas Benício Mariz e Sá

Nasceu em Teresina em 1867. Quando veio ao mundo, sua cidade natal tinha 15 anos e o Piauí estava empenhado em um tremendo esforço de guerra para ajudar o Brasil contra o Paraguai.

Ao ser levado à pia batismal teve por padrinho o capitão Antônio Celestino Franco de Sá.

Sua mãe, Josefa Mariz e Sá, extremamente pobre, criou-o com desvelo e carinho, mas não lhe pôde proporcionar escola a não ser a primária.

Desde cedo, porém, eram patentes aos olhos de todos a viva inteligência, a queda para as letras e o grande talento do menino.

Naquele tempo os jornais eram verdadeiras tendas do saber, que nucleavam grande parte dos intelectuais da terra e impregnavam de conhecimento os que ali trabalhavam, desde os redatores e editorialistas até o mais humilde aprendiz de oficina. Para um deles, *A Imprensa*, entrou, como aprendiz de tipógrafo, ainda muito jovem, o nosso biografado.

Na redação, em contato com os jornalistas, Leônidas foi formando o seu espírito, recebendo lições em livros emprestados, avançando em conhecimentos. Tais e tão rápidos foram os seus progressos que acabou por se transformar num fenômeno, que merecia tratamento especial. Lembraram-se do seu padrinho e apelaram para ele. O capitão Antônio Celestino não se fez de rogado. Empenhando seu prestígio, conseguiu-lhe um emprego na antiga Tesouraria da Fazenda do Piauí.

Com esta ajuda ele pôde fazer os preparatórios no Liceu Piauiense. Também a simpatia do pessoal da imprensa abriu-lhe a redação dos dois jornais que circulavam na capital, onde ele passou a publicar suas primeiras produções literárias.

Começou pela poesia. Claro que no princípio sua poesia era imperfeita, apenas cantante e sonora, pois lhe faltavam ainda maiores conhecimentos da divina arte. Aos poucos, porém, à proporção que avançava nos estudos, foi adquirindo segurança e melhorando a produção. Inspiração não lhe faltava: nascera em Teresina, "entre verduras e rios soluçantes, onde a doce cavatina dos ares confunde-se com o ruído marulhoso das correntes cristalinas. Eis por que tinha sua musa a doce harmonia do canto do sabiá da mata e sua palavra convincente e sonora a blandícia, a suavidade das águas deslizantes".

Concluídos os preparatórios, ele saltou para uma verdadeira aventura. Sim, porque, sem um tostão no bolso e sem garantia de pensão de qualquer espécie, viajou para o Recife com o propósito de formar-se em Direito.

O que sofreu, ali, durante o curso, nem é bom falar. Sua vida foi dura, tormentosa, cheia das mais variadas provações. A fome foi algumas vezes sua incômoda companheira. Mas não importava. Prosseguiu nos estudos. Para distrair as aperturas, atirou-se de corpo e alma na campanha abolicionista, escrevendo nos jornais, discursando em praça pública, arriscando a vida, pois a reação dos escravagistas, no Recife, era quase sempre violenta. Sua veia poética produziu naqueles dias de luta um belo poemeto – "A Vingança", em versos alexandrinos, tocantes e incisivos, que marcou época.

Formado em Direito, viajou para o Rio de Janeiro em busca de uma colocação. Agora as coisas começavam a tornar-se mais fáceis para ele.

Na capital federal colaborou em diversos jornais. Foi redator de Bruxa, tendo por companheiros homens consagrados como Olavo Bilac, Coelho Neto e outros. Sílvio Romero o distinguiu com sua crítica.

Esteve algum tempo em São Paulo, onde redigiu um jornal – o *Cidade de São Simão*.

Mudou-se depois para Manaus. Foi redator-chefe e proprietário de *O Comércio do Amazonas* e lente do Liceu Amazonense. Figurou sempre entre os mais notáveis homens de letras da Amazônia. Mas não esqueceu sua terra. Tinha sempre a atenção voltada para o Piauí. Sua obra literária reflete esta paixão pela terra-berço, que nunca arrefeceu no seu coração.

Viajou pela Europa. Esteve na Inglaterra, na França e na Itália, aprimorando conhecimentos.

De volta ao Amazonas, apanhou insidiosa moléstia. Como os ares de Manaus não fossem favoráveis ao seu tratamento, deslocou-se para o Recife, onde veio a falecer no dia 22 de outubro de 1902, com apenas 35 anos de idade.

Seu nome já estava consagrado. Era poeta, jornalista e conteur.

Deixou "Filolitera", crítica; "Bela", romance de costumes piauienses; e "O Seringueiro", poemeto de costumes amazonenses. Ficou inédito um livro de crítica literária, prefaciado por Sílvio Romero, intitulado "Palingenésia".

Era um grande pesquisador de nossas lendas, publicando em jornais e revistas várias delas, entre as quais podemos citar "O Cabeça de Cuia", "O Barba Ruiva", "O Uruê", "O Pé de Garrafa", "Os Cabeças Vermelhas". Tido como pioneiro na pesquisa folclórica piauiense.

Leônidas e Sá foi sobretudo um lutador.

Dele é este belo soneto:

Cheguei. Vim como os outros caminhando
De pouso em pouso em busca de carinhos;
Quando parti, ouviam-se dos ninhos
Ruflos macios de asas me saudando.

Fiz a jornada toda, ora cantando,
Ora em soluço ao longo dos caminhos.
Pedi vigor ao sol e aos passarinhos,
E vim de pouso em pouso me passando...

Cheguei. Agora em paga da ousadia
Dos nudos pés queimar na ardente areia
Do deserto da vida, dia a dia,

Nada me prende na brutal cadeia...
Tenho a cabeça de ilusões vazia
E a alma apenas de descrença cheia!...

- O Piauí – nº 666 – 5-11-1902.
- A Pátria – nº 15 – 8-2-1903.
- Antologia de Sonetos Piauienses – Félix Aires.
- Almanaque Piauiense – 1903.
- Almanaque Piauiense – 1904.

Arlindo Francisco Nogueira

Nasceu em Valença a 2 de dezembro de 1853. Fez o primário em sua terra natal.

Com 13 anos, isto é, em 1866, foi mandado para São Luís. Ali, no colégio do Dr. Pedro Nunes Leal, fez alguns preparatórios.

Em 1868 seguiu para a capital de Pernambuco, matriculando-se no antigo Colégio das Artes, onde terminou os preparatórios e se preparou para ingressar no ensino superior. Em 1873 entrou para a Faculdade de Direito do Recife. Figuras exponenciais da cultura nacional ali brilhavam naquele quinquênio, entre as quais podemos citar Tobias Barreto, Fagundes Varela, Castro Alves, Sílvio Romero, Coelho Rodrigues.

Ainda estudante, em 1876, casou-se com Laura Burlamaqui Nogueira, filha de Leônidas César Burlamaqui, de cujo consórcio teve 6 filhos.

Bacharelou-se em novembro de 1877, regressando ao Piauí, com a família, no ano seguinte.

Aqui chegando foi logo nomeado promotor público de Valença. Nesse mesmo ano venceram as eleições os liberais, mudando-se o Ministério. Arlindo era conservador e foi removido para Parnaíba. Naquela comarca serviu com adversários da estatura de um Firmino Martins e de um Martins Pereira. Portou-se com tamanha lisura e competência que acabou por merecer a admiração e o respeito dos próprios adversários. Mas as mesquinhas tricas políticas não lhe deram tréguas. Acabou sendo removido para a comarca de Alenquer, no Pará, como juiz municipal. Para lá seguiu com a família em 1884. Durante quatro anos esteve fora de sua Província.

Em 1887, não aceitando sua recondução ao cargo de juiz de Alenquer, voltou ao Piauí e foi nomeado promotor público de Amarante.

Em 1889 está em Valença como juiz municipal. Ali o surpreendeu a proclamação da República. Diz o jornal "O Piauí" que no dia 15 de novembro de 1889 ele reuniu na Casa da Câmara Municipal grande número de pessoas e, com grande eloquência, concitou-as a aderirem ao novo regime. Acredito que tal tenha acontecido, mas não no dia 15. Deve ter sido no dia 16, pois a notícia da proclamação chegou a Teresina com certo atraso e daqui é que ela foi transmitida para Valença.

Em 1890 foi nomeado juiz de direito da comarca de Campo Maior, de onde foi removido para Picos pelo então governador Gabriel Ferreira. Em 1891 um golpe de estado depôs Gabriel Ferreira. A 11 de fevereiro de 1892 foi aclamado o novo governador, o Dr. Coriolano de Carvalho e Silva, que o convidou para ocupar a secretaria de Polícia. Arlindo recusou. Coriolano então

o removeu para Valença. Dali saiu em 1896 e veio residir em Teresina, onde assumiu o cargo de procurador-geral do Estado junto ao Tribunal de Justiça.

No governo de Raimundo Artur foi secretario de Polícia, em 1899 era eleito deputado federal, assumindo o mandato em 1900, ano em que, em pleito renhido, por maioria absoluta, elegeu-se governador do Estado para o quadriênio 1900-1904, cargo que assumiu a 16 de julho daquele ano, renunciando à deputação.

Quando se empossou, a situação financeira do Estado continuava calamitosa. O Tesouro estava exausto, a arrecadação dos impostos era mesquinha. As fontes da receita com a exportação da borracha, que fora calculada em 120:000$000 e a do gado em 80:000$000, ficaram reduzidas a menos da metade pela ação concorrente e complexa da seca, da falta de braços para o trabalho, da falta de numerário e da falta de compradores. Estava no auge a ação de agenciadores de colonos e trabalhadores para outros Estados. Em sua primeira mensagem à Assembléia, em 1901, ele propõe uma política de economia, de corte inflexível de despesas aumentadas na previsão de cálculos que falharam, política esta que devia ser completada por severa, probidosa e exata arrecadação e entrega aos cofres do Tesouro das rendas públicas. E diz textualmente: "O mal maior das nossas finanças está na repugnância do povo em pagar impostos; na cumplicidade de agentes do fisco com o contrabando e a fraude, e na fraude que eles próprios praticam; na extensão de nossas fronteiras com os Estados limítrofes, extensão que impossibilita a fiscalização e a cobrança dos impostos de exportação. Continuo a pensar que grande parte dos nossos males reside no fato de serem agentes do fisco (em geral) tirados das localidades onde residem e onde têm profundas ligações políticas e de parentesco. Estando na dependência das influências locais, dificilmente podem eles reagir contra o hábito inveterado do contrabando".

Apesar dos esforços do governo anterior, somente no seu governo foi votada a lei nº 267, publicada a 20 de junho de 1901, que tornava obrigatória a instrução primária e estabelecia multa de 2$000 aos infratores, isto é, aos pais ou responsáveis que tivessem meninos em idade escolar que não frequentassem escolas nos lugares onde as houvesse gratuitas. A experiência do regime facultativo do ensino fracassara. Já era hora de se retirar da competência dos municípios a direção do primário. No Piauí somente em três municípios – Amarante, Parnaíba e Porto Alegre – existiam escolas mantidas pelas respectivas municipalidades.

Por medida de economia propôs uma redução no Corpo de Segurança, quer dispensando alguns oficiais, quer deixando de preencher os claros abertos e os que se iam abrindo.

Cancelou, por haver caducado, a concessão feita a José Martins Teixeira, pelo decreto nº 163, de 19 de março de 1900, para a organização de uma companhia de abastecimento d'água e iluminação de Teresina; pediu

autorização à Assembléia para mandar realizar essas obras por conta do Estado, o que realmente foi feito no governo de Álvaro Mendes.

Seu lema de governo foi: mais administração e menos política.

Na última mensagem, de 1º de junho de 1904, Arlindo, fazendo um retrospecto de suas dificuldades, tem um desabafo no tocante à maneira desleal com que os nossos vizinhos, os Estados do Maranhão, Ceará e Bahia, procuravam prejudicar as finanças do Piauí: "Maior de que todos estes males e perigos um existe que a todos sobreleva em importância e dificuldade: refiro-me à guerra de tarifas, ao bloqueio de medidas vexatórias com que os Estados limítrofes nos ameaçam, ou, mais que isso, com que nos estão oprimindo, impossibilitando a exportação dos nossos produtos, ou só a permitindo mercê do mais escandaloso contrabando, convertendo em suas as rendas do nosso patrimônio tributário. Nossos vizinhos, ora recusam aceitar como despachados neste Estado os gêneros dele saídos, embora os seus portadores exibam os talões dos despachos, ora, como sucede no Maranhão, baixam propositadamente a taxa do imposto nos municípios ribeirinhos ao Parnaíba, fomentando destarte o contrabando no Piauí, com graves prejuízos para suas fontes de renda. Os agentes do Estado da Bahia, nomeadamente os de Remanso e Juazeiro, esquivam-se em aceitar os despachos ou conhecimentos de pagamentos de direitos dos gêneros de exportação deste Estado, que transitam por aquele, com especialidade os que dizem respeito à borracha de maniçoba. Exige o reconhecimento, por tabelião público, das firmas dos nossos agentes que assinarem tais despachos, bem como dos exportadores e seus encarregados, constantes das guias impressas que acompanham os mesmos despachos, também impressos, fornecidos por nossa Secretaria da Fazenda, sendo que os que não têm aquela formalidade, exigida agora sem ciência do Estado, são tidos por falsos e apreendidos os gêneros a que eles se referem, cobrando-se ali integralmente o imposto respectivo, não obstante já ter este sido realizado neste Estado, donde procedem os gêneros".

Arlindo deixou o governo em 1º-7-1904. Seria novamente deputado federal de 12-5-1905 a 31-12-1905 e de 1906 a 1908. Ficou em disponibilidade, como procurador-geral do Estado, até sua morte. No princípio de 1917 foi eleito presidente do Conselho Municipal da Cidade Verde.

Faleceu em Teresina, a 19 de outubro de 1917, com 65 anos de idade.

- O Piauí - 609 - 2-12-1901.
- O Piauí - 129 - 21-10-1917.
- A Notícia - 59 - 3-2-1918.
- Mensagem do Dr. Arlindo Nogueira, 1901-1904.

Raimundo Artur de Vasconcelos

Este ilustre piauiense é um homem tipicamente da era republicana. Com todo ardor de sua juventude tomou parte ativa na preparação do movimento, por ele arriscando sua carreira e sua vida.

Nasceu em Barras a 29 de maio de 1866, filho do capitão José Raimundo de Vasconcelos e de Rosa Caldas de Vasconcelos. Sua mãe era irmã de David Caldas.

Muito jovem ainda abraçou a carreira das armas, verificando praça em Teresina a 4 de setembro de 1883. Seguindo depois para o Rio, matriculou-se na Escola Militar em 1885. Pontificava naquela Escola o grande Benjamim Constant, que atraía para a causa republicana a mocidade ardorosa, estudiosa e também sequiosa de mudanças.

O jovem piauiense deixou-se empolgar pelo ideal pregado pelo grande mestre. Como alferes-aluno, no ano de 1889, tomou parte ativa na preparação do golpe que derrubou o Império.

Escolhera a arma da Artilharia.

Tamanho era o seu ardor republicano que já em julho daquele ano figurou numa lista de oficiais que deveriam ser demitidos do Exército por causa de sua extensiva participação nos festejos do dia 14, quando, nas ruas, enfrentaram a polícia, que tentou dispersar a manifestação. Pertencia ele então à famosa corte que na madrugada de 15 de novembro constituiu a vanguarda da 2ª Brigada. Por causa dos "relevantes serviços" prestados naqueles dias, uma vez vitorioso o movimento, recebeu duas promoções com o intervalo de apenas 3 dias de uma para outra: 2º tenente por decreto de 4 de fevereiro de 1890; já no dia 7 do mesmo mês e ano chegava a 1º tenente.

Recebida a promoção, ele se apressou em vir ao Piauí para visitar sua velha mãe. Aqui chegando notou, com surpresa, que as coisas no Estado andavam como se não tivesse havido uma mudança de regime no país. O poderio político e o prestígio do marquês de Paranaguá, por exemplo, continuavam intactos. Isto o escandalizou. De volta ao Rio dirigiu um memorando ao Diretório do Partido Republicano denunciando o fato. Como consequência, certas ordens começaram a chover, aqui, e certas medidas começaram a ser tomadas. Em reconhecimento por sua informação, o Diretório do Partido Republicano lhe endereçou carinhoso telegrama de agradecimento e indicou seu nome para deputado estadual. Foi-lhe recusada a licença militar para aceitar a candidatura.

Continuando os estudos, Raimundo Artur de Vasconcelos bacharelou-se em matemática, ciências físicas e naturais e concluiu o curso de engenheiro militar em 1891.

Naquele ano abriu-se uma encruzilhada perigosa no caminho dos republicanos: o velho marechal Deodoro, obstinando-se em sustentar o Ministério chefiado pelo Barão de Lucena, contra tudo e contra todos, acabou por dividir as Forças Armadas. Raimundo Artur teve que fazer sua opção, naquela hora, e a fez em favor de Floriano Peixoto. Acertou. A 23 de novembro, o fundador da República renunciou, passando o governo a Floriano.

Em 1892 esteve no Piauí tomando parte ativa na política ao lado de Coriolano de Carvalho. Os ânimos estavam então muito exaltados, de modo que ele fez desafetos e sofreu cerrada campanha de "O Piauí". Nomeado engenheiro-chefe do 9º Distrito Telegráfico, já então casado com Maria Luísa Nogueira, pediu transferência para o Ceará, afastando-se do Piauí por alguns meses.

Em 1893 foi promovido a capitão e adido ao Batalhão Acadêmico.

Voltando ao seu Estado, vai eleito deputado federal em dezembro de 1894. Viaja para o Rio em cumprimento do mandato. Nesse período sua vida sofre tremendo golpe com a morte de sua jovem esposa e de seu primogênito. Por este motivo, quase nada pôde fazer pelo Estado naquela legislatura. O trauma marcou-o por muito tempo.

A 7 de abril de 1896 elegia-se governador do Piauí, em pleito pacífico, sem opositores. Assumiu o governo no dia 12 de julho daquele ano. Apenas empossado, desapareceu por completo a calmaria que reinava durante o pleito. Começou a sofrer tremenda oposição "que ele soube enfrentar com ânimo forte, sem utilizar violência, nem permitir reação mais enérgica".

A situação da agricultura era muito séria. Havia uma acentuada escassez de braços para o trabalho. Em sua mensagem à Assembléia, em 1897, ele se queixava: "...os inúmeros contingentes de voluntários para o Exército e a vertiginosa emigração para as regiões da Amazônia vão produzindo o despovoamento de nosso solo, arrastando braços aptos que, vigorosamente dirigidos, poderiam ser aplicados ao melhoramento de nossa atrasada lavoura". Naquela hora de nacionalismo exacerbado, ele não era favorável a que se recorresse à imigração estrangeira. Se colônias tivessem que ser criadas, que o fossem com elemento nacional.

Um governo que se propunha reformas, mandando apertar o cinto, tinha que ser impopular. E Raimundo Artur o foi, no princípio. Em virtude da apertada situação financeira do Estado, ele propôs redução da força policial, transformação do Liceu em Escola Normal, redução do número de cadeiras do ensino primário, drástica redução de despesas na Repartição de Obras Públicas, redução de comarcas e supressão de vencimentos dos juízes distritais.

Teve logo pela frente a reação do Tribunal de Justiça. Em sua mensagem de 1º de julho de 1897, Raimundo Artur assim se refere ao episódio

com o Tribunal: "Em virtude de queixa apresentada contra quatro desembargadores, foi convocado e funcionou o Tribunal Especial, que interrompeu os seus trabalhos em respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal. A sua reunião teve lugar em consequência do deplorável conflito provocado pelo Tribunal de Justiça do Estado, o qual, firmando doutrina anárquica e revolucionária, usurpando alheias prerrogativas, em clara e manifesta infração de terminante disposição contida na lei nº 106, de 27 de junho de 1896, julgou do recurso interposto de nulidade de eleições municipais, com ostensiva revogação da referida lei, sob o injurídico fundamento de inconstitucionalidade". Esta, naturalmente, é a versão do governador. E, como se vê, perdeu a parada.

Raimundo Artur não contou muito com ajuda federal. O decreto nº 2.337, de 3 de setembro de 1896, abriu um crédito especial de 300 contos de réis para completar o auxílio concedido ao Estado do Piauí pela lei nº 120, de 8 de novembro de 1892. Esta verba não foi liberada. Talvez reflita uma certa frustração do governador a respeito do governo central o que ele escreveu na mensagem de 2 de junho de 1898 à Assembléia Legislativa: "A organização do orçamento futuro depende de muito estudo e madureza para resolver definitivamente o problema financeiro. O Estado pode e deve viver autônomo, pois os seus recursos comportam regularmente os serviços de sua administração. Nada de apelar, em casos normais, para malogrados auxílios federais. Trabalhemos confiadamente com as nossas próprias forças produtivas".

Não realizou a reforma das Secretarias de Estado porque "um trabalho de tal natureza deve ser meditado e bem inspirado na índole do regime e na conformidade da prática constitucional".

O Tribunal de Contas foi instalado no seu governo no dia 1º de agosto de 1889.

No governo de Raimundo Artur havia 34 municípios. O Estado mantinha 71 escolas nesses 34 municípios, com a média de 32 alunos por escola, em frequência. O Liceu não foi suprimido e continuou a cumprir galhardamente a sua finalidade. Os 2 hospitais mantidos pelas Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba viviam a expensas do Estado e dos dois municípios.

No fim, Raimundo Artur venceu pela tolerância. Ao deixar o governo em 1900 uma relativa paz já havia voltado ao Piauí.

Elegeu-se ainda deputado e senador. Mas ventos que lhe eram contrários começaram a soprar novamente. Já havia sido indicado para substituir Álvaro Mendes, quando a morte prematura deste último transformou todos os planos de seus amigos. Nem a reeleição para o Senado conseguiu mais. Ficou numa espécie de ostracismo político até 1917, quando foi novamente eleito para a Câmara Federal, por um triênio. Após este mandato afastou-se definitivamente da política.

Consagrou os últimos anos de sua vida à profissão. Obras de vulto lhe foram confiadas e ele as executou com grande competência. Entre elas destacamos a construção da grande ponte "Alexandrino de Alencar", que liga a Ilha das Cobras ao continente.

Nesse período faleceu sua 2ª esposa, Amélia Nogueira. Esta segunda viuvez o amargurou profundamente.

Sua carreira militar, apesar da política, prosseguiu quase normalmente. A 24 de janeiro de 1907 é promovido a major graduado; major efetivo a 5 de agosto de 1908. Será tenente-coronel graduado a 3 de abril, e efetivo a 26 de julho de 1912. Chega a coronel graduado a 24 de junho de 1918, e a efetivo a 2 de abril de 1919. Às vésperas de sua morte foi reformado no posto de general.

Morreu no dia 31 de outubro de 1922, no Rio, sendo sua morte pranteada no Estado e fora dele. Abdias Neves e Armando Burlamaqui teceram-lhe elogios no necrológio que dele fizeram no Senado e na Câmara.

Militar dos mais ilustres, alma sentimental e boa, coração generoso e nobre, Raimundo Artur de Vasconcelos engrandeceu o Piauí com sua vida.

- O Piauí - 279 - 17-10-1905.
- O Piauí - 844 - 29-3-1906.
- O Piauí - 617 - 5-11-1922.
- Correio do Piauí - 3-10-1922.
- Mensagens à Assembléia Legislativa.

Antonino Freire

O Dr. Antonino Freire exerceu sua benéfica atividade no Piauí durante cerca de 35 anos, na engenharia civil, no ensino primário e secundário, na imprensa política, na política militante, na burocracia, na vida familiar, no Congresso Nacional.

Nasceu Antonino Freire a 10 de maio de 1876. Era filho de Francisco Rodrigues da Silva e de Carolina Freire da Silva.

Perdeu o pai pequenino ainda. Sua mãe, pressentindo as dificuldades que iria encontrar para educar os filhos se ficasse em Amarante, Piauí, arrostando todos os sacrifícios deslocou-se com eles para Teresina.

Antonino cursou o Liceu Piauiense, onde terminou os preparatórios em novembro de 1893. No velho sedundário não só adquiriu conhecimentos como, e principalmente, fez amizades que mais tarde lhe foram úteis, e ao Estado, na sua longa vida pública.

A 10 de abril de 1894 seguiu para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Politécnica. Fez um curso brilhante, ali, formando-se engenheiro civil em abril de 1899.

Naquele mesmo ano, regressou ao Piauí e atirou-se de corpo e alma a uma vida ativa, fecunda e benfazeja, que se iria prolongar por mais de três décadas.

Como estava em foco, naqueles anos, a questão de Tutóia, Antonino dedicou-se com afinco ao estudo do assunto. Fez pesquisas, viajou a Parnaíba e, pessoalmente, levantou uma planta perfeita do delta contestado, a melhor que possuímos. Assim armado, saiu para os jornais e para as revistas na defesa dos sagrados direitos do Piauí sobre aquele pedaço de rio e suas ilhas. Estes artigos foram posteriormente enfeixados em livro. É o que possuímos, até hoje, de melhor sobre o assunto, no que diz respeito a subsídios e argumentos históricos.

Um escritor contemporâneo, falando da sua brilhante atuação no caso do delta, expende os seguintes conceitos que não subscrevo porque sou do número daqueles que acham que a modéstia é que é a marca registrada dos homens realmente grandes.

"Tem entretanto Antonino uma coisa contra si: a falta de consciência no mérito próprio que se exterioriza na sua modéstia irrefreável. Com o talento que possui e a ilustração que adquiriu na metrópole do Brasil, se tivesse um pouco de audácia, muito mais teria feito. Estamos em um século em que se aquilata um talento individual pelo brilho das encenações. O gênio é aquele que semeia maior número de lantejoulas na púrpura do manto, de maneira a ofuscar a vista das multidões. Para se ser sábio não é preciso encurtar a vida aprofundando ciências:– isso é até recomendação negativa; basta sacudir o rabo de palha do reclame e vestir-se a caráter..."

Estes conceitos amargos ressumam de um coração desiludido com a tendência então em moda de se valorizar a charlatanice empavonada dos medíocres bem situados na vida. Antonino era grande no saber e no agir e não precisava de propaganda para fazer sentir seu valor. Não se deixando vencer pelos mesquinhos preconceitos do meio, lançou, a mãos cheias, sementes que o sol majestoso das idéias fecundou generosamente, no Piauí.

Há um trabalho seu muito interessante, publicado no Almanaque Piauiense de 1903, sob o título *Minerais do Piauí,* e que merecia ser republicado hoje, que as pesquisas nesse sentido se fazem racional e sistematicamente. Iniciando-o, ele escreve:

"A riqueza mineralógica do Piauí passou nos primeiros tempos de sua colonização por ser extraordinariamente grande e mesmo fabulosa.

"O Parnaíba, diz a *Crônica* de Gabriel Soares, nascia em uma lagoa rica de pérolas e deslizava as suas águas sobre um leito de auríferos tesouros.

"Esses boatos animavam muito aos aventureiros que, a pretexto de guerrearem os índios, trabalhavam ativamente na descoberta das minas.

"Alencastre na sua *Memória Histórica do Piauí* refere o grande recato e segredo com que os primeiros Governadores obraram sobre tão importante assunto.

"O desengano, porém, veio afinal a desarmar os garimpeiros que de todos os pontos afluíam ao Piauí à procura de ouro. Ao primitivo entusiasmo sucedeu o mais completo abandono.

"Entretanto, a mineralogia do Piauí oferece bastante interesse não só ao cientista como ao industrial. Possui minas de ouro, prata, platina, cobre, mercúrio, manganês, zinco, inesgotáveis jazidas de ferro, salitre e alúmen, sal-gema, calcários e outros minerais, além de pedras preciosas como a esmeralda, o topázio e mesmo o diamante.

"No intuito de torná-las conhecidas, vamos dar aos leitores do Almanaque uma ligeira relação dessas riquezas, servindo-nos para isso da *Memória* do Dr. José Sérvio Ferreira, de Oeiras, da *Memória Histórica* de Alencastre, do *Dicionário das Minas* de Ferreira e de apontamentos que temos obtido na direção da Repartição das Obras Públicas do Estado".

Seguem-se, então, várias páginas com valiosas informações sobre águas minerais, alúmen, alvaiade, ametista, antimônio, areias amarelas, argilas, calcários, caparrosa, carvão de pedra, chumbo, cobre, cristal de rocha e pederneiras, diamante, enxofres, esmeraldas, ferro, linhito, manganês, mercúrio, mica, nafta, ouro, petróleo, potassa, prata, resinas, sal-gema, salitre, esteatite, tabatinga. E conclui o trabalho dizendo:

"Muitas outras preciosidades naturais possui ainda o Piauí e que permanecem ignoradas completamente.

"O primeiro Governador Republicano, Dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo, cogitou de organizar uma missão científica para estudar as riquezas naturais do Piauí, tendo mesmo convidado um ilustre professor da Universidade de Zurich para dirigi-la.

"A tentativa, porém, fracassou com a inesperada retirada desse Governador, e os seus sucessores não a julgaram digna de ser tomada em consideração.

"Com a organização definitiva do Piauí em Estado autônomo e independente tornou-se ainda mais difícil o custeio de uma missão científica daquela natureza, devido aos seus escassos recursos financeiros.

"Temos portanto que nos resignar às informações nem sempre verídicas que nos fornecem os piauienses de boa vontade".

Antonino começou como diretor das Obras Públicas no governo de Álvaro Mendes. Porque queria servir seu Estado, recusou várias ofertas de polpudos empregos fora daqui. Ganhava 500$000 por mês. Mas Antonino nunca fez conta de dinheiro. O que ele queria era colocar sua técnica e sua inteligência a serviço do Piauí, uma vez que seu coração já a ele pertencia inteiramente.

Teresina não possuía um serviço de água encanada. E isto era uma vergonha para a capital de um Estado da Federação. Antonino, sozinho, fez os estudos, traçou esquemas, levantou a planta de Teresina, calculou tudo e apresentou um projeto neste sentido ao governador. Nossas condições financeiras, no entanto, eram precárias, e não nos permitiam aquele *luxo*. Antonino não esmoreceu. Reduziu tudo ao estritamente necessário e voltou ao governador, que desta feita se convenceu da viabilidade da empresa. Para não encarecer a mão-de-obra, o próprio Antonino prontificou-se a dirigir os trabalhos, sem ônus para o Estado. Para poupar dinheiro ele mesmo se encarregou de fazer o pedido do material que devia vir de fora. Somente quando lançou a rede de encanamento é que pediu um auxiliar e o encontrou na pessoa do competente engenheiro José Palhano de Jesus.

Antonino desdobrou-se numa atividade verdadeiramente espantosa para dar conta daquele trabalho em tempo recorde. Varava pelas noites, e algumas vezes o sol do dia seguinte ia surpreendê-lo dentro das valas, trabalhando com os operários como se fora simplesmente um deles. Quando chegaram as máquinas, para montá-las seria preciso gastar mais dinheiro contratando um especialista montador, que viria de outra terra. Para que o Estado não gastasse aquele dinheiro, Antonino estudou os esquemas e ele próprio montou as máquinas.

A inauguração do serviço de água se fez conforme o seu espírito, isto é, sem anúncio, sem festa, sem solenidade oficial, sem barulho, sem reclames. Por isso Antonino foi criticado por seu próprio partido. Não se incomodou, pois para ele o que interessava era o que estava acontecendo realmente: as torneiras jorravam o precioso líquido nas residências de Teresina.

Sem melhoria de vencimentos, ele acumulou mais a função de dirigir a usina d'água.

Antonino foi, entre nós, o primeiro engenheiro formado a se encarregar pessoalmente da edificação de casas, pois, até ele, este trabalho era relegado exclusivamente a mestres-de-obras.

Durante sua gestão nas Obras Públicas todos os prédios públicos de Teresina sofreram a ação da picareta e foram melhorados. Preocupado com o embelezamento da capital ele pôs abaixo o prédio da Intendência e no mesmo local ergueu um edifício moderno e funcional. A pedido de Emílio Burlamaqui, delegado fiscal do Piauí, demoliu o casarão da Delegacia Fiscal e no seu lugar construiu um rico palacete que por muitos anos foi um dos mais belos edifícios públicos federais do norte brasileiro.

Este homem assim tão atarefado tinha ainda tempo para ensinar História Natural e Matemática no Liceu Piauiense, em colégios particulares e escrever em vários jornais e revistas discutindo com clareza e profundidade assuntos piauienses.

Fundou "A Pátria" com Miguel Rosa e Abdias Neves.

Ganhando apenas 500$000 por mês, para não sair do Piauí recusou o lugar de chefe fiscal de Seção de Estradas de Ferro, servindo em São Luís e Caxias (MA) com o ordenado de 1.500$000.

Organizou o arquivo das Obras Públicas após demorada pesquisa nos arquivos da Secretaria de Governo, da Câmara Legislativa e da Secretaria da Fazenda.

Preparou o Catálogo das Sesmarias do Piauí.

Em 1908 Antonino foi eleito vice-governador na chapa com Anísio de Abreu. Neste cargo acumulou o de diretor das Obras Públicas, que já vinha exercendo com dedicação e competência desde o governo de Álvaro Mendes.

Naquele ano (1908) iniciou a construção do prédio do Asilo de Alienados, na Praça de Marte, e o do novo edifício da Câmara Legislativa, na Praça Deodoro. Na primeira construção gastou, até o primeiro trimestre, 26:695$301 e, na segunda, 28:008$010.

Agravando-se o estado de saúde de Anísio, Antonino assumiu as

funções de governador no período que vai de 6-8-1908 a 15-1-1909, dando prosseguimento ao plano de governo daquele ilustre piauiense. Reassumindo a governança em janeiro, Anísio morre no exercício do mandato a 5 de dezembro do mesmo ano. Dando parte de doente, Antonino não toma as rédeas do poder, como era de se esperar, sendo ele o vice-governador. O governo foi assumido por outro substituto legal, Manuel Raimundo da Paz, que, pelo decreto 425 de 1º de fevereiro de 1910, convoca a Assembléia Legislativa para uma reunião extraordinária, em que ficou determinado que se faria a eleição de um governador para completar o quadriênio de Anísio. O nome unanimemente sufragado é o de Antonino, que toma posse em 15 de março de 1910.

Ao assumir o governo, Antonino encontrou intranquila a família piauiense. Os municípios de Corrente, Parnaguá, Gilbués e Santa Filomena estavam invadidos pelas hordas de jagunços de Miguel Cavalcante e Abílio de Araújo. Eles faziam depredações nas fazendas e infernizavam a vida daquelas populações ordeiras. Forças policiais foram então mandadas contra eles, sob o comando do capitão Carlos de Oliveira. Em Teresina já se feriam algumas escaramuças daquilo que se convencionou chamar, depois, luta religiosa, e que, a meu ver, foi luta política envolvendo elementos do Clero. Antonino procurou entendimento alto com o bispo diocesano para pacificar a família teresinense.

Na mensagem que dirigiu à Assembléia Legislativa, a 1º de junho de 1910, ele lembra aos deputados que Anísio, no ano anterior, já havia denunciado a imperfeição de nossa organização judiciária "regulada por cerca de 30 leis, o que é suficiente para baralhar e aumentar a confusão". A solução seria uma nova organização das comarcas que no norte possuem 20 e no sul 40 e às vezes mais léguas de extensão. Pede a regulamentação do artigo 52 da Constituição, o que faz supor que ainda não era de praxe entre nós o concurso para o ingresso na magistratura. Um juiz ganha 300$000 e Antonino solicita melhoria de vencimentos para eles.

Na mesma mensagem ele pede a criação de um gabinete de autópsias e identificação e a aquisição de instrumental para os corpos de delito.

As cadeias precisam de consertos. Sugere a criação de cadeias regionais. Já ordenara modificações na cadeia de Teresina para que ela pudesse acomodar 100 presos, com lugar apropriado para 2 oficinas, 1 enfermaria e 1 escola primária. Aquelas oficinas confeccionarão fardamentos, correames e calçados para a Polícia Militar. Demonstra aos deputados que o efetivo da força policial, 246 praças, inclusive inferiores e músicos, é insuficiente para a segurança do Estado e inferior em 128 homens ao primeiro efetivo da primitiva força pública do Piauí. A seu ver, esse problema deve ser resolvido com o concurso dos municípios. Fala na necessidade de quartéis regionais e na criação de um pelotão de cavalaria para a capital.

Abordando o problema da saúde pública, diz que o Piauí não possui nem mesmo um simulacro de serviços de defesa sanitária. A repartição que atende pelo nome de Diretoria de Saúde Pública está totalmente desaparelhada. Convém aparelhá-la quanto antes dando-lhe organização técnica. O Hospital de Caridade continua a prestar serviços não somente a Teresina e aos municípios vizinhos, como também ao Estado do Maranhão. A Lei nº 541, de 8 de julho de 1909, transferiu para o Conselho Administrativo da Santa Casa a direção do Asilo de Alienados. Ele abriga 22 doentes, aos quais falta tudo: casa, enfermaria, tratamento. "Não é um hospital, é uma casa de doidos...". Antonino pede melhoramentos: a conclusão de um dos pavilhões e uma sala para banhos.

O serviço de abastecimento d'água já pagou o seu custeio e os juros do empréstimo, deixando um saldo de 7:796$223.

Seu primeiro empenho à frente do governo foi estender a navegação do Parnaíba a Santa Filomena. Autorizado por lei a conceder subvenção até ao máximo de 30:000$000 anuais, ele já tinha propostas concretas para o referido serviço. Pede pois a construção de uma rodagem ligando a Santa Filomena os municípios de Gilbués, Corrente e Parnaguá. Assim o Piauí ficará aparelhado para atrair o comércio de Goiás. A navegação de Floriano a Uruçuí, com subvenção, vem sendo feita com regularidade por Oliveira, Pearce e Cia.

A South American Railway aceitou contratar a construção do prolongamento da linha Sobral-Teresina, e o governo do Estado solicitou ao governo federal o cumprimento do Decreto nº 1.347, de 4 de junho de 1908, que manda construir a linha Amarração - Campo Maior.

Antonino foi autorizado a contrair um empréstimo externo no valor de quatro mil contos de réis para aplicá-lo na construção da estrada de ferro Sobral-Teresina, mediante contrato com o governo federal. Pede que aquela autorização seja alterada de modo que ele possa aplicar a importância exclusivamente na Campo Maior-Amarração.

Construiu-se a linha telegráfica Simplício Mendes-São João do Piauí.

Presidiu à inauguração da Escola de Agrimensura. Assim, dentro em breve não mais faltarão técnicos para a medição de terras entre nós.

Criou a Escola Normal e para ela e para o Liceu pediu gabinete e laboratórios. Solicitou autorização para criar uma biblioteca pública.

Nada ainda conseguiu sobre limites. Autorizado pelas leis nº 266 e 295, de 20 de junho de 1900 e 1º de julho de 1902, respectivamente, pretende convidar o Ceará para a demarcação.

Com base na Lei nº 549, de 30 de março de 1910, promoveu a fundação de uma carteira bancária destinada a operações na lavoura e no comércio.

A 1º de junho de 1911 volta à Assembléia com nova mensagem. Já se iniciara o trabalho para a reforma das leis judiciárias, baseado num projeto organizado pelo juiz de Parnaíba, Dr. João Osório Porfírio da Mota. Antonino espera que os trabalhos da legislatura não se encerrem sem a votação de tão indispensável reforma. Continuam as reclamações contra a última reforma do júri, cujo maior inconveniente continua sendo o voto a descoberto. Há 17 comarcas com 36 distritos judiciários. Só não estão providas Jaicós, Corrente, São Raimundo Nonato, Valença, com seu distrito Castelo, e Bom Jesus com seus distritos Gilbués e Santa Filomena. Nomeou uma comissão composta dos juízes Augusto Everton e Silva e Heli Fortes Castelo Branco para fazer a publicação dos acórdãos do Tribunal de Justiça, desde sua instalação até o momento. Tal comissão, porém, não funcionou porque o Tribunal, em sessão de 26 de agosto, resolveu que aquela nomeação competia ao seu presidente e não ao governador, "sendo absolutamente impossível franquear-se o seu arquivo a pessoas estranhas nomeadas por outro poder político".

Na casa de detenção já funciona uma pequena oficina de sapateiro. À falta de acomodações adequadas, ainda não foi possível a instalação de alfaiate e da escola.

O governo estava tratando de comprar, na Alemanha, carabinas de repetição Mauser e Winchester, para armar a Polícia Militar. Lamenta que nossos policiais estejam partindo para enfrentar bandidos, no sul, armados exclusivamente de Miniers e Comblains.

O secretário de Estado de Governo, Dr. Matias Olímpio, levou ao conhecimento do governador trabalho admirável que o Dr. Clodoaldo Freitas desenvolvia no sentido de organizar um arquivo público. "Encontrando tudo na maior desordem já pôde, entretanto, organizar diversas coleções preciosas, e razões, por isso, nos assistem, que nos fazem crer no restabelecimento de nosso antigo arquivo, cujos documentos, não encadernados, viviam há anos jogados ao solo; em grande parte foram inutilizados". Matias pede ao governador a criação do lugar de arquivista. Há necessidade também de uma secção de estatística anexada a uma das diretorias da Secretaria de Estado do Governo.

O registro civil está a reclamar regulamentação.

Foi instalada a Imprensa Oficial a 24 de fevereiro de 1911, saindo nesse dia o primeiro número do órgão do governo.

O Estado cedeu ao Ministério da Agricultura o sítio Pirajá, para nele ser instalado um campo de demonstração agrícola.

Firmou-se contrato com Oliveira, Pearce e Cia. para a navegação no Alto Parnaíba. A empresa fluvial piauiense fará 12 viagens redondas, por ano, entre Floriano e Santa Filomena. Estão em Teresina os dois vapores que farão estas viagens: o "Antonino Freire" e o "Joaquim Cruz".

Constrói-se a linha telegráfica São Raimundo Nonato – Simplício Mendes.

O orçamento está equilibrado, sem débitos, e as finanças prosperam.

O edifício da Escola Normal, quase concluído. Inicia-se a construção de um grupo escolar em Amarante.

Cogita-se da iluminação elétrica em Teresina.

A mensagem de 1º de junho de 1912, a última, traz as seguintes indicações:

Fez-se a reforma judiciária pela Lei nº 652, de 26 de junho 1911.

A situação interna complicou-se. Bocaina, distrito de Picos, foi assaltado pelo bando de Benedito Berto. Coriolano de Carvalho e Silva veio ao Piauí. Formam-se batalhões patrióticos em favor do governo. Antonino chama a Teresina 2 batalhões, o de Floriano e o de Jaicós. A licença de Coriolano foi cassada pelo presidente da República, que ordenou regresso ao Rio. Coriolano chegou até União.

O Decreto nº 519, de 7 de fevereiro, eleva o efetivo do corpo policial para 600 homens.

A eleição de 15 de novembro foi tumultuada. Com a cumplicidade do juiz federal funcionou ima segunda Junta Apuradora.

A 7 de abril houve eleição para governador e vice. Apesar de tremenda oposição, Antonino consegue levar ao governo o seu candidato, o Dr. Miguel Rosa. Arrependeu-se, porém. Custou-lhe depois apeá-lo em meio a sérias divergências políticas no Estado.

Em 1913 Antonino elegeu-se deputado federal na vaga aberta pelo falecimento do Dr. João Gayoso.

A luta de Antonino no cenário político piauiense foi áspera e contínua. Higino Cunha é quem mais se aproxima da verdade quando nos traça de nosso biografado o seguinte perfil:

"Servindo de centro coordenador dos elementos novos que iam surgindo em torno dos três principais (Anísio, Abdias e Miguel), sem dispor do prestígio de uma família tradicional e poderosa, que o amparasse nas vicissitudes da vida pública, pobre de recursos monetários, mas rico de talento e força de vontade, teve que enfrentar, com ânimo sereno, calmo e resoluto, todas as forças reacionárias que procuraram entravar-lhe a trajetória triunfal. Em torno desse novo astro gravitou uma plêiade de talentos, que lhe deram grande relevo nas letras e na política piauiense; além de Abdias Neves e Miguel Rosa, já citados, podem ser relembrados os seguintes: Valdivino Tito, Antônio Ribeiro Gonçalves, José Pires Rebelo, Matias Olímpio, Pedro Borges da Silva, João Pinheiro, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, Honório Portela Parentes e outras figuras dessa constelação luminosa.

"Dotado de sólida cultura em diversos ramos do saber humano, especialmente nas ciências físicas, matemáticas e econômicas, pôde reagir contra a onda rotineira dos preconceitos atávicos e contra os ímpetos insofridos de alguns adeptos, nem sempre cordatos e disciplinados. Foi assim que pouco antes de assumir as rédeas do Governo do Estado se viu envolvido no torvelinho duma luta renhida entre a Loja Maçônica e o Padre Joaquim de Oliveira Lopes e, logo depois, contra o 1º bispo, Dom Joaquim de Almeida, luta que abalou toda a sociedade teresinense, de 1904 a 1910, e à qual Antonino pôs termo, negociando diretamente com o bispo um *modus vivendi* pacificador, para tranquilidade do seu governo incipiente.

"Uma das maiores dificuldades que enfrentou Antonino Freire para firmar o seu poder político no Piauí foi encontrar um amigo de confiança que lhe sucedesse no Governo. Como já disse, carecia do prestígio de uma família tradicional e dinheirosa. Seu físico não o ajudava na escalada ascensional. Os próceres decaídos do antigo regime, eivados de preconceitos obsoletos, não o olhavam com bons olhos, antes com manifesta ojeriza. Escolheu para seu sucessor um amigo e parente afim – o Dr. Miguel Rosa, com quem vivia na mais íntima camaradagem, cujo pai era inimigo rancoroso de Antonino Freire. Levantou-se uma oposição oficial, principalmente da parte dos elementos clericais, escarmentados das lutas recentes. O mulherio mobilizou-se com todas as suas armas de sedução.

"Apesar de tudo, Miguel Rosa foi eleito e empossado no cargo eminente de Governador do Estado, para, pouco tempo depois, revoltar-se contra o seu antigo amigo e protetor, que teve mais trabalho em desalojá-lo do palácio do que em guindá-lo àquele alto posto. Sempre lhe sucedeu esse azar na vida pública. Só um Governador, feito pelos seus esforços se lhe conservou fiel – seu cunhado Dr. Eurípedes de Aguiar. Mesmo nesse quadriênio e no seguinte teve pela frente um competidor terrível, o Dr. Lucrécio Avelino, Secretário da Fazenda e árbitro supremo da situação. Soube todavia vencer todos os estorvos com o apoio de valorosas forças eleitorais e dos chefes políticos do Rio, que ele manobrava com a perícia de um grande estadista. Assim conseguiu montar diversas situações no Piauí e fazer-se eleger Deputado e Senador Federal. A revolução veio encontrá-lo no primeiro ano deste posto, conquistado galhardamente contra a vontade do Governador Pires Leal. Já alquebrado pelas doenças que lhe minavam o organismo desde alguns anos, mesmo assim, não se entregou ao ócio do ostracismo. Continuou a trabalhar em demarcações de terras pelo interior do sertão e a comunicar-se com os antigos correligionários, que lhe ficaram fiéis, não abandonando o bastão de chefe acatado, e aguardando melhores tempos. Figurou na eleição de 3 de maio de 1933 e, no seu leito de enfermo, conservando a lucidez mental até o desenlace fatal e inesperado, era ainda assediado pelos políticos militantes, na última campanha eleitoral, os quais iam ouvir-lhe os conselhos salutares e solicitar-lhe o apoio indispensável. O seu trespasse foi uma surpresa dolorosa para toda a sociedade piauiense, determinando grave e rápida mutação no cenário da política estadual.

"Sempre refletido e calmo, sem expansões ruidosas e sem quebra da linha de dignidade pessoal, sabia inspirar uma confiança limitada nos amigos e respeito justificado nos adversários.

"Era um espírito liberal e democrático por índole e por estudos. Amigo sincero dos pobres e humildes, a sua mão dadivosa estava sempre aberta para os necessitados e indigentes, sem ostentação nem preconceitos sectários. Por isso não acumulou fortuna, apesar de ter galgado as maiores posições na política militante, de que era profissional no melhor sentido da palavra, mais para benefício da coletividade do que para seu bem particular. Saiu com as mãos limpas e fronte erguida de todos os cargos que exerceu, não se deixando contaminar pelo vírus da corrupção ambiente.

"Nunca abusou do poder para exercer violências, vinganças e perseguição".

Morreu em Teresina a 15 de setembro de 1934. Sua vida se apagou justamente no momento em que mais alto se alçava. A morte veio ceifá-lo no instante em que mais alto se erguia seu luminoso espírito. De seu leito de morte, batido por antigos sofrimentos, cheio de dores cruciantes, já certo de que seu fim se aproximava, ele vinha dirigindo o Estado, orientando seus grandes interesses políticos e traçando vastos e sábios planos de pacificação e reabilitação. Debatia-se entre a intolerância do ambiente para evitar a luta que se anunciava impiedosa, como de fato aconteceu depois de sua morte.

Seu nome será sempre um símbolo, uma bandeira, no cenário político de nossa terra.

- A Pátria – nº 28 – 10 de maio de 1903.
- A Notícia – nº 75 – 26 de novembro de 1914.
- Mensagens de 1910, 1911 e 1912.
- Diário Oficial – 17 de setembro de 1934.
- Diário Oficial – 7 de novembro de 1934.
- O Tempo – 17 de setembro de 1934.

João Luís Ferreira

João Luís Ferreira nasceu em Teresina a 23 de abril de 1881. Era filho de Gabriel Luís Ferreira e de d. Maria Benedita Cândida da Conceição Pacheco. Seu pai, ilustre magistrado, foi o primeiro Governador constitucional do Estado; foi depois deputado no Congresso Nacional, Subprocurador da República e Juiz da 2ª Vara Cível do Distrito Federal.

João Luís fez o primário e os preparatórios em Teresina. Transferindo-se com seu pai para o Rio de Janeiro, matriculou-se, ali, na Escola Politécnica, onde se diplomou como engenheiro civil, no ano de 1901. Fez um curso brilhante, tendo como companheiros grandes nomes da engenharia nacional.

Cedo iniciou sua vida profissional, mesmo no Rio, como chefe de locomoção da Estrada de Ferro Teresa Cristina.

Depois esteve no Piauí como fiscal das Fazendas Nacionais. Aqui fez um acurado estudo da real situação deste valioso patrimônio, comunicando ao Governo federal seu abalizado ponto de vista sobre o problema em minucioso relatório que lhe apresentou.

Voltando ao sul, trabalhou, durante algum tempo, no prolongamento da Estrada de Ferro do Oeste de Minas.

Foi, depois, comissionado para trabalhar, sob a orientação do Dr. Pedro Boseno, nos estudos para o levantamento do traçado da estrada de ferro Transparaguaia. Durante muito tempo esteve no Paraguai e no Alto Paraná, tendo sido provavelmente ali que contraiu a insidiosa moléstia que o vitimou em 1927.

Sob a chefia de Sampaio Correia serviu na Comissão de captação das águas do rio Xerém.

Na administração do Dr. Feliciano Sodré como Prefeito de Niterói, João Luís esteve como chefe de um dos três distritos em que ficou dividida a então capital fluminense, para a construção da rede de esgotos. Seus dois outros companheiros naquele trabalho foram os Drs. Ribeiro de Almeida e Vilanova Machado.

Durante algum tempo foi Prefeito de Barra Mansa, Estado do Rio.

A convite do Dr. Arão Reis, João Luís entrou para o quadro de engenheiros da Comissão de Obras Contra as Secas, sendo-lhe confiada a direção de seus serviços no Estado do Piauí. Novamente aqui, desenvolveu intensa atividade; entre outras coisas, construiu a rodagem Floriano-Oeiras.

Em 1920, sem competição, para suceder a Eurípedes Aguiar, elegeu-se Governador do Estado. Realizou um governo de quase agressiva honestidade, rara eficiência e profícua operosidade, que marcou época na acidentada vida administrativa do Piauí.

Começou procurando sanear as finanças e conseguiu, em pouco tempo, elevar as rendas públicas estaduais para mais de quatro mil contos de réis. Para aquela época e para o nosso meio, este feito foi considerado um verdadeiro milagre.

Voltou então suas vistas para o primordial problema da instrução pública. Reuniu seminários de pessoas altamente abalizadas e contou-lhes a delicada tarefa de debaterem o assunto, estudarem-no, discutirem-no e, finalmente, apresentarem uma solução racional para o mesmo, que fosse compatível com a nossa realidade de Estado pobre, carente de pessoal muito habilitado. De posse dos preciosos subsídios e sugestões que lhe foram apresentadas, fez progredir a nossa instrução, nos meios e nos fins, levantando um pouco seu nível intelectual e moral.

Criou o Posto de Saúde da Capital, cujos serviços ainda hoje perduram entre nós, dando excelentes resultados, já agora dentro de um contexto mais amplo e mais moderno de assistência médica.

Reformou a Secretaria de Estado da Polícia, melhorando seus serviços com a utilização de técnicas mais modernas.

Adquiriu todos os materiais necessários à revisão e melhoramento dos serviços de fornecimento de água e energia elétrica a Teresina. Dotou a usina elétrica de um motor a gás pobre. Naquela hora aquilo pareceu um bem, mas depois se transformou num grande mal, pois foi responsável pela devastação de nossas matas.

Construiu o Armazém da Mesa de Rendas de Teresina. Ajardinou algumas praças da cidade. Comprou o Palácio de Karnak para ser a sede do Governo. Iniciou a construção do Grupo Escolar Demóstenes Avelino. Construiu o belo e amplo edifício da Escola Normal, na Praça Deodoro. Criou a Caixa Beneficente dos Servidores do Estado. Restabeleceu a Junta Comercial. Elevou os vencimentos da magistratura.

Foi o governador que teve a idéia de realizar e realizou o Primeiro Congresso das Municipalidades do Piauí. Colheu daquele conclave excelentes subsídios que o levaram depois a intensificar a difusão da instrução pública e a iniciar a construção de nossas primeiras estradas carroçáveis.

Mas o que marcou realmente a administração de João Luís Ferreira foi o fato de que todos esses melhoramentos se realizaram sem o governo recorrer a empréstimos ou a peditórios ao poder central, sempre rigorosamente dentro dos limites dos parcos recursos normais da receita do Estado.

Em 1922, ele presidiu entre nós as comemorações do centenário de nossa Independência. Naquele mesmo ano realizou uma excelente exposição das riquezas do Piauí e da capacidade de trabalho dos piauienses.

Um ano após deixar o governo, foi eleito deputado federal para ocupar a cadeira de José Auto de Abreu que voltava a Teresina como secretário de Estado do Interior. Tinha sido eleito intendente municipal de Teresina, mas não chegou a assumir o cargo.

Reeleito para a Câmara Federal, só pôde tomar parte em algumas sessões preparatórias. A moléstia que lhe vinha minando o organismo há muitos anos agravou-se e não mais lhe permitiu prestar compromisso e tomar assento entre seus pares.

Morreu no Rio de Janeiro, aos 46 anos de idade, no dia 8 de julho de 1927.

Engenheiro de 1ª classe do quadro efetivo da Inspetoria de Obras Contra as Secas, o Dr. João Luís Ferreira era uma das mais brilhantes figuras da sua geração, gozando de geral estima nos meios parlamentares e entre os seus colegas de profissão. Impunha-se pela irradiação de seu espírito cordial.

Era antes de tudo um realizador e disso nos deu exuberante mostra no seu período administrativo.

Na intimidade, os que o conheceram sabem-no de sobra, era um sedutor. Inteligência viva, sua palavra fluente, sempre matizada por uma pontinha de ironia e ceticismo, revelava um verdadeiro encantamento.

Foi, sobretudo, um desprendido.

Governador querido do povo, contam anedotas a seu respeito. Uma delas é a seguinte: Visitando, certa feita, uma cidade do interior, teve estrepitosa recepção por parte de sua população e autoridades. Centenas de cavaleiros foram encontrá-lo e, na sua entrada, estrugiam para todos os lados girândolas de foguetes, badalavam os sinos da Matriz, atacava a "quebra-resguardo" vibrante dobrado em frente à casa do intendente e vivas ensurdecedores partiam da multidão entusiasmada, que se concentrava na praça. Alguns momentos depois, João Luís recebia as autoridades e pessoas gradas, que se iam apresentando respeitosamente. Aproxima-se um soldado, quepe atravessado na cabeça, e bate firme continência:

– Pronto, Sr. governador!
– Quem é o senhor?
– Sou o comandante do destacamento local.
– Prazer . Quantos homens o senhor tem sob seu comando?
– Não, senhor. Eu sou sozinho...
– Muito bem. Então continue no comando...

O Conselho Municipal de Teresina em sessão do dia 12 de julho de 1927 mandou inserir em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do inolvidável piauiense e denominou *Praça João Luís Ferreira* a que se estava construindo, naqueles dias, na cidade, no 9º quarteirão, entre as ruas Coelho Rodrigues e Eliseu Martins.

- O Piauí - 10-7-1927.
- O Piauí - 13-7-1927.
- Mensagens de 1923 e 1924.

Higino Cícero da Cunha

Nasceu Higino da Cunha a 11 de janeiro de 1858, no sítio Bacuri, margem esquerda do rio Parnaíba, a 30 quilômetros da vila de São José das Cajazeiras, hoje cidade de Timon.

Estudou as primeiras letras na casa paterna, tendo como professores seus irmãos mais velhos. Um deles possuía uma casa comercial na vila e foi ali que, aos 13 anos, Higino começou sua vida de trabalho como aprendiz de balcão. De lá passou para Teresina, para outra casa comercial do mesmo irmão. Pouco depois trabalhou na loja do major Olegário Rios. Mais tarde transferiu-se para o estabelecimento comercial do coronel José de Araújo Costa. Captou logo a estima e a confiança do novo patrão. Quando este viajou para o Rio, apesar de sua pouca idade, foi a ele que confiou a direção da firma. Trabalhou ainda no estabelecimento comercial do coronel João da Cruz e Santos.

A vida comercial não afastou Higino dos livros. Ele lê "Espumas Flutuantes", de Castro Alves, e outras obras literárias que lhe caem nas mãos. Torna-se amigo do genial escultor piauiense Sebastião Mendes, cinzelador das portas da igreja de São Benedito. É Sebastião Mendes que o inicia no mundo complicado das progressões e logaritmos das ciências matemáticas.

Quando tem 20 anos, a família resolve que deve abandonar o comércio para prosseguir com os estudos. Segue para são Luís do Maranhão, matriculando-se no Liceu Maranhense em 1878. Ali, em três anos, faz os 10 preparatórios que o habilitam para ingressar no curso superior. Vai então para o Recife, matriculando-se na Faculdade de Direito, em 1881.

Como estudante de direito, tomou parte ativa na vida literária do Recife daquela época. É contemporâneo de Benedito Leite, Urbano Santos, Viveiros de Castro e outros. Colabora em jornais abolicionistas e republicanos. Escreve na "Folha do Norte", de Martins Júnior e Faelante da Câmara. Este o inclui em sua *Memória Histórica da Faculdade do Recife,* junho de 1903, na "gloriosa falange dos espíritos mais adiantados dessa época". Também Clóvis Bevilácqua, na sua *História da Faculdade do Recife,* 1921, faz honrosa referência ao seu nome.

Higino tomou parte ativamente no movimento revolucionário que levou Tobias Barreto à cátedra e à chefia da cruzada jurídico-filosófica das doutrinas alemãs, última fase da chamada Escola do Recife. Tomando partido por Tobias, criticou Faria Brito, seu concorrente, que, diz ele, nunca expôs claramente seus pontos de vista filosóficos, "chegando às barras de um espiritualismo vago, deísta, aéreo, metafísico e ritual".

Em 1883 rebenta a luta provocada pelos ataques dos padres da "Civilização", de São Luís do Maranhão, contra Tobias Barreto. Os artigos de ataque eram transcritos no "Diário de Pernambuco" e envolveram na polêmica

não só Tobias como grande parte da mocidade que estudava na Faculdade do Recife. Higino Cunha combate pelo seu mestre idolatrado. Na descrição que ele faz deste período polêmico de sua juventude, vê-se que a ação de Tobias não se cingia apenas ao recinto da escola: transbordava para as praças públicas, para os clubes, para as recepções familiares, "sempre com grande afluência de ouvintes, principalmente estudantes".

Recebido o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais, a 8 de outubro de 1885, Higino volta ao Maranhão. Ali chegando compreende logo que não há oportunidade para ele na vida pública. Ele e os seus pertenciam ao Partido Liberal, e estavam no poder os conservadores. Requer a promotoria vaga da comarca de Mirador e esta lhe é negada simplesmente porque é ele um liberal.

Suas lutas sérias começam aí. Vem para Teresina e seu antigo patrão, o coronel João da Cruz e Santos, lhe dá a mão. Ele entra para a redação de "A Imprensa", órgão do Partido Liberal.

Desde então não há mais que escolher; as lutas se sucedem e com elas as vitórias e as derrotas do jovem bacharel e livre-pensador.

Durante mais de 50 anos, com um pequeno interregno de menos de 3 anos, a vida de Higino está estreitamente ligada à vida política, social e cultural do Piauí.

Toma parte ativa nas vicissitudes de uma época turbulenta de nossa vida política e se constitui num historiador sereno e seguro daquele período agitado.

Na redação de "A Imprensa" sustenta polêmica com Simplício Coelho de Resende, um dos redatores de "A Época", órgão do Partido Conservador. Neste jornal pontificavam também Gabriel Pereira, Teodoro Pacheco, Jaime Rosa e Francisco Martins, que obedeciam às ordens de Antônio Coelho Rodrigues, adversário do Marquês de Paranaguá.

Diz Higino que em 1885 eram livres-pensadores, no Piauí, Demóstenes Constâncio Avelino, que morava em suas fazendas, em Oeiras, e era elemento do Partido Conservador, e Clodoaldo Freitas, liberal, combativo, chefiando um pequeno grupo que tirava o "O Reator", jornal de ataque ao bispo do Maranhão.

Com a proclamação da República, Demóstenes, republicano histórico, veio para Teresina como juiz federal. Clodoaldo foi relegado ao ostracismo, numa vida precária e tormentosa.

Em Teresina, a adesão do Piauí à proclamação da República foi feita pelo Prof. Francisco Pedro de Sampaio, cearense, e pelo telegrafista Leonel Caetano da Silva, catarinense. Logo, porém, empalmaram-lhes aquele movimento os monarquistas do Partido Conservador, dirigidos do Rio por Coelho Rodrigues, mais tarde substituído pelo coronel Firmino Pires Ferreira. Os dois partidos monárquicos do Piauí, o Conservador e o Liberal, aderiram logo à República.

O Partido Liberal, entre nós, estava cindido em duas facções hostis; uma chefiada pelo Barão de Uruçuí e a outra pelo Barão de Castelo Branco. Ambas eram contidas pelo prestígio incontestado do Marquês de Paranaguá.

Chegando o 1º governador republicano, Taumaturgo de Azevedo, este tentou fazer uma fusão de todos os elementos políticos, no Piauí, num partido único, com um único jornal. Não conseguindo isto, deu preferência à facção do Barão de Castelo Branco, à qual se filiaram Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. O Barão de Uruçuí então aliou-se aos conservadores e conseguiu a retirada de Taumaturgo, que foi substituído por Joaquim Nogueira Paranaguá, republicano histórico, que se entregou totalmente a Teodoro Pacheco, antigo chefe do Partido Conservador. O Barão de Castelo Branco fundou o Partido Democrata, que depois de alguns anos de oposição desapareceu.

O piauiense Coelho de Resende foi, de certa forma, o provocador da chamada questão militar nos últimos dias do Império. Muitos piauienses desconhecem este fato. O historiador Higino Cunha diz que as coisas se passaram assim: o Dr. Simplício Coelho de Resende, antes de ser promotor de Piracuruca e Parnaíba, foi juiz municipal de Barras. Ali foi processado pelo juiz de direito. Por esta razão passou a figurar no livro negro do imperador. Em Barras ele sustentou luta política contra João Pinheiro, David Caldas e Antônio Lopes Castelo Branco. Incompatibilizado, voltou para Teresina e, sempre brigão, aqui arranjou adversários mais poderosos. Era um lutador terrível; falava e escrevia muito bem, mas não era prudente.

Estava ele como deputado do Piauí no Congresso Nacional quando veio à nossa capital o coronel Cunha Matos, "encarregado de inspecionar uma Companhia de Infantaria em Teresina". No seu relatório ao ministro da Guerra o coronel Cunha Matos fez graves acusações ao capitão Pedro Lima, comandante da Companhia e amigo íntimo de Coelho de Resende. Este então, da tribuna da Câmara, saiu em defesa do amigo e atacou duramente o coronel, chamando-o de traidor e covarde. Cunha Maia retrucou, pela imprensa, em também ásperos, ao seu injusto agressor. Por isso foi repreendido e preso por ordem do Ministro da Guerra. Mas seus colegas, os oficiais do Exército, em massa, solidarizaram-se com ele. Este incidente produziu a fagulha que incendiou os quartéis e acabou por precipitar a queda da Monarquia em 1889.

Coelho de Resende, antes de encerrada a sessão do Parlamento, voltou precipitadamente ao Piauí e reassumiu seu posto na redação de "A Época". Mas não teve mais vez. Desaparecido "A Época", ele fundou "A Falange" para enfrentar Gabriel Ferreira e Teodoro Pacheco, seus novos inimigos. Estes revidaram com "O Latiquara" e incompatibilizaram para sempre Coelho de Resende com os conservadores. O pretexto para este rompimento foi ter Coelho de Resende patrocinado os interesses da Companhia de Navegação, que pleiteara um subsídio anual e estava em poder dos chefes liberais, dos quais era o principal baluarte. "A Falange" desapareceu para dar lugar a "O Democrata", do Barão de Castelo Branco, que sustentou a política de Taumaturgo.

Coelho de Resende continuou a luta contra seus inimigos irreconciliáveis. Atacava para valer. Sendo governador Gabino Besouro, Coelho de Resende, em "O Democrata", noticiou que um sentenciado da cadeia pública trabalhava no Palácio do Governo. Gabino interpelou a esposa sobre se era verdadeira aquela notícia. Ela respondeu-lhe que alugara um novo cozinheiro e ignorava que ele fosse sentenciado. Gabino mandou prender Coelho de Resende e fechou "O Democrata". Assumindo o Governo, pouco depois, o Barão de Uruçuí, este relaxou aquela prisão. Uma vez solto, Coelho de Resende vendeu tudo o que tinha e transferiu-se para Manaus e nunca mais voltou ao Piauí. No Amazonas conquistou sólida fortuna e invejável recrutação como advogado.

Higino, que permanecera apenas 18 meses em "A Imprensa", voltou ao Maranhão e conseguiu o lugar de juiz municipal de Picos, naquele Estado. Ali ficou até a Proclamação da República. Em dezembro de 1889 está novamente em Teresina. Solidariza-se com Taumaturgo e vai nomeado juiz municipal de Amarante.

Um ano depois está em Teresina como procurador seccional junto ao juiz federal. Saindo Taumaturgo, Higino assume o cargo de juiz municipal de Teresina. Colabora em "A Democracia" e em "Gazeta do Comércio". Como juiz condena os arruaceiros que, na mudança do governo, haviam atacado a casa do Barão de Uruçuí. Mas o processo foi arquivado por ordem do Rio de Janeiro.

Na primeira organização judiciária do Estado, Higino vai nomeado juiz de direito de União.

Fez parte da Junta que depôs contra Gabriel Ferreira.

Quando Coriolano dá nova organização à magistratura, Higino vai mandado para Itamarati (Pedro II) e removido depois para Amarante.

Voltando a Teresina, é nomeado chefe de Polícia.

As contínuas mutações políticas enervaram-no e ele, desgostoso, em 1895 retira-se para o Amazonas. Está em Tefé, percorre o Baixo Madeira e fixa-se em Borba. Volta a Manaus e trabalha na redação do jornal situacionista "A Federação". Rompendo com o governo de Eduardo Ribeiro, passa a redigir o "O Estado do Amazonas", jornal oposicionista de Jônatas Pedrosa. Neste posto, foi chamado duas vezes à Polícia.

Sendo eleito governador do Amazonas Fileto Pires Ferreira, Higino Cunha volta ao Piauí e assume o cargo de juiz de direito de Itamarati.

Quando Raimundo Artur de Vasconcelos perde o apoio da coligação de Pires Ferreira, Anísio de Abreu e outros poderosos políticos em 1898, e entra em entendimentos com a oposição, Higino Cunha é redator-chefe do jornal daquela coligação, "A República", ao lado de Areolino de Abreu, Elias Martins, Manoel Lopes e José Luís Batista. Firmado o acordo entre Governo e

Lucídio Freitas

Lucídio Freitas nasceu em Teresina a 5 de abril de 1894; era filho de Clodoaldo Freitas e de Corina Freitas.

Fez seus primeiros estudos no Liceu Piauiense, onde concluiu os preparatórios. Sob a orientação do pai e dispondo de sua vastíssima biblioteca, adquiriu, muito cedo, sólida cultura literária.

Aos 18 anos, de parceria com seu irmão Alcides, publicou seu primeiro livro de versos – "Alexandrinos" –, encantadora coleção de deliciosos e magníficos sonetos editada em Teresina em 1912. A crítica, não só deste mas de outros Estados, o recebeu com os mais justos aplausos e vivas demonstrações de entusiasmo.

Com 20 anos seguiu para o Recife, ali cursando com brilhantismo a Faculdade de Direito. De lá deslocou-se para o Rio de Janeiro em cuja Faculdade terminou o curso, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 1916.

Com rápida passagem por Teresina, naquele mesmo ano viajou para Belém do Pará. Ali desenvolveu intensa atividade literária na imprensa local. Já era um nome feito. Requereu, por concurso, a cadeira de teoria e prática de processo da Academia de Direito, sendo laureado e nomeado lente substituto. Sua tese ele a publicou depois, em 1919, com o título de "Direito Processual".

Na capital paraense casou-se com Maria Oceanira Amazonas de Figueiredo. Foi também nomeado juiz substituto da 4ª Vara Criminal de Belém.

Quando tudo na vida lhe sorria, apareceram os primeiros sintomas da pertinaz moléstia que cedo o levaria ao túmulo. Ainda em 1917, já doente, voltou para sua Teresina.

Aqui continuou esbanjando talento. Conseguiu reunir ao seu redor a fina flor de nossa intelectualidade. Arregimentou-os, transmitiu-lhes entusiasmo e foi a alma do movimento que levou à fundação da Academia Piauiense de Letras. Como membro fundador ocupou a cadeira que tinha por patrono seu irmão Alcides. É ele o patrono da cadeira 23.

Ainda no Pará, Lucídio publicou "Vida Obscura", seu segundo livro de versos, em 1917. Jóia poética do mais delicado lavor, foi recebida com agrado pela crítica nacional e com justificado orgulho pela intelectualidade piauiense. Do primeiro ao último, os sonetos se sucedem numa linguagem encantadora, que é o segredo dos poetas, e no estilo estonteante dos sonhadores inveterados:

Abstração

Aos meus olhos de doente, a natureza
Tem sempre a mesma forma e o mesmo aspecto:
Já não distingo o imáculo do abjeto,
São iguais para mim riso e tristeza.

Não me conservas mais o mesmo afeto,
E não me causa a mínima estranheza,
Ver-te forte de encantos e de beleza,
Na proteção hedionda de outro teto.

Aceito a vida resignadamente.
Se o passado me foi de desconforto,
De amarguras e dores me é o presente.

Não sei para onde a vida me destina.
Eu vivo amaldiçoado e quase morto,
Na inconsciência da minha própria ruína.

Poucos meses antes de sua morte, por iniciativa de seu venerando pai, saiu a lume, da Papelaria Piauiense de Freire e Cia., seu último livro de poesias – "Minha Terra". Tem razão Celso Pinheiro quando diz que este livro é a afirmação inconteste de seu alto valor de poeta rigorista, cuidadoso da forma, afeito a todos os tiques e sutilezas da arte. É um livro deliciosamente humano, superiormente sentido, onde as qualidades estéticas de seu autor se aperfeiçoam e se apuram pelo trato constante na linda companhia das musas. Quem quer que o leia, artista ou não, há de sentir o incenso e o nardo que se volatilizam no templo augusto da Beleza, porque a alma que o cinzelou é dos que possuem clareiras abertas para o amor, para o sonho e para a glória, à maneira das nossas brenhas selvagens, povoadas de sonhos e de mistérios... Nas suas páginas perpassa um lirismo perfumado e quente. "Minha Terra" é o nosso sol, as nossas manhãs estranhamente claras, as nossas árvores, os nossos meios-dias acesos, os nossos crepúsculos românticos, os nossos campos de lavoura, as nossas ruas domingueiras sob a religiosidade das procissões. É o nosso orgulho e a nossa fé, a nossa humildade e a nossa pobreza. É, em suma, tudo aquilo que nos faz volver ainda o olhar umedecido à terra amada, envolvida pelos braços de seda de sua musa num longo, demorado e voluptuoso amplexo.

Idealista inveterado, oriundo da multidão de uma estirpe heráldica, e perseguindo a perfeição, Lucídio não ficou à margem dos acontecimentos de sua época: deles participou no que tiveram de superior e perfeito. Indagou do mistério da própria existência e ser imortal:

Homem...

O que foste, o que és, para onde vais?
– Causa-me nojo o real, o humano, o exato...
É que hoje eu sinto a sede do impossível,
A ânsia do indefinido e do abstrato.

* * *

Amou as coisas pelo que delas fica e lhes surpreendeu os segredos através de mensagens profundas e transcendentes:

Qual o gênio gigante, desconforme,
Que fez o mundo, o meio-dia, o acaso,
O homem que furta e a árvore que dorme?
Quem fez a paz e a guerra, o fraco e o forte?
O Acaso, não, Demócrito, que o ocaso
Sabe menos da Vida do que a Morte...

* * *

Não traiu as prerrogativas do espírito ante o ulular subterrâneo de forças que lhe ordenam a abdicação em favor dos sentidos:

Prefiro crer no espírito... na essência...
Na alma... no que ainda fica palpitando
Livre, no espaço, após a morte, quando
Os olhos fechados para a Penitência...

Eu sinto um novo mundo se agitando
Distante, aonde não chega a humana ciência.
Quero vê-lo de perto e, na impotência
De vê-lo, caio, trôpego, chorando.

* * *

Teve vocação violenta, viveu dinamicamente, em potencial de gênio, sob as luzes agônicas das interrogações infinitas:

Deus

És gelo? És flor? És árvore ou granito?
Sombra? Princípio ou fim? Força criadora?
Inércia? Abismo onde me precipito?
Verdade que as verdades entesoura?

Uma interrogação é sempre uma ânsia... sonho...
É dúvida ou desejo, é impotência e humildade...
É o Bem que nunca chega e o final da Verdade...

* * *

Dominou com voz vibrante e serena o alarido das paixões amotinadas:

...tenho os pés presos ao solo,
E a cabeça tocando a imensidade...
Meu pensamento vai de pólo a pólo,
Arrasta-me da Luz à Obscuridade...

Possuo a alma da Noite, a alma de Apolo...
Sei a origem do Mal e da Verdade,
E muitas vezes, soluçando, rolo
De sonho em sonho pela Eternidade...

Minha imaginação não pára... avança
De mundo em mundo, sob céus de êuclases
Dando-me o vinho verde da Esperança...

Minha imaginação é um tormento...
Ah! coitado de mim que não tendo asas
Vim ao mundo com tanto pensamento!...

* * *

Proclamou o poder invencível da justiça e a sabedoria eterna do direito. Deu rumo certo aos caminhos; foi sofredor; não chegou a ser santo, mas, quem sabe? Talvez a Irmã Morte o tenha colhido transpondo os limites precisos daquele país misterioso onde a plenitude da luz sacia a alma do poeta.

Lucídio Freitas, pelo que se pode depreender de suas últimas poesias, viveu o drama pungente da contradição que, no tempo, aguilhoa o coração do poeta, e que só Deus é capaz de suprimir. Sentiu mais que todos os outros o atrativo da beleza e a desilusão da criatura limitada. Havia nele a mescla singular de uma alma pagã, toda virada para a terra e, simultaneamente, divino acicate de um pressentimento que o não deixava deter-se, a fome de infinito que o levava a voltar-se para a amplidão dos céus.

Oh! procissão de sombras! Procissão
De velhos sonhos... Cada sonho é um beijo,
É o perfume embriagante de um desejo,
A saudade imortal de uma emoção...

Sombra do amor, lenda do coração...
Cruz eterna que eu sinto, mas não vejo.
Evocativo e original arpejo
Feito de asas que vêm e asas que vão.

Sombra do meu destino... incompreendida
Forma imaterial de uma ventura...
Último adeus aberto para a vida...

Sombra criadora – Deus a alvorecer
Oh! Sombra! no teu seio se depura
Toda a animalidade do meu ser.

A poesia é a forma suprema do Ideal.

Os poetas são criadores. Descobrem o verdadeiro das coisas. Humanizam o inanimado. São estuários de renovação simbólica da posse perpétua de cada parcela de inspiração que se lhes incorpora. São organismos que arfam e vibram por renascerem pela unidade da liberdade e pela união da arte. Abatidos, abismados, sentindo a marca funda das vacilações, modelam suas obras com pedaços dalma. Misteriosa é a sua linguagem porque misteriosa é a engrenagem da vida. Sempre haverá um espaço indefinido para o mistério nos antolhos das místicas.

Lucídio foi sonhador:

Amo o silêncio pela voz das coisas mortas...
O silêncio me traz, pelas mãos transparentes,
Evocações de luar... beijos de amor... venturas...

Para o verde país dos sonhos me transportas
Voz do silêncio... alma do som.... irmã dos doentes,
Voz da noite – o luar cantando nas alturas.

O sonho é apenas a antemanhã de uma certeza, um jardim em que dormita a flor abotoada que vai desabrochar e reflorir na realidade.

Lucídio viveu com a ilusão. "A ilusão é uma parte de nós mesmos, e a melhor; não é possível arrancá-la sem que, no espaço que ela ocupa, fique um vazio impreenchível. Acima da sombria resignação dessa existência, ainda brilha um doce clarão de esperanças, visível apenas para os eleitos que sabem levantar seus olhares das coisas temporárias para o infinito".

Lucídio participou intensamente da natureza. Debaixo do céu embandeirado –carnaval de todos os sons, ritmo de todas as cores sob o sol perpendicular, calorento e amigo, precipitando-o, fascinando-o, ele lança elegias para a sombra, epitalâmios para o amor:

– O poente
É uma embriaguez maravilhosa
De ritmos, de cor...
É uma alucinação, é um beijo ardente,
Que ascende para o sonho a alma misteriosa
Da treva, e a alma da gente ascende para o amor...
– A agitação da vida principia.
O sol as longas pálpebras descerra.
Aos beijos de ouro, trêmulos, do dia,
Doiram-se o vale, o campo, o rio, a serra...

Um cheiro bom de folhas novas erra.
Mexem-se os ninhos... Ouve: que harmonia
Serena e sensível sobe da terra,
Levada pela voz da aragem fria!...

Anda em tudo uma força incompreendida...
É a vida universal que se levanta
Para animar a luta pela vida...

– Noite... o vento num suave murmúrio
Passa suavemente.
Uma canoa desce lentamente
Ao sabor da corrente,
Branca, leve, sutil, sobre as asas do rio.

* * *

Ao contágio de emoções fecundas, Lucídio produz cintilações de verdade. Fere os escudos das mais fortes vibrações, jorrando sentenças que entalham, no granito, a eternidade:

· O homem não morre... vive outra vida e outro sonho...
Não morre a flor não morre a luz, não morre a pedra.

– Para servir a meus irmãos padeço,
E dou-lhes a água e o pão, o teto e o leito,
E o beijo que consola e que bendiz...

Mas todo bem que faço logo esqueço,
Para guardar apenas no meu peito,
A saudade do bem que eu nunca fiz...

A dor

É o pensamento inquieto e aflito,
É a alma voando inquieta e incompreendida
Para o céu, para o azul, para o infinito...
Folhas mortas... Folhas idas
Ao sopro do vento norte...
Há sempre dentro da morte
Sementes de outras vidas...

* * *

O poeta Lucídio era também um excelente prosador. Sua prosa simples, despretensiosa, tem sempre conteúdo e harmonia. Vejamos esta pequenina amostra, um trecho de seu discurso recebendo Simplício Mendes na Academia:

"O nosso fim primordial é levantar os foros de nossa cultura, reviver a alma de nossos antepassados, lembrar constantemente ao País que antes de nós grandes almas por aqui passaram, sonhando e amando, sofrendo e trabalhando. Só a história, só o amor pelas coisas idas unifica a raça. É no germe de nossa formação que vamos encontrar a alma da Pátria. Viver é repetir-se.

"Um povo que desconhece a sua história desconhece-se a si mesmo. É sentindo o contato das coisas mortas que podemos construir as grandes coisas futuras.

"Procuremos, pois, saber o que fomos, estudando os nossos maiores, analisando-os à luz de uma crítica severa e justa, para daí tirarmos a flor iluminada de nossa glória".

Lucídio Freitas morreu em Teresina, com 28 anos de idade, às 6:30 horas do dia 14 de maio de 1922.

– Vozes Imortais – Édison Cunha.
– Revista da Academia Piauiense de Letras – ano 48 nº 22 – 1965.
– Correio de Teresina – 5-12-1917.
– Correio de Teresina – 5-12-1917.
– O Piauí – 10-2-1921.
– O Piauí – 15-5-1922.

Abdias da Costa Neves

Abdias Neves é estrela de primeira grandeza nas letras piauienses.

Nasceu em Teresina, a 19 de novembro de 1876, sendo filho de João da Costa Neves, modesto funcionário público, e Delfina Maria de Oliveira Neves.

Muito cedo ainda conheceu a dureza da vida e a enfrentou com coragem e galhardia muito acima de sua idade e de suas próprias forças. Aos 15 anos ficou órfão de pai.

Fez o primário e os preparatórios em sua terra natal.

Seguiu depois para o Recife, matriculando-se na Faculdade de Direito, ali. Muito inteligente e aplicado aos estudos, seu curso superior foi uma colheita ininterrupta de louros. Se é verdade o que diz *O Piauí*, edição de 8 de maio de 1928, Abdias, no seu último ano de estudos (1898), foi o único acadêmico aprovado com distinção numa turma de 39 bacharelandos, dos quais 26 foram reprovados e 12 aprovados simplesmente. Cristino Castelo Branco afirma que ele pertenceu a uma turma de que fizeram parte outros piauienses como Miguel Rosa, Henrique Couto, Laudelino Batista, Heitor Castelo Branco. Ora, também estes, que aí estão citados, distinguiram-se nos estudos naquela Faculdade, e não é de crer que tenham sido apenas simplesmente aprovados no último ano. Daí a minha suspeita de que tenha havido certo exagero naquela informação do jornal.

Voltando a Teresina, Abdias foi juiz de direito interino de Piracuruca de 1900 a 1902, juiz substituto federal de 1902 a 1914 e secretário do Governo em 1914.

Em 1915 candidatou-se a deputado federal, mas as injunções políticas do momento mudaram a sua candidatura da Câmara para o Senado e ele foi eleito senador da República para um período de 9 anos.

Sua atuação na Câmara Alta do país honrou sobremaneira o Piauí. Ele estudava a fundo os múltiplos problemas que abordava, ali, e sua palavra fácil dava realce especial à erudição com que costumava apresentá-los aos seus pares.

Sua acolhida no Senado não foi muito auspiciosa. É que, após sua eleição, o marechal Pires Ferreira, num entusiasmo muito provinciano, havia comunicado à imprensa que Abdias era o Rui Barbosa do Piauí, que ia desbancar o outro Rui Barbosa, o da Bahia. Quando desembarcou no Rio, pequeno, franzino, de narigão vermelho, havia um ambiente desfavorável de prevenção e quase hostilidade contra ele. Mas Abdias não ia se opor a Rui; mesmo com a grande vaidade que possuía, não se considerava um Rui. Vivíssimo, simpático, insinuante, logo desfez a onda e se impôs nas afirmações de seu talento e de sua capacidade de trabalho. Chegou a ser 1º secretário do Senado, por eleição, numa época em que os Estados pequenos ali não tinham vez.

Sua vida política conheceu grandes vitórias e também acabrunhantes vicissitudes. A todas enfrentou com ânimo sereno.

Como jurista proferiu sentenças que o colocaram entre os grandes entendidos do Direito. Discutiu, em opúsculo, para o país inteiro, uma importante tese de Direito Constitucional relativa às imunidades parlamentares. Em outra ocasião, defendeu brilhantemente a autonomia dos municípios.

Em Teresina, Abdias, bom, acessível a todos, sem preconceitos, logo se firmou, conquistando uma popularidade que, por 15 anos, desfrutou sem sombra de rival. Situou-se no centro da vida social e literária do Estado.

Tocava flauta, violino e violão. Era exímio dançador, figura obrigatória nos salões de baile, principal diversão da capital naquele tempo.

Casou-se em 1900 com Cristina Neves.

Foi um grande jornalista. Aliás, para ele o jornal era tudo. Sem jornal não podia viver: sentia-se amesquinhado, desamparado, diminuído, desarmado como peixe fora d'água. O jornal era sua arma predileta para comentar os fatos, orientar a opinião pública, fazer literatura. Belíssimas páginas literárias suas estão esparsas em *A Pátria, O Monitor, A Notícia, O Dia* e *Litericultura.*

Vejamos o trecho de uma crônica publicada sob o título "O Violão", no jornal A Pátria, edição de 23 de novembro de 1905:

"...Fui encontrá-lo coberto de pó, na tristeza dos esquecidos, no abandono dos desprezados. E, não sei. Pareceu-me que, envolto pela injustiça daquele esquecimento, era mais humilde o gesto com que me esperava, pedindo perdão para sua culpa, piedade para seu crime... Chegou-me então um remorso doloroso. Tive pena do velho e amado companheiro. Quanto fôramos amigos! Quantas vezes me adormecera as mágoas, quantas me vira os arrancos impetuosos do coração feliz! Por que o esquecera? Qual a grande culpa do mísero, o grande crime do desgraçado? A minha angústia? Esta eu devo às fatalidades dos nervos. Os meus dias de sofrimento? Estes eu os devo ao despotismo das circunstâncias. Por que então condená-lo?

"...Velho amigo! Tomei-o. Sacudi o pó que lhe turvava o brilho das incrustações. Distendi-lhe as cordas.

Arranquei um prelúdio. Fiz um acorde e o velho instrumento vibrou como nunca vibrara antes.

Havia, certamente, nele, uma alma que chorava. Eram gemidos, não eram notas, o que fugia nas trêmulas vibrações. Um soluço. Palpitações de uma saudade. Mágoas de desespero. E volumosas, extensas, sentidas, as notas enchiam o espaço, atordoavam-me a cabeça.

...Meu velho amigo! Companheiro de triunfos, irmão de festas e alegrias! Como nos assemelhamos pela identidade dos destinos! Vibra a tua tristeza! Embriaga-me! Adormece-me. Vamos! Quero dormir".

É uma delícia ler Abdias Neves. Vejamos este pequeno trecho de um romance – "Um Manicaca", retratando costumes de Teresina:

"Uma serenata vinha longe. Eram ainda sons indecisos, notas dispersas, que a vibração trazia com os perfumes da noite. Iam, porém, definindo-se, combinando-se, completando-se, deixando apreender uma harmonia lastimosa e dolente de soluços e de mágoas, que vibravam dolorosamente dentro dos mil rumores da cidade adormecida. A flauta parecia gemer na expressão de um desespero sem nome que se derramava no espaço e subia ao céu, rolando em ondas na atmosfera, diluindo-se na leve transparência do luar e do azul. Violões a acompanhavam. Tangiam trêmulos acordes. Reuniam queixumes à suave dolência da música estranha".

Abdias teve os seus momentos de pura arte e produziu belos versos, cumprindo assim entre os homens a sua "missão de sol", na expressão de Martins Napoleão.

Leiamos:

Olhos azuis

O olhar que os olhos teus agora inspira
com os seus clarões de cimitarra e alfanjes,
esconde sob a trêmula safira
mistérios de um pagode hindu do Ganges.

É a causa suprema por que tanges
as sete cordas da divina Lira,
e é por ele que, embalde, te constranges
numa inocente e tímida mentira.

É azul. Tem a cor das águas mansas.
e, como o olhar risonho das crianças,
fala, brinca, sorri, nos olhos graves.

Lembra um canto do céu, quando amanhece,
pois se o deparo e fito me parece
que acorda o dia e estão cantando as aves.

São de real valor seus livros de história – "A Guerra do Fidié" e "O Piauí na Confederação do Equador". O primeiro, publicado em 1907, é a história das lutas de nossa emancipação política. É obra clássica do gênero, pela correção da linguagem com que foi escrita, pela documentação em que se baseou, pelo engenho com que foram dispostos os fatos históricos. A segunda é a história de nossa participação na revolução pernambucana de 1824. Participação humilde, apagada, mas, de qualquer forma, participação. Abdias não encontrou documentos que provassem a nossa colaboração, mas testemunhou que não ficamos inertes diante da heróica arrancada dos pernambucanos capitaneados por Paes de Andrade, o que era desconhecido do público brasileiro antes da publicação do seu livro. Ele mesmo confessa: "Convenho que o concurso do Piauí não foi ruidoso. Faltou-lhe o lado sugestivo das agitações das ruas, o fragor das refregas, a perturbação das derrotas, as surpresas alucinadoras do imprevisto". O livro, publicado em 1921, é um depoimento de nossa atitude.

Abdias estuda os antecedentes históricos da revolução, o antagonismo já existente entre portugueses absolutistas e brasileiros possuídos dos princípios democráticos, que se defendiam no país, máxime em Pernambuco, campo aberto às aspirações libertárias desde os tempos coloniais, salientando em rápida gizada a tentativa republicana de 1817 e a sua repercussão no Piauí.

Traça demoradamente em cintilantes capítulos da obra magistral as condições do meio, os fenômenos climáticos, expõe dados estatísticos vários sobre a instrução, a situação política, econômica e financeira em 1824, as organizações judiciárias e militar e outros assuntos.

E conta então o que se passava no Piauí. Demitindo-se a Junta Governativa de Pernambuco, depois de muitas vacilações e contemporizando sempre o governo imperial, Paes de Andrade proclamou a 2 de julho de 1824 a República da Confederação do Equador, aderindo ao movimento revolucionário as Províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Parnaíba e Alagoas.

As notícias do que se passava nas principais províncias revolucionárias eram aqui espalhadas especialmente por emissários do Ceará onde o espírito de revolta se tornara intenso. Em Fortaleza foi deposto o presidente, assumindo o governo Tristão Gonçalves Araripe. Entre outros revolucionários salientava-se o Padre Francisco de Paula Barros, que foi recebido em Parnaíba pelo juiz de fora Dr. João Cândido de Deus e Silva. Apresentado às pessoas mais distintas da vila, logo o padre, que se dizia enviado do imperador ao Maranhão, tratou de desenvolver forte campanha em prol da República na Confederação do Equador, considerando-a vitoriosa já em quatro Províncias. A indecisão ou recusa do coronel Simplício Dias da Silva, conservando-se afastado, concorreu para que a propaganda não fosse vitoriosa naquela vila, na primeira hora.

As coisas estavam neste pé, indecisas, quando Oeiras resolveu abrir o jogo: em cumprimento à portaria de 13 de março de 1824, foi ali solenemente jurado o projeto de Constituição, a 17 de junho, e o governo pediu que as outras vilas fizessem logo o mesmo.

Agora não podia mais haver tergiversações. Quem não estava pela Constituição tinha que se revelar imediatamente. E foi o que fizeram Parnaíba e Campo Maior. Em Parnaíba, a 25 de agosto reuniram-se em Câmara, sob a presidência do Dr. João Cândido, o tenente-coronel Domingos Dias da Silva Henrique, major Bernardo Saraiva de Carvalho, comandante dos Corpos de Milícias da vila, major Francisco de Miranda Osório, João Rodrigues Falcão, Veridiano Sousa, José Ferreira Meireles, José de Sales, João Cardoso Batista, Padre Francisco de Paula Barros e outras pessoas gradas, aderindo, sob proposta do juiz de fora, à República do Equador. A vila de Campo Maior, que marcara o dia 8 de setembro para o juramento do projeto de Constituição, reuniu-se, aderiu ao movimento republicano, impugnando, por conseguinte, o referido projeto da Carta Magna do país. Conspiraram ainda alhures e notadamente em Jerumenha e Marvão, aonde afluíam elementos sediciosos vindos do Ceará. O movimento republicano, porém, circunscreveu-se a Parnaíba e Campo Maior.

Conhecedor o governo piauiense da situação nas duas vilas rebeldes, enviou-lhes proclamações concitando-as a voltarem à obediência. E somente em face da pertinácia dos revoltosos é que os ameaçou com tropas armadas. Esta ameaça fê-los reconsiderar e voltar atrás: Parnaíba jurou tolerância à Constituição do Império a 28 de outubro e Campo Maior fez o mesmo a 7 de novembro.

Abdias analisa os antecedentes históricos, os argumentos em torno de pontos e controversos, tais como a inclusão de Alagoas no movimento e a provável cumplicidade, na primeira hora, de Manoel de Sousa Martins entre os adesistas.

Em 1919 publicou "O Brasil e as esferas de influência na Confederação territorial, nossa composição étnica, os valores econômicos e a organização política de nosso Estado", com aquela seriedade e aquele amor que lhe são peculiares quando discorre sobre assuntos piauienses.

Em 1919 publicou "O Brasil e as esferas de influência na Conferência da Paz". É um trabalho de fôlego que nos dá uma ampla visão dos problemas nacionais, focalizando principalmente aspectos econômicos, medidas financeiras para o saneamento de nosso meio circulante. Condena as constantes emissões de papel-moeda e alerta o país para o perigo de cairmos na dependência exclusiva dos Estados Unidos. Dos seus livros, este é o único que não foi de inspiração piauiense.

Em 1922 o jornal argentino "La Nación" estampou, em quatro páginas inteiras, um longo trabalho de Abdias sobre a participação do Piauí nas lutas da independência. Este artigo foi muito apreciado dentro e fora do Brasil.

Publicou, também, um alentado volume de 300 páginas intitulado "Psicologia do Cristianismo". Foi a sua quixotada. Bebendo nas fontes de Binet Sanglé e Emílio Bossi, fontes aliás pouco autorizadas, de vez que unilaterais, tentou defender a tese de que Cristo teria sido apenas um mito solar. Esta teoria, que era novidade naquela hora, hoje está totalmente superada e desmoralizada. Compreendo, no entanto, Abdias ao escrever aquela obra. Por formação filosófica, desde os bancos acadêmicos que ele se considerava ateu e anti-religioso. Aqui travou acirrada luta com padres, luta inglória para ambos os lados. Apelidada de luta religiosa, foi de fato mera e unicamente luta política, na qual ambos os lados disputavam, com fúria, posições políticas de mando. A linguagem naquela polêmica desceu a níveis inimagináveis, se atentarmos para o valor normal e intelectual dos contendores de ambos os lados. Era aquela uma hora de radicalismo e intolerâncias. Hoje, não seria mais possível aquilo. Ninguém mais se julga dono de toda a verdade e aprendemos, nós os homens de um mundo pluralista, a respeitar as convicções políticas, filosóficas, religiosas e estéticas dos outros. Pelo menos não damos mais tom polêmico às discussões sobre estes assuntos. Aquele livro foi mais uma arma de que pensou servir-se Abdias contra seus adversários naquela luta. Apenas isto.

Outro trabalho seu de muito mérito foi um que escreveu para o *Dicionário Histórico, Geográfico* e *Etnográfico do Brasil*, dando notícias circunstanciadas de todos os municípios piauienses. No mesmo *Dicionário* publicou informações sobre alguns homens ilustres entre os quais estavam José Coriolano, Padre Marcos de Araújo Costa, Simplício Dias da Silva, David Caldas, Manoel de Sousa Martins e outros.

Dirigiu entre nós os internatos "Ateneu Piauiense", "24 de Janeiro" e "São Vicente de Paulo". Foi professor de inglês, alemão e lógica no Liceu Piauiense e professor de pedagogia na Escola Normal.

Era membro da Academia Piauiense de letras, cadeira 11 e sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí e da Sociedade Piauiense de Letras.

Abdias foi escritor, poeta, musicista, jornalista, crítico, tribuno, historiador, romancista e parlamentar.

Clóvis Bevilácqua diz que Abdias, nos seus escritos, assinala-se uma individualidade vigorosa, dotada de predicamentos intelectuais invulgares, uma inteligência que facilmente se adaptava a qualquer gênero científico ou literário. Verdadeiro polígrafo, era sempre o mesmo espírito ágil e cintilante, que prendia a atenção.

Depondo, Cristino Castelo Branco diz que nele talvez houvesse mais brilho que profundeza, mais inteligência que solidez de estudos. E também uma certa pressa em produzir, em aparecer, em dar na vista. Isto aliás não é mal dele somente mas da maioria dos intelectuais brasileiros, preocupados

muito mais com a quantidade, o número de volumes, que com as condições inerentes à durabilidade da obra. Era, porém, tão viva, tão aguda, sua inteligência, que seus trabalhos, refletindo essa inteligência primorosa, são interessantíssimos, vão resistindo, magnificamente, à ação destruidora do tempo.

Fazendo-lhe o elogio na Câmara, por ocasião de sua morte, Ribeiro Gonçalves disse, e tem razão, que Abdias Neves foi uma das expressões mentais mais altas e formosas do Piauí, que ele honrou pelo talento e a que serviu com o devotamento do seu patriotismo, manifestado sempre e sem solução de continuidade através das vicissitudes da vida partidária, com aquele entusiasmo juvenil e aquela alegria moça, que era uma das características mais fascinantes de sua mente e sugestiva individualidade. Foi um verdadeiro homem de letras, um patriota esclarecido, um enamorado eterno do Piauí, que ele queria ver integrado em todas as conquistas da civilização e em todos os benefícios do progresso.

Morreu pobre, como nasceu e sempre viveu, em Teresina, a 28 de agosto de 1928.

- O Piauí - 16-6-1921.
- A Pátria - 23-11-1905.
- A Pátria - 16-12-1905.
- A Pátria - 10-11-1906.
- O Piauí - 11-9-1928.
- Revista da Academia Piauiense de Letras - ano XIX, nº 15.
- Frases e Notas - Cristino Castelo Branco.
- Literatura Piauiense - João Pinheiro.

Miguel de Paiva Rosa

Nasceu Miguel Rosa em Teresina a 15 de dezembro de 1876. Era filho de João Augusto Rosa e de Júlia Emília de Paiva Rosa.

Fez o primário e os preparatórios em sua terra natal. Em 1895 houve uma reforma no ensino superior que criava o regime de séries nas Faculdades de Direito e tornava obrigatória a frequência dos alunos ali. Naquele ano, a 11 de setembro, Miguel embarcou para o Recife na companhia de Arquelau Mendes, então segundanista de Direito, de Henrique Couto, Helvídio Martins e Abdias Neves.

Ingressou logo na Faculdade de Direito, conseguindo fazer a 1ª série em março de 1896. Pertinaz moléstia o obrigou a se afastar dos estudos por alguns meses. Mesmo assim, ele conseguiu terminar o curso de Direito em novembro de 1898.

Regressou imediatamente ao Piauí. Aqui chegando, foi nomeado sucessivamente juiz distrital de Jerumenha e União, assumindo em ambas essas cidades a magistratura. Voltou a Teresina em 1900 para exercer, por alguns meses, o cargo de juiz distrital.

Quando Álvaro Mendes assumiu o governo do Estado, convidou-o para diretor da Instrução Pública. Nomeou-o também lente de História do Brasil do Liceu Piauiense. Foi a alma da reforma do ensino de 1910.

Miguel Rosa não se limitou a trabalhar em cargos públicos. Abriu um escritório de advocacia e logo se firmou no foro pelo desassombro com que enfrentava os ossos do ofício na defesa de seus constituintes, obtendo várias e expressivas vitórias.

Casou-se em 1900 com Adelaide Freire Rosa.

Distinguiu-se no jornalismo de combate. Era um tremendo polemista. Iniciou-se no jornal *Norte*, que durante algum tempo esteve sob sua direção. Deixou aquele jornal em 1902 para fundar *A Pátria* com Abdias Neves e Antonino Freire.

Na redação de *A Pátria* sofreu a influência de Areolino de Abreu, que muito concorreu para sua iniciação na vida político-partidária do Estado. Desaparecendo *A Pátria* em 1906, Miguel Rosa continuou sua luta em *O Piauí*, no *Monitor* e em *A Luz*.

Durante muitos anos sua polêmica jornalística com elementos do Clero e políticos da União Popular foi por demais contundente. Mas, a bem da verdade, é preciso que se diga que os doestos e aleivosias brotavam de ambos os lados contendores. E não foram iniciados por Miguel Rosa. A célebre novena,

que acabou sendo uma trezena, de artigos violentos que escreveu contra o Padre Lopes, no jornal *A Pátria*, teve como causa uma insinuação maldosa em artigo atribuído a este último, no qual se dizia que o pai de Miguel se envolvera numa ação criminosa de distribuição de cédulas falsas, o que era pura mentira, como ficou amplamente provado. Aliás, a mesma linguagem contundente Miguel usava contra pessoas que não comungavam de suas idéias filosóficas. As polêmicas que travou com Higino Cunha são disto testemunha.

Aproximando-se a sucessão de Antonino Freire, este o escolheu para sucedê-lo no governo. A oposição arregimentou todos os elementos dissidentes e a luta foi renhida. Houve momento em que apareceram dois candidatos contra Miguel: o da oposição, Odilo Costa, e o coronel Coriolano de Carvalho, que achou de entrar no pleito, na marra. Como era soldado, fiava-se de que os militares todos o apoiariam, além de outros elementos políticos simpatizantes de sua candidatura. Para enfrentá-lo, em qualquer terreno, Antonino tratou de organizar, em cada município, os célebres "batalhões patrióticos". Eram civis armados que lutariam, se preciso fosse, pela candidatura patrocinada pelo governo. Alguns daqueles batalhões entraram em Teresina e aguardaram os acontecimentos. Coriolano, porém, foi chamado ao Rio pelo ministro da Guerra e saiu do páreo.

Processadas as eleições, venceu Antonino, elegendo seu candidato.

Miguel Rosa assumiu o governo no dia 12 de julho de 1912. Estava profundamente dividida a comunidade piauiense. O novo governante iria enfrentar grandes dificuldades.

Teria primeiramente que arcar com os ressentimentos acumulados na chamada luta religiosa que já vinha de muitos anos e que, a meu ver, não foi religiosa: foi simplesmente uma luta política como outra qualquer; porque envolveu alguns elementos do clero, aliás, gente muito boa, tomou aquela conotação religiosa. Mas o que se disputava, realmente, de ambos os lados, eram posições de mando na política.

A luta teve início num fato de todo irrelevante para as proporções das consequências que acarretou. No governo de Álvaro Mendes foram dados ao Seminário Diocesano todos os auxílios consignados nas leis orçamentárias para as casas de instrução do Estado. O Dr. Portela Parentes, em artigo publicado na imprensa sob o título "Um Ganso no Capitólio", censurou o governador. Não censurou que se dessem verbas ao Seminário e, sim, que se dessem todas as verbas ao Seminário, quando se sabia que muitas outras casas de instrução, no Estado, delas bem careciam com urgência. Alguns elementos do clero saíram em defesa do governador, escrevendo artigos contra Portela Parentes, criticando sua crítica. Pouco tempo depois morreu prematuramente o Dr. Portela. Sua família, religiosa, levou seu cadáver à igreja para uma encomendação no rito católico. O padre se recusou a fazê-la, o que acarretou frustração e mesmo humilhação para a família enlutada. O fato

causou constrangimento e trauma na sociedade local. Aproveitando aquela situação, o Dr. Abdias Neves pronunciou uma conferência na loja maçônica sob o título "O Padre Perante a História". A conferência foi publicada em um jornal da cidade. Aí começou a polêmica, invadiram-se os campos e não houve mais trégua durante anos. Miguel Rosa e alguns outros formaram ao lado de Abdias.

Empossado, o novo governador procurou amainar aqueles ódios com gestos de concórdia. Assim é que cultivou boas relações com o vigário capitular, monsenhor Gil, e deu todo o apoio ao novo bispo, Dom Otaviano Pereira de Albuquerque, com quem manteve sempre boas relações.

Foi um governo cheio de percalços o do Dr. Miguel Rosa. A situação financeira do Estado era calamitosa e piorava a cada dia. Mesmo assim ele procurou fazer alguma coisa.

Em cumprimento às leis nº 686 e 720 de julho de 1912, respectivamente, elevou Caracol e São Pedro à categoria de vilas.

Combateu o banditismo, que flagelava o sul do Estado, deslocando para lá contingentes policiais que desarmaram os cangaceiros e deram morte a alguns deles em combate. Um oficial de polícia, tenente Fábio da Costa Araújo, perdeu a vida naquela operação.

Transformou o *Diário do Piauí* em órgão oficial do Estado, aparelhando-o com novo material tipográfico.

Deu luz elétrica a Teresina, após vencer inúmeras dificuldades.

Conseguiu a instalação, no Pirajá, de um campo experimental de maniçoba, onde ela seria estudada e cientificamente cultivada. A maniçoba do Piauí era considerada a melhor do país. Infelizmente, o campo só funcionou durante um ano.

Em 1914 veio a 1ª Grande Guerra Mundial prejudicando a nossa exportação e trazendo outros problemas para o Brasil, com reflexos negativos no Piauí.

Em 1915 tivemos a grande seca que foi a pá de cal nas já diminutas atividades do governo. E foi precisamente naquela hora que o governo federal achou por bem paralisar e mesmo suprimir muitos dos seus serviços entre nós. Queixando-se, um periódico local disse que, do governo federal nos ficaram apenas as repartições arrecadadoras e o travo amargo da injustiça que vínhamos de sofrer. De fato, enquanto que para o Maranhão se votava farta dotação para o custeio de uma fazenda modelo e de uma repartição de veterinária, para o Piauí, Estado essencialmente criador, recusava-se a designação de uns veterinário... para cuidar dos nossos rebanhos. Foi-nos negada proteção à maniçoba com o fechamento do campo de experimentação do Pirajá. Aos outros Estados tudo se dava, enquanto que no Piauí suspendiam-se os trabalhos da estrada de ferro Crateús – Teresina

e de Amarração – Campo Maior; dissolvia-se a comissão encarregada de fazer os estudos da via férrea São Francisco – Parnaíba. Também foi dissolvida a comissão que estudava a viabilidade do porto de Amarração. Igualmente dissolvidas as 2 comissões de obras contra as secas, justamente quando acarretávamos com as consequências de uma das maiores que já assolaram o nosso território.

A baixa geral no preço dos gêneros de exportação foi outra calamidade para a nossa combalida economia. Não possuíamos capitais, nem vias de comunicações, nem transportes rápidos, nem braços suficientes para o trabalho; não havia no Estado sequer um banco, uma carteira financeira.

Na impossibilidade de manter em dia o pagamento do funcionalismo, o governo emitiu apólices a 7% com prazo estipulado em lei, conforme o Decreto nº 571 de 26 de setembro de 1913.

Tudo no governo Miguel Rosa assumia conotação política e levava a radicalizações. É típico, por exemplo, o caso do assassinato do major Gerson Figueiredo. Por questões puramente pessoais o Dr. Francisco Falcão abateu a tiros aquele oficial muito estimado da Polícia Militar. O que seria um crime comum transformou-se de repente num crime político. Com a prisão do assassino, foram levados presos, de cambulhada, ao Quartel de Polícia, muitos antigos adversários de Miguel, que nada tinham a ver com o caso, entre eles o padre Joaquim de Oliveira Lopes. Acenderam-se novamente os ódios. O governador foi acoimado de responsável imediato por aquela prisão, e mais: teria ele dado ordens expressas para que se aproveitasse o incidente para eliminar-se secretamente o padre, simulando-se, depois, um suicídio. Tudo mentira. Temos o depoimento do Dr. Fenelon Castelo Branco, chefe de Polícia naquela hora, homem moderado e honrado:

"Cabe-me depor apenas a idéia de suicídio do Padre Joaquim Lopes, quando, no mesmo dia daquele grave acontecimento (assassinato de Gerson), esteve por algumas horas detido no Quartel de Polícia, foi ele para mim uma revelação (pois tal eu jamais ouvira falar) como que são outras argüições que se estão fazendo no correr desta áspera discussão. Relativamente a esse sacerdote, os fatos tais quais como os conheço assim se passaram. Quando pelas 12 horas daquele dia me achava na Secretaria do Palácio interrogando o Dr. Falcão sobre o crime que acabava de cometer soube que estava detido no Quartel para averiguações policiais, em vista de suspeita de cumplicidade no mesmo fato, o Padre Joaquim Lopes. Para ali dirigi-me logo que encerrei aquele interrogatório e outras diligências. Pelas 4 da tarde foi a respeito e por mim interrogado o mesmo sacerdote, lavrando-se a respeito auto no qual ficou apurada a sua não responsabilidade sobre o fato criminoso. Em seguida fui pessoalmente comunicar ao governado esse resultado e, regressando ao Quartel pelas 7 horas da noite, de acordo com S. Exa., que anteriormente me recomendara pelo telefone toda garantia ao Padre Lopes, parecia também apreensivo de qualquer agressão, mandei acompanhá-lo até a casa de sua residência pelo 2º tenente João Paz Júnior".

É típico também o caso dos ciganos assassinados pela polícia no lugar Peixe. Na primeira hora, as autoridades foram iludidas pela informação mentirosa do tenente-comandante da força policial destinada àquela missão. Quando, depois, a oposição contestou a versão oficial, o governador mandou abrir rigoroso inquérito e, provada a culpabilidade criminosa do tenente, foi ele demitido a bem do serviço público e da moral do Corpo da Polícia e entregue à autoridade civil para responder a processo comum de homicídio e roubo.

Em junho de 1915, a situação política do Dr. Miguel Rosa começou a piorar a olhos vistos. Agora ia se dar uma inversão: os amigos passariam a adversários e os adversários a amigos políticos.

Naquele mês e ano foi construída a Mesa da Câmara Legislativa, sob a presidência do Sr. Alfredo Rosa, sendo vice-presidente o Sr. Hugo de Castro. Ficaram, *ipso facto*, desconsiderados os srs. Tomás Rebelo, representante do Marechal Pires Ferreira, e o Dr. Eurípedes Aguiar, representante do deputado federal Antonino Freire poucos dias depois Eurípedes rompeu com o governo.

A 5 de julho o *Correio de Teresina* publicou um artigo de Higino Cunha intitulado "As últimas sessões da Câmara". Explodiu, então, na imprensa, tremenda polêmica.

A 15 de novembro teve lugar a eleição para deputados estaduais. A oposição perdeu, mas Eurípedes foi o deputado mais votado.

A 28 de dezembro o *"O Imparcial"* do Rio publicou um telegrama do correspondente de Teresina denunciando o plano do governador de sufragar o nome de Antônio Costa para seu sucessor. Acendeu-se o estopim nos arraiais políticos do Estado. Logo a 3 de janeiro de 1916, Félix Pacheco escreve longa carta ao marechal Pires, levantando a candidatura de Eurípedes Aguiar. De posse dessa carta, o velho Marechal começou a desenvolver um longo trabalho visando a uma solução harmoniosa dentro do partido governista. Realizaram-se no Rio duas reuniões para tratar do assunto, nos dias 11 e 12 de janeiro. O senador Abdias, por carta, declarou-se neutro. Mas não guardou neutralidade durante muito tempo: a 20 de junho ele telegrafou ao Presidente da República censurando-o por não intervir militarmente em favor da candidatura Antônio Costa, àquela altura favorecida com um *habeas-corpus* que lhe fora concedido pelo juiz federal Colares Moreira Neto. Mas voltemos ao mês de janeiro. A 13 *"O Piauí"*, publicou duplo manifesto dos deputados governistas e unionistas que indicavam para governador e vice-governador, respectivamente, os srs. Antônio Costa e almirante Gervásio Pires de Sampaio. Como se vê, Miguel Rosa já estava apoiado por grande parte dos seus antigos adversários políticos da União Popular. E fale-se ainda em questão religiosa no Piauí...

A 24 o governador telegrafou a Félix Pacheco: "Nós, matutos, somos macacos velhos na arte da politiquice". Félix retrucou cortando as relações com Miguel e renunciando, a 25, ao seu mandato de deputado federal pelo

Piauí. Naquele mesmo dia Antonino embarcou no Rio de volta a Teresina. Vinha comandar, aqui, pessoalmente, a campanha contra o governo.

A 27 o jornal *"O Piauí"* publicou violento artigo sob o título "Félix versus Félix".

Antonino vem viajando para Teresina. Quando se aproximava o dia de sua chegada, o coronel Josino Ferreira distribuiu nas ruas da cidade um boletim, conclamando o povo para a recepção do líder político, em aberto desafio a Miguel Rosa.

A 1º de fevereiro Antonino Freire entrou triunfalmente em Teresina nos braços da multidão. Poucas horas depois tentou um contato com o governador, que se negou a recebê-lo. Abriu-se então a luta entre os dois chefes.

Àquela altura, Miguel não contava mais, no Rio, com o apoio de Pinheiro Machado, já assassinado.

A 20 de fevereiro Antonino concedeu uma entrevista ao *Correio de Teresina* declarando-se em franca oposição ao governo do Estado, à frente de um movimento que chamou de libertador. O jornal *O Piauí* abriu intensa campanha contra ele. No número 1.416 daquele jornal, lê-se:

"Em tudo isso o que mais devemos estranhar é a certeza que tem o ilustre dissidente de ser derrotado e, entretanto, persistir em arrastar os seus poucos mas fiéis amigos para essa aventura, pronto para, vencido, liquidar os seus negócios no Piauí e ir residir no Rio – como abertamente confessa. O que lhes vale é que costumamos ser generosos na vitória".

A 24, no Teatro Variedades, teve lugar uma reunião política. Nela foi lido o manifesto da oposição, publicado, depois, no 1º número do jornal "Habeas Corpus" de 26 daquele mês e ano e com o número 159 do *Correio de Teresina*.

No Estado lavrara a maior discórdia. O sul respondia com entusiasmo ao aceno da Oposição. O norte retraía-se e ficava na expectativa.

O *O Piauí* de 3 de março estampou o manifesto do candidato governista sob o título "Programa às Avessas – O que eu não farei". Eurípedes Aguiar publicou em "Habeas Corpus", uma crítica àquele programa.

A oposição conseguiu a substituição do administrador dos Correios e do tenente Raimundo Burlamaqui, comandante da polícia, dois funcionários que eram simpatizantes da candidatura governista.

No princípio de maio o Marechal Pires Ferreira telegrafou a Antônio Costa: "Vossa candidatura cindiu o meu valoroso partido do qual V. Exa. não fez nem faz parte".

No dia da saída do tenente Burlamaqui houve tentativa de perturbação da ordem publica, com policiais ameaçando depredar as redações dos jornais oposicionistas, que impetraram *habeas corpus* ao Tribunal de Justiça. Como este não se reuniu para tomar conhecimento do pedido, os pacientes dirigiram-se diretamente ao Supremo Tribunal, que lhes concedeu prontamente o impetrado.

No fim de maio começaram a chegar à capital os deputados eleitos e diplomados. A cidade foi invadida por cangaceiros aliciados pelo governo.

No dia 20 daquele mês, véspera da 1ª sessão preparatória da Assembléia, 13 deputados, constituindo a maioria da Câmara, declaram-se em oposição ao governo e favoráveis ao candidato oposicionista. Miguel reagiu organizando uma outra Câmara constituída de 9 deputados que lhe ficaram fiéis e mais dois que a imprensa chamou deputados fósforos. Esta câmara elegeu os candidatos do governador a 1º de junho.

Àquela altura dos acontecimentos chegou um telegrama do Marechal Pires: "Não quiseram ouvir meus conselhos; jubiloso aceito candidatura Eurípedes".

De vários municípios do norte vêm manifestações de solidariedade à oposição. Seus deputados deixam Teresina e vão para o interior aliciar capangas para oporem força à força do governo. É a contra-revolução. No Palácio levantaram-se barricadas de sacos de areia.

O juiz federal, depois de negar justiça aos deputados da maioria, reconhece os da Câmara governista.

Começa a debandada na Polícia, com deserções aos magotes, inclusive da Banda de Música e do Corpo de Corneteiros. Entre os cangaceiros do governo também há deserções.

Aproximam-se de Teresina cangaceiros da oposição. Há um suspense na cidade.

A 24 de junho, pelas 5 horas da tarde, estoura a notícia-bomba: o Supremo Tribunal Federal concedera *habeas-corpus* aos deputados oposicionistas e ao seu candidato. Começam, então, a ser removidas do Palácio as barricadas.

A 26, antes do meio-dia, rebenta um motim no Quartel de Polícia. Sentindo-se totalmente abandonado, Miguel deixa o Palácio, recolhe-se à casa de seu pai e pede garantias de vida ao comandante da Guarnição Federal. Estava encerrada aquela crise política.

Durante quatro dias o governo ficou acéfalo até que a 1º de julho Eurípedes assume o poder. Há uma participação dos cangaceiros, os patriotas,

como foram chamados, na parada da vitória, marchando pelas ruas da cidade a reboque da Polícia Militar.

Não resta dúvida que o governo de Miguel Rosa foi difícil e acarretou muito sofrimento para o povo. Não se pode, porém, lançar a culpa exclusivamente sobre os seus ombros. Crise internacional, crise nacional e crise local concorreram para torná-lo impopular.

Temos que reconhecer a coragem pessoal e a honestidade do governador. Entrou pobre para o governo e dele saiu pobre como entrara.

O Dr. Miguel Rosa foi um jornalista amigo do ofício, polemista valente e de recursos inesgotáveis. Digno de nota a harmonização que ele conseguiu fazer na sua pessoa de dois elementos geralmente antagônicos: ao lado daquele seu temperamento fogoso, intratável quando em luta, cultivava ele o bom humor que sempre um fator preponderante das grandes amizades que soube despertar nos que privaram de sua convivência, ou dele se acercaram por imperativo do trabalho. Afastando-se da vida pública, dedicou-se exclusivamente à advocacia e, por seu trato jovial para com todos, chegou a reconquistar, antes de seu passamento, muitos daqueles amigos que dele se tinham afastado por questões políticas.

Em 1924 foi nomeado procurador da República, secção do Piauí.

Morreu em Teresina, na madrugada do dia 9 de junho de 1929.

- Diário do Piauí – 1º-7-1912.
- Diário do Piauí – 5-7-1912.
- O Piauí – 8-2-1913.
- O Piauí – 2-11-1913.
- O Piauí – 11-11-1913.
- O Piauí –15-4-1915.
- O Piauí – 2-5-1915.
- O Piauí – 27-7-1916.
- O Piauí – 13-6-1929.

João Pinheiro

João Pinheiro é figura representativa de nossa literatura. A irradiação forte de sua inteligência emprestou brilho e vigor às nossas letras.

Aos 16 anos, em colaboração com José Luís Batista, que foi depois notável engenheiro, lançou *Falenas e Sílfides*, livrinho de versos sem valor, nos quais o estilo esmaecido, a indecisão e os defeitos de frase traiam o estreante. Mas, como inspiração, já se podiam vislumbrar naqueles cascalhos as pepitas que viriam a aparecer depois. E não tardou muito que isto acontecesse.

Em 1906 deu a lume mimosa plaqueta - *Solar dos Sonhos*, na qual o alambicado que ele era desapareceu para deixar surgir o poeta maduro e inspirado, produzindo obra de talento onde, ao lado da abundância de rima e da versificação fácil, há o esmero de fazer poesia com gramática. Em todo o livro nota-se um esforço constante para o aperfeiçoamento. Perpassa em toda sua obra poética uma nota de pessimismo, o pessimismo dos que "vêem o mundo como realmente é, cheio de misérias e de tristezas, cheio de almas grosseiras que vencem e dominam e de almas puras que ninguém compreende nem ampara". Abre o livrinho este primeiro soneto que lhe deu o nome:

Solar dos Sonhos

Ei-lo, – vasto solar do Sonho, agora
esboroado, desfeito, entre as ruínas
de minha mocidade. Lá por fora
vicejam parasitas viperinas.

E dentro, no silêncio que decora
a negra solidão, rouco, em surdinas,
o vento da desgraça chora... Chora...
vaga a sombra do Amor pelas colinas.

Sobre o velho solar que jaz em calma,
triste corvo senil crocita e espalma
a negra asa feral de músculos lassos.

E dentre as barbacãs ressurgem tardos
anafis sepulcrais, balsões alardos,
de espectros de adaís nos próprios braços.

Ele sabia surpreender a alma de nossas coisas, de nossa paisagem regional. Como amostra, dois outros lindos sonetos do consagrado poeta:

A balsa

Sobre o largo caudal de águas turvas, revoltas,
que arrasta a hera, a espata e o líquen que apodrece
como um ninho gazil a deslizar nas soltas
correntes a vagar, a balsa desce, desce...

E lá vai rio abaixo. Ondas vezes envoltas
em seus lençóis de espuma, humílimas, em prece,
e vezes a rolar, bravíssimas, ressoltas,
impelem-na a vagar ou em fúria refece.

Risonha ramaria acurvada das margens
acena tremulando. Esplêndidas paragens
exsurgem. Muito ao longe um casal aparece.

É quase ao lusco-fusco. Altas, do céu, infindo
a turquesa ideal, puríssimo, cindindo,
passam garças exuis. E a balsa desce, desce...

Rurígena

Sobre um trecho de sonho... Altas rasgando ufanas
de um céu plúmbeo, pesado, as ríspidas cimeiras,
erguem-se amplas, alçando as frontes sobre-humanas
as selvagens, heris e trêmulas palmeiras.

De um lado um rio corre estrepitoso; as lianas
dos glaucos tinhorões de abruptas, ribanceiras
descem como em festões de tafetás e as canas
acenam tremulando as límpidas plumeiras.

Longos, roucos, profundos, os trovões estrondeiam
e as nuvens a vagar, indolentes, rabeiam.
Sacode o vento, ao longe, a mata indefinida.

E brama um touro bravo e escava e brama enquanto
se ouve vibrar no espaço o derradeiro canto
de u'a marreca, além, tristíssima, perdida.

Mas João Pinheiro, realmente, aprimoradamente, na expressão da palavra, foi um prosador de grande mérito.

Em 1913 publicou *À toa...*, livro adorável feito cuidadosamente sem arrevesamento de forma. Nas suas páginas palpitantes de vida, de observações argutas, passam, como num filme, diante dos olhos de nossa alma embevecida, cenas tipicamente piauienses. Aquela coleção de contos é livro nosso, onde a cor local se destaca bela e patrioticamente, dando à obra um cunho especial, uma feição distinta. "O chapéu de sebo", "José Apolônio", "Santo Antônio Aparecido" são narrações de episódios que toda Campo Maior conhece. Eis como evoca os campos da linda terra dos carnaubais.

"Era pelos meados de julho. Pelos campos extensos o mimoso amadurecido tinha como o aspecto de uma soberba alcatifa jalde, donde emergiam carnaubeiras luxuriantes e uma outra sambaibeira enfezada, em que bandos e bandos de anuns piavam agoirentamente, por entre a aspereza selvagem da folhagem rarefeita e encarquilhada. Ouve-se para um lado, mais afastada, a algazarra ensurdecedora de troço de papagaios. O sol ia se pondo".

Com fino tato psicológico e soberba maestria de expressão, vejamos como ele descreve os sentimentos de violência que sacudiam a alma do condenado José Apolônio, fugitivo da cadeia, ao enfrentar o destacamento local que o vai prender e prefere a morte a voltar à enxovia:

"O cabra, julgando-se perdido, nem pensava em recuar, investia. Também refletia, que tinha a perder?!...

Ao menos, a morte seria a liberdade. E morreria como homem. Passou-lhe pelos olhos como uma nuvem de sangue. A boca sabia-lhe a sangue! Todo ele era sangue. Estava como tomado de uma vertigem de destruição, de extermínio, de morte! Era medonho, só reconhecia o direito da força. E, muito cônscio de sua coragem e de sua agilidade prodigiosa, os olhos injetados, as narinas dilatadas, aspirando fortemente o cheiro acre da carnagem, do sangue, a boca arreganhada por um ricto sardônico, deixou inteiramente de parte todos os soldados para atacar unicamente o sargento que, apesar de ágil e corajoso, reconheceu logo a superioridade do pulso de aço do adversário de quem mal podia defender-se.

Entretanto, apesar de compreender perfeitamente, num relance, que se batia com um homem perdido que preferia morrer a render-se, a voltar para a enxovia, bateu-se como um herói.

Chamou em seu auxilio todos os recursos da pequena tática militar que possuía; fez ainda um esforço supremo; mas, sentindo-se cada vez mais enfraquecido e o adversário a avançar para ele com um empenho crescente e uma gana desesperada de acabá-lo, de exterminá-lo ali mesmo, gritou aflitamente aos camaradas que o cercavam: *Matem o homem, se não ele me mata!* A luta aí se tornou medonha. Os soldados todos, ao mesmo tempo, como impelidos por uma mola, prevendo a derrota aviltante, a vergonha estupenda de serem batidos por um homem só eles que, pelo número o suplantavam investiram, então, com um furor desconhecido. Mas o cabra tinha coleios ofídios – desviava-se, abaixava-se, curvava-se, subdividia-se, com uma velocidade prodigiosa. E sempre que erguia o braço, o ferro faiscava no espaço e abaixava-se mortífero para erguer-se outra vez.

Inesperadamente, porém, teve como um estremeção desesperado deu uma guinada estupenda para a frente e, profundamente ferido no ombro direito, voltou-se como uma cobra cuja cauda tivessem cortado súbito, tragicamente feroz, estupendo – os olhos faiscantes, o enorme braço erguido para atacar novamente, mas não teve tempo: uma baioneta trespassou-o de lado a lado e ele, brandindo ainda o ferro homicida, como uma enorme flâmula de fogo desfraldada sobre a sinistra cabeça alucinada, rodopiou vertiginosamente sobre os calcanhares e caiu pesadamente, como um fardo, para a frente.

Morreu como um homem, disseram

E ainda hoje, quando sucumbe algum cabra destemido em luta renhida, lá para as bandas de Campo Maior, há como um largo murmúrio de admiração entre os circunstantes entusiasmados:

"Caboclo danado, morreu como o Pelonho!"

É assim a prosa de João Pinheiro. Fino observador, apanhava os fatos com a mais rigorosa exatidão. São notáveis as suas qualidades de analista postas em destaque profusamente em cada uma das páginas do livro

Em 1925 publicou *Fogo de Palha*. É um livro simpático, feito de ternuras e delicadezas, livro de exaltações, hino de alegria e de amor à vida do sertão. É um estudo do nosso folclore, de nossas festas, de nossos costumes, de nossas superstições. João Pinheiro é sobretudo um escritor regionalista, seu maior título de glória. Encontramos nos seus livros todas as cambiantes variadas do escritor de pulso. Pinta com segurança e precisão magníficas as variações multiformes do nosso interior e sabe, como ótimo conhecedor que é de nossos hábitos e costumes roceiros, descrevê-los com observação sagaz e

completa, infiltrando-se na própria psique do sertanejo, fantasista e criadora, que vive sonhando apavorado e crente com essas criações bizarras dos sacis-pererês, das mulas-sem-cabeça e dos caborjes.

Escreveu *Chiquita*, romance, obra de costumes.

E nos deixou *Literatura Piauiense*, publicado em 1937, fruto de seu laborioso e paciente espírito de pesquisador, que honra sobremaneira quem o escreveu.

Nasceu João Pinheiro em Barras a 16 de maio de 1877. A deficiência de recursos no seu torrão natal fê-lo mudar-se para Parnaíba, onde se empregou no comércio. Mas a vida estéril do balcão logo o enervou. Deslocou-se para Teresina, onde teve possibilidade de prosseguir nos estudos. Feitos os preparatórios, em fins de 1895 viajou para a Bahia, matriculando-se, ali, no curso de odontologia, concluído em 1898.

Ganhando o pão de cada dia, no seu gabinete dentário, as horas que lhe sobravam, e eram poucas, ele as consagrava na aquisição de mais cultura e na laboriosa confecção da obra literária admirável que nos legou.

Foi lente de português do Liceu Piauiense.

Foi o primeiro ocupante da cadeira 2 da Academia Piauiense de Letras, e um dos seus fundadores.

- A Pátria – 6-5-1903.
- Diário do Piauí – 21-5-1914.
- Correio de Teresina – 16-4-1917.
- Correio de Teresina – 7-7-1917.
- A Imprensa – 18-5-1925.

João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra

João Henrique Gayoso e Almendra nasceu no sítio São Domingos, capela do Livramento, hoje município de José de Freitas, a 9 de junho de 1865. Foram seus pais o coronel Raimundo José de Sousa Gayoso e Inês Leonor Almendra de Sousa Gayoso.

Ficou órfão de mãe logo nos primeiros dias de sua vida, tendo sido então confiado aos cuidados de sua tia materna, Lina Almendra Freitas, que o criou com desvelo e carinho.

Cursou as primeiras letras em sua terra natal. De 1880 a 1884 esteve em São Luís do Maranhão, onde fez os preparatórios.

Em 1885 transferiu-se para Pernambuco, matriculando-se naquele mesmo ano na Faculdade de Direito do Recife. Como bom estudante e ardoroso defensor da liberdade, lutou com outros colegas na campanha abolicionista que então empolgava a nossa juventude. Colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais no dia 16 de novembro de 1889.

Voltando ao Piauí, ingressou com sucesso na vida pública numa hora difícil e agitada para a comunidade piauiense. Taumaturgo de Azevedo, nosso primeiro governador republicano, o nomeou promotor público de Teresina. Com a saída de Taumaturgo, João Henrique foi transferido para União. Não resta dúvida de que se tratava de uma perseguição. Ele porém soube retirar dela um grande proveito: casou-se, ali, com Carolina Pires Ferreira, filha do coronel Clemente Pires Ferreira, de Campo Maior, que lhe deu sua primogênita – Carolina Pires Gayoso e Almendra. Sua felicidade conjugal terminou logo, com a morte prematura de sua idolatrada esposa. Sua filhinha foi confiada aos cuidados dos avós maternos, em Campo Maior.

Pouco depois João Henrique contraiu segundas núpcias com Josefina Pires de Castro, filha de Francisco Florindo de Sousa Castro, que lhe deu quatro filhos: Lina Leonor, Jacó, Francisco e João Henrique.

Prossegue na vida pública dedicando-se exclusivamente à magistratura. Em outubro de 1891 foi nomeado juiz de direito de Barras, cargo que ocupou até 1896. Não aceitando uma remoção que lhe quiseram impor, abandonou o cargo e voltou para Teresina. Aqui foi nomeado procurador da República, na secção estadual. Permaneceu neste cargo até o ano de 1898.

Atingido várias vezes na sua carreira por questões de política, ele que nela não se envolvera até então, João Henrique, naquele mesmo ano de 1898, resolveu ingressar na política partidária, e o fez de corpo e alma, com

grande ardor e disposição para a luta. Trabalhou na imprensa partidária com inteligência e moderação. Logo se firmou sua reputação de homem corajoso, sério nos seus compromissos políticos e moderado no trato com os adversários, o que era virtude rara naquela época.

Lutou ao lado de homens do porte de Clodoaldo Freitas, Anísio de Abreu, Antonino Freire, Areolino de Abreu, Elias Martins, Manoel Lopes, Heitor Castelo Branco, Henrique Couto, Higino Cunha, João Gabriel Baptista e Luís Nogueira.

Trabalhou na redação dos jornais *A República* e *A Notícia*. Durante algum tempo dirigiu *A Democracia*, órgão do Partido Republicano Conservador.

Foi eleito deputado federal para o triênio 1900-1092. Formando ao lado de Álvaro Mendes e Anísio de Abreu, assinou o célebre "Manifesto ao Estado do Piauí".

O "Manifesto" começa dizendo que o ciclo do período governamental de Raimundo Artur de Vasconcelos ia encerrar-se a 1º de julho daquele ano. Era pois tempo de o partido que o apoiou indicar ao povo o nome do mais digno para a honrosa sucessão. "O Piauí não podia fazer exceção, subtraindo-se à anarquia que após a proclamação da República convulsionou todos os Estados, criando-lhes embaraços à implantação do regime constitucional e, em muitos, prolongando-se, dentro da ordem legal já firmada e contra ela atentando por atos de violência e reações materiais, filhas de ambições irrefreáveis e desordenados apetites de mando e supremacia que as circunstâncias do momento não favoreceram, mas que, vencidos, não se quiseram submeter ao seu destino".

Segue a proclamação referindo-se aos compromissos de Raimundo Artur com Coriolano de Carvalho, a que não se queria furtar o governador, donde as dificuldades que teve de enfrentar nos dois primeiros anos de seu governo. O advento de Campos Sales na Presidência da República, porém, havia restabelecido a harmonia entre o Estado e a União, produzindo como consequência súbita mudança no clima político do Piauí, amortecendo paixões partidárias e trazendo o apaziguamento tão almejado. Agora, em torno do governo estadual congregavam-se as forças vivas da política. E prossegue o documento:

"Não somos um partido; somos quase a unanimidade do Estado.

Fora de nosso governo, esparsos – aqui e ali – sem coesão e sem consistência, ficaram somente os elementos que não tentamos assimilar pela sua índole anárquica e pelas suas tendências dissolventes, em radical antagonismo com a índole e as tendências dos elementos permanentes, disciplinados e estáveis que fazem a nossa força e o nosso orgulho".

Prossegue a arenga exaltando os triunfos alcançados, a confiança popular que desfrutam, a legitimidade dos processos que empregaram. E terminam apresentando Arlindo Nogueira para governador e Tomás Rebelo para vice, cujas virtudes enaltecem.

Depois de 1902 João Henrique consegue reeleger-se sucessivamente até o seu falecimento.

A morte de Álvaro Mendes, em dezembro de 1907, antes do término de seu mandato, provocou grande transformação no panorama político do Piauí. A eleição de Anísio de Abreu com o voto de todos produziu um novo congraçamento na política estadual, o segundo a partir de 1896. A oposição passou a apoiar o governo. Mas não durou muito tempo aquele armistício. Nas eleições de janeiro de 1909 surgiram as primeiras escaramuças da luta que se iria prolongar por muitos anos. A vaga de senador de Raimundo Artur, cujo mandato ia terminar, foi disputada por Coelho Rodrigues, Ribeiro Gonçalves e Joaquim Cruz. O governador Anísio declarou livre o pleito para senador e apresentou chapa completa para deputados federais. Foi eleito senador Joaquim Ribeiro Gonçalves com 5.230 votos contra 5.057 dados a Coelho Rodrigues e 2.457 a Joaquim Cruz. Este último representava a oposição.

Passada a eleição, a crise se instalou com toda a sua virulência. Os governistas se dividiram. Fundou-se a União Popular, associação política que obedecia ao clero, "com programa e aspirações singularmente diferentes das associações do mesmo nome em Minas Gerais e outros Estados da República". O jornal do clero, *O Apóstolo*, passou a fazer oposição a Anísio e se transformou em órgão da União Popular. Esta, por sua vez, aderiu à candidatura de Rui Barbosa, contra a orientação do governador, que apoiava Hermes da Fonseca. A oposição foi derrotada. Hermes conseguiu 12.613 votos nas eleições, e Rui apenas 2.579.

No começo do ano de 1911 organizou-se o Partido Republicano Conservador, que reuniu a unanimidade do partido situacionista e teve sua primeira convenção a 1º de junho daquele ano. O senador Ribeiro Gonçalves, porém, não deu assentimento à organização daquele partido, mas continuou apoiando o governador Antonino Freire. Fez mais: pediu que seus amigos se alistassem no referido partido.

Aproximando-se a sucessão de Antonino, pressentiu-se que nova crise ia eclodir nas hostes governistas. A convenção de 1º de outubro de 1912 indicou Miguel Rosa para governador e Raimundo Borges para vice. Então os elementos dos Cruz, ainda no governo, romperam com ele. É que já se haviam comprometido com o lançamento do nome de Odilo Costa para a governança do Estado. O vice-governador seria Antônio Ribeiro Gonçalves.

Naquela luta o deputado João Henrique ficou com Antonino, apoiando Miguel Rosa, juntamente com o senador Pires Ferreira e o deputado Félix Pacheco. Com os dissidentes ficaram o senador Ribeiro Gonçalves e o deputado Joaquim Cruz.

João Henrique morreu no Rio de Janeiro no dia 17 de setembro de 1913. Seu corpo, embalsamado, chegou a Teresina a 31 de outubro daquele

ano, sendo velado na Assembléia Legislativa até a manhã de 1º de novembro, quando então baixou à sepultura no cemitério de S. José. Teve um enterro dos mais concorridos, não só por parte de elementos da política e da elite social como também por grande massa de populares. É que o deputado João Gayoso, por ser um homem que sempre dispensava um tratamento cavalheiresco e atencioso a todo mundo, sem distinção de classes, era bem visto pelo povo.

Simplício Mendes, que, quando estudante, o conheceu de perto, nos traça dele o seguinte perfil:

"Era um *gentleman* – recordo-me bem das suas maneiras acolhedoras e de esmerada educação.

Conservei essa impressão do deputado federal, que era na minha juventude de estatura regular, quase alta, bigode basto, louro, bem cuidado, sempre rigorosamente bem vestido, delicado, atencioso e varonil e apreciador da rapaziada estudantil do meu tempo.

A turma que freqüentava as lições de português e latim do professor Acrísio Veras passava à tardinha pela sua residência da antiga Rua da Glória, hoje Coronel Lisandro Nogueira, e ele, muito bem vestido, ficava assentado do lado da travessa, em férias parlamentares.

Acolhedor como era dos estudantes, atraía-os à palestra, perguntando e indagando sobre a procedência e os estudos de cada um de nós.

Jamais esqueci as suas maneiras bem educadas e gentis, para a mocidade estudiosa, como quem se expandia, deixando-a bem impressionada de modo cativante".

Na Câmara, não sendo orador, João Henrique aparecia pouco na tribuna, mas desenvolvia intenso trabalho nas Comissões a que pertencia, sempre com os olhos voltados para os interesses do povo que representava.

Como pai de família era extremamente carinhoso com a esposa e os filhos. Mantinha com os mesmos, quando ausente, intensa correspondência.

O Dr. João Henrique de Sousa Gayoso e Almendra honrou o Piauí, pelo qual trabalhou com dedicação, seja na magistratura seja na política partidária, sempre com a sua atenção voltada para os interesses do povo piauiense.

- A Notícia – 25-9-1913.
- O Estado do Piauí – Tipografia do Piauí – 1912.
- O Dia – 6-6-1965.
- O Dia – 10-6-1965.

Joaquim de Oliveira Lopes

Figura exponencial do clero piauiense, nasceu o Padre Lopes em Picos a 24 de fevereiro de 1870. Era filho de uma família de pequenos proprietários rurais, gente simples e boa, dedicada exclusivamente aos trabalhos do campo.

Madrugando nele a vocação para o sacerdócio, foi enviado a São Luís e lá, no velho Seminário de Santo Antônio, fez todos os seus estudos eclesiásticos.

Foi ordenado padre a 19 de maio de 1894.

De volta ao Piauí já trazia sua nomeação de vigário de Pedro II, onde demorou algum tempo.

O Padre Lopes não era uma inteligência brilhante mas, possuindo sólidos conhecimentos de religião, para aquele tempo, era um espírito prático e, principalmente, uma vontade férrea quando se propunha realizar alguma coisa.

Quando veio para Teresina, foi vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo. Logo, porém, percebeu que sua missão era mais ampla. O Piauí, Estado da Federação, eclesiasticamente falando, ainda não era uma diocese; pertencia ao bispado do Maranhão. Para nós piauienses isto era de certa forma humilhante, de vez que já possuíamos comunidades religiosas bem florescentes e suficiente número de padres para termos a nossa autonomia. Preocupado com o problema, o padre Lopes resolveu dedicar-se, inteiramente, à sua solução. Associou-se, então, a outros sacerdotes e, juntos, iniciaram uma campanha para que fosse criada no Piauí a nossa diocese. Percorreu ele o Estado de ponta a ponta numa campanha de esclarecimento do povo. Este aderiu prontamente e com entusiasmo à idéia. Constituiu-se o patrimônio. Preparou-se a papelada que a burocracia eclesiástica exigia e o processo, pronto, foi entregue ao Bispo do Maranhão, que devia informá-lo para a Nunciatura. O processo foi para a gaveta de Sua Eminência e lá ficou mofando por muito tempo.

Vendo que o tempo corria e a criação do bispado não saía, o povo começou a esmorecer. Algumas censuras apareceram na imprensa contra o Padre Lopes. Resolveu ele ir pessoalmente a São Luís para saber do bispo o que estava acontecendo. Interpelado, Dom Xisto Albano abriu o jogo: ele próprio havia engavetado o processo porque julgava que o Bispado do Maranhão ficaria arruinado financeiramente se o Piauí se separasse dele. Sabedor da causa, o Padre Lopes prometeu removê-la com brevidade. Voltando ao Piauí, reuniu a comissão e lhe expôs o que ouvira do bispo. Todos, então, resolveram fazer um novo esforço e com o resultado conseguido compraram no Maranhão alguns bens que compensariam a Cúria de São Luís pela perda de Teresina.

Foi preciso, porém, passar por sobre a mediação do bispo do Maranhão e apelar diretamente para o Papa, através do arcebispo de Salvador, para que saísse, algum tempo depois, o nosso bispado.

O Padre Lopes gostava imensamente do nosso interior, que ele percorria quase como um missionário pregando, confessando, construindo ou remodelando igrejas e capelas. Assim é que se lhe deve a restauração das matrizes de Pedro II, de Valença, de Picos, de Parnaíba e das igrejas de Canto Alegre e Altos; o embelezamento da matriz de Oeiras e da igreja de São Benedito, de Teresina; a edificação das capelas de Inhumas, do Forte, do Ipiranga e a reconstrução das capelas de Simplício Mendes, Alagoinha e do Fradinho.

Percorreu todas as paróquias do Piauí, fundando em cada uma delas o Apostolado da Oração. A ele se deve também o ter trazido para Teresina a Sociedade de São Vicente de Paulo.

Naquele tempo, os ventos de renovação do mundo sopravam por toda parte empolgando a juventude estudiosa dos cursos superiores, que se comprazia em contestar idéias e instituições veneráveis, inclusive a Igreja. Vindos do Recife eles chegaram até nós e encontraram o padre Lopes na estacada. Não que ele fosse um retrógrado. Eram coisas da época. Defrontavam-se dois mundos falando linguagem diferente. Ele estava convencido, como aliás estavam todos os padres daquela época, de que a Igreja era perfeita, sempre agira com acerto, nada tinha que devesse ser reformado. A filosofia escolástica, que se dizia a sua filosofia, também era perene, imutável, quase como a própria palavra de Deus. Contestar a Igreja e sua filosofia era para eles ir de encontro ao próprio Deus.

No mundo em que viveu o padre Lopes não havia tolerância no terreno das idéias. Ou se era carne ou se era peixe. A Igreja do Vaticano I era uma espécie de baluarte, isolada do mundo, sempre na defensiva, despejando golpes para todos os lados sobre os que a atacavam e, às vezes, tomando a iniciativa do ataque, como o faz toda fortaleza que se vê ameaçada. Não havia abertura para o mundo, para a ciência, para as transformações socais. A mentalidade na Igreja era que já atingíamos o ápice no terreno das idéias, nada mais de válido poderia aparecer ou ser aperfeiçoado e ela, a Igreja, era a dona absoluta da verdade e tinha a missão de dirigir os povos. Quem caísse fora do seu esquecimento era infiel, ou apóstata, ou herege, ou excomungado. Aquela palavra de Cristo de que "não se deve apagar o pavio que fumega nem quebrar a cana rachada" não tinha vez naquela visão triunfalista, estática, que não admitia diálogo. Era a suprema radicalização.

Não admira, pois, que se tenha travado uma luta entre duas facções contendoras. De um lado gente estudiosa, que não rezava mais pela cartilha da Igreja, que achava que ela, a Igreja, com o seu imobilismo, era um obstáculo ao progresso das idéias e às transformações que se faziam necessárias. Gente muito sincera e muito convencida da validade de seus ideais. Do outro lado, os homens da Igreja, também muito sinceros, muito convencidos da pureza de suas convicções, e se tinham na conta de cruzados pelejando contra bárbaros que tudo queriam danificar ou destruir. Na liderança do clero tinha que ser o

padre Lopes o paladino de uma das facções contendoras. Contra ele foram assestadas as baterias adversárias.

Hoje, a Igreja do Vaticano II nos coloca numa perspectiva mais ampla, mais aberta, mais evangélica, mais humilde e mais compreensiva. Por isso é que os que a entendem e a seguem são justamente os que estão na vanguarda das transformações, das mudanças, na hora presente. O padre Lopes e os que o combatiam, se voltassem, hoje, ao mundo, ficariam perplexos com o que está acontecendo. Temos, pois, que procurar entendê-los no tempo em que eles viveram. Nesta perspectiva o difícil para nós, hoje, e condenarmos qualquer dos lados contendores naquela chamada Luta Religiosa no Piauí.

E nessa nova visão é que eu afirmo que não houve luta religiosa entre nós. Houve luta política envolvendo elementos do clero. Os homens da Igreja triunfalista de então pensavam piamente que a maneira mais prática e eficiente de continuarem mantendo o seu prestígio seria conquistarem posição de mando, ou para si ou para seus prepostos, e o caminho para conseguirem isto seria influírem nas disputas político-partidárias.

O padre Lopes foi grande, foi honesto, foi coerente consigo mesmo dentro da perspectiva em que se colocou. Para julgá-lo naquela hora nada melhor do que as palavras insuspeitas do Dr. Higino Cunha a seu respeito:

"Foi assim que poucos anos antes de assumir as rédeas do governo do Estado (Antonino Freire) se viu envolvido no torvelinho duma luta renhida entre a Loja e o Padre Joaquim de Oliveira Lopes e, logo depois, contra o Bispo Dom Joaquim Almeida, luta que abalou toda a sociedade teresinense, de 1904 a 1910, e à qual Antonino pôs termo, negociando com o Bispo um *modus vivendi* pacificador, para a tranquilidade de seu governo incipiente.

"Não tomei parte nessa agitação maçônica por dois motivos: primeiro porque estava em divergência política com dois dos seus paladinos – Abdias Neves e Miguel Rosa; segundo, pelo seu tom acrimonioso de ataques pessoais e injustos a um sacerdote digno, que reagiu em legítima defesa".

Morreu o padre Lopes no dia 24 de setembro de 1925, em Inhumas.

- O Apóstolo - 8-9-1907.
- O Piauí - 25-9-1925.
- Diário Oficial - 7-11-1934.

Vaqueiros e Roceiros

Precisamos reescrever a história do Piauí a partir do povo, a partir do pobre. A que temos é a história da classe dominante, a classe que produz os documentos e organiza os arquivos. Dela são os heróis, os grandes, os libertadores, que de fato a ninguém libertaram, mas mantiveram o povo na sujeição aos seus "modelos" que garantem a perpetuidade de seu *status*. Chama-se a isto, erroneamente, história. De fato não é história, é tradição.

A verdadeira história não se pode confundir com a tradição, que muitas vezes é usada para justificar o *status* quo e santificar os erros das elites. A tradição é sempre uma ideologia criada com o propósito de controlar indivíduos, motivar sociedades e inspirar classes. Diz o nosso grande José Honório Rodrigues que nada tem sido usado com mais corrupção que o conceito de tradição.

A história e os historiadores devem limpar o passado e consequentemente o futuro das visões distorcidas do tradicionalismo.

Já é hora de começarmos a libertar a história do Piauí da pressão de uma tradição repleta de injustiças, de lendas, de antigualhas, para se tornar um corpo vivo, ligado ao presente, preparando o futuro, servindo ao povo.

Compreender a nossa história a partir do povo, a partir do pobre, é dar um instrumento de interpretação às forças de libertação e conscientização atualmente vivas no Brasil, e ao povo uma consciência histórica. A tarefa é complexa, difícil, mas não impossível. Precisamos começar. Odilon Nunes já deu alguns passos neste sentido quando escreveu a história dos "balaios", no Piauí.

Outra página que já começou a ser expurgada é a da luta por nossa independência política. Referimo-nos à imprescindível participação nela dos nossos vaqueiros e roceiros.

Com linguagem amena, vamos mergulhar um pouco no nosso passado e acompanhar os passos dos que nos precederam na ocupação da terra e forjaram a sua emancipação.

Os homens selvagens desceram as montanhas e atravessaram o rio, após a fuga do mar. Do nascente traziam as flechas dos combates travados no litoral, em defesa da terra invadida.

Chegaram aguerridos e desconfiados da outra margem do rio, como que sondando a natureza, sempre misteriosa e inabordável nas suas manifestações.

Encontravam-se, agora, nas várzeas, limitadas pelas serras, flanqueadas pelo caudal, a oeste, em marcha, atraído pelas vagas que rolam ao norte.

A paisagem não é alegre. Não há aqui verde dominante do poente, naquele Eldorado que a lenda coloriu com os sonhos dos navegantes vindos de outras bandas. A palmeira que se perde nos longes do horizonte fixa-se no solo para marcar a escala progressiva das gerações vindouras. De raro em raro um agrupamento vegetal denunciando a presença de rios, que o clima martiriza nas longas estiagens. Mais adiante a chapada agreste. A caatinga completa o quadro que, na monotonia das cores, cansa os olhos nos dias de muito sol e nas noites escuras. As alvoradas são incêndios que passam, até aos primeiros instantes de um crepúsculo prolongado. Ferida pelo calor, a terra apresenta a fisionomia de quem muito sofre, nas rugas dos terrenos desnudos.

Na tristeza do meio físico, que é o nosso, os selvagens viveram os seus dias felizes antes do devassamento.

Donos da gleba, percorriam-na em todos os sentidos, caçando e pescando. Mal a esfera se ilumina, e já andam pelos campos e mananciais os destemidos habitantes das planícies, surgidos das águas, em tempos que se perderam no emaranhado da História.

Assim, durante muito tempo, eles vivem confundidos nas coisas, como humanidade imatura. São venturosos porque desconhecem os meandros das vidas que outros levam. Não têm encargos. Apenas as necessidades da própria existência. Somente.

Um dia, porém, algo de estranho perturbou a paz daqueles viventes. Ouvidos aplicados no chão, escutam, partindo de um ponto distante, vozes parecidas com as suas, e mais o tropel de patas pisando a gleba ameaçada.

Começou a guerra da conquista da terra e aniquilamento dos selvagens, que vai se estender por várias dezenas de anos.

São os vaqueiros do Mafrense que chegam para ficar e iniciar o povoamento, por volta de 1697.

Haviam partido da orla marítima, tocando o rebanho, para ocupar as terras que a Casa da Torre distribuiu ao esperto aventureiro.

Atravessaram rios, vingaram serras, à procura do vale do qual tiveram notícia os poderosos agraciados e onde, no cumprimento do destino que lhes fora imposto, madrugariam nos descampados, por muito tempo, em marcha para o desconhecido, guerreando contra o índio e ocupando os espaços vazios, progredindo sempre no cumprimento da árdua missão.

Seguiam morosos, no passo tardo das boiadas, demorando aqui, ali erguendo currais, devassando o horizonte que seus olhos podiam perceber. Não viram logo o mar porque passava distante, lá, no labirinto onde as águas do rio confundiam suas queixas com os vagalhões incontidos. Nas noites de calor, sentiam correr no sangue a alma dos antepassados, que eram, sabe Deus, os antigos habitantes da terra conquistada. Cantavam uma melopéia,

triste como a vida que levaram na solidão da paisagem morta. Nem o amor pode modificar quem nasceu vendo o sol subir e desaparecer na monotonia de uma natureza agreste.

Viveram, naqueles primórdios, como ainda hoje vivem, jungidos ao fatalismo de uma profissão que os fez heróis, de uma riqueza da qual não participam e a qual se ligam por uma vocação.

Muito tempo depois as vilas e cidades foram surgindo nos espaços ocupados pelo teatro das lutas dos vaqueiros destemidos. E eles foram sendo tangidos para lugares mais distantes dos aglomerados humanos que se iam constituindo com a presença permanente de outros, os seus patrões.

Mais de dois séculos são vencidos sem que quase tenha havido modificação nos hábitos e costumes dos nossos vaqueiros, cuja existência marginal é sempre de renúncias e sacrifícios. Vivem isolados, como sempre, na bondade do coração, cuidando dos animais. Pelo poder do contato, já se habituaram a pensar somente neles, esquecendo as injustiças humanas. Vaqueiro e gado completam-se na simplicidade de um e na animalidade do outro. Um pensa, porque tem alma. Sente, mas não reclama. Recebe resignado o impulso da natureza selvagem. É honesto, cumprindo à risca um contrato que lhe foi imposto pelo prestígio e pela grandeza dos poderosos. É vítima, sem vislumbrar ao menos o que significa no mercado das profissões. Não tem aspirações maiores. Faz parte da vida como que inconscientemente. O outro é riqueza espalhada pelos campos. Se não pensa, dá ao homem o bem-estar, a alegria que a fortuna reparte. Tem no seu mugido a nota lânguida que ecoa de quebrada em quebrada como um convite de amor. Converte-se em ouro, que abastece as arcas dos que gozam nas cidades o conforto da civilização. Ambos úteis – o vaqueiro e o boi. Um vigia o outro. O patrão receberá o último como prova de atividade e da palavra empenhada do primeiro.

Entretanto, até hoje, nenhum reconhecimento para quem sentou os marcos de uma vida nova entre rebeldes que amavam a liberdade como a maior dádiva. Ainda não conseguimos fazer justiça ao vaqueiro piauiense. A ele quase tudo devemos, inclusive a nossa independência política.

Sim. Não é "estória". É história. A 19 de outubro de 1822 levantou-se a vila da Parnaíba contra o regime português. Oficiando às suas coirmãs na Província, a Câmara da Parnaíba pedia-lhes que lhe seguissem o exemplo realizando eleições para as Constituintes do Brasil, reconhecendo o Príncipe e procurando a independência do Brasil e sua união com Portugal. Sabedor disto, Fidié, em Oeiras, reuniu todo o material bélico de que dispunha, pôs em marcha a soldadesca e partiu rumo à vila rebelada.

Foi longa e penosa sua jornada pelo sertão batido pela estiagem dos últimos meses do ano de 1822. Aguada pouca, difícil a forragem para o alimento das bestas de carga, a viagem foi um tormento para quem, na expectativa de

guerra, avançava castigado pelos rigores do meio físico. Tudo fazia crer que o inimigo se preparava para uma luta séria, tamanha tinha sido a audácia dos parnaibanos. Já nas cercanias de Parnaíba uma notícia alvissareira foi recebida por Fidié e seus soldados com vivas e toque de clarim: os revoltosos haviam fugido ao pressentir a chegada das forças legais. Entraram na vila e não encontraram nenhum vestígio da revolução, que ali rebentara naquele mês de outubro de 1822. A paz e a tranquilidade reinavam por toda parte, do largo da Matriz às ruas mais afastadas. Sinos festivos, no alto das torres da Matriz da Graça, avisavam aos fiéis a boa nova da presença, ali, das armas lusitanas. Seguiu-se um longo e merecido repouso para os caravaneiros das caatingas varadas sob pesado armamento, enquanto se ultimavam os preparativos para uma nova arrancada na direção de Oeiras, cuja traição teria que ser punida a ferro e fogo.

Retornariam pelas mesmas estradas. Sofreriam todos, novamente, homens e animais, as canseiras de uma caminhada longa e demorada num sertão hostil. Mas não os molestava o receio que os dominava quando da primeira viagem. Fidié conhecia muito bem o que deixara em Oeiras.

Marchava agora tranqüilo rememorando o passeio que fizeram a Parnaíba. Não temiam revolucionários, apenas idealistas.

No entanto, aquela calmaria era apenas aparente. As coisas não estavam tão tranquilas quanto imaginavam. Eles iam ter pela frente, dentro de poucas horas, as figuras legendárias do nosso sertão – O vaqueiro o e o roceiro. Iam topar com grandes levas deles, superiormente comandados por um punhado de milicianos cearenses decididos. Lá estavam eles, valentes e rudes, plantados nas margens do Jenipapo para lhes barrarem a passagem e jogarem na luta tudo aquilo de que dispunham com abundância, isto é, coragem, bravura e um ideal vivido e sentido de liberdade.

A 13 de março de 1823, nos campos do Jenipapo, nas proximidades de Campo Maior, feriu-se a mais sangrenta batalha de quantas se travaram nas lutas da independência do Brasil. E foram os vaqueiros e roceiros campomaiorenses, descendentes daqueles antigos desbravadores e povoadores do Piauí, que constituíram o grosso das tropas independentes. Travaram uma batalha desigual com as aguerridas e bem armadas forças comandadas por Fidié. Seu heroísmo no combate foi uma expressão de loucura, sim, mas uma loucura necessária para a grande causa que se jogava ali. Reunidos naquele rio de leito raso, entupido de seixos rolados, para a fase final de uma resolução, os homens que encaravam canhões tinham no espírito o ardor de uma idéia que se fizera corpo. Tudo lhes faltava em material de guerra. Na véspera, haviam somado os derradeiros haveres, haviam dado um balanço geral no que possuíam: velhas espingardas de caça, hastes de madeira levadas ao calor brando para maior resistência, foices, machados, facões de arrasto e o que mais fosse encontrado. Seguiram resolutos e firmes para um

duelo com a morte. E encontraram-na. Tombaram no fragor da refrega, na mesma proporção em que o inimigo perdia sua preciosa munição. Cessou a luta quando o sol a pino começou a pender para o ocidente.

Fidié tinha vencido a batalha mas perdera a guerra. Agora ele estava mais do que convencido de que aqueles caboclos piauienses, na sua loucura patriótica, seriam capazes de esmagá-lo num segundo encontro. Tratou então de se retirar às pressas para o Maranhão, onde os nossos lhe foram dar o tiro de misericórdia. Estava assegurada a independência no Piauí, no Maranhão e em todo o norte do Brasil.

Jenipapo é uma legenda que nos fala de um passado de sacrifícios. Foi nas suas margens que piauienses humildes, vaqueiros e roceiros, desarmados, lutaram até a morte contra os canhões e as granadeiras de soldados experimentados. E fizeram vencer a sua causa, sepultando-se naquelas paragens, hoje para nós sagrados pelo respeito que nos merecem, por nós admiradas como manifestação da bravura de uma gente simples que não se acovardou diante da prepotência, multo embora revelasse na sua fisionomia e no seu aspecto físico a renúncia dos que não aspiram a grandezas.

O feito do maior heroísmo e da maior dramaticidade foi por sem dúvida o daqueles bravos piauienses pobres, rudes e simples, que a 13 de março de 1823 travaram a batalha do Jenipapo contra as aguerridas e superiormente comandadas tropas do Major João José da Cunha Fidié.

Cristino Castelo Branco, no seu livro, "Escritos de Vário Assunto", publicado pela Editora Pongetti, Rio de Janeiro, em 1968, na pág. 114, diz o seguinte:

"A meu ver, a grande data piauiense não é o 19 de outubro, de Parnaíba, nem o 24 de janeiro, de Oeiras, como se entendeu durante muitos anos, sendo, até, feriado estadual na República Velha. A data magna, penso eu, é o 13 de março, pois a batalha do Jenipapo foi que decidiu e selou, com o sangue e o heroísmo dos piauienses, a independência do Piauí, valendo mais do que todas as proclamações. Os independentes de Parnaíba, sem disparar um tiro, refugiaram-se no Ceará, com receio das armas portuguesas; os de Oeiras não foram molestados por pessoa alguma; os de Campo Maior – esses, sim, lutaram e morreram bravamente, heroicamente, tornando independente o Piauí".

A epopéia do Jenipapo, durante muitas décadas, ficou sepultada no esquecimento. Houve contra ela a conspiração oficial dos que monopolizam a história, isto é, a classe dominadora. Compreende-se: ela foi escrita com o sangue e a bravura dos pobres, dos humildes, sem qualquer interferência do governo provincial. Este até se deu ao luxo de procurar minimizá-la e mesmo condená-la nalguns documentos oficiais. Teriam errados os que a travaram

em prol da independência. Por quê? Porque ele, o governo, não tomou parte nela. A luta foi do povo simples, amante da liberdade, sem qualquer compromisso com o colonizador português.

Outros fatos precisam ser estudados sob uma outra perspectiva que não a oficial, para sabermos até que ponto o povo deles participou na defesa de suas aspirações mais profundas. Estas nem sempre coincidem com as aspirações das elites.